

DISSERTAÇÃO

UFRJ / PROARQ

Mestrado em Arquitetura

VICTORIA MAURICIO DELVIZIO

Cristiane Rose de Siqueira Duarte



PASSEIO NA AVENIDA...

*Estudo sobre valores e significados da
Av. Afonso Pena em Campo Grande / MS*

Rio de Janeiro / RJ

Junho / 08

PROARQ | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro

FAU | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

PASSEIO NA AVENIDA...

*Estudo sobre valores e significados da
Av. Afonso Pena em Campo Grande/MS*

Acadêmica | Victoria Mauricio Delvizio

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Orientação | Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Rio de Janeiro | RJ

Junho | 08

DELVIZIO, Victoria Mauricio.

Passeio na Avenida... – estudo sobre valores e significados da Av. Afonso Pena em Campo Grande/MS/Victoria Mauricio Delvizio. Rio de Janeiro: UFRJ/PROARQ/FAU, 2008.

xviii, 239f.: il.; 29.7 x 21.0 cm

Orientadora: Dra. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

Referências Bibliográficas: f. 201-208.

1. Cidade. 2. Espaço Público Urbano. 3. Avenida Afonso Pena. 4. Lugar. 5. Significado. I. DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. II. (Mestrado – UFRJ/FAU/PROARQ). III. Título.

PASSEIO NA AVENIDA...

Estudo sobre valores e significados da Av. Afonso Pena em Campo Grande | MS

VICTORIA MAURICIO DELVIZIO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, linha de pesquisa em Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Rio de Janeiro | RJ, 30 de Junho de 2008.

Aprovada por |

Prof^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte [orientadora]. D. Sc.

PROARQ | FAU | UFRJ

Prof^a. Giselle Arteiro Nielsen Azevedo. D. Sc.

PROARQ | FAU | UFRJ

Prof^a. Alice de Barros Horizonte Brasileiro. D. Sc.

DTC | FAU | UFRJ

Prof^a. Elane Frossard Barbosa. D. Sc.

DPUR | FAU | UFRJ

*Para Campo Grande - meu fim;
Para Ligia e João Bosco - meu começo;
Para Eduardo - meu destino.*



AGRADECIMENTOS

Como é bom agradecer! Como é bom saber que chegou o momento tão esperado de dizer obrigada! Momento tão especial pelo sentimento de plena satisfação pela missão cumprida e, muito mais além, pelo círculo [e ciclo] que se completa, ligado e forjado mão a mão por todos aqueles que comigo formam cada elo que encadeia esse trabalho. Deixando ordens de lado – alfabética, numérica, crescente ou decrescente – registro meus sinceros agradecimentos a todos que, lado a lado [não em fila indiana, mas sim em comissão de frente] passearam comigo por essa avenida, marcando, assim, mutuamente, o caminho pelo qual a vida nos oferece seguir.

Agradeço aos meus pais, **Ligia** e **João Bosco**, que nunca me disseram aonde ir, mas sempre estiveram lá, esperando, com o amor incondicional de sempre a me confortar. Pelo incentivo, apoio e estímulo que me fortaleceram todos os dias em que as dificuldades pareciam prevalecer.

Às minhas queridas tia **Lúcia** e primas **Mariana** e **Luiza**, por abrirem as portas de um lugar precioso e receber de braços abertos a parente distante mais de 1000km e que hoje, realmente, é próxima de coração.

Meu agradecimento especial à **Cristiane Duarte**, minha cara orientadora, a qual me cativou pela sua desenvoltura e descontração frente aos trabalhos de pesquisa que há muito encabeça com jovialidade e competência. Sob minha irrestrita confiança, soube conduzir com maestria nosso trabalho, me ensinando que força de vontade e disposição podem superar qualquer obstáculo, desde uma dor física a uma inquietação intelectual.

Agradeço também às meninas do ASC, **Alice**, **Ethel**, **Kátia**, **Paula** e **Regina**, que fizeram contribuições indescritíveis ao desenvolvimento do trabalho, cada uma a seu modo particular, sempre em reuniões para lá de animadas ao redor de uma mesa, fosse numa sala de reuniões, fosse num bar.

Aos colegas de mestrado, **André**, **Andreza**, **Flávia**, **Giovanna**, **Marcela**, **Pedro**, **Sandra**, **Solange** e **Thalita**, que para uma viagem solitária como um curso de mestrado, traduzem em presença e espírito o sinônimo de turma para mim.

Às professoras das Bancas de Qualificação e Defesa, **Alice Brasileiro**, **Giselle Azevedo** e **Elane Barbosa**, que disponibilizaram tempo e dividiram conhecimentos essenciais ao crescimento deste trabalho.

Aos meus irmãos, **Cyro** e **Raul**, pelo verdadeiro amor fraterno, que ultrapassa idade, distância e aptidões, nos mantendo sempre perto e unidos em esfera familiar, construída pela arquitetura, pela música e pelo esporte.

Aos meus avós, **Edith**, **Déa** e **Hélio**, e **Heldo**, que proporcionaram diferentes formas de apoio – financeiro, logístico, psicológico – mas todos repletos de afeto e sabedoria próprios daqueles que já aprenderam muito nessa vida.

À 'tia' **Lúcia Helena** e **Thiago**, sou grata pelo carinho e preocupação que nos une desde antes de eu nascer, em laços mais fortes do que sangue.

À amiga **Isabella**, agradeço por compartilhar os anseios naturais do 'ser mestrando' em verdadeiras pontes aéreas, virtuais e reais, de pensamento e de locomoção.

Meu agradecimento, ainda, ao **PROARQ**, em nome da coordenação, do secretariado e do colegiado, que tem continuamente proporcionado e promovido a pesquisa em Arquitetura, e que sempre atenderam todas as solicitações frente ao Programa de maneira eficiente e atenciosa.

Mais que meu agradecimento, **Eduardo**, você tem o aquilo que é o mais importante; aquilo que é tão frágil e que com e por você é capaz de ser tão mais forte a cada dia; aquilo que suporta todas as dores para com e por você deliciar-se de todo prazer; aquilo que torna tudo tão complicado e que com e por você percebe como tudo é tão grandiosamente simples; aquilo que é tão só e com e por você torna-se tão completo; aquilo que é, verdadeiramente, meu amor por você.

A todos aqueles que passeavam na avenida e que concederam, em suas entrevistas, suas particulares visões de mundo, fazendo a mim e a todos que aqui agradeço passear pela Afonso Pena também.

Muito Obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES, EXPRESSÕES E SIGLAS	ix
LISTA DE ANEXOS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I A CIDADE MORENA E SUA GRANDE AVENIDA	13
I.1. BREVE HISTÓRICO	17
I.1.1 Formação de Campo Grande	18
I.1.2. Avenida Afonso Pena Ontem	30
I.1.3. Avenida Afonso Pena Hoje	38
1.1.3.1. Traçando contornos	53
I.2. COMENTÁRIOS	57
CAPÍTULO II NAS RUAS DA CIDADE	58
II.1. A RUA EM SEU LUGAR	65
II.2. PEDRAS DO CAMINHO	69
II.2.1. Memória	70
II.2.2. Identidade	77
II.2.3. Fluxo	82
II.2.4. Limite	89
CAPÍTULO III ESTABELECENDO UM PERCURSO	94
III.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	95
III.1.1. Entrevistas	101
III.1.1.1. <i>Entrevista Preliminar</i>	104
III.1.1.1.1. <i>Perfil Preliminar dos Entrevistados</i>	107
<i>Faixa Etária</i>	108
<i>Sexo</i>	108
<i>Ocupação</i>	109
<i>Naturalidade e Tempo de Vivência</i>	110
III.1.1.1.2. <i>Comentários sobre Entrevistas Preliminares</i>	111
III.1.1.2. <i>Entrevista Focalizada</i>	111
III.1.1.2.1. <i>Perfil Focalizado dos Entrevistados</i>	115
<i>Faixa Etária</i>	115
<i>Sexo</i>	116
<i>Ocupação</i>	116
III.1.1.2.2. <i>Comentários sobre Entrevistas Focalizados</i>	117
III.1.2. Observações Sistemáticas	117
III.1.2.1. <i>Diário de Campo</i>	120
III.2. CAMINHO DAS PEDRAS	122

CAPÍTULO IV PASSEIO NA AVENIDA...	124
IV.1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS	125
IV.1.1. Memória	127
IV.1.2. Identidade	132
IV.1.3. Fluxo	135
IV.1.4. Limite	140
IV.2. VALORES E SIGNIFICADOS DA AVENIDA AFONSO PENA	148
IV.2.1. Diversidade na Avenida	148
IV.2.2. Praças: pausa na Avenida	150
IV.2.3. Marcos na Avenida	156
IV.2.4. Diferentes Setores de uma mesma Avenida	159
IV.2.2.1. Setor [A]	
Altos: eminência, da natureza e do conflito	160
IV.2.1.2. Setor [B]	
Jardim dos Estados: dissonância, da badalação e do rarefeito	172
IV.2.1.3. Setor [C]	
Centro: encontro, do movimento e da diversidade	179
IV.2.1.4. Setor [D]	
Bairro Amambai: nostalgia, do bucólico e do esquecido	183
IV.3. COMENTÁRIOS	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	204
<i>REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS</i>	212
<i>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</i>	214
ANEXOS	227

LISTA DE ABREVIATURAS, EXPRESSÕES E SIGLAS

Abreviaturas	AP	Afonso Pena
	Av.	Avenida
	CG	Campo Grande
	DC	Diário de Campo
	EF	Entrevista Focalizada
	EP	Entrevista Preliminar
	Fig.	Figura
	Graf.	Gráfico
	s.d.	Sem data definida
	séc.	Século
	Tab.	Tabela
	VMD	Victoria Mauricio Delvizio
	[1990?]	Para data provável
	[199_]	Para década certa
[199_?]	Para década provável	
Expressões	<i>Apud</i> [latin.]	Citado por; citação de segunda mão.
	<i>Cf.</i> [latin.]	Compare, confira; refere-se à algo.
	<i>Et al.</i> [latin. <i>Et alii</i>]	E outros.
	<i>Ibid.</i> [latin.]	<i>Ibidem.</i> Na mesma obra; do mesmo autor, mesmo documento, páginas diferentes.
	<i>Id.</i> [latin.]	<i>Idem.</i> Do mesmo autor; mesmo documento e páginas.
	<i>Op.Cit.</i> [latin.]	<i>Opere citato.</i> Similar ao <i>id.</i> , porém quando se reporta a um documento intercalado.
Siglas	<i>Sic.</i> [latin.]	Assim, desta forma.
	ASC	Grupo de Pesquisa 'Arquitetura, Subjetividade, Cultura'
	ARCA	Arquivo Histórico Municipal de Campo Grande
	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
	MS	Mato Grosso do Sul
	PMCG	Prefeitura Municipal de Campo Grande
	PROARQ	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
	RJ	Rio de Janeiro
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 "Ser feliz na avenida"	228
Anexo 02 Roteiro Preliminar para Entrevista	231
Anexo 03 Roteiro Focalizado para Entrevistas	234
Anexo 04 Roteiro para Diário de Campo	238
Anexo 05 Mapa-Chave de Localização	241

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Distribuição EP por faixa etária. [VMD, 2007]	107
Gráfico 02	Distribuição EP por sexo. [VMD, 2007]	108
Gráfico 03	Distribuição EP por ocupação. [VMD, 2007]	108
Gráfico 04	Distribuição EP por naturalidade. [VMD, 2007]	109
Gráfico 05	Distribuição EP por tempo de vivência em CG MS. [VMD, 2007]	109
Gráfico 06	Distribuição EF por faixa etária. [VMD, 2007]	115
Gráfico 07	Distribuição EF por sexo. [VMD, 2007]	115
Gráfico 08	Distribuição EF por ocupação. [VMD, 2007]	116
Gráfico 09	Distribuição EF por meio de transporte à AP. [VMD, 2007]	136
Gráfico 10	Distribuição EF por setor na AP. [VMD, 2007]	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Etapas e métodos previstos. [VMD, 2007]	07
Tabela 02	Alternância de etapas metodológicas. [VMD, 2007]	09

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Campo Grande no Brasil. [site PMCG, em 17 07 07]	15
Figura 02	Campo Grande no Mato Grosso do Sul. [site WIKIPÉDIA, em 17 07 07]	15
Figura 03	Inserção da AP na malha urbana em 1909. [VMD, 2007]	15
Figura 04	Inserção da AP na malha urbana atualmente. [VMD, 2007]	15
Figura 05	Vários momentos de uma mesma avenida. [VMD, 2007]	16
Figura 06		
Figura 07		
Figura 08		
Figura 09 Figura 10 Figura 11	Skyline de Campo Grande em 1912, 1939 e 2000, respectivamente - diferentes momentos do seu processo de adensamento geração de vazios e verticalização. [ARRUDA, 2002a: 107, 251]	19
Figura 12	Planta Original do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, em 1909 – primeira intervenção no desenho urbano de Campo Grande. A Av. Afonso Pena foi originalmente batizada de Av. Marechal Hermes; e a antiga R. Velha foi quem recebeu o nome de R. Afonso Pena. [ARCA nº. 12, 2006: 06]	21
Figura 13	Chegada da Linha Férrea da NOB à cidade, em 1914 – grande influência na reestruturação da cidade em relação ao seu centro urbano. [ARRUDA, 2002a: 27]	23
Figura 14	Planta de Campo Grande, em 1920 – expansão urbana em direção à estação de trem.	23
Figura 15	Transposição da Av. Afonso Pena até o novo Bairro Amambai, de traçado mais sinuoso, em 1939. [site WIKIPÉDIA, em 30 07 07]	25
Figura 16	A Av. Afonso Pena e a modernidade. [VMD, 2007]	25
Figura 17	Plano Urbanístico do Escritório Saturnino de Brito para Campo Grande, em 1941 – primeiro plano diretor, com a implantação de zonas de ocupação e desenvolvimento. [ARRUDA, 2002a: 251]	27
Figura 18	A Pensão Pimentel de outrora resguarda características ecléticas que fazem da atual Morada dos Bais único exemplar remanescente na paisagem contemporânea da AP. [site WIKIPÉDIA, em 30 07 07]	31
Figura 19	A sede do Quartel General, na Av. Afonso Pena, em 1938. [ARCA, nº. 12, 2002: 09]	32
Figura 20	Hoje, o prédio se mantém na Afonso Pena, mas como Museu da FEB. [site PMCG, 2007]	32
Figura 21	“Fordinhos” na Afonso Pena, em frente ao então Passeio Público em 1929, atual Praça Ari Coelho. [ARCA nº. 09, 2003: 66]	33
Figura 22	Praça Ari Coelho já com a Fonte inaugurada e o Pavilhão de Chá, ao fundo, anteriormente à sua demolição. [VMD, 2007]	33

Figura 23	Inauguração do Relógio, em 1933. [ARRUDA, 2002a]	34
Figura 24	O Relógio, no cruzamento da Av. Afonso Pena e R. 14 de Julho. [VMD, 2007]	34
Figura 25	Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro compõe a paisagem da AP até os dias de hoje. [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]	35
Figura 26	Obelisco marcava antigo limite da cidade, mas hoje está incorporado à área urbana expandida. [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]	35
Figura 27	Cine Alhambra, situado na Afonso Pena, entre a R. 14 de Julho e Av. Calógeras, em 1935. [ARCA n°. 08, 2002: 06]	36
Figura 28	Saída da sessão no Cine Santa Helena, década de 30. [ARCA n°. 12, 2006: 04 Revista Folha da Serra, década de 30]	36
Figura 29	O antigo prédio da Prefeitura de Campo Grande, na Av. Afonso Pena, década de 20. [ARCA n°. 09, 2003: 66]	37
Figura 30	Desfile de 07 de Setembro das alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1941. [ARCA n°. 10, 2004: 20]	37
Figura 31	Vista aérea de Campo Grande, em destaque a Av. Afonso Pena, em 1938. [ARRUDA, 2002a]	38
Figura 32	A Av. Afonso Pena ao longo da cidade de Campo Grande hoje. [DelBianco]	38
Figura 33	O canteiro central no trecho da Avenida em frente à Praça do Rádio.	39
Figura 34	Construção de estacionamento e calçamento em petit-pave, déc. 70 [BUAINAIN, 2006, 123]	40
Figura 35	AP e suas árvores antes da derrubada de alguns exemplares sugeridas por Burle Marx. [BUAINAIN, 2006, 113]	40
Figura 36	Atual local do Relógio, relocado no canteiro central da Afonso Pena, esquina com a Av. Calógeras. [site PMCG, 2007]	42
Figura 37	Obelisco hoje na Av. Afonso Pena. [VMD, 2007]	42
Figura 38	A área onde se concentram os hotéis. [VMD, 2007]	44
Figura 39	O antigo Albergue Noturno, imagem do abandono. [VMD, 2007]	44
Figura 40	O prédio na lateral, mais conhecido como 'pombal' e mais ao fundo, sob as árvores do canteiro, o trecho chamado de 'pedra', onde se efetuam troca de bens móveis e imóveis. [VMD, 2007]	44
Figura 41	Retrato do trecho mais central. [VMD, 2007]	45
Figura 42	Colégio Estadual Joaquim Murtinho, ao fundo. [VMD, 2007]	45
Figura 43	O canteiro ocupado pelas vagas à 45°. [VMD, 2007]	45
Figura 44	Detalhe do Paço Municipal. [VMD, 2007]	46
Figura 45	Um dos bares que se torna um atrativo à noite na AP. [VMD, 2007]	46

Figura 46	O SESC na AP. [VMD, 2007]	46
Figura 47	A Av. Pena em seu trecho mais à leste. [ARCA n°. 10, 2006: 00]	47
Figura 48	Cruzamento da AP com a av. Ceará antes da implantação elevada do viaduto. [BUAINAIN, 2006: 190]	48
Figura 49	Avenida Afonso Pena no trecho sobre o viaduto da Av. Ceará. [VMD, 2007]	48
Figura 50	Vista da Av. Ceará para o Viaduto que sustenta a Av. Afonso Pena [GOOGLE EARTH, 2007]	48
Figura 51	O movimento noturno dos jovens e seus "possantes". [GOOGLE EARTH, 2007]	50
Figura 52 Figura 53	A implantação do Shopping na Av. Afonso Pena foi feita a partir de um aterramento de acentuado desnível, resultando em marcante talude. [VMD, 2007]	51
Figura 54 Figura 55	Parque das Nações Indígenas, situado ao longo da Avenida Afonso Pena, em sua extremidade leste. [ARCA n°. 08, 2002: 50 VMD, 2007]	51
Figura 56	Praça Ari Coelho, a primeira da cidade. [GOOGLEEARTH, em 22 01 08]	52
Figura 57	Praça da República, também conhecida como Praça do Rádio, pela proximidade com a sede do tradicional Rádio Clube. [site WIKIPÉDIA, em 21 03 07]	52
Figura 58	Mapa Fundo-Figura [VMD, 2008]	54
Figura 59	Mapa Uso-Ocupação [VMD, 2008]	55
Figura 60	Mapa Gabaritos [VMD, 2008]	56
Figura 61	Encadeamento etapas de pesquisa. [VMD, 2008]	99
Figura 62	Distribuição EP por local de residência. [VMD, 2008]	136
Figura 63	Mapa de Setorização. [VMD, 2008]	141
Figura 64	Distribuição dos entrevistados na EF por setor na AP. [VMD, 2007]	143
Figura 65	Diversidade na Avenida. [ARCA]	149
Figura 66	Pausa na Praça Ari Coelho para assistir a performances culturais. [VMD, 2007]	151
Figura 67	Pausa na Praça do Rádio para descanso e conversas. [VMD, 2007]	151
Figura 68	Praça Ari Coelho, na porção central da Avenida Afonso Pena. [QUAPÁ, em 24 04 06]	153
Figura 69	Praça da República, conhecida como Praça do Rádio, também na porção central da Avenida Afonso Pena. [GOOGLEEARTH, em 22 01 08]	155
Figura 70 Figura 71 Figura 72 Figura 73 Figura 74	Os marcos da AP: Shopping Campo Grande, Obelisco, Praça Ari Coelho, Praça do Rádio e Relógio, respectivamente. [site SKYSCRAPER, em 14 06 08]; [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]; [VMD, 2007]; [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]; [ARCA 08, 2002]	157
Figura 75	Vista aérea no setor 'Altos' da Afonso Pena. [ARCA n° 09, 2003: 16]	160

Figura 76 Figura 77 	A implantação do Shopping na AP pouco o revela para a avenida, mas sua pregnância como símbolo torna-o referência na paisagem. [VMD, 2007]	161
Figura 78 	A exuberância verde da natureza nos Altos. [VMD, 2007]	162
Figura 79 Figura 80 	Lazer e recreação no entardecer na avenida – esporte e roda de tereré com a paisagem natural. [ARCA nº 10, 2003: 54]; [VMD, 2007]	164
Figura 81 Figura 82 	Os jovens chegam na avenida nas noites de fim de semana e muitas vezes os encontros resultam em ações violentas. [VMD, 2007]	166
Figura 83 	A topografia mais elevada da avenida neste ponto é um dos fatores de sua nomeação como Altos. [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]	168
Figura 84 	Os encontros e feiras são formas de incentivo ao convívio de diferentes usuários no setor da AP. [GOOGLE EARTH, em 22 01 07]	169
Figura 85 Figura 86 	Os condomínios residenciais fechados, alguns deles com acessos exclusivos a partir da AP, confirmam a área como território da classe de maior renda. [VMD, 2007]	170
Figura 87 	Afonso Pena na visão aérea no setor do Jardim dos Estados. [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]	172
Figura 88 Figura 89 	As residências na Afonso Pena que compõe o Bairro Jardim dos Estados. [VMD, 2007]	173
Figura 90 Figura 91 	O bairro residencial vem se transformando, aos poucos, em local de comércio e prestadoras de serviços. [VMD, 2007]	173
Figura 92 Figura 93 Figura 94 	Alguns dos vários bares que, ao cair da noite, transformam a paisagem da AP em oposição ao esvaziamento diurno. [VMD, 2007]	174
Figura 95 Figura 96 	Detalhes do tratamento paisagístico dos canteiros centrais mais ornamentados. [GOOGLE EARTH, em 22 01 08]	176
Figura 97 	O alto tráfego na área é constante referência nos depoimentos dos usuários, que se sentem inseguros em relação a esse fato. Aqui vemos a AP em cruzamento com a R. 25 de Dezembro. [VMD, 2007]	176
Figura 98 	Vista aérea parcial da Afonso pena no setor do Centro. [GOOGLE EARTH, em 22 01 07]	179
Figura 99 	A Afonso Pena em seu cruzamento com a R. 14 de Julho. Ao fundo, Praça Ari Coelho. [VMD, 2006]	180
Figura 100 	O canteiro central da AP, no setor central, serve também ao convívio de seus usuários. [VMD, 2007]	181
Figura 101 	O famoso canteiro central da AP, conhecido como Pedra, onde há grande interação e convívio masculino através da negociação de vendas de automóveis. [VMD, 2007]	181
Figura 102 	Adensamento do tráfego de carros na porção central da AP. [VMD, 2007]	182
Figura 103 	Exemplar das originais residências militares, é raro, mas perpetua-se na paisagem do Bairro Amambai. [VMD, 2007]	184

Figura 104 Figura 105 	O Bairro ainda é residencial, abrigando moradias de classe média e baixa. Observa-se a falta de manutenção das edificações e calçadas, que refletem o descaso pela área. [VMD, 2007]	184
Figura 106 	A Afonso Pena, no altura do Bairro Amambaí, também é elevada, mas não considerada 'alta' por fatores sociais negativos. [GOOGLEATRH, em 22 01 08]	185
Figura 107 	A curta curva da AP também contribui para a diminuição da percepção de sua perspectiva elevada. [VMD, 2007]	185
Figura 108 	Igreja Perpétuo Socorro, no Bairro Amambaí. [VMD, 2007]	186
Figura 109 Figura 110 	A área hoteleira se torna um atrativo para os taxistas, inclusive no canteiro central, vistos nas imagens mais ao fundo. [VMD, 2007]	188
Figura 111 	O Albergue Noturno, abandonado há anos, também expressa o abandono, servindo de abrigo aos andarilhos da região. [VMD, 2007]	191

RESUMO

PASSEIO NA AVENIDA...**Estudo sobre valores e significados da Av. Afonso Pena em Campo Grande | MS**

VICTORIA MAURICIO DELVIZIO

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Resumo da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído.

Palavras-chave | cidade, espaço público urbano, Avenida Afonso Pena, lugar, significado.

A pesquisa propõe, a partir de uma revisão de conceitos antropológicos e sociológicos sobre o tema da cultura e da cidade [GEERTZ, 1989; DAMATTA, 1986; JACOBS, 2000; dentre outros], explicitar aspectos culturais, históricos, morfológicos e funcionais que se relacionam com o espaço público da rua e sua apreensão como Lugar [TUAN, 1983]. Adotou-se o estudo de caso a Av. Afonso Pena, na cidade de Campo Grande | MS, na qual se faz uma investigação dos valores e significados que emergem através da vivência do usuário ao longo de toda sua extensão. Apoiando-se na “*análise etnotopográfica*” [DUARTE, 2006] do espaço arquitetônico, na abordagem e entrevistas dos usuários, além da própria observação da avenida em questão, foram identificadas categorias que permitiram compreender a atribuição desses valores e significados: Memória, Identidade, Fluxo, Limite. No caso de Campo Grande | MS, pudemos ratificar a Av. Afonso Pena como retrato da sociedade local no que diz respeito à sua relação com o próprio fato urbano, e, reforçar assim, a necessidade de manutenção dos espaços livres públicos através da sua vivência. O estudo foi realizado a partir das relações estabelecidas entre a sociedade campo-grandense e o espaço em que ela está inserida, enfatizando o papel desenvolvido pela avenida, segundo a interação entre estrutura urbana e cotidiano social. A pesquisa constitui parte nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Arquitetura, Subjetividade e Cultura | PROARQ, e desse modo, a partir das análises desenvolvidas, contribuimos para o entendimento da relevância da rua, no conjunto de espaços livres públicos que a cidade proporciona, na promoção da sua cultura.

Rio de Janeiro | Junho de 2008

ABSTRACT**WALK IN THE AVENUE...****Study on values and meanings of Afonso Pena Ave. in Campo Grande | MS**

VICTORIA MAURICIO DELVIZIO

Advisor: Prof. DSc. Cristiane Rose de Siqueira Duarte

Summary of the Master's Thesis submitted to the Postgraduate Program in Architecture, School of Architecture and Urbanism, Federal University of Rio de Janeiro, as part of the necessary requirements to obtain the title of Master of Science in Architecture, line of research Culture, Landscape and Built Environment.

Key-words | *city, urban public space, Afonso Pena Avenue, place, meaning.*

The research suggests, from a review of sociological and anthropological concepts on the theme of culture and the city [GEERTZ, 1989; DAMATTA, 1986; JACOBS, 2000; among others], point cultural, historical, functional and morphological which relate to the public space on the street and its seizure as Place [TUAN, 1983]. It was adopted the case study Avenue Afonso Pena, in the city of Campo Grande | MS, in which an investigation is done through the values and meanings that emerge through the user's experience on throughout its length. Relying on the "ethnotopography analysis" [DUARTE, 2006] of architectural space, the approach and interviews of users, in addition to the observation of the avenue in question, were identified categories that allowed us understanding the allocation of these values and meanings: Memory, Identity, Flow, Boundary. In the case of Campo Grande | MS, we were able to ratify the Avenue Afonso Pena as a portrait of local society with regard to its relationship with the very urban fact, and thus enhance the need for maintenance of free public spaces through their experience. The study was conducted from the relationship between the local society and space in which it is embedded, emphasizing the role played by the avenue, according to the interaction between urban structure and social daily life. The research is partly the work undertaken by the Group of Research 'Architecture, Subjectivity and Culture' | PROARQ, and thus, from the analyses developed, contributed to the understanding the relevance of the street, at the many free public spaces that the city provides, in promoting their culture.

Rio de Janeiro | June 2008

*Como em quase todas as cidades
há uma avenida onde passa o gado
Em minha terra também existia
uma avenida sobre o meu passado
E foram tantas tardes de sol claro
tantas e tantas nuvens de poeira
que esta avenida hoje traz meu nome
depois de ser estrada boiadeira*

*Velha avenida
onde deixei rastro de infância
que virou saudade
e hoje existe em cada esquina
meu nome escrito para a eternidade*

[...]

[Música 'Avenida Boiadeira' | de José Fortuna]



"O espetáculo de uma coisa não é dado com sua existência"

[Regis Debray, 1993. In: Vida e Morte da Imagem. p. 189.]

INTRODUÇÃO

Tomando a cidade como um contexto cultural *“carregado de realizações humanas, intensamente modificado para atender às condições da vida coletiva”* [COLIN, 2000: 119], a intenção, no trabalho que aqui apresentamos, é despertar nossa sensibilidade e aguçar o olhar sobre seus valores e significados, deixando de lado por um momento, os números e racionalismos que regem e limitam, de certo modo, nossa compreensão da cidade como uma máquina.

As cidades são, muitas vezes, pensadas, descritas ou classificadas pelos aspectos gerais que apresentam em comum – morfologia e traçado, sistema viário, potencial econômico, organização política, dentre outros. Porém, a compreensão de uma realidade urbana só se completa com as características que a fazem única: seus habitantes, seus valores culturais e sua cultura.

A cultura, como fenômeno dinâmico que se configura, demonstra-se extremamente difícil de ser definida devido às diversas variáveis que a permeiam. Oriunda do verbete latino *colere*, remete à ação de cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Em nossa abordagem, a concepção de cultura compreende todos os conhecimentos, técnicas, crenças, valores e normas que, em conjunto, cultivados pelo homem, representam o modo de vida de um povo. Ela é plural e construída ao longo da trajetória humana, de sua memória, constantemente vinculada às gerações que se articulam, reinventando os indivíduos e, por consequência, seus modos de se apropriar e qualificar simbolicamente os espaços urbanos, sua identidade. Dentre inúmeras definições de cultura que diversos autores ao longo do tempo tem se empenhado em apresentar, optamos pela aquela que mais se aproxima da perspectiva proposta para esse trabalho, na qual cultura define-se por *“um sistema de códigos aprendidos socialmente, transmitido de pessoa a pessoa, formado por significados compartilhados e reciclados através dos tempos”* [BRASILEIRO, 2007a: 16].

A partir de uma teorização interpretativa, GEERTZ [1989: 23] frisa: *“a cultura, esse documento de atuação, é portanto pública”* - sentença que é de fundamental importância para nosso posicionamento. Por mais que uma ação resulte de uma intenção individual do ator que a encena, a atribuição de significado do ato recai na interpretação por parte do[s] expectador[es]: a ação é minha, mas o significado dela só se valida através da interpretação que os outros fazem dela. Para explicar sua colocação, o autor defende que a cultura é de propriedade comum, pois o significado que desperta no grupo que a detém também o é. Dessa forma, fica claro, para o presente trabalho, que o espaço público urbano é ao mesmo tempo palco e produto das manifestações culturais coletivas por natureza, valorizado não apenas por seus atributos físicos, mas também pelas qualidades que quem o usufrui é capaz de aferir - posicionamento teórico tomado pelo ASC - Grupo de Pesquisa “Arquitetura Subjetividade e Cultura”, do Proarq|FAU|UFRJ e pelo qual cremos ser possível apreender e perpetuar o

valor simbólico da cidade, aspecto que “*diz respeito às possíveis conexões conceituais existentes entre o espaço – concreto e visível – e as idéias, conceitos, valores ou significados – invisíveis e intangíveis [...]*” [RIBEIRO, 2003: 17].

Se posicionando contrariamente aos princípios modernistas e ortodoxos que moldaram de forma agressiva muitas das cidades contemporâneas, JACOBS [2000] parte da escala de compreensão do usuário [e da cultura a qual ele pertence], a fim de resgatar o espaço público da cidade, em destaque a rua¹, como manifestação do contato mútuo entre as pessoas e como catalisador da formação de uma coletividade.

Para apresentarmos a problemática presente nesta pesquisa, devemos recorrer à abordagem do espaço público urbano e sua qualificação através da apreensão simbólica que usuários fazem dele.

A cidade e seus espaços vêm sendo estudados por arquitetos, antropólogos, psicólogos, geógrafos, cada um com seu olhar específico, mas todos voltados à promoção de questionamentos a fim de se reconhecer valores, em especiais, aqueles coletivos.

Os espaços puramente, na sua esfera física, não são capazes de explicitar esses valores; é a relação afetiva de nós, cidadãos, para com eles, que lhes dá importância, elevando-os à qualificação de Lugar [TUAN, 1983]².

Quando chegamos a uma cidade, nossos olhos percebem cores, volumes, luzes e sombras, pessoas, trânsito, ruas. Quando moramos na cidade, os elementos que a compõem, tais como: edificações, praças, calçadas, monumentos passam a fazer parte de nós assim como nossa casa. Na esfera coletiva, este imaginário nos pertence, é um pedaço de nós. [COSTI, 2002: 01]

COLIN [2000] lembra que, em cidades menores, todos os habitantes usufruíam dos espaços urbanos em proporção equilibrada, tanto dos equipamentos, como parques, teatros e praças, como também dos serviços urbanos, como transporte, água e iluminação. A partir da evolução tecnológica, que culminou no processo de

¹ Neste trabalho, quando falamos ‘rua’ estamos considerando o conjunto do logradouro público por inteiro, ou seja, de uma linha de fachada até a sua linha oposta e|ou paralela, incluindo calçadas, pistas de rolamento e canteiros centrais.

² A fim de distinguir o conceito de Lugar [TUAN, 1983], toda referência ao mesmo será feita pela sua grafia iniciada pela letra inicial maiúscula.

industrialização e, por conseguinte, na divisão do trabalho, o espaço urbano se contagiou dessa estratégia de divisão, tornando seus espaços zoneados, segundo um uso, e assim, iniciando um processo de fragmentação, tanto do espaço urbano em si, como da apreensão que o homem faz do mesmo:

[...] as pessoas perdem o conhecimento integral de suas fisionomias, de suas paisagens, perdendo conseqüentemente a capacidade de apropriar-se simbolicamente de seus espaços, de sentir que tal rua ou tal praça lhe pertence porque é lá que está sua casa, é acolá que seus filhos brincam... [COLIN, 2000: 94]

Da mesma forma que JACOBS [2000], cremos que a fragmentação na leitura da cidade não fortalece sua diversidade simbólica. *“Para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados”* [JACOBS, 2000: 158]. É justamente essa sobreposição de valores, de apropriações, de vivências, que possibilita a real compreensão do fenômeno complexo da cidade. Também nesse sentido de diversidade, PARK [1916 in VELHO, 1979: 62] acredita na variedade de espaços, que é essa atração que a metrópole exerce, *“[...] ao fato de que a longo prazo cada indivíduo encontra em algum lugar entre as variadas manifestações da vida citadina o tipo de ambiente no qual se expande e se sente à vontade [...]”*.

Tomamos, assim como TUAN [1983] aponta, que *“‘espaços’ transformam-se em ‘lugares’ quando permitem que a pessoa desenvolva afetividade em relação a este local e isso só é possível através da experiência do espaço”*. A partir de sentimentos espaciais, um indivíduo ou um grupo pode estabelecer ligações e escalas de valores defronte a um espaço.

DAMATTA [1998] refere-se à cultura como um modo de fazer coisas, de pensar questões e de expressar idéias. Nossa postura relacionada com o espaço urbano não deve se restringir, portanto, às intervenções diretas sobre os espaços criados. É fundamental incluir, ainda, considerações sobre seu aspecto simbólico, demandas físicas e psicológicas dos grupos a que se direciona e também da cultura ligada à localidade em que se insere, principalmente pelo fato de que cada sentimento humano constrói o espaço e o tempo de um lugar ao seu próprio modo.

Se a rua é o espaço da cidade, como colocamos anteriormente, é também ela capaz de ser experienciada e representar valores e significados para o cidadão, mas que sejam comuns ao seu grupo, pois *“além de ser uma propriedade das cidades, deve ser*

reconhecida como o princípio que as torna cidade” [SANTOS; VOGEL; MELLO, 1985: 79]. Por isso, o caso da Av. Afonso Pena se torna interessante de ser introduzido nesse tipo de análise, pois, quando levamos em conta que sua espacialidade abriga não só os fatores concretos que a cidade precisa, poderemos decantar também sentimentos que a conectam com seus usuários, e que, podem, então, constituir-la em um reconhecido Lugar.

O sítio natural onde surgiu Campo Grande [CG] mostra sua grande influência na configuração atual da cidade, pois foi o grande facilitador da sua ocupação, tendo em vista suas características praticamente planas, com suaves ondulações e baixa declividade. Desse modo, mostrou-se plausível sua ordenação central, onde ainda remanesce o traçado ortogonal, originário do modelo de tabuleiro de xadrez de onde partem as vias de acesso, onde se insere nossa avenida de estudo, a Afonso Pena. Devido à sua formação urbana sempre vinculada a sua vocação de rota comercial e migratória, Campo Grande foi se estabelecendo como uma localidade predominantemente comercial e de prestação de serviços. Nesse interim, a Av. Afonso Pena foi se consolidando como um eixo estruturante no desenho da cidade, ao mesmo tempo em que passou a desempenhar papel atrativo para edifícios e estabelecimentos que visavam notoriedade.

Porém, essa relação funcional não é a única regente dos acontecimentos observados num espaço livre como uma rua ou avenida. Assim, para a análise global de um local tão especial quanto a Avenida Afonso Pena [AP]³ é preciso identificar as informações impregnadas não somente na sua espacialidade, mas também no envolvimento da situação que o qualifica, das variantes sensoriais, ambientais, sociais, culturais, dentre outras que podem estar atreladas ao significado que esse espaço pode adquirir.

Por essas colocações, **consideramos que a importância de uma rua como a Av. Afonso Pena ultrapassa os fatores de ordem prática.** Assim, nos parece que essa avenida se faz presente na paisagem urbana, estruturando a cidade tanto economicamente quanto funcionalmente. Mas **será que é somente isso que lhe faz ser importante?**

OLIVEN [1980: 36 *apud* BRASILEIRO, 2007b: 04] defende que “[...] por trás daquilo que é considerado, de uma forma não questionada, uma uniforme cultura de massa urbana, muitas diferenças se escondem [...]”. Essa afirmação vem exatamente de encontro ao nosso estudo, pois elevar um fato que é tido como um conhecimento leigo [AP ser uma avenida tida como ‘importante’] ao questionamento no âmbito acadêmico, proporciona a ‘descoberta’, por meio de um suporte teórico e científico, das diferenças que solidificam seus valores e significados latentes, admitidos à priori inconscientemente.

³ De modo a oferecer uma leitura mais dinâmica ao longo da dissertação, optamos por utilizar a abreviação **AP** para designar a Avenida **Afonso Pena**.

SOMMER [1979: 134] revela que *“sempre acreditei no valor das perguntas ingênuas. [...] A razão talvez seja porque a pergunta nunca é feita”*. Assim, é necessário o questionamento de como e por quais motivos certo lugar se torna um símbolo para aquele grupo em particular, como é o caso da Av. Afonso Pena em Campo Grande|MS. **Se ela é realmente a grande avenida, quais são os valores e significados que propiciam ao campo-grandense reconhecer a Afonso Pena como tal símbolo de sua própria sociedade, é a reflexão que nos propomos fazer e discutir.** Dessa forma, acreditamos que haja valores e significados ainda não investigados que dão caráter a essa avenida, como um todo ou em ambiências diferenciadas, e que possibilitam a sua percepção como um lugar representativo da sociedade campo-grandense.

Para tanto, nos basearemos em leituras de autores que compartilhem dessa abordagem [TUAN, 1983; DAMATTA, 1998, JACOBS, 2000; GEERTZ, 1989]. A produção bibliográfica do Grupo de Pesquisa Arquitetura, Subjetividade e Cultura|PROARQ também subsidiará futuras discussões e referências literárias sobre a cidade e a apreensão do seu espaço na compreensão dos valores de lugar e vivência cotidiana de uma identidade compartilhada [DUARTE, 1988, 2006; MANCEIRA, 2005; BRASILEIRO, 2000, 2007 a|b; SANTANA, 2005].

A questão central da pesquisa que está na base desta dissertação é analisar a vivência do espaço livre público urbano através da sua relação com seus usuários, em função de valores simbólicos a ele atribuído, tanto individuais, mas, principalmente, coletivos. Para evidenciar essa investigação, partiremos do estudo de caso da Av. Afonso Pena, anteriormente mencionado, o qual será melhor abordado adiante. Por esse motivo, nos apoiamos nos seguintes objetivos:

- conhecer a leitura que a comunidade local faz de Campo Grande como um todo, tendo como fio condutor o conjunto da Av. Afonso Pena, através da percepção por parte dessa comunidade acerca dos elementos expressivos de seu cenário urbano, investigando a questão da experiência urbana dentro de uma perspectiva cultural e temporal, enfatizada pelos aspectos culturais e subjetivos da vida urbana;
- aprofundar o estudo das variáveis históricas, sociais, arquitetônicas e urbanísticas da Av. Afonso Pena, a fim de ratificar sua relevância para a sociedade e cidade em que se insere;

- verificar a intensidade de relacionamento da população campo-grandense com a Avenida Afonso Pena, através da percepção por parte dessa comunidade;
- identificar os valores e significados atribuídos à avenida pela população residente e/ou usuária ao longo da área de estudo, uma vez que não existem trabalhos dessa natureza relacionados a esse espaço público tão importante para a cidade de Campo Grande.

A presente pesquisa parte da análise do Lugar sob a ótica de estudos de cunho etnográfico, ou seja, do entendimento que o homem urbano se relaciona e atribui valores ao espaço da cidade através do conjunto entre espacialidade física, organização social e formação cultural particular em que se situa.

Esse posicionamento mostra-se importante, principalmente pelo fato da inserção do pretendido estudo no conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa 'Arquitetura Subjetividade e Cultura', do Proarq | FAU | UFRJ. Tal temática de pesquisa vem buscando uma sistematização e continuidade de estudos através da *"análise etnotopográfica"* [DUARTE *et alii*, 2006], utilizando-se de ferramentas e conceitos da sociologia, antropologia, psicologia, filosofia, dentre outras ciências sociais, para a compreensão do espaço construído, na esfera da arquitetura e do urbanismo, através do conhecimento do homem, da sociedade e da cultura que o sustenta.

Para tanto, o presente estudo foi realizado dando uma grande ênfase às relações estabelecidas entre a sociedade campo-grandense e o espaço em que ela está inserida, enfatizando o papel desenvolvido e, especificamente, a representatividade simbólica evocada pela Avenida Afonso Pena na construção da identidade local e da sua cultura.

O trabalho de pesquisa foi feito em três etapas [Tab. 01] distintas e articuladas entre si para estruturar o processo metodológico: [1] fundamentação teórica, [2] a pesquisa de campo e [3] análise de dados.

Tabela 01 |

Etapas e métodos previstos.

[VMD, 2007]

ETAPA	DESCRIÇÃO	MÉTODO
1ª	Fundamentação Teórica	Análise documental, literária e gráfica
2ª	Pesquisa de Campo	Entrevistas [Preliminares e Focalizadas] Observações Sistemáticas [Diário de Campo]
3ª	Análise de Dados	Análise das etapas anteriores

A **primeira etapa** diz respeito à fundamentação teórica, incluindo os procedimentos de levantamento e revisão bibliográfica sobre a temática do espaço urbano e do estudo de caso, em específico, através de buscas em arquivos disponibilizados na internet e em bibliotecas, podendo-se mencionar as das seguintes instituições: Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul | UFMS, Arquivo Histórico Municipal de Campo Grande | ARCA, Prefeitura Municipal de Campo Grande | PMCG.

Já a **segunda etapa**, representou o período da pesquisa de campo, *in loco*, no estudo de caso escolhido, que compreende sua montagem, aplicação e tratamento dos dados. Constituiu etapa prática investigativa da perspectiva da comunidade local sobre a sua relação com Campo Grande e, principalmente, da formação da identidade coletiva da Av. Afonso Pena.

BRASILEIRO [2007b: 05, grifo da autora] alerta que “[...] a experiência pessoal do pesquisador pode ser útil no reconhecimento de categorias que só emergirão após um período de estudos [impregnação] [...]”. Por isso, evitando a escolha prematura, aleatória ou até pré-conceitual de parâmetros de análise que induzissem nosso estudo da Avenida Afonso Pena, consideramos interessante usufruir do próprio usuário na busca de categorias que nos direcionassem nesse processo.

Assim, tivemos uma etapa Preliminar de Entrevistas, elaborada a fim de se revelar critérios e categorias de análise investigativas do estudo de caso, já que, como dito, “as categorias vão emergindo da própria observação, não estão ‘prontas’ para serem observadas” [BRASILEIRO, 2007b: 05, grifo da autora]. Teve, portanto, o objetivo de testar e garimpar elementos norteadores que amparam a investigação de valores e significados coletivos da Av. Afonso Pena.

Desses relatos colhidos, foram destacados, então, trechos que ilustravam, em primeiro plano, a ocorrência desses elementos balizadores comuns. Os mesmos passaram a constituir as categorias de análise da pesquisa e são apresentados a partir de uma revisão teórica das mesmas [retomando de certo modo a etapa primeira de fundamentação].

Uma vez tendo em mãos essas categorias, prosseguimos em etapa Focalizada de Entrevistas, que visou ressaltar de modo mais satisfatório a compreensão que os usuários da Av. Afonso Pena fazem da mesma, complementar e contribuir para a evolução da pesquisa, permitindo que fossemos à fundo na análise pretendida.

Ambas as etapas de Entrevistas [Preliminar e Focalizada] foram previstas sendo do tipo semi-estruturada e qualitativa, com perguntas abertas, realizadas com a comunidade local e sem critérios econômicos, sociais ou culturais pré-estabelecidos, visando maior diversidade de opiniões.

Paralelamente a essas etapas de Entrevistas e construção das categorias de análise, Observações Sistemáticas [em registro de Diários de Campo] e visitas recorrentes da pesquisadora à área de estudo, amparada por levantamentos físicos, cadastrais e cartográficos [uso, ocupação, volumetria] e fotográficos [sem poses formatadas, mas sim com circunstâncias espontâneas e relevantes], contribuíram com informações importantes que complementam a presente pesquisa. Essas observações foram feitas em variados momentos temporais [hora, mês, dia, etc.] e descrevem as impressões reais, visualizadas e constatadas de fato pela pesquisadora em seu objeto de estudo, o que, em nosso caso, se direciona à Avenida Afonso Pena.

Sobre essas duas ferramentas de trabalho, Observações Sistemáticas e Entrevistas, é preciso ponderar que “[...] a primeira obriga o pesquisador a situar e contextualizar os ‘dizeres’, enquanto que a segunda pode mascará-los, despertando no entrevistado pensamentos que ele não formaria espontaneamente” [BRASILEIRO, 2007b: 03]. Por esse motivo, é que optamos pela conciliação dos dois métodos de investigação, visando a complementariedade de ambos para uma pesquisa mais satisfatória.

Por fim, na **terceira etapa**, análise de dados, efetuamos o cruzamento das reflexões teóricas da fundamentação com os dados práticos investigados na pesquisa de campo, para que fosse possível, em conjunto, analisar as informações e apontar imaginários individuais formadores de uma interpretação coletiva local para a Avenida Afonso Pena que ratificam sua importância para Campo Grande.

Com o intuito de sermos mais explicativos sobre o plano de trabalho elaborado, podemos resumir as etapas e métodos descritos de maneira sucinta [Tab. 02], demonstrando a alternância entre momentos de produção intelectual do texto dissertativo e produção dos subsídios participativos em campo, como segue adiante:

Tabela 02 |
Alternância de etapas
metodológicas.
[VMD, 2007]

[1ª] Fund. Teórica		[2ª] Pesq. Campo		[1ª] Fund. Teórica		[2ª] Pesq. Campo		[3ª] Análise Dados
ANÁLISE DOCUMENTAL, LITERÁRIA E GRÁFICA	>>	ENTREVISTAS PRELIMINARES	>>	CONCEITUAÇÃO DAS CATEGORIAS	>>	ENTREVISTAS FOCALIZADAS	>>	ANÁLISE E CRUZAMENTO DAS ETAPAS ANTERIORES
	>>	OBSERVAÇÕES SISTEMÁTICAS				>>		
		[2ª] Pesquisa de Campo						

Com o processo metodológico utilizado, foi possível investigar algumas das relações sociais e culturais estabelecidas pela comunidade campo-grandense na construção do[s] significado[s] de um ambiente tão singular quanto a Av. Afonso Pena. Foi buscada certa subjetividade no que diz respeito às interpretações individuais de cada usuário que são

fruto da sua experiência cultural, vivência, idade, sexo, necessidades, expectativas, memória, etc.

Essas variáveis, ou outras além, são, segundo TUAN, o que conferem aos usuários a preferência por determinado ambiente. Da mesma forma, o ambiente também responde a essa carga cultural, biológica e psico-social que acompanha seus usuários, pois ambos, espaço e usuário, partilham dos mesmos processos históricos e culturais da sociedade em que se inserem [TUAN, 1980 *apud* MANCEIRA, 2003]. Mesmo sendo conferidos de uma identidade comum por compartilharem o mesmo local de vivência, os usuários estabelecem diferentes interpretações e relações com esse espaço [MANCEIRA, 2003].

Ressaltamos, ainda, que toda ou qualquer outra etapa necessária ao desenvolvimento da pesquisa foi desenvolvida sob supervisão da professora orientadora especialmente sob aspectos de interesse ao trabalho, em reuniões oportunamente programadas.

Para apresentar os resultados da pesquisa a presente dissertação está sendo organizada em capítulos com a estrutura que aqui descrevemos:

Ao longo desta **Introdução**, apresentamos um panorama geral do trabalho. Como já visto, primeiramente tem-se a apresentação do tema da dissertação, juntamente com os objetivos que foram almejados e direcionaram o trabalho. Em seguida, demonstramos os enfoques nas diferentes abordagens escolhidas, por meio de uma estrutura teórica. Por fim, são descritos, de modo geral, os métodos utilizados durante a pesquisa, seguidos, adiante, pela estrutura da dissertação.

O **Capítulo I** situa o estudo de caso em questão, Avenida Afonso Pena, no contexto da localidade em que se insere. Ao debruçar-se sobre questões históricas, sumarizamos a formação e ocupação da cidade de Campo Grande e a evolução da sociedade e do desenho urbano, demonstrando os fatos propulsores que conduziram a atual apropriação e configuração tanto da cidade, como da própria avenida. Com base em informações cartográficas, mapas e fotografias antigas e atuais a leitura do espaço é ilustrada, servindo de subsídio para a análise do espaço estudado.

No **Capítulo II** são expostos os conceitos centrais que direcionam todo o trabalho. Envolvem-se questões como a conceituação dos espaços livres públicos, o estudo do fenômeno urbano vinculado às dimensões simbólicas e culturais específicas de cada localidade, entre outras. Faz-se a compreensão de como a cidade, a rua e o lugar estruturam a apreensão e dão suporte aos valores e significados de uma sociedade. Em seguida, são apresentados os conceitos e assuntos referentes aos quatro temas principais, que constituem as categorias de análise: Memória, Identidade, Fluxo e Limite. Através da análise dessas diferentes categorias teóricas que emergem na investigação de um espaço público, em particular de uma rua ou avenida, são apresentados os diversos mecanismos e meios de influência que as mesmas exercem nesse contexto. Essas categorias apresentam uma determinada estrutura teórica condutora, mas que podem se manifestar na prática em função de uma determinada região ou cultura. Por questões metodológicas, elas serão analisadas separadamente, apesar de compreendermos que todas são constituintes da mesma questão, da percepção urbana.

No **Capítulo III** são explicados os métodos utilizados durante a pesquisa de dissertação, seus objetivos, a elaboração de cada etapa, a caracterização da amostra e o tratamento dos dados. Apresentamos a metodologia que foi utilizada na pesquisa de campo para análise do estudo de caso escolhido [Entrevistas, Observações Sistemáticas e Diários de Campo]. São estabelecidos a conduta de cada método, seus critérios de avaliação e a construção de categorias de análise que acreditamos serem apropriados à investigação do estudo de caso, mas que, de modo geral, estão presentes nas questões de identidade e percepção que envolvem esse tipo de espaço público urbano, a rua.

O **Capítulo IV**, a partir do embasamento adquirido nos capítulos anteriores, apresenta e relaciona os resultados dos diferentes métodos da pesquisa de campo, esclarecendo, de fato, os valores e significados da Av. Afonso Pena que amparam a sua relevância e qualidade como lugar. A estruturação das categorias, fundamentadas em capítulo anterior, é retomada aqui através do rebatimento espacial capaz de conjugá-las à interpretação local.

Por fim, as **Considerações Finais** congregam de modo sucinto a evolução do trabalho que culminou nas afirmações dos valores e significados de nossa avenida estudada. Apresentam-se, ainda, sugestões que viabilizem futuras pesquisas ou venham a subsidiar intervenções diretas no espaço da Afonso Pena.

Cremos, enfim, que nosso trabalho oferece contribuições relevantes ao, primeiramente, acrescer repertório ao rol de estudos da temática da cidade sob a ótica cultural e social; ao propor, em seguida, retratar e desvelar significados e valores simbólicos subjulgados de uma avenida ainda não estudada pelo foco da Arquitetura; e por fim, ao registrar tais significados e expressões coletivas da comunidade local. Não se exclui que, futuramente, essas descobertas possam nortear diretrizes de projetos arquitetônicos e urbanos que envolvam a Av. Afonso Pena em benefício da própria população que a usufrui e vivencia.

*Se o antigo traz o novo
História valeu a pena
Como sangue do seu povo
Cidade nasceu morena
Campo Grande guarda o rosto
Do tempo em que foi pequena
Horizontes são tesouros
Crescer não vai ser problema
Nos quintais e nas mangueiras
Sobrevivem passarinhos
Mesmo hoje quando o asfalto
Já cobriu tantos caminhos
Gente simples, vida mansa
Tradição hospitaleira
Nos meus tempos de criança
Era tudo brincadeira
Fomos índios e caubóis
Conquistando a Afonso Pena
Freqüentando as matinês
Do Alhambra ao Santa Helena.*

[Música 'Morena que vale a pena' |
de Paulo Simões e Celito Espíndola]

CAPÍTULO I | A CIDADE MORENA E SUA GRANDE AVENIDA

Dentre a diversidade de espaços que a cidade nos apresenta, mostrou-se indispensável estabelecer um recorte espacial, a fim de analisar e evidenciar o valor cultural de um lugar urbano específico, principalmente pelo limitado tempo que uma dissertação de mestrado sugere. Não obstante, restringir a pesquisa a um caso específico de estudo contribui para a apreensão mais palpável, direta e plausível dos acontecimentos a que nos dispomos investigar, já que

[...] um estudo de caso não pretende, necessariamente, encontrar o típico ou o médio, mas sim, através de um trabalho mais demorado e intensivo, perceber mecanismos e estratégias sócio-culturais difíceis ou impossíveis de serem captados através de grandes amostragens de enormes universos. [VELHO, 1978: 113, grifo do autor]

Para a aproximação do objeto de estudo em questão, o espaço urbano livre público, onde visamos alcançar os objetivos já traçados e guiar a pesquisa através do processo metodológico pautado na abordagem perceptiva do usuário, tomamos como base o estudo de caso da Avenida Afonso Pena, na cidade de Campo Grande | MS.

Para serem feitas as devidas apresentações, por 'Cidade Morena', referimo-nos à Campo Grande, "nome dado pelo Bispo Dom Aquino Corrêa, devido à poeira levantada do seu chão vermelho e adotado pela população de Campo Grande" [OLIVEIRA NETO, 1999: 21]. Já por 'Grande Avenida', referimo-nos a nosso objeto de estudo, a Av. Afonso Pena [AP], que foi assim intitulada por MACHADO [2000], historiador campo-grandense, em sua publicação homônima.

Campo Grande, fundada em 1872, sendo capital do Estado de Mato Grosso do Sul desde 1979, constitui-se hoje numa das mais importantes cidades da região Centro-Oeste do Brasil [Fig. 01 | 02]; ocupa uma importante posição no âmbito nacional e já alcança 724.524 habitantes, segundo o Censo 2007 | IBGE.

Figura | 01

Campo Grande no Brasil
[site PMCG, em 17 | 07 | 07]

**Figura | 02**

Campo Grande no Mato Grosso do Sul
[site WIKIPÉDIA, em 17 | 07 | 07]



01

02

A Av. Afonso Pena data do primeiro plano de desenvolvimento urbano da cidade, o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, de 1909 [Fig. 03]. Desde então, tem presenciado as diversas transformações urbanas, políticas, econômicas e sociais que conformaram e marcaram o desenvolvimento de Campo Grande nesse interim até a atualidade.

Outro aspecto relevante sobre a referida rua, é o fato dela fazer parte do núcleo central da cidade, mas ao mesmo tempo, atravessar outras zonas da cidade, o que lhe confere formas bem distintas de ocupação, densidade, função, dentro da organização urbana de Campo Grande [Fig. 04].

Figura 03 |

Inserção da AP na malha urbana em 1909.
[VMD, 2007]

Figura 04 |

Inserção da AP na malha urbana atualmente.
[VMD, 2007]



03



04

Cientes dessas características, apresentamos a Av. Afonso Pena como um espaço urbano rico em situações de uso, com uma dinâmica variada, ao que se soma uma carga histórica e presença forte na paisagem da cidade em que está inserida. Essa análise empírica já fornece pistas de que diferentes relações com seu conjunto e com seu usuário acontecem [Fig. 05 | 06 | 07 | 08].

Figura 05, 06, 07 e 08 |

Vários momentos de uma mesma avenida.
[VMD, 2007]



05



06



07



08

Paralelamente a esses dados que encaminharam a escolha de nosso caso de estudo, em particular, levamos em conta também a ocasião da pesquisadora, graduada arquiteta e urbanista, ser natural dessa cidade. Esse fato, além de ter sido decisivo para o questionamento inicial de nossa pesquisa, incitando o desejo de investigar pioneiramente a Avenida Afonso Pena através do olhar da Arquitetura, contribuiu, inclusive, para a

facilidade operacional de aplicabilidade de pesquisa de campo e investigação sob a abordagem pretendida.

A proximidade tanto física quanto afetiva podia parecer, a princípio, uma determinante tendenciosa na conduta da pesquisa. Porém, assim como MAGNANI [2004: 02], acreditamos que *“não se trata, contudo, de substituir uma forma de olhar pela outra [...], mas de uma postura que procura incorporar os diferentes olhares, as muitas versões, os vários comentários, nem sempre consensuais”*. Ou seja, a visão profissional e técnica da pesquisadora pode satisfatoriamente atrelar-se à visão informal e leiga do livre transeunte que experimenta a Afonso Pena. Frisamos, então, que ao invés de contaminar ou desvirtuar, essa soma é, pelo contrário, válida ao enriquecimento e à ratificação do papel exercido pela Av. Afonso Pena no contexto urbano de Campo Grande.

Começamos nossa exposição a partir da revisão daqueles acontecimentos que se relacionam à consolidação do espaço público da Av. Afonso Pena no contexto urbano de Campo Grande. Considerando que *“[...] a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso”* [CARLOS, 1996: 26], tal processo se faz necessário, uma vez que a investigação dos valores e significados da avenida pode estar enraizada também na formação do seu conjunto arquitetônico e evolução urbana, o que poderá estar latente ou desperto na sociedade através de um [re]conhecimento coletivo.

Como forma de apoio ilustrativo a este capítulo, bem como outros trechos da dissertação, foi elaborado um mapa geral, denominado Mapa-Chave [Anexo 05] contendo a marcação das edificações, regiões, ruas, monumentos, dentre outros elementos, que vão sendo referenciados ao longo do texto descritivo. Sugerimos, portanto, que a leitura a seguir seja feita em simultâneo com a consulta ao mapa, de modo à melhor compreensão por parte do leitor.

I.1. BREVE HISTÓRICO

Anteriormente ao ano de 1909, quando foi projetada e implantada como avenida na primeira planta de Campo Grande, não havia dados sobre a Afonso Pena, simplesmente pelo fato dela ainda não existir. Entretanto, para que se faça um melhor entendimento da conjuntura de sua implantação e formação no contexto da cidade, é necessário estabelecer uma retrospectiva histórica local.

I.1.1. Formação de Campo Grande

"Campo Grande surpreende e força a ejeção de adjetivos sinceríssimos. Porque aquilo não é cidade de fim de civilização, de beira - sertão, como o viajante, logicamente é levado a supor. É cidade de começo de civilização, é a coisa mais reconfortadora que em tais alturas alguém possa esperar. [...] Mas o melhor de Campo Grande não é o que Campo Grande já é e sim o que promete ser. Reúnem-se nelas todas as condições favoráveis para uma das grandes futuras cidades do Brasil. [...] parece que o urbanista que lhe traçou as ruas e as praças teve consciência disso. Tudo em Campo Grande é espaçoso, arejado; sua arquitetura é bela."

[Monteiro Lobato, 1948. In: De São Paulo à Cuiabá. apud ARRUDA, 2002a. p. 245]

A verdadeira ocupação do território que hoje constitui o estado de Mato Grosso do Sul iniciou-se com o término da Guerra do Paraguai, a partir de 1870. Porém, anteriormente, em torno de 1830, já havia aqueles que desbravavam a região, em busca dos chamados campos limpos de Vacaria, impulsionados pela conquista de riquezas e patrimônio - *"Eram mineiros e paulistas, que penetravam por Santana do Paranaíba e foram procurar acomodações nas regiões mais propícias ao apascentamento do gado"* [MACHADO, 2000: 139].

Até a chegada do mineiro José Antônio Pereira, fundador de Campo Grande, em 1872, a região de *"planura sem fim"* era solo de ninguém, sem habitantes, servindo apenas de passagem para quem se dirigia ao Norte e Sudoeste do país ou para quem se refugiava após a mesma Guerra [ARRUDA, 2002a]. O próprio fundador da cidade, em 1878, tratou de delimitar na confluência dos córregos Prosa e Segredo⁴ a área onde se deu a ocupação da malha urbana e determinou as posses das primeiras fazendas, todas localizadas a menos de 20km da atual área central da cidade. O núcleo do futuro povoado começou a se formar ao longo da R. Velha [atual R. 26 de Agosto], e teve a sua primeira igreja - a Igreja Santo Antônio, localizada à R. do Padre, em homenagem à José Antônio - erguida em 1879, caracterizando-se, portanto, um tipo de ocupação oposto ao modelo tradicional das cidades brasileiras em torno de um símbolo religioso⁵.

Ainda nessa época, Campo Grande não era mais do que um reduzido povoado, formado de pequenas chácaras dispersas, mas ao mesmo tempo, alinhadas ao longo dessa rua singular. Desse modo, seus habitantes viviam de maneira essencialmente rural,

⁴ Exatamente nessa área de encontro dos dois córregos foi implantado, em 1928, o Horto Florestal de Campo Grande. Hoje, após passar por um projeto de reurbanização na década de 90, configura uma espécie de parque urbano que não produz mais as mudas vegetais para a cidade, mas que ainda carrega o nome original.

⁵ *"Nas cidades brasileiras antigas, a igreja e o poder municipal se instalavam sempre juntos em uma única praça. Isso facilitava o controle de atividades sociais da comunidade"*. [OLIVEIRA NETO, 1999: 32]

regidos pela conduta pacata da moral e do tempo, bem diferentes da contraditória moralidade e velocidade inerentes à vida nas cidades – era já fundada Vila de Santo Antônio de Campo Grande, denominada assim, de 1889 até 1914.

Logo de início, os córregos se constituíram em obstáculos para o crescimento da cidade na direção sul e oeste. A expansão urbana sempre esteve condicionada à existência de bloqueios, atualmente representados por grandes áreas constitucionais - Ministério do Exército, Base Aérea de Campo Grande, Aeroporto Internacional, Cidade Universitária – e pelo traçado sinuoso dos trilhos da Rede Ferroviária Federal – antiga Noroeste do Brasil, que seccionava a trama viária da cidade em vários pontos⁶, assim como pelo próprio leito dos córregos [hoje canalizados]. O crescimento urbano campo-grandense [Fig. 09|10|11] não se deu em grande parte de forma contínua; pelo contrário, áreas loteadas foram surgindo entremeadas de glebas não loteadas e desligadas da trama urbana, o que veio ocasionar um grave problema de vazios urbanos. [PLANURB, 2006]⁷

Figura 09, 10 e 11 |

Skyline de Campo Grande em 1912, 1939 e 2000, respectivamente. Diferentes momentos do seu processo de adensamento | geração de vazios e verticalização. [ARRUDA, 2002a: 107, 251]



09



10



11

⁶ Hoje boa parte dos trilhos que cruzavam a área urbana da cidade já foi removida e a movimentação das cargas, transferida para um novo contorno ferroviário, fora do perímetro urbano.

⁷ Sobre vazios urbanos em Campo Grande, Cf.: EBNER, 1999.

Porém, a especial localização do vilarejo desempenhava a qualidade de elo geográfico, uma vez que inúmeros viajantes por ali passavam em direção a diferentes pontos do país e do continente. Rapidamente, cresceu o número de pessoas que ali circulavam, mas também aquelas que aqui se fixavam visando o fortalecimento mais efetivo de trocas. Primeiramente essas trocas baseavam-se em mercadorias de valor comercial, mas os novos habitantes recém-chegados de outras regiões brasileiras, e até de outros países traziam consigo também novas idéias, costumes e formas de convivência, propiciando ao já então cidadão campo-grandense a absorção de novos padrões culturais constituintes de uma formação plural. Veremos adiante, em nossas análises, que a AP frisa essa vocação de passagem por ser o local na cidade onde todos passam com algum destino e é nela que a vivacidade das novidades é compartilhada por meio das trocas econômicas e sociais.

No ano de 1902, o município foi implantado definitivamente e é aí, então, que realmente nasce o processo de urbanização de Campo Grande, da formação de sua sociedade, refletindo-se na modificação da sua paisagem.

Referenciado nos processos de reorganização urbana do final do século XIX importados da Europa, e a exemplo dos projetos sanitaristas em cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, dentre outras, disseminavam-se melhorias urbanísticas da cidade, também na circulação viária e uma melhor apreciação estética das mesmas. Pautado nesses parâmetros, a fim de harmonizar e organizar as relações entre seus diferentes habitantes e também a relação entre os mesmos e o espaço que ocupavam, em 1905, foi aprovado pela Câmara Municipal local o Primeiro Código de Posturas para a vila de Santo Antônio de Campo Grande.

Tudo isso demonstra que no Código, [...] existia uma constante preocupação em dar uma idéia de urbanidade ao conjunto da sociedade local. [...] proíbe a criação de animais pelas ruas e praças, a condução de gado bravo dentro dos limites da Vila e também pela grande quantidade de artigos destinados a normatizar a utilização, conservação e construção das casas, ruas, praças e demais aparelhos urbanos. [OLIVEIRA NETO, 1999:41]

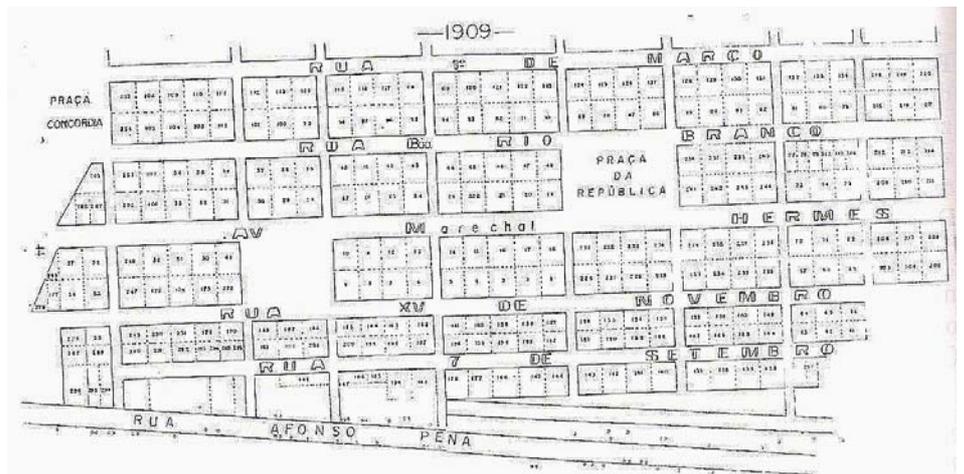
Logo em seguida, *“era necessário, portanto, que essas idéias fossem refletidas na organização espacial do lugar”* [OLIVEIRA NETO, 1999: 41]. Pois, em 1909, foi também aprovado por essa mesma instituição o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças – de onde se origina o projeto da Avenida Afonso Pena -, baseado no ordenamento das áreas públicas e do crescimento de Campo Grande, estabelecendo assim, definitivamente, o

modo urbano de viver [Fig. 12]. De autoria do engenheiro Nilo Javary Barem, através desse plano, deu-se a primeira formatação no seu desenho urbano, elaborando-se os rumos urbanísticos para Campo Grande, que ainda são relevantes até os dias de hoje, num momento em que não se dispunha de traçado de ruas algum. Essa importância do Plano é reconhecida, como comentado abaixo:

[...] Foi importante a sua contribuição para o desenvolvimento de nossa cidade. Depois que elaborou a primeira planta foi que começou o crescimento de Campo Grande, obedecendo a um traçado inteligente, organizado, funcional, dentro dos parâmetros urbanísticos das cidades modernas, com ruas largas, bem direcionadas, que fizeram de Campo Grande a bela cidade tantas vezes elogiada por semelhantes predicados. [MACHADO, 1914 apud ARRUDA, 2002a: 99]

Figura 12|

Planta Original do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, em 1909 – primeira intervenção no desenho urbano de Campo Grande. A Av. Afonso Pena foi originalmente batizada de Av. Marechal Hermes; e a antiga R. Velha foi quem recebeu o nome de R. Afonso Pena. [ARCA nº 12, 2006: 06]



12

Por meio de uma planta estritamente ortogonal, posicionou-se uma avenida central e principal de 54m [a futura Av. Afonso Pena] e demais ruas de 20 e 25m, em quarteirões de 100 a 150m, com 385 lotes projetados de 40x50m e 40x60m. Estabelece-se ainda 03 quadras destinadas a praças, dentre elas as futuras Praça Ari Coelho e Praça da República. A rigidez do plano era tamanha que houve muitas edificações derrubadas para a sua implantação, dentre elas a própria Igreja de Santo Antônio, demolida em 1926, ainda em taipa⁸, mas reconstruída a poucos metros em alvenaria, dando lugar ao traçado da Av. Calógeras. Esse plano ocasionou uma nova hierarquização nas ruas da

⁸ "O único registro existente de uma construção de taipa em Campo Grande e, portanto, do seu sistema construtivo, é a sede da Fazenda Balsamo, atual Museu José Antônio Pereira, localizada a 8km do centro e que foi restaurada em 1999 e está tombada pelo patrimônio municipal. Essa fazenda abrigava a família de Antônio Luiz Pereira, filho do fundador de Campo Grande e foi por ele construída." [ARRUDA, 2001: 24]

cidade, onde a centralidade da originária R. Velha foi transferida à Av. Afonso Pena, que se tornou o novo eixo de desenvolvimento e atração de Campo Grande.

O aspecto da vila observada de qualquer das estradas que a demandam, é interessante e agradável à vista do viajante [...] As ruas e praças que obedecem a um inteligente traçado, são amplas, tendo duas avenidas. A praça principal está sendo ajardinada e será em breves dias um formoso logradouro público. [...] Ainda as artérias principais de trânsito são iluminadas com luz a querosene, porém, já está aberta a concorrência para a iluminação elétrica. [...] [MACHADO, 1914 apud ARRUDA, 2002a: 24]

Outro fato importante para essa configuração em malha, foi a Demarcação do Rossio⁹ do Patrimônio de Campo Grande, de 1910, “ato equivalente ao perímetro urbano atual” [ARRUDA, 2002a: 101], que já estabelecia as zonas urbana, suburbana e rural. Projetada e executada pelo engenheiro Themistocles Brasil, a demarcação veio a complementar as diretrizes do Plano de Alinhamento anterior:

[...] trazia em apêndice um [sic] planta de rossio, na qual novas ruas foram traçadas, complementando o quadrilátero cuja porção inicial fora logicamente desenhada pelo Sr. Nilo Javary Barem, ao longo das edificações existentes. A localização da estação da Noroeste no ponto em que está vem posteriormente concretizar o desenvolvimento do quadrilátero. [CAMPOS, 1939 apud ARRUDA, 2002a: 103]

Essa transformação da realidade rural em urbana foi acelerada com o projeto de implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a qual através da passagem por Campo Grande, se propunha a ligar Bauru | SP à Corumbá | MS¹⁰. Inaugurada em 1914, a linha férrea intensificou a imigração para o entreposto campo-grandense, atraindo cada vez mais pessoas que comercializavam, circulavam e sociabilizavam [Fig. 13]. Os próprios operários que aqui chegaram para fixar os trilhos que outros iriam percorrer acabaram por assentar-se na cidade. A qualidade de entroncamento desempenhada pela Vila de

⁹ “Terreno que antigamente era roçado, cultivado e aproveitado pelos habitantes que recolhiam e distribuíam entre si os respectivos frutos”. [DICIONÁRIO MICHAELIS. [on line]. Disponível via WWW no URL <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=rossio>>. Capturado em 21 | 01 | 08].

¹⁰ Os estudos iniciais datam de 1903, de autoria do engenheiro Emílio Henri Aramand Schnoor, que na verdade concebeu a ligação de um oceano Atlântico ao Pacífico, a qual ainda hoje não foi totalmente implantada, retardando a ligação transcontinental. [ARRUDA, 2002]

Campo Grande favoreceu sua inclusão no itinerário ferroviário, o que acabou por transformá-la num ponto de referência [OLIVEIRA NETO, 2003a | b; ARRUDA, 2002a]. Esse marco, extremamente relevante na sua formação, possibilitou o vencimento das barreiras físicas em direção ao oeste brasileiro, interligando Campo Grande às principais cidades brasileiras, inclusive Rio de Janeiro, então, capital da República.

A linha férrea, naturalmente um pólo atrativo no contexto da cidade, propiciou uma mudança na articulação urbana, transferindo o centro para o entorno da Estação Ferroviária, localizada mais ao norte de Campo Grande, o que influenciou no desenvolvimento da R. 14 de Julho como um corredor de ligação [Fig. 14], tornando-se, a partir de então, a nova Rua Principal¹¹.

Como a R. 14 de Julho era aquela que ligava o centro comercial da cidade, até então localizado na antiga rua única [antiga R. Velha | atual R. 26 de Agosto], com a estação de chegada e partida de trens, ela foi aos poucos se tornando no lugar de preferência dos comerciantes para a instalação dos seus estabelecimentos comerciais. Outro importante elemento nesta definição foi a sua localização ao lado da praça central da cidade, denominada de Jardim Público [atual Praça Ari Coelho], onde se davam as principais manifestações de sociabilidade do lugar. [OLIVEIRA NETO, 2003a: 04]

Figura 13 |

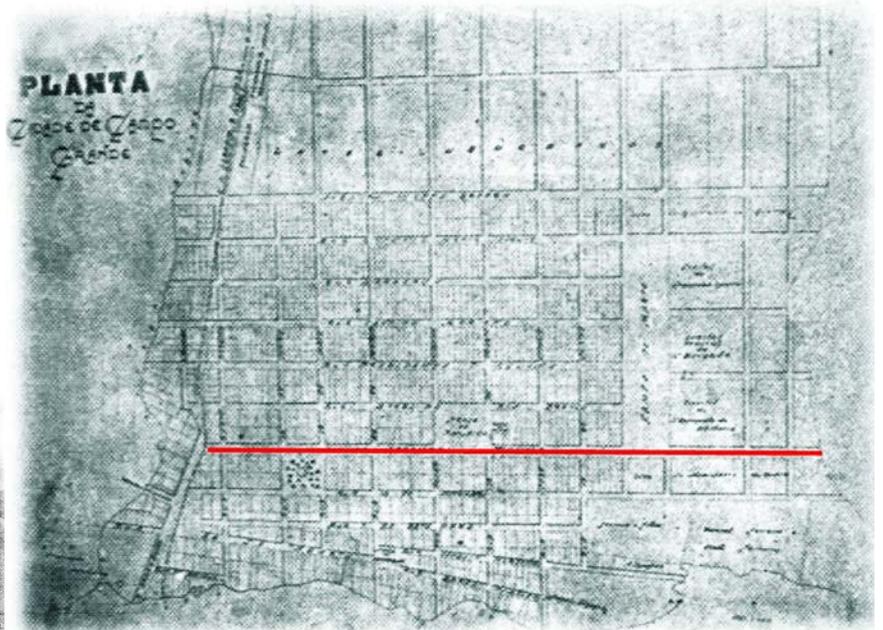
Chegada da Linha Férrea da NOB à cidade, em 1914 – grande influência na reestruturação da cidade em relação ao seu centro urbano. [ARRUDA, 2002a: 27]



13

Figura 14 |

Planta de Campo Grande, em 1920 – expansão urbana em direção à estação de trem.



14

¹¹ Sobre a R. 14 de Julho, Cf.: MACHADO, 1990.

Foi nesse momento, de grande efervescência política, econômica e social, que em 1918, Campo Grande é elevada verdadeiramente à categoria de cidade. “*Campo Grande cresceu embalada pelos apitos do trem e pelo movimento a que a mesma foi submetida após a sua chegada, ampliando horizontes da população e remodelando as suas aspirações*”. [OLIVEIRA NETO, 1999: 53]

A década de 20 inicia-se com outro importante fator relevante para o traçado e caráter urbano de Campo Grande. Em 1921 iniciou-se, e em 1923 finalizou-se, a construção dos novos quartéis militares além dos limites da linha férrea e dos córregos Prosa e Segredo. Esse fato estimulou e efetivou o desenvolvimento urbano campo-grandense em direção à oeste, através do prolongamento da Av. Afonso Pena, de modo a se sobrepor essas barreiras e expandir a malha urbana, com o novo contingente de residências, o hospital militar e outras atividades atrativas.

A instalação do aparato militar acarretou numa nova leva de imigrantes, com suas novas e diferentes culturas que se incorporaram à formação social da cidade:

Mas as atrações econômica e cultural eram evidentes. Prosperava o comércio, com os bons negócios de gado. O advento da ferrovia de 1914 e a instalação das forças militares concorreram para a explosão do desenvolvimento econômico, com o dinheiro derramado na construção dos quartéis em 1920, quando a Vila acabava de ceder lugar à cidade.
[MACHADO, 2000: 64]

A fim de se acomodarem os militares e seus familiares, além dos operários responsáveis pelas obras dos quartéis, bem como outras pessoas de menor renda, a municipalidade decidiu projetar e implantar um bairro como infra-estrutura complementar. Assim, nasce o Bairro Amambai, primeiro da cidade, com um traçado urbanístico caracterizado pela sinuosidade, em contraste ao restante de Campo Grande, o que gerou discussões na época, uma vez que romperia com o Plano de Alinhamento de Ruas e Praças [Fig. 15].¹²

¹² Há quem defendeu a quebra do traçado retilíneo e rígido, como o contemporâneo à época da discussão, o construtor – diga-se engenheiro-arquiteto - Alexandre Tognini. Recentemente, em depoimento à ARRUDA, o mesmo julga-se contrário a esse tipo rígido de desenho urbano: “*As ruas do centro da cidade não têm lugar, o traçado é feio [...] essas ruas largas. As ruas mais estreitas que tem aqui têm vinte metros. A Afonso Pena tem mais de 50 metros*” [ARRUDA, 2002a: 62].

Figura 15|

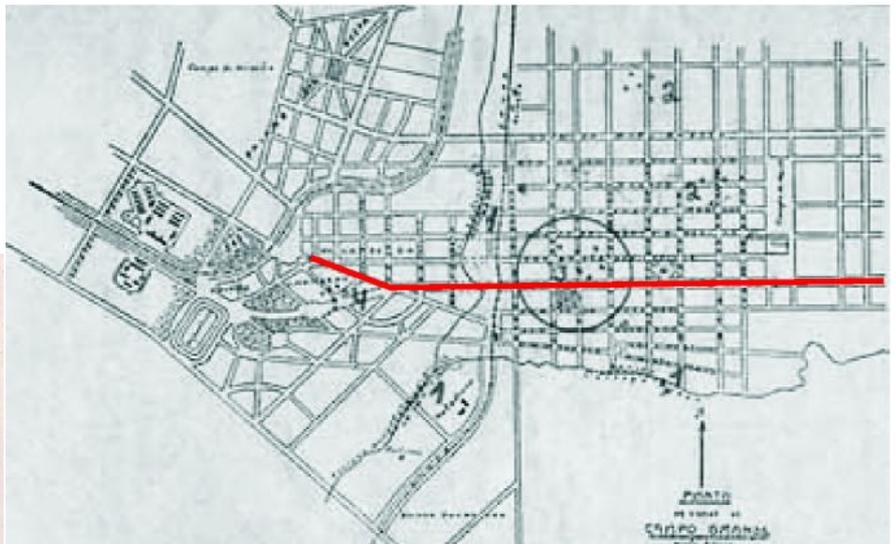
Transposição da Av. Afonso Pena até o novo Bairro Amambai, de traçado mais sinuoso, em 1939.
[site WIKIPÉDIA, em 30|07|07]

Figura 16|

A Av. Afonso Pena e a modernidade.
[VMD, 2007]



16



15

Também em 1921, foi promulgado o novo Código de Posturas Municipal, que dentre outras determinações impunha a demolição dos imóveis de taipa e sua substituição por nova edificação de alvenaria de tijolos, fato que iniciou uma nova fase na construção civil e morfologia arquitetônica da cidade.

Nessa conjuntura histórica, a grande avenida, juntamente com a Rua Principal [R. 14 de Julho] foi invadida por diversos e cada vez mais numerosos estabelecimentos comerciais, de serviços e também de lazer, efervescendo o modo de vida urbano que Campo Grande forjava:

Foi nessa época que a cidade tomou ser verdadeiro impulso de progresso. Médicos, advogados, engenheiros, dentistas aqui se instalaram. Urbanização, nas ruas bem traçadas, jardim, calçadas e pavimentação. Clubes, jornais, esporte, bons estabelecimentos de ensino, hospital. [MACHADO, 2000: 64]

MACHADO [2000] relembra que o primeiro jornal de editoração municipal, "Jornal do Comércio", nasce em 1921. Dentre inúmeros outros que foram sendo inaugurados em seguida, grande parte passaram a ter sede na Av. Afonso Pena.

A R. 14 de Julho, principal artéria urbana da cidade, recebeu os primeiros louros do desenvolvimento, tendo sido, em 1928, a primeira via beneficiada com pavimentação

em macadame¹³, que *"animou a todos do lugar como mais um passo rumo ao desenvolvimento"* [OLIVEIRA NETO, 1999: 53].

Esse anseio por modernidade ordenada era contagiante dentre os gestores e moradores de Campo Grande. Tal fato fez-se notável quando é instituído, em 1940, o primeiro Código de Obras da cidade. O mesmo determinava que às edificações antigas contidas na zona comercial não era permitido serem reformadas a fim de se prevenir ou minimizar seu processo de envelhecimento [Fig. 16]. Novamente, verificam-se imposições que pretendiam *"forçar os proprietários a substituírem as antigas construções por outras mais 'modernas'"* [OLIVEIRA NETO, 1999: 54]. Por outro lado, exigia que, à medida que as ruas fossem surgindo, se seguisse o mesmo padrão de calçadas e fixava a largura dos logradouros, por exemplo, ao mesmo tempo em que determinava que uma porcentagem dos novos loteamentos deveria ser reservada aos logradouros públicos – ruas, praças e jardins. *"Toda essa atenção com a circulação foi de fundamental importância para a formação do desenho da cidade: amplas avenidas, ligando emergentes bairros, que foram surgindo em distâncias maiores e em todas as direções cardeais."* [OLIVEIRA NETO, 1999: 54]

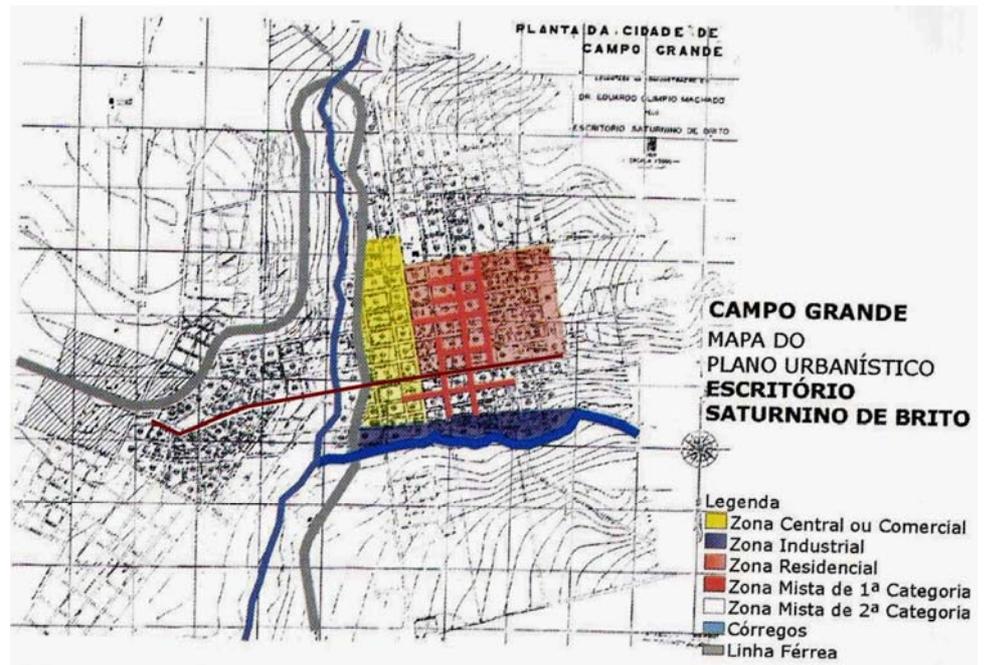
Em 1941, o escritório do Eng. Saturnino de Brito¹⁴ foi contratado para desenvolver uma série de obras de reformulação de infra-estrutura e gestão urbana da cidade, dentre as quais podemos citar rede de tratamento de esgoto e também um caderno de diretrizes urbanas, numa espécie de Plano Diretor para a municipalidade, tendo o zoneamento como principal norteador [Fig. 17]. *"As diretrizes urbanas contidas neste plano vieram reforçar o papel da cidade de pólo regional, indicando diretrizes de desenvolvimento"* [ARRUDA, 2002a: 250]. Na década de 60, o mesmo escritório retornaria à cidade para executar obras de canalização do córrego Segredo e Prosa e fechamento do córrego Maracajú¹⁵, além do projeto de estação de tratamento de água do córrego Lageado.

¹³ *"Técnica inventada pelo inglês Mac Adam, no século XIX, que consistia numa mistura de pedra britada com saibro e compressão através de máquinas pesadas, adicionando um pouco de piche ou massa asfáltica quente e pó de pedra por cima"* [MACHADO, 1990 apud ARRUDA, 2002a: 118].

¹⁴ *"Francisco Rodrigues Saturnino de Brito [Campos dos Goytacases/RJ, 1864 — Pelotas/RS, 1929] foi o engenheiro sanitarista que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o 'pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil'".* [WIKIPÉDIA. on line. Disponível via WWW no URL <http://pt.wikipedia.org/wiki/Saturnino_de_Brito>. Capturado em 21 | 01 | 08.]

¹⁵ OLIVEIRA NETO exemplifica a forte influência do automóvel, como representatividade capitalista em face às prevalências das apropriações dos usuários no espaço urbano, com o caso de fechamento do córrego Maracajú. *"O canal da Rua Maracajú foi escondido nos subterrâneos, primeiramente para a solução de um grave problema de transbordamento que ocorria em cada chuva forte e como consequência, para o surgimento de mais uma via larga de circulação para ônibus e outros veículos"* [OLIVEIRA NETO, 1999: 59].

Figura 17 |
Plano Urbanístico do Escritório Saturnino de Brito para Campo Grande, em 1941 – primeiro plano diretor, com a implantação de zonas de ocupação e desenvolvimento.
[ARRUDA, 2002a: 251]



17

No ano de 1950, o Exército elaborou levantamentos atualizados para uma nova planta da cidade, desenhada por Cyriaco Maymone Filho. Já nessa época Campo Grande tinha o dobro da população da capital do Estado de Mato Grosso, então Cuiabá, segundo os dados do IBGE [ARRUDA, 2002a]. *“A economia do município, centrada nas atividades agropecuárias, deu condições para seu desenvolvimento urbano crescente”* [ARRUDA, 2002a: 124]. Os lotes centrais valorizam-se e edifícios de comércio, serviços e moradias alcançam maiores alturas – até 06 pavimentos.

Os anos 60 intensificam essa trajetória de dinamismo econômico, de crescimento populacional intenso e do processo de verticalização em Campo Grande. *“A cidade transformou-se e urbanizou-se numa velocidade de crescimento muito grande. A imagem dos edifícios construídos guarda a memória do seu tempo [...] parcela significativa do patrimônio arquitetônico [...]”* [ARRUDA, 2002a: 144]. Inúmeros prédios foram erguidos, em especial de apartamentos, inspirados também na influência exercida pela construção civil e mercado imobiliário paulista.

Absorvendo as imigrações vindas principalmente, do sul do país, *“Campo Grande passou a sofrer um novo processo de desenvolvimento, com uma acentuada taxa de crescimento populacional provocado, desta vez, pela ‘Fronteira Agrícola’ [...] que tinha na cidade de Dourados o seu principal ponto de referência”* [OLIVEIRA NETO, 1999: 64]. Como centro urbano e pólo atrativo, a cidade refletiu essa movimentação na sua organização e morfologia.

Nesse momento, a verdadeira explosão do tecido urbano aconteceu, surgiram os grandes loteamentos afastados do centro comercial, destinados, na sua maioria, a abrigar a população que se dirigia em fluxos cada vez maiores para a cidade. O acesso a esses novos bairros se dava praticamente através de uma rua ou avenida. Normalmente as próprias saídas, ou rodovias, desempenhavam este papel de eixo entre centro e bairros. Consolidou-se assim uma configuração urbana radial onde praticamente todos os acessos convergem para o centro, reforçando a centralidade comercial e de serviços que caracterizam a Av. Afonso Pena. Os fluxos urbanos se davam no sentido bairro-centro-bairro e praticamente inexistia acessibilidade direta entre as regiões urbanas, fato que iria mudar com a implantação dos sistemas de terminais urbanos adiante [PLANURB, 2006].

Executam-se, ainda, obras de saneamento mais intensas e abrangentes e começa a abertura das avenidas marginais aos Córregos Prosa e Segredo, Av. Fernando Corrêa da Costa e Av. Ernesto Geisel, respectivamente.

Em 1966, é implantada uma Universidade Estadual, com *campus* em Cuiabá e Campo Grande, sendo este último que, com a divisão do Estado, veio a se tornar a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Plano Diretor da Cidade Universitária incluiu vários equipamentos para a comunidade: biblioteca, parque aquático, teatro, estádio, além da inclusão de uma reserva natural e do represamento do Lago do Amor. Ao Estádio Pedro Pedrossian, também chamado de 'Moreirão', coube uma área reservada especialmente para uma obra, segundo as palavras do próprio autor do projeto, Cyriaco Maymone Filho "*[...] que orgulhasse a cidade e que suportasse muito tempo, com o crescimento da cidade*" [ARRUDA, 2002a: 415], atendendo ao pedido do então governador.

A década de 70 marca pela tentativa de elaboração de planos visando maior organização da cidade, necessidade surgida de seu intenso desenvolvimento. Inicialmente, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Grande, mais um que agregava características de Plano Diretor. Através de projeções, planejava o crescimento da cidade até o ano de 1985, onde destinava os fundos de vale à ocupação de áreas de lazer e recreação. Quanto às ruas e calçadas da região central, propunha a rua-corredor, a fim de organizar, padronizar e aproximar-se da escala do usuário. Assim, os prédios deviam ter mesmo alinhamento e altura, de 07 andares no máximo, jardins suspensos no último pavimento, com possíveis futuras ligações entre eles com passarelas. Também previa hierarquização das ruas e avenidas da cidade, visando ordenamento de fluxo dos veículos que circulavam. O plano, entretanto, pautado em princípios modernistas, foi implantado apenas parcialmente.

Mais uma vez, em 1977, há nova tentativa de ordenação, com o Plano de Complementação Urbana, de autoria do arquiteto Jaime Lerner. A partir do parcelamento da cidade em cinco zonas e idealizando o trinômio trabalho | deslocamento | lazer, Lerner previu eixos estruturais básicos de desenvolvimento, que condensariam habitações e serviços em sua extensão. Também hierarquizava as ruas da cidade e propunha a criação de três calçadas na área central, dos quais somente o trecho de quatro quadras previstos na R. Barão do Rio Branco foi implantado, restando apenas uma pista de rolagem. Os outros dois, em trechos da R. 14 de Julho e da própria Av. Afonso Pena, foram coibidos de serem implantados por receio dos comerciantes locais de diminuição de acesso da clientela. Numa cidade onde as ruas largas não promoviam problemas de escoamento de automóveis, o plano acreditava num resgate do pedestre no domínio da rua. Da mesma forma que o anterior, esse plano foi implantado de forma parcial.

Finalmente, todo esse processo histórico - de preocupação de desenvolvimento urbano ordenado e desenvolvimento econômico - culminou na escolha de Campo Grande como capital do novo Estado de Mato Grosso do Sul, formado a partir da divisão territorial do Mato Grosso, em 1979:

Uma cidade nasce por três razões: política, econômica e cultural. Quando há combinação das três razões, dizem os sociólogos, a cidade passa a ter um poder de atração irresistível. À Campo Grande faltava a razão política, que somente surgiu com a designação para capital [...]

[MACHADO, 2000: 64]

Esse marco na história do Estado refletiu-se diretamente no desenvolvimento de Campo Grande, uma vez que *“a atração pelo novo Estado, a riqueza oriunda da soja e do gado bovino, o centro do poder político estadual e a localização estratégica [...]”* [ARRUDA, 2002a: 282] mudaram mais uma vez as relações não só políticas, bem como econômicas, sociais e culturais, mas principalmente urbanas – tudo ainda ao sabor de terra nova, como foi na época de fundação, e que agora se renovava aos trajes de recém-capital.

I.1.2. Avenida Afonso Pena Ontem

De acordo com a planta do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, de 1910, a grande avenida em estudo denominava-se, então, Marechal Hermes e a Rua Velha, primeira via pública da cidade às margens do córrego Prosa, era a que possuía o nome de Afonso Pena. Somente no ano de 1916 é que foi apresentada a proposta na Câmara Municipal onde a avenida central da vila passasse a se chamar Afonso Pena - como modo de se homenagear o presidente que aprovou o traçado da estrada ferroviária Noroeste do Brasil, beneficiando Campo Grande - e a outra, que tinha esse nome, mudasse para o nome de 26 de Agosto [MACHADO, 2000].

A avenida foi idealizada como um *boulevard*, uma vez que apresentava amplitude, vasta arborização, além de servir de ligação entre locais importantes na cidade na época, e também aqueles futuros, que acabaram sendo incorporados ao longo de sua extensão. Essa característica é indispensável para a consolidação da sua relevância:

[...] o boulevard torna-se símbolo da cidade moderna – evoluído da forma de rua -, deixando de pertencer às casas, pessoas, e aos bairros, para pertencer à cidade e à região – aos veículos automotivos. Sugere ainda que, estando o corpo regido pelo tempo do relógio, no ritmo imposto pelas atividades do trabalho, o espaço de circulação deva orientar-se para o movimento acelerado, daí a amplitude dos espaços utilizados para tal fim. [GARDIN, 1997 apud OLIVEIRA NETO, 1999: 125]

Desde o princípio, então, nota-se a importância conferida à avenida, não só pelas suas proporções e morfologia, mas pelos equipamentos a elas destinados. “Ela passaria a ligar o córrego Segredo, ponto urbano mais ocidental, ao Campo de Marte¹⁶, outro extremo rumo ao oriente, passando pelos locais onde seriam construídas a estação ferroviária¹⁷ e o passeio público – Praça Ari Coelho.” [OLIVEIRA NETO, 1999: 126]

Antes ainda do final da década de seu surgimento, já era possível notar o despontar da Afonso Pena em meio ao fácil reconhecimento e aceitação do plano urbano que a gerou, como destaca o então Intendente Municipal, Rosário Congro: “O seu traçado, em tabuleiro de xadrez, apresenta 20 ruas longas, largas e retilíneas, 3 praças e 2 avenidas,

¹⁶ Espaço onde se instalaram os primeiros militares, anteriormente à construção dos quartéis na década de 20, e que atualmente é ocupado pelo novo Fórum Municipal de Campo Grande.

¹⁷ Local onde hoje se encontra a Praça da República, mais conhecida como Praça do Rádio, onde inicialmente seria instalada a estação ferroviária, mas que devido à estreita área de manobras necessárias foi definitivamente implantada nas proximidades da R. 14 de Julho.

uma destas a Avenida Afonso Pena, com 54 metros de largura. A sua construção, moderna, apresenta lindos prédios destacando-se os palacetes [...]” [ARRUDA, 2002a: 26]. A própria residência de Bernardo Franco Baís, concluída em 1918, primeiro sobrado residencial em alvenaria na cidade, em estilo eclético e às margens da linha férrea, quase na esquina da Av. Calógeras com a Av. Afonso Pena, torna-se representativa dessa época – outrora Pensão Pimentel e hoje o atual centro de informações turísticas, nomeado Morada dos Baís [Fig. 18].

Figura 18 |

A Pensão Pimentel de outrora resguarda características ecléticas que fazem da atual Morada dos Baís único exemplar remanescente na paisagem contemporânea da AP.

[site WIKIPÉDIA, em 30 | 07 | 07]



18

A implantação da Av. Afonso Pena, apesar de racionalmente linear, era limitada pelo terreno barrancoso e de difícil acesso, nas imediações da Av. Calógeras, devido à proximidade com o córrego Segredo. A sobreposição da linha férrea nesse contexto reforçou para que se estabelecesse o marco inicial da Afonso Pena na Calógeras e o seu desenvolvimento se desse, num primeiro momento, em direção oposta, à leste.

Entretanto, foi com o início das obras dos quartéis, em 1921, que a mesma sofre seu primeiro aumento linear no sentido oeste. De fato, os edifícios militares e o Hospital Militar não eram alcançados pela Afonso Pena, mas essa primeira extensão viria a possibilitar décadas depois a consolidação da Av. Duque de Caxias como prolongamento da grande avenida até a saída da cidade pela BR-262 [direção Corumbá] e também, ao Aeroporto Internacional de Campo Grande.

Os trilhos da ferrovia marcavam o início da avenida, que se prolongava para o nascente. Do outro lado da via férrea, o espaço sem habitações ganhava, mais tarde, o nome do Bairro Amambai e o prolongamento, Marechal Deodoro, que só na década de 70 foi incorporado à Avenida Afonso Pena. [MACHADO, 2000: 18]

A sede oficial do comando militar, o Quartel do Comando Geral da 9ª RM, foi construída, ao contrário, bem na área central da Av. Afonso Pena, destacando-se a imponência da grande avenida [Fig. 19 | 20]. Mas, ao mesmo tempo, mesclavam-se as residências de figuras ilustres na sociedade campo-grandense e também serviços diversos.

Figura 19 |

A sede do Quartel General, na Av. Afonso Pena, em 1938. [ARCA, nº 12, 2002: 09]



19

Figura 20 |

Hoje, o prédio se mantém na Afonso Pena, mas como Museu da FEB. [site PMCG, 2007]



20

Na mesma década de 20, foi inaugurado o Passeio Público, hoje Praça Ari Coelho, pelo Prefeito Arlindo de Andrade, quem também iniciou o projeto de arborização da cidade, incluindo a Afonso Pena [Fig. 21], cuidando também do seu aspecto estético [MACHADO, 2000]. Originalmente, essa área era ocupada pelo cemitério público da cidade, que foi transferido para o atual Cemitério Santo Antônio, para dar espaço à praça que já tinha sido prevista no Plano de Alinhamento de Ruas e Praças, de 1909. De traçado clássico, com passeios internos e calçamento externo, foi projetada na ocasião pelo desenhista Plotino Soares. Em 1925, teve acrescido em seu ponto central o Pavilhão do Chá, outrora demolido, em função da sua substituição por uma Fonte, projetada por Anees Salim Saad, e que ainda está presente no conjunto da praça até os dias de hoje [Fig. 22].

Figura 21 |

"Fordinhos" na Afonso Pena, em frente ao então Passeio Público em 1929, atual Praça Ari Coelho.

[ARCA nº 09, 2003: 66]



21

Figura 22 |

Praça Ari Coelho já com a Fonte inaugurada e o Pavilhão de Chá, ao fundo, anteriormente à sua demolição.

[VMD, 2007]



22

Os anos 30 marcaram pelo progresso. Essa década de grande desenvolvimento foi bastante comentada:

Campo Grande já é uma cidade importante, núcleo de convergência de diversos municípios próximos. A cidade é bem traçada em ruas largas, sendo algumas calçadas a Mac-Adam. Possui um jardim muito gracioso e residências de primeira ordem. [RUBIN, 1939 apud ARRUDA, 2002a: 248]

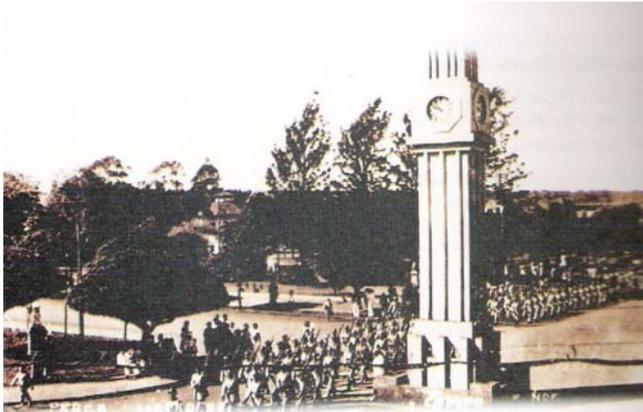
No ano de 1933 aconteceu a inauguração de dois monumentos para a cidade de Campo Grande, ambos na Afonso Pena, em ocasião da 1ª Feira de Amostras, onde produtos agropecuários e industriais eram expostos¹⁸. Primeiro, a construção de um relógio [Fig. 23], de quatro faces, no seu cruzamento com a R. 14 de Julho, ponto mais central da cidade [Fig. 24], em exaltação ao progresso local, oferecendo à sociedade local uma nova referência de lugar para os mais variados tipos de encontros e eventos a toda e qualquer hora do dia. Em seguida, foi a vez do Obelisco, no cruzamento com a R. José Antônio, em homenagem ao fundador da cidade.¹⁹

¹⁸ Podemos dizer que essa feira pode ser considerada a precursora da atual Expogrande, feira anual de agronegócios realizada no Parque de Exposições Laucidio Coelho.

¹⁹ A base do relógio foi construída por Manoel Secco Thomé, mas o projeto do mesmo, como também do Obelisco são possivelmente atribuídos à Frederico Urlass. [ARRUDA, 2002.]

No Obelisco [...] objetivava marcar os limites urbanos de Campo Grande nos anos 30, quando a Av. Afonso Pena urbanizava-se até a Rua José Antônio Pereira; originalmente possuía uma escadaria que lhe dava acesso. O relógio, cuja base foi projetada em estilo Art Déco, marcava o ponto de cruzamento das duas principais ruas e transformou-se num marco iconográfico da cidade. Ali foram realizadas grandes reuniões e comícios políticos. Tinha uns 5m de altura e fora revestido em pó de mica nas suas quatro faces. Foi demolido em 7 de agosto de 1970 [...] [ARRUDA, 2002a: 318]

Figura 23 |
Inauguração do Relógio, em 1933.
[ARRUDA, 2002a]



23

Figura 24 |
O Relógio, no cruzamento da Av. Afonso Pena e R. 14 de Julho.
[VMD, 2007]



24

Até a construção do Obelisco [Fig. 25], não se verificavam construções no entorno, já que era o ponto onde a avenida se finalizava. Porém, algumas residências começaram a se instalar, sendo a primeira do Dr. Arthur Jorge, que foi homenageado posteriormente, com a nomeação da rua que se abriu nas proximidades da sua moradia. Adiante 300m do monumento, havia a caixa d'água municipal, com capacidade de 375 mil litros, na qual se armazenava e tratava a água da cidade, em terreno onde atualmente se localiza o Paço Municipal. Seguindo mais em frente, nas imediações da atual Av. Ceará, abrangendo todo o vale da mesma, existia a chácara Cachoeira. Propriedade particular, corresponderia à área que, depois de vendida, passaria a abrigar loteamento de mesmo nome, abrindo passagem à avenida ao encontro do futuro Parque dos Poderes, logo após a elevação da cidade à capital do Estado, e ao recebimento de grandes equipamentos, como o Shopping Campo Grande. [MACHADO, 2000]

Figura 25 |

Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro compõe a paisagem da AP até os dias de hoje.

[GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 08]



25

Figura 26 |

Obelisco marcava antigo limite da cidade, mas hoje está incorporado à área urbana expandida.

[GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 08]



26

Em 1936, com projeto de Frederico João Urllass, primeiro arquiteto chegado à cidade, edifica-se a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro [Fig. 26], na Av. Afonso Pena, próximo ao Bairro Amambaí. *“A igreja, em estilo românico, possui capacidade para 650 lugares, com telhado em madeira aparente trabalhado”*. [ARRUDA, 2002a: 310]

No ano seguinte, e pelo mesmo arquiteto, foi construído o Cine Alhambra [Fig. 27]. *“Esse cinema marcou época na cidade. Em estilo Art Déco [...] marcou os anos 30 e 40, pela sua beleza e imponência [...] era o preferido da alta sociedade de Campo Grande”* [ARRUDA, 2002a: 308]. Suportava 2500 pessoas na platéia, que não somente conferiam as películas, como também peças teatrais e outros eventos culturais. Sua demolição, nos anos 80, abriria espaço para a construção de um hotel de luxo, que até hoje encontra-se inacabado.

Figura 27 |

Cine Alhambra, situado na Afonso Pena, entre a R. 14 de Julho e Av. Calógeras, em 1935.

[ARCA nº 08, 2002: 06]



27

Figura 28 |

Saída da sessão no Cine Santa Helena, década de 30.
[ARCA nº 12, 2006: 04 | Revista Folha da Serra, década de 30]



28

Um pouco mais antigo [anterior a 1918], quase em frente ao Quartel General do Exército, localizava-se também o Cine Central, que funcionava desde a época em que Campo Grande era Vila. Semelhantemente, além de filmes, seu espaço abrigava festas, bailes ou espetáculos teatrais que aconteciam esporadicamente [MACHADO, 2000]. Completando a rede cultural havia ainda na R. 14 de Julho o Cine Santa Helena [Fig. 28], de modo que se estabelecia um verdadeiro circuito entre os estabelecimentos de cinema, promovendo a caminhada descompromissada e domingueira, o chamado *footing*.

A cidade passa a tomar um novo aspecto e atualmente as construções, tais como o Cine Alhambra e Santa Helena assumem a fisionomia moderna, adotadas nos grandes centros, acompanhando assim a febre do modernismo urbanista. [REVISTA FOLHA DA SERRA, 1940 apud ARRUDA, 2002a: 248]

Chegando à década de 40, com a já referida participação do Escritório de Saturnino de Brito nos planos urbanos da cidade, em 1941, é que a Av. Afonso Pena, num conjunto de outros logradouros, teve sua primeira prolongação à oeste efetuada até o bairro Amambai e também sua primeira capa de pavimentação asfáltica efetuada à leste, até a altura do Obelisco, onde finalizava-se a área urbanizada da avenida. [ARRUDA, 2002a]

Esse mesmo plano estipulava a compreensão da avenida na área destinada essencialmente à habitação. Essa zona residencial formava um quadrilátero: Av. Afonso

Pena, R. 13 de Maio, Av. Mato Grosso e R. 25 de Dezembro. Em outras partes da Afonso Pena, houve a intenção de exacerbar certo ar de modernidade, obrigando-se a construção de no mínimo 02 pavimentos em certos pontos desse polígono limitado.

Por isso, no decorrer dos anos seguintes, foram sendo reformadas e erigidas edificações ao longo de sua extensão que, ao mesmo tempo em que compunham a paisagem da avenida, formavam também a história local, como é o caso do prédio que abrigava a simultaneamente duas sedes, a da Prefeitura Municipal e a do Fórum da cidade [Fig. 29], mais exatamente na Afonso Pena esquina com a Av. Calógeras.

Figura 29 |

O antigo prédio da Prefeitura de Campo Grande, na Av. Afonso Pena, década de 20.
[ARCA nº 09, 2003: 66]



29

Figura 30 |

Desfile de 07 de Setembro das alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em 1941.
[ARCA nº 10, 2004: 20]



30

Como vimos, desde esse tempo mais inicial de sua existência, a relevância da AP atingia toda a área relativa à cidade, não somente pelas suas já grandes proporções, mas também pela sua conotação histórica e simbólica de espaço onde continuamente se deram as primeiras e principais manifestações de sociabilidade do lugar [Fig. 30]: *“Nossa avenida sempre foi palco dos desfiles militares e colegiais, em grande estilo, nos festejos da independência e dos aniversários da cidade. O povo acorria às ruas para aplaudir o garbo dos nossos soldados e estudantes.”* [MACHADO, 2000: 22-23]

I.1.3. Avenida Afonso Pena Hoje

A Av. Afonso Pena é claramente um dos eixos principais [Fig. 31 | 32], que possibilita o trânsito entre regiões opostas da cidade, sempre trabalhando em conjunto com a R. 14 de Julho, que desde a época da chegada do trem, tem orientado a estruturação urbana de Campo Grande [OLIVEIRA NETO, 2003a | b]. Compõe um sistema viário binário como via de ligação entre as zonas Leste e Oeste, sendo classificada como arterial²⁰, segundo a Lei de Hierarquização Viária Municipal [CAMPO GRANDE, 1996].

Figura 31 |

Vista aérea de Campo Grande, em destaque a Av. Afonso Pena, em 1938. [ARRUDA, 2002a]



31

Figura 32 |

A Av. Afonso Pena ao longo da cidade de Campo Grande hoje. [DelBianco]



32

Atualmente, a Av. Afonso Pena recebe um público diversificado durante as várias horas ao longo do dia. Diversas pessoas transitam e freqüentam esse espaço cada uma ao seu modo e com um objetivo específico. Os transeuntes vindos dos bairros mais distantes ou adjacentes ao centro, cruzam a avenida em direção aos serviços, comércio e diversas atividades, ou ainda aos pontos de transporte coletivo público. Essa dinâmica responde ao fato de a mesma atravessar contextos diferenciados de Campo Grande, onde há movimentação das pessoas: que trabalham nos edifícios próximos, que vão ao centro realizar negócios ou fazer compras, que na verdade estão se dirigindo a outros locais da

²⁰ "Via Arterial – se caracteriza por ser de penetração na área urbana do Município e de transição entre a rodovia e a via urbana, e tem a função de proporcionar ao motorista o espaço e o tempo necessário à adaptação ao trânsito da cidade, e via de ligação entre regiões da cidade". [CAMPO GRANDE, 1996:]

cidade ou, ao contrário, chegam de outras regiões da cidade para usufruírem dos serviços ali prestados.

De acordo com o historiador campo-grandense Paulo Coelho Machado, após passar por progressivos aumentos, a Afonso Pena hoje, *“começa na simpática Praça junto aos quartéis do Exército [Praça Newton Cavalcante] e termina no majestoso Parque dos Poderes, sede administrativa estadual, com largura de 60 metros”* [MACHADO, 2000: 18], em uma extensão total de 9,5km.

A Av. Afonso Pena foi concebida com a presença de canteiros centrais ao longo de toda a sua extensão [Fig. 33]. Do trecho inicial da Praça Newton Cavalcanti até o viaduto sobre a Avenida Ceará, acumula a extensão de 5,0km, com ambas as faixas de rolagem de 10m de largura, separadas pelos canteiros centrais e delineadas por calçadas com 05m de largura. Desse ponto em diante, mais 4,5km até seu final, na reserva ecológica do Parque dos Poderes, há um alargamento em seu canteiro de modo a se incorporar uma ciclovia com 3,1km de comprimento.

Figura 33|

O canteiro central no trecho da Avenida em frente à Praça do Rádio.



33

O elemento canteiro marca a paisagem da cidade de Campo Grande|MS, principalmente na área central pelo renque de figueiras centenárias e ipês coloridos, testemunhas das transformações urbanas dessa área que nunca deixou de ser um importante eixo formador da cidade. MACHADO [2000] relembra, nostalgicamente:

Calçadas largas, duas vias asfaltadas e uma imponente ilha no centro, toda arborizada de ficus benjamin, ingaranas, sibipirunas e até mangueira, oferecendo acolhedora sombra, que protege os transeuntes em seu trecho principal. [...] Tempo houve, quando não eram tão frondosas, em que abrigavam as andorinhas de verão [...] A aparência das revoadas era majestosa, no momento em que efetuavam ordenados volteios, librando entre as figueiras da avenida e os eucaliptos do jardim da Praça Ari Coelho. [MACHADO, 2000, 19]

A figura dos canteiros sempre esteve vinculada a um ponto de referência dentro da malha urbana uniforme de Campo Grande; ainda hoje preserva essa característica, mesmo tendo perdido força devido à ocupação dos mesmos por vagas de estacionamento. Essa configuração, à propósito, advém do projeto desenvolvido pelo escritório Burle Marx, no final da década de 60 e implantado na AP, entre a Av. Calógeras e a R. 13 de Maio, logo no início da década de 70 [Fig. 34]. Além do estacionamento e pontos de táxi, a proposta incluía a remarcação dos antigos canteiros centrais, calçamento em *petit-pave* [ou pedra portuguesa] e a polêmica retirada de árvores para o ordenamento de novas luminárias [Fig. 35]. Nem todas as árvores foram retiradas e os exemplares arbóreos que foram poupados permanecem vivos até os dias de hoje.

Figura 34 |

Construção de estacionamento e calçamento em *petit-pave*, dec. 70.

[BUAINAIN, 2006, 123]

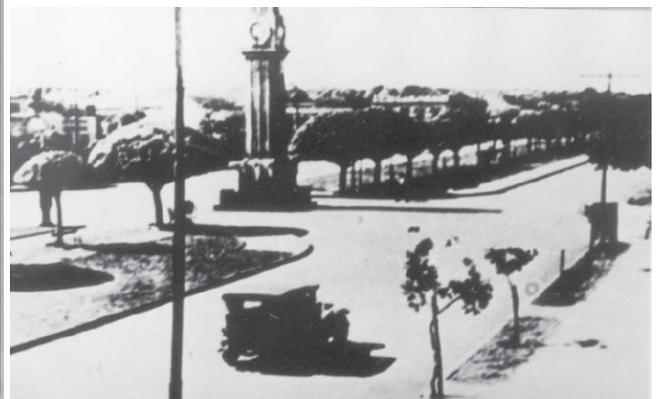


34

Figura 35 |

AP e suas árvores antes da derrubada de alguns exemplares sugeridas por Burle Marx.

[BUAINAIN, 2006, 113]



35

Há algum tempo vem se levantado a hipótese da necessidade de uma revitalização nesse espaço, de modo a se incitar uma maior permanência, através do uso de equipamentos e mobiliário urbanos, além de áreas convidativas para se permanecer – “A Avenida Afonso Pena, principal artéria e a mais antiga com canteiro central, carece de reformas urgentes, visando qualificar o espaço urbano, retirando os veículos do canteiro central dando passagem para o pedestre”. [ARRUDA, 2002b: 03]²¹

Prova da prevalência do automóvel foi a já comentada demolição do antigo Relógio, relatada por OLIVEIRA NETO [1999]:

Neste cruzamento [AP com R. 14 de Julho] existiu até 1969, um relógio que havia se tornado em ponto de referência para todas as atividades sociais da comunidade e que de lá foi retirado, para facilitar o trânsito de automóveis. Isso evidencia a preocupação com o trânsito de automóveis, pessoas e mercadorias, sempre presente desde a planta de 1909. [OLIVEIRA NETO, 1999: 130, grifo nosso]

Tempos depois, mais especificamente no ano do centenário [1999] “o povo descobriu a falta que fazia diversos prédios da cidade antiga” [ARRUDA, 2002b: 03]. Sob grande polêmica foi discutido se deveria ou não ser reconstruído o Relógio, mas, principalmente onde reconstruí-lo.

Mas não dá para reconstruir um marco da importância do relógio, em outro lugar, descaracterizado e sem nenhuma discussão com a sociedade. Reproduzir bens históricos é muito complicado e pode virar um kitsch sem valor, como acabou acontecendo. [ARRUDA, 2002b: 03]

Por fim, uma réplica do antigo monumento foi edificada em local diferente do original, hoje na Afonso Pena com o cruzamento da Calógeras, em um dos canteiros centrais, agora sim, mais adequado aos interesses do trânsito de veículos no centro da cidade [Fig. 36].

²¹ ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. *O Centro e a Preservação da Arquitetura: os desafios atuais*. [on line]. In: **Vitruvius**. Coluna Minha Cidade. n° 056. Set|2002. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc056/mc056.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

Figura 36 |

Atual local do Relógio, relocado no canteiro central da Afonso Pena, esquina com a Av. Calógeras. [site PMCG, 2007]



36

Figura 37 |

Obelisco hoje na Av. Afonso Pena. [VMD, 2007]



37

O Obelisco “alto, branco, imponente” perdura na Afonso Pena [Fig. 37], apesar das tentativas de condenação e maltratos. MACHADO [2000] relembra a atribuição dos obeliscos, ao mesmo tempo em que nos alerta para essas agressões ao monumento:

Obelisco é monumento de origem egípcia. Eram encontrados na entrada de palácios, dos templos, ou no centro das praças públicas desde os tempos anteriores a Moisés. São, em geral, monolíticos e possuem muitas inscrições, gravadas com figuras de pessoas e de animais, hieróglifos ainda, em parte, indecifrados, os obeliscos modernos, inclusive o nosso, também ficam, por vezes, recobertos de hieróglifos desenhados com tinta de spray, pelos chamados grafiteiros. [MACHADO, 2000: 368-369]

Com o deferimento do seu tombamento como patrimônio municipal em na década de 90, o Obelisco está visivelmente melhor conservado. Mas o procedimento não evitou que parte do canteiro central da Afonso Pena, que o abriga, fosse removido, de modo que o monumento se tornasse parte de uma tímida rotatória, passando rente às mesmas razões que levaram à retirada do antigo Relógio.

A nomeação de Campo Grande à capital do Estado de Mato Grosso do Sul refletiu o intenso processo de desenvolvimento que a cidade passava, não só político, mas também de urbanização. Desde o início da década de 70, a verticalização era aparente, e a av. Afonso Pena passou a abrigar em continuidade vários exemplares de gabarito elevado. Um exemplo é a sede da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul | FIEMS, também conhecida como Casa da Indústria, uma das várias obras arrojadas e modernistas projetadas pelo arquiteto Rubens Gil de Camillo. Outro exemplo fica na esquina da Av. Afonso Pena com a R. 13 de Maio, onde encontra-se a Agência Central do Banco do Brasil, de autoria do arquiteto-funcionário da instituição, Ângelo Gonçalves da Rosa.

Não tão elevada em altura, mas de alta importância para a arquitetura local, é a residência projetada por Vilanova Artigas, em 1974, hoje ocupada por agência estadual, que ainda resguarda os traços da sua arquitetura modernista, de expressão brutalista, original.

A fim de apresentar outras obras relevantes no contexto da AP sem sermos demasiados maçantes, iremos utilizar uma estrutura de segmentação da avenida que facilita a compreensão das circunstâncias de inserção desses prédios em nosso espaço de estudo. Para tanto, basear-nos-emos em OLIVEIRA NETO [1999], que em seu estudo acerca das ruas e calçadas de Campo Grande, incluiu a Afonso Pena também como estudo de caso, dentre outras ruas da cidade. Verificou, em sua leitura, que a avenida organizava-se segundo trechos diferenciados de ocupação econômica. Define o autor quatro [04] trechos.

O primeiro trecho, vai da Praça Newton Cavalcante até a Av. Calógeras, compreendendo 02km da avenida. Faz ligação com a Av. Duque de Caxias, onde localiza-se o Aeroporto Internacional Antônio João, e situa-se nas proximidades da Estação Rodoviária, em edifício totalmente decadente, a qual atrai botecos freqüentados em maior parte por pessoas de baixa renda. É clara a concentração de hotéis nesse trecho [Fig. 38], pela agilidade de atendimento aos que chegam à cidade por ar ou por terra. Tem-se a Igreja Perpétuo Socorro e o antigo Albergue Noturno²², há muito tempo desativado [Fig. 39]. A oferta de serviços de consumo limitados e os pontos de transporte aéreo e rodoviário, diz o autor, *“faz com que o local tenha um grande fluxo de automóveis, ao mesmo tempo em que as calçadas permanecem praticamente vazias [...]”* [OLIVEIRA NETO, 1999: 127]. Ainda nesse trecho há, às margens do córrego Segredo, um antigo condomínio residencial, hoje ocupado por pequenos prestadores de

²² Gabriel do Carmo Jabour, autor do projeto do final da década de 50, comenta sua obra: *“Logo depois projetei o Albergue Noturno e usei uns pilares com uma forma diferente, parecendo uma letra ‘V’ deitada. Naquela época, em Campo Grande, isso era uma novidade.”* [ARRUDA, 2002: 213]

serviço, mas que permanece sendo conhecido pelo seu apelido, "pombal". Em frente ao mesmo, no canteiro central, localiza-se a famosa "pedra" [Fig. 40], reunião informal de corretores de imóveis, mas principalmente, automóveis, que ocupam a área total como estacionamento.

Figura 38 |

A área onde se concentram os hotéis.

[VMD, 2007]

Figura 39 |

O antigo Albergue Noturno, imagem do abandono.

[VMD, 2007]

Figura 40 |

O prédio na lateral, mais conhecido como 'pombal' e mais ao fundo, sob as árvores do canteiro, o trecho chamado de 'pedra', onde se efetuam troca de bens móveis e imóveis.

[VMD, 2007]



40



38



39

O segundo trecho, menor, com 900m, que vai da Av. Calógeras até a R. Padre João Crippa, caracteriza, de fato, o núcleo central [Fig. 41], onde localizam-se as duas principais praças [Ari Coelho e República], diversos restaurantes de atendimento 'self-service', lojas, galerias comerciais, agências bancárias, prédios de grande altura [mais de dez andares], tanto comercial quanto residencial, o hospital Sírio Libanês e o Colégio

Estadual Joaquim Murtinho [1971]²³ [Fig. 42], um dos maiores da rede. Torna-se um trecho, portanto, bastante movimentado, tanto em suas ruas, como calçadas, abrigando ainda em seu canteiro central vagas de estacionamento à 45° [Fig. 43] e pontos de táxi²⁴. “Em cada um dos cruzamentos, existe pelo menos uma banca de revista e nas calçadas da Praça Ari Coelho, os carrinhos de frutas, pipocas, cachorros-quentes, picolés e doces, disputam a preferência dos transeuntes”. [OLIVEIRA NETO, 1999: 129]

Figura 41 |
Retrato do trecho mais central.
[VMD, 2007]

Figura 42 |
Colégio Estadual Joaquim Murtinho, ao fundo.
[VMD, 2007]

Figura 43 |
O canteiro ocupado pelas vagas à 45°.
[VMD, 2007]



43



42

O próximo trecho, terceiro, entre a R. Padre João Crippa e o viaduto sobre a Av. Ceará, representa grande fluxos de automóveis também, mais pela ligação com a área leste da cidade. Engloba mais 02km da avenida, onde foram construídas grandes residências unifamiliares entre as décadas de 70e 80, mas ao mesmo tempo, deixando-se numerosos lotes vagos para especulações imobiliárias futuras. É dessa época o loteamento do Bairro

²³ O prédio original localizado à Afonso Pena, projeto do Eng. Camilo Boni, data de 1926, mas já sofreu várias reformas e ampliações desde sua inauguração.

²⁴ Conta MACHADO [2000] que os primeiros ‘choferes de praça’, já após a instalação da ferrovia, situavam-se nas proximidades da Afonso Pena com a 14 de Julho. Os primeiros táxis eram as próprias carruagens, que aos poucos foram sendo substituídas pelos automóveis. Havia também aqueles que se posicionavam em frente à NOB ou à Igreja Matriz de Santo Antônio, conforme os horários dos trens e missas, mas o movimento não era tão grande assim, sem ocasionar maiores problemas para se circular na cidade.

Jardim dos Estados. Também abriga o Paço Municipal [1971] [Fig. 44], vários bares noturnos [Fig. 45] e uma das sedes do SESC²⁵ [Fig. 46].

Figura 44

Detalhe do Paço Municipal.
[VMD, 2007]

Figura 45

Um dos bares que se torna um atrativo à noite na AP.
[VMD, 2007]

Figura 46

O SESC na AP.
[VMD, 2007]



45



44



46

O último e quarto trecho [Fig. 47] vai do viaduto da Av. Ceará até o Parque dos Poderes. Encontram-se aí equipamentos urbanos de grande porte, como Shopping Campo Grande, Parque das Nações Indígenas [1993] e Reserva Ecológica do Prosa. Com vários carrinhos de água de coco e barraquinhas afins, aqui observa-se que *"durante o final de tarde e finais de semanas, o seu canteiro central, com suas ciclovias, passam a ser freqüentados [sic] por uma grande quantidade de pessoas que [...] buscam um lugar tranqüilo para fazerem suas corridas e caminhadas"*. [OLIVEIRA NETO, 1999: 131]

²⁵ Em 1969, Camilo Boni conseguiu, através da prefeitura Municipal, a doação de terreno na Avenida Afonso Pena, onde foi construída a primeira sede do SESC em Campo Grande, que leva em homenagem seu nome.

Figura 47|

A Av. Pena em seu trecho mais à leste.

[ARCA nº 10, 2006: 00]



47

Nesse estudo, o citado autor conclui que, dentre as apropriações verificadas, a Afonso Pena apresenta dois tipos de ocupação, segundo o uso, especificamente:

Se de um lado, ela abriga a sede da Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul, grandes condomínios comerciais, várias agências bancárias e a famosa 'pedra', configurando-se como uma rua dos negócios, por outro lado, nela estão localizados, além de uma grande quantidade de restaurantes e casas noturnas, um grande Parque para lazer, o Parque das Nações Indígenas, a Reserva Ecológica do Parque dos Poderes, em que a sociedade definiu como ponto das práticas de corridas e caminhadas. Configura-se assim, a mais bela avenida da cidade, também como uma área de lazer e de ocupação comunitária dos seus espaços. [OLIVEIRA NETO, 1999: 137]

É importante salientar que essa fragmentação da avenida apresentada não será tomada como referencial para nosso estudo da avenida uma vez que foi baseada em um reconhecimento exclusivo de seu autor e pautada em parâmetros econômicos e geográficos. A fragmentação do espaço da avenida é um mecanismo cabível em nossa pesquisa e se adotada, porém, partirá do reconhecimento dos usuários entrevistados e de parâmetros interpretativos de nosso interlocutor para ser definida. Reconhecemos, sim, que a divisão da AP resultante da pesquisa de OLIVEIRA NETO [1999] poderá contribuir em futuras interpretações a respeito dos valores e significados coletivos a serem investigados em nossa pesquisa, mas esta fica aqui, apenas, como registro e endosso do reconhecimento sobre o contexto histórico atual de nossa avenida.

Ao longo dos anos mais recentes, a Av. Afonso Pena tem tido uma modificação nos padrões apropriativos, de modo geral, ao longo de sua extensão e também dos artefatos arquitetônicos que dela fazem parte, ocasionando, assim, a formação de novas centralidades [OLIVEIRA NETO, 2003a|b]. *“As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. Mas ao fazê-lo, a sociedade estará também construindo um conjunto de relações úteis a seus intérpretes”* [SANTOS; VOGEL; MELLO, 1985: 49]. Esse dinamismo em que as cidades se transformam, na verdade, constitui-se em uma das principais características da sua natureza, e muito pelo contrário, pode agregar novos ingredientes em seu valor como lugar.

A primeira consolidação do seu avanço em direção à leste, para além do marco do Obelisco [Fig. 48], foi a construção de um viaduto em concreto sobre o vale da Av. Ceará, ligando partes separadas da avenida [Fig. 49|50]. A ligação, anteriormente era feita pela Av. Mato Grosso, paralela à Afonso Pena, mas que pela configuração topográfica, permitia uma continuidade nessa direção. Esse fato foi um dos elementos propulsores que possibilitou o surgimento de novas intervenções neste setor da avenida.

Figura 48|

Cruzamento da AP com a av. Ceará antes da implantação elevada do viaduto.
[BUAINAIN, 2006: 190]

Figura 49|

Avenida Afonso Pena no trecho sobre o viaduto da Av. Ceará.
[VMD, 2007]

Figura 50|

Vista da Av. Ceará para o Viaduto que sustenta a Av. Afonso Pena
[GOOGLE EARTH, 2007]



49



48



50

Durante a década de 80, toda a Governadoria e Secretarias Estaduais próprias de uma Capital receberam um especial projeto de edificação e urbanização. O conjunto foi implantado no extremo leste da cidade, que passou a se chamar Parque dos Poderes, inclui a área do bosque nativo, criando assim também uma reserva natural. Esse prolongamento da avenida incluía primordialmente a função de acesso aos edifícios do centro político e administrativo do Estado, e por isso, eram escassas edificações de outras naturezas de uso e ocupação nesse trecho. Devido a essa paisagem menos adensada e a inclusão de ciclovias nos canteiros centrais, a avenida foi se caracterizando pelo uso recreativo, onde

[...] transformou em lugar de lazer com seus quiosques de venda de cocos da Bahia, de pista para caminhadas na aurora e na acasos dos dias quentes ou frios e ainda ponto de encontro da juventude para bate-papo, as paqueras e o passatempo das horas ociosas, sobretudo nas férias escolares. [MACHADO, 2000: 371]

Porém, em já citado estudo, OLIVEIRA NETO [1999] observou que a Afonso Pena nessa época, no seu trecho final, onde iniciava-se a Reserva Ecológica do Parque dos poderes, justamente por contar com mínima infra-estrutura de serviços [bares, lanchonetes ou restaurantes] proporcionava área convidativa onde *"durante as noites dos finais de semana, a garotada se reúne com os seus carrões"* [Fig. 51]. O autor prossegue descrevendo: *"eles estacionam os carros no canteiro central, exibindo suas máquinas [...]. Procura-se criar um pouco do prazer sensível, das emoções perdidas pela brutalidade do cotidiano e o automóvel representa para muitos, o melhor meio neste sentido"* [OLIVEIRA NETO, 1999: 132]

Figura 51 |

O movimento noturno dos jovens e seus "possantes".
[GOOGLE EARTH, 2007]



51

Por essas características, há instaurado *"um continuo movimento de descentralização dos fluxos e progressiva perda de importância da região central, como ponto de passagem para aqueles que desejam atravessar a cidade de um sentido ao outro"* [CORRÊA, 1993: 27]. Até antes da década de 1990, a parte da Afonso Pena inserida na região central era apropriada com um uso mais intenso do que o de hoje. Devido às novas obras viárias, crescimento da cidade, novos hábitos de consumo da população [com o advento do shopping], assim como o alto grau de mobilidade, o surgimento de novas centralidades em outros pontos da avenida reduziu a circulação de veículos e pedestres na referida porção, o que reflete na dispersão e modificação na dinâmica de apropriação do seu espaço livre.

Houve, no final de 1989, a inauguração do Shopping Campo Grande, localizado em área oposta ao loteamento Cachoeira [Fig. 52 | 53]. Esse fato desestabilizou a estrutura comercial do centro da cidade, atraindo muitos setores comerciais a um pólo mais ao leste da cidade, mais concentrado e elitizado. O shopping em si, também passou a exercer o papel desempenhado pela rua, dos encontros, paqueras e divertimentos sociais, processo de decadência verificado não somente em Campo Grande, mas semelhantemente em diversas cidades brasileiras e do mundo. MACHADO [2000] observa essas mudanças de comportamento: *"Nota-se a mudança de hábitos da população adotando o uso do fast-food. Aumentou o turismo na cidade, vem gente de todo o interior para as compras e o passeio no Shopping. Novo estilo de vida verificou-se daí por diante"*. [MACHADO, 2000: 375]

Figura 52 e 53 |

A implantação do Shopping na Av. Afonso Pena foi feita a partir de um aterramento de acentuado desnível, resultando em marcante talude.

[VMD, 2007]



52



53

Em seqüência, a implantação do Parque das Nações Indígenas [Fig. 54 | 55], adjacente ao Parque dos Poderes, fortaleceu a transferência de eventos ocorridos na região central da avenida para o chamado 'altos da Afonso Pena', em sua porção mais à leste, passando a receber os grandes acontecimentos como comícios, passagem de ano novo, carnaval popular e outros tipos de festas de grande porte e reunião da população.

Figura 54 e 55 |

Parque das Nações Indígenas, situado ao longo da Avenida Afonso Pena, em sua extremidade leste.

[ARCA nº 08, 2002: 50 | VMD, 2007]



54



55

As altas luminárias incluídas no projeto do Parque das Nações passaram a prover o local com melhor iluminação ao escurecer, o que acabou por intimidar as aglomerações

arriscadas de jovens e automóveis, coibindo, de certo modo, a promoção de rachas antes tão comuns. A atração imobiliária que essa área passou a exercer, recendo novas edificações, residências a princípio, estimulou também essa amenização de movimento noturno.

Outro fato que tem contribuído para esse processo de descentralização da zona central da Av. Afonso Pena é a implantação dos terminais urbanos de transporte público de forma radial, o que permite ao cidadão ir a diversas localidades da cidade sem necessariamente cruzar o centro da mesma.

Figura 56 |

Praça Ari Coelho, a primeira da cidade.
[GOOGLEEARTH, em 22 | 01 | 08]



56

Figura 57 |

Praça da República, também conhecida como Praça do Rádio, pela proximidade com a sede do tradicional Rádio Clube.
[site WIKIPÉDIA, em 21 | 03 | 07]



57

A Praça Ari Coelho [Fig. 56], inserida no ponto mais central e antigo, vem perdendo seu tradicional caráter e grau de sociabilidade em pequenos eventos e manifestações artísticas, para a Praça do Rádio [Fig. 57] - ambas no conjunto urbano da Av. Afonso Pena - que após projeto de revitalização executado em 2000, vem se consolidando como principal espaço livre público para a organização de feiras, noites de serestas, etc.

I.1.3.1. Traçando contornos

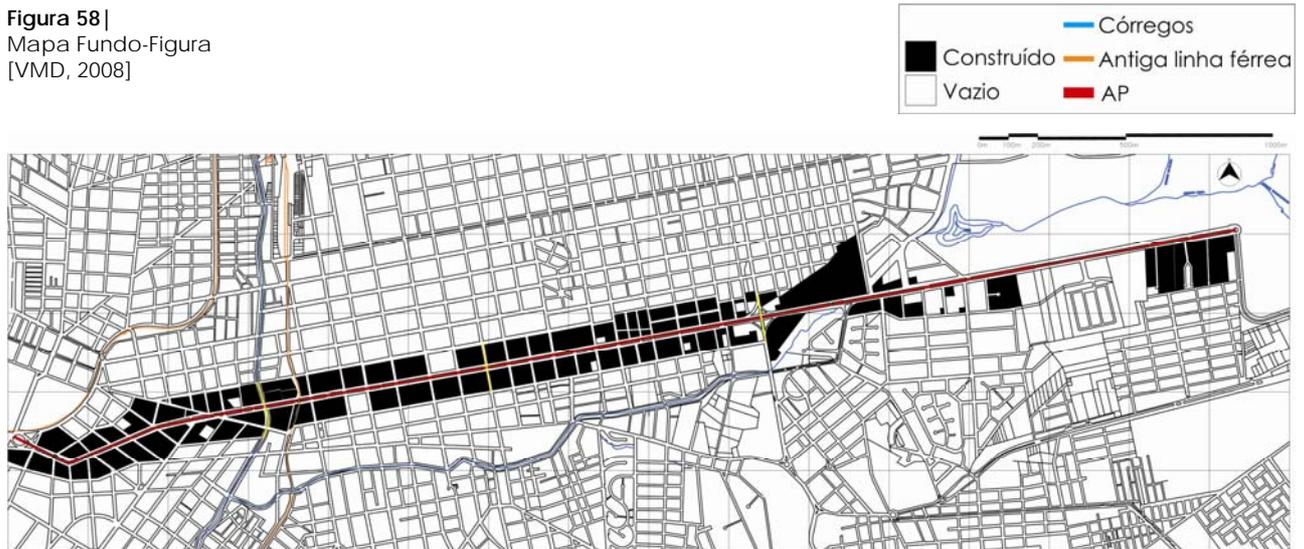
"[...] a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada".

[Milton Santos, 1996. In: A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção. p. 79]

Antes de finalizar toda essa abordagem histórica do espaço da Avenida Afonso Pena, cremos ser oportuno agregar mais diretamente análises morfológicas acerca do objeto de estudo, uma vez que as circunstâncias hoje apresentadas remontam diretamente aos fatores de evolução urbana aos quais ela foi submetida ao longo dos anos. Mesmo convencidos de que a compreensão do espaço *"[...] passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar [...]"* [CARLOS, 1996: 28], esses apontamentos mostram-se interessantes também, já que a estrutura morfológica urbana é um dos fatores indutivos na percepção de um espaço. *"O espaço está carregado de sentido. Suas formas e seu traçado se remetem entre si e se articulam numa estrutura simbólica, cuja eficácia sobre as práticas sociais revela-se em toda análise concreta"* [CASTELLS, 1983: 264]. Portanto, as impressões externadas pelos usuários abordados pode também ter advindo das condições espaciais formais em que se encontraram na AP. Não deixa de ser, inclusive, um meio pertinente e estruturado em lógica própria de conferir valores ao espaço vivenciado, agregando, assim, benefícios à nossa conduta etnotopográfica de pesquisa.

Dos desenhos originais de loteamentos que foram sendo implantados ao longo de sua extensão, resta muito pouco, pois os lotes, antes generosos, foram sendo desmembrados em parcelas menores, de modo a se atender a demanda de moradias, comércio e serviços, o que resultou hoje num forte adensamento construtivo, principalmente na área central e oeste, como vemos no **Mapa Fundo-Figura** [Fig. 58]. Essa consideração, porém, não cabe para sua porção mais à leste, pois devido à ocupação relativamente recente e com outro tipo de apropriação, ainda remanescem lotes de maior porte não totalmente ocupados.

Figura 58 |
Mapa Fundo-Figura
[VMD, 2008]



58

Aqui vemos como o contorno da linha da avenida é reforçado a partir da densidade conferida pelas edificações que nela se seguem. As praças centrais, Ari Coelho e da República, destacam-se pela quebra dessa rigidez formal do espaço, da mesma forma que os parques, das Nações Indígenas e dos Poderes, tornam-se um refúgio visual, não só pela posição topográfica elevada, mas também pela rarefação das edificações adensadas.

De início, foram as residências térreas que se apropriaram dos primeiros lotes, para depois se elevarem a sobrados. A partir daí, atividades comerciais passaram a ocupar o andar térreo, resguardando o pavimento superior para moradia. Hoje, são praticamente inexistentes os exemplares remanescentes das décadas de 20e 30 do século passado; quando muito, os poucos sobrados remanescentes das décadas *art deco* [anos 40 | 50] têm seus espaços internos e fachadas adaptados à realidade atual. Muitos desses exemplares arquitetônicos foram se perdendo no tempo, pela questão das atribuições de novos usos e especulação imobiliária, acelerando a degradação dos edifícios, explicando a relativa nova idade dos edifícios que ocupam a AP agora. Os prédios contemporâneos, que são ocupados distintamente, ou por uso residencial ou por uso comercial/serviços, se sobressaem não só pelo grande afastamento que têm entre si e a testada da avenida, mas principalmente pelo caráter vertical que apresentam.

Figura 59 |
Mapa Uso-Ocupação
[VMD, 2008]



59

Observando o **Mapa de Uso-Ocupação** [Fig. 59], destacamos o contorno alternado de prevalência das atividades sócio-econômicas. Partindo de um extremo mais residencial; passando por uma zona de alta intensidade comercial; retornando então para um intervalo menos comercial mais próximo do caráter residencial; para chegar ao outro extremo com vocação de lazer, justificada pelos parques urbanos. Vemos ainda que há uma presença relevante de ocupação por instituições ao longo da avenida, reforçando seu caráter de notoriedade para outras partes da cidade.

O primeiro prédio campo-grandense com 02 pavimentos data de 1904, e a partir daí, a escala de Campo Grande passou a apresentar além das edificações térreas, também algumas assobradadas. Mas foi no fim da década de 50 que a legislação municipal aumentou o gabarito predial para 03 e 06 pavimentos, para escritórios e apartamentos, respectivamente. Em consequência, os anos 60, também devido ao desenvolvimento econômico, como visto anteriormente, foram marcados pelo início do processo de verticalização. Testemunhando toda essa evolução, podemos dizer hoje que a AP é uma via verticalizada, principalmente se comparada à outras avenidas da cidade. Porém, não podemos dizer que ela apresente esse contorno uniformemente em toda sua extensão, como verificamos a seguir no **Mapa de Gabaritos** [Fig. 60]. Seus mais altos edifícios encontram-se concentrados em sua porção central, de modo a serem facilmente identificados, predominando ainda uma escala relativamente baixa de gabarito no restante de sua ocupação. Assim, há um gradiente, que varia de um

gabarito elevado em seu ponto médio, a um gabarito menos elevado, em direção às suas extremidade.

Figura 60|
Mapa Gabaritos
[VMD, 2008]



60

Assim, podemos sumarizar que, à oeste, uma área altamente edificada, composta por prédios de baixa ou média elevação e, em sua maioria, de uso residencial, com destaque para os hotéis, de maior gabarito, e instituições, como igreja, que marcam presença pela distinção formal do edifício. Na região central, alto adensamento, inclusive com exemplares mais verticalizados, ocupados em geral por apartamentos, em oposição aos edifícios de média altura, em sua totalidade prestadores de serviços e de trocas comerciais. E à leste, encontramos uma área de menor densidade, principalmente pela localização de equipamento urbano, como parque, atraindo atividades de lazer; além de ser uma região nova, em termos de ocupação, é recente a especulação e crescente a ocupação por uso residencial, com edifícios de médio a elevado gabarito.

Sobrepondo essas análises formais, baseadas em seus respectivos mapas, vemos que há um gradiente coincidente de densidade, uso e gabarito que se decresce da porção central em direção aos extremos, conferindo contornos distintos à linha completa da avenida. Em termos abstratos, a linha reta da avenida adquire um contorno oscilante quando articulada com essas informações físicas, e que também poderão variar segundo à subjetividade de quem a interpreta.

I.2. COMENTÁRIOS

O percurso por um caminho histórico, onde os marcos transformadores são identificados, contribui para o entendimento dos laços afetivos que envolvem os objetos arquitetônicos e urbanos da paisagem, assim como pudemos acompanhar ao longo desse capítulo.

Aliando-se necessariamente ao desenho e conformação do espaço físico de nossa avenida, aprofundamos o conhecimento de sua evolução no tempo, de seu suporte físico e de seus aspectos funcionais. Após essas análises - dos mecanismos de formação e estruturação da cidade de CG, na perspectiva da av. AP -, retratamos, nas devidas proporções, a complexidade da organização espacial desse contexto urbano, já detectando diferentes ambientes dentro desse mesmo recorte, simultaneamente fragmentados e articulados, tanto pelo suporte espacial quanto pelos laços de apropriação, que poderão se confirmar ou não mais adiante, no desenvolvimento e evolução de nossa pesquisa.

"Pense-se no discurso produzido por um hábil jogo entre ruas e praças [...] Quem assinou essas obras, essas concepções? [...] O nome não ficou. E no entanto, muitas dessas cidades não são simples proposições espontâneas: foram até certo ponto planejadas. E não o foram apenas para as grandes famílias, para os doges e papas: o povo era e é seu grande usuário. E uma linguagem está presente nessas obras, uma linguagem urbanística onde o fechado e o aberto se completam, e o previsível e o inesperado, o protegido e o exposto, o privado e o comum, o geométrico e o orgânico, em suma: a unidade e a variedade. Essa é uma linguagem completa, onde o indivíduo faz parte da cidade e a cidade, parte fundamental do indivíduo. O homem vive na cidade e da cidade, e a cidade não deixa de viver do homem. [...] o homem ainda dialoga com o espaço que o circunda: ao final de uma ruela sombria, a enorme surpresa sensorial de um espaço aberto; aqui, uma escada que separa duas paisagens inteiramente distintas - mas identifica-se o todo como um conjunto unitário que o indivíduo nunca conhece inteiramente mas que ele não deixa de reconhecer."

[COELHO NETTO, 1979. In: A construção do sentido na arquitetura. p. 09-10]

CAPÍTULO II | NAS RUAS DA CIDADE

Uma das primeiras apreensões da experiência que a cidade constitui, em se tratando do seu espaço, acontece inevitavelmente nas ruas. Nela passam caminhos e percursos, passam um e todos, e dentre tantas trajetórias e destinos que por ela cruzam, ficam indícios culturais que alinham toda essa dinâmica de mobilidade, convivência e significados que pairam e marcam seu espaço. Sendo este nosso foco de interesse, é apropriado entender que estar na cidade e reconhecer o fenômeno simbólico que a define enquanto experiência, em grande parte, é também estar na rua.

Ao denominar cidade um complexo territorial formado por um conjunto de aglomeração de pessoas e atividades pouco vamos deixar transparecer o múltiplo diálogo que pode se estabelecer entre ela e quem a vivencia. A cidade vai além de uma objetiva definição:

é o espaço vivido, sentido, valorado e percebido por seus habitantes, através de representações mentais, históricas e impressões individuais e coletivas [...] que marcam, delimitam, conforma e exprimem o caráter de cidade que influi sobre o comportamento de seus moradores, usuários e visitantes. [SANTANA, 2004: 02]

A conversa de quem, além de vivenciar a cidade, toma-a como objeto pesquisa, se adapta às mais diversas áreas de conhecimento, que constantemente a tem tomado como tema de estudo na leitura e compreensão dos espaços que habitamos. Multifacetada, ela é abordada pelos mais diversos autores, segundo seus inúmeros aspectos. Isso resulta, como aponta LAMAS [1998: 38], da *“convergência e a utilização de dados habitualmente recolhidos por disciplinas diferentes – economia, sociologia, história, geografia, arquitetura, etc. – a fim de explicar um fato concreto: a cidade como fenômeno físico e construído”*.

Com base nos estudos desenvolvidos por MAGNOLI na década de 80, MACEDO [1995: 16] define os espaços livres como *“todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho”*. Mais especificamente aqueles contidos dentro dos limites do tecido urbano – ruas, praças, largos, parques, dentro outros – se denominam espaços livres públicos; *“lugar de regras e de ajustes incessantes da distância e da proximidade, da presença e da ausência, da interação social, o espaço público interroga o processo de produção da vida social”* [CHELKOFF; THIBAUD, 1993: 02]. Segundo GHIRARDO [2002: 45], estudiosa do espaço público nos séculos XIX e XX, este pode ser definido como *“o espaço coletivo, compreendido não*

como pertencente a um indivíduo, uma classe ou uma corporação, mas ao povo como um todo". Quando, então, qualificado como livre e público, o espaço urbano, nas palavras de COLQUHOUN [1991: 263], agrega *"[...] o próprio espaço edificado, sua morfologia, o modo como afeta nossas percepções, a forma em que se o utiliza e o significado que é capaz de obter"*²⁶. Todas essas definições sobre o que consiste o espaço urbano livre público, tal qual ruas, praças, dentre outros, nos levam a entender que se trata de um local qualificado não somente pelos seus atributos físicos, quanto sua forma e traçado, mas também pela sua receptividade e atratividade, quanto aos usos cotidianos e trocas sociais, culturais e econômicas. É esse conjunto que lhe permite ser aferido de um valor coletivo por aqueles que lhe vivenciam.

No caso da AP, essa definição se encaixa a partir do momento que acreditamos ser ela um espaço relevante não somente por sua grandiosidade física, mas também pela própria influência que exerce na ligação afetiva que seus usuários estabelecem com seu conjunto urbano, qualificando seus espaços de diferentes maneiras e valorizando a mesma segundo atributos físicos e perceptíveis variáveis.

Se imaginarmos a cidade contemporânea, com os elementos físicos que dela fazem parte – ruas, asfalto, concreto, fios de energia, vidros, automóveis, sons amplificados, propagandas sobrepostas, muros confinados, janelas perspectivadas, etc. – iremos consentir que constitui-se um artefato, pois é construída a partir de uma necessidade e com um propósito estabelecido.

O artefato mais complexo e sofisticado produzido pela civilização, para sobrevivência humana, é a cidade. Sua função é clara, é uma ferramenta concebida para servir de abrigo, proteção, preservando assim, a integridade física de indivíduos das comunidades moradoras e, ao mesmo tempo é um objeto cultural, que serve para preservar os valores e os símbolos destas comunidades, propiciando que estas se perpetuem nos lugares, ao longo dos tempos. [YONAMINE, 2004: 68]

LEMOS [1987 *apud* MANCEIRA, 2003: 13] propõe essa mesma interpretação, quando diz que *"a cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo. Mas um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos [...]"*.

Para focar a dinâmica espacial das concentrações urbanas, é importante entender o ato propulsor desse fenômeno. A constatação de que o homem necessita de relações,

²⁶ Tradução livre da autora.

de que é um ser baseado numa organização social, a qual lhe proporciona oportunidades de desenvolvimento do seu potencial criativo e da satisfação das suas necessidades primárias, sejam elas as mais variadas, explica o acontecimento dos agrupamentos, inclusive os urbanos. Segundo AUZELLE [1972: 08], arquiteto e urbanista defensor da vinculação do estudo do espaço urbano principalmente às questões humanas, a cidade é entendida como a expressão e o suporte para um lugar de trocas, não só materiais, como mercadorias, matérias-primas, informações, mas principalmente, das *“trocas de espírito”*. Para uma cidade sobreviver e se tornar suporte espacial de uma comunidade efetiva em seu sentido social [DUARTE, 1993], é fundamental a capacidade dos cidadãos descobrirem algum valor que não seja somente o econômico ou político para justificar-se a vida em aglomerações urbana: *“[...] a cidade – seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de rua, e assim por diante – é, ou parece ser, mero artefato. [...] que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto, se interligam através do uso e costume [...]”* [PARK, 1916 in VELHO, 1979: 27].

Estabelece-se, então, a estrutura básica para a formação dos agrupamentos – a relação de trocas, sejam elas materiais ou sentimentais. A cidade, como uma forma de concentração humana, não foge dessa condição.

Dito de outra forma, a atividade perceptiva e expressiva dos atores é o instrumento principal, a partir do qual se elabora a troca social. Mais ainda, é a possibilidade de manifestar seus atos para o outro e de observar os do outro em retorno, que institui socialmente um espaço como público. É agindo e mobilizando o ambiente através de uma atividade perceptiva e expressiva que os atores produzem, em conjunto, um campo de observações partilhadas. [CHELKOFF; THIBAUD, 1993: 03]

Sobre a conotação afetiva dessas trocas sentimentais, pode-se aproximar a importância da interpretação pessoal para se constituir a esfera coletiva que os lugares podem admitir. SANTANA [2004: 08] reconhece que o processo de atribuição de valor às áreas urbanas públicas, através dos espaços fragmentados da cidade se dá *“em função do conhecimento que temos delas, do grau de relação e tempo despendidos, assim como em função de seu uso e utilidade”*. Como retomaremos mais tarde nas análises da AP, a vida coletiva se constrói a partir de afetos que são atribuídos aos lugares pelos quais transitamos e permanecemos, de modo que toma-los como bons ou ruins depende da intensidade e frequência que cada usuário faz essa vivência.

A multiplicidade de símbolos²⁷ inseridos no contexto da cidade, cada um com seu significado específico, pode elevar a própria cidade à expressão de um símbolo único e maior. Para TUAN [1983: 191], “a cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis. Mais ainda, a própria cidade é um símbolo”.

A demanda pela vivência em agrupamento urbano reivindica essa transmissão simbólica ao conjunto da cidade. Os espaços públicos desde muito se destinam à coletividade.

Pode-se dizer que a rua testemunhou, desde o surgimento da antiga cidade-estado, a distinção entre as esferas da vida privada e da vida pública, pois eram nas praças públicas – Ágoras – que se tratavam os grandes debates pelos cidadãos, na Grécia clássica. [OLIVEIRA NETO, 1999: 88]

O logradouro público – ou rua -, assim, mostra-se como prova viva dos ideais culturais e sociais que se sobrepuseram ao tempo, em camadas onde os produtos de cada contexto cultural adotam o espaço público urbano como suporte físico.

O ambiente urbano, formalizado pela identificação de um signo comum [...] desnuda-se nos impactos produzidos pelas relações, que não são auto-evidentes, mas que deixam sinais impressos no cotidiano dos lugares, nos hábitos, nas crenças e ações de uma coletividade. [SANTANA, 2004: 116, grifo da autora]

Sendo ao mesmo tempo fragmentada, articulada, um reflexo e uma condicionante social, “a cidade, lugar de ebulição permanente” [SANTOS, 1988: 53 *apud* SOUZA, 1996: 59] é também o lugar da sobrevivência e da vivência urbana. Essa condição envolve tanto o cotidiano quanto o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no seio da sociedade que são projetados e que projetam-se nas formas espaciais: monumentos, templos, ruas, etc.

²⁷ Do grego *symbolon*, símbolo refere-se à relação entre um signo [nome] e significado [aquilo que designa], estruturas indissociáveis para a aproximação com esse conceito.

a Arquitetura é que atribui a forma da cidade, a cidade como espaço do homem, o mundo do homem, sinônimo de sua cultura, evidenciando-se o seu valor simbólico. [...] Nesse sentido, vemos os edifícios, os espaços urbanos, propiciando a própria vida. O símbolo alcançado é o meio, a forma, que permite ao homem oferecer razão à sua circunstância de vida e adquirir a percepção desta circunstância a romper a trivialidade do cotidiano. [ANDRADE, 1993 in CBA, 1993: 40]

O símbolo, necessariamente traduzido por uma forma física, não pode ser experienciado se alheio ao sistema em que foi gerado, ou seja, *“para perceber o significado de um símbolo é necessário conhecer a cultura que o criou”* [LARAIA, 2006: 56]. Dessa maneira, o espaço urbano assume uma dimensão simbólica peculiar, variável, porém, segundo quem a interpreta, seja individual ou coletivamente, pois, *“afinal, o ambiente da vida cotidiana é mais significativo do que parece. Ele é tanto a espinha dorsal quanto o fundo sobre os quais construímos a própria base de nosso modo de ser-no-mundo”* [THIBAUD, 2005: 210]. Isso será analisado no caso da AP de maneira a esclarecer que a relação entre o espaço urbano e a figura do cidadão que a habita estreita-se a cada ida à rua para se fazer compras, no esbarrão com alguém estranho ou no encontro com o amigo na esquina, até correria para pegar um sinal aberto ou no descanso debaixo da sombra de uma árvore, dentre tantos outros acontecimentos, a princípio banais, mas que tornam a existência de ambos indissociável.

Avessa ao planejamento das cidades distanciado das manifestações cotidianas dos cidadãos, JACOBS [2000] crê na rua como meio de promoção da diversidade. As ruas na verdade são reflexo de uma espontaneidade, da necessidade de ir ao encontro de algo. *“Elas são o meio para um fim”* [JACOBS, 2000: 205]. É nesse ir e vir em função de uma atração que as pessoas se encontram; se há ruas, há cruzamentos, logo esquinas, enfim, garantias de que haja mistura, sob inúmeras possibilidades. No caso da AP, as análises demonstrarão que por mais que diferentes pessoas se direcionem ou estejam nela segundo diferentes pretextos, a avenida se torna, literalmente, o fio condutor capaz de entrelaçar tanta diversidade e representatividade sob e sobre um mesmo espaço. Para a autora, *“o modo como funcionam [atraindo para si misturas de usuários] e os resultados que elas proporcionam [o crescimento da diversidade] estão intimamente relacionados”* [JACOBS, 2000: 206]. Dialeticamente, um valor coletivo dado à rua, como é também a Av. Afonso Pena, agrega muitas diversidades – cultural, econômica e social - que a própria ajuda a gerar. MURET [1987 *apud* ROMERO, 2001: 33] também compartilha desse pensamento quando reforça que *“os espaços exteriores urbanos podem corresponder aos espaços livres, isto é, disponíveis para todos, simples ou adaptados a múltiplas funções”*.

Ao estudar os espaços de uso comunitário [EUC's] nos Programas Habitacionais na cidade do Rio de Janeiro, sob o entendimento de espaços livres públicos complementares à função de moradia, incluindo-se aí seus serviços, BRASILEIRO [2000] constatou que é através da dimensão física desses espaços que se promove o convívio e a interação sócio-cultural dos moradores de determinado local. Dessa maneira, os espaços públicos funcionam *“como ponto atenuador das diferenças”* [BRASILEIRO, 2000: 150]. Como a autora comprova,

Uma cidade que seja agradável de se habitar e que tenha boa qualidade de vida é uma cidade que permite o encontro, o livre acesso, o lazer, a prática de esportes ao ar livre, e que cuida da saúde e da educação de seus habitantes também. Uma cidade não pode ser composta somente por casas ou por alguns desses elementos isoladamente. [BRASILEIRO, 2000: 150]

Outro exemplo também bastante demonstrativo dessa dinâmica é o estudo de DUARTE; SANTOS & OLIVEIRA FILHO [2002 *in* DEL RIO; DUARTE; RHEINGATZ, 2002: 378] em um largo carioca, conhecido como Beco das Sardinhas. Durante curto e rápido período de tempo, o estimado *happy hour*, o espaço da rua se transforma e aporta práticas sociais contornadas pelo lazer, descontração e anonimato, demonstrando que *“o espaço público é capaz de abrigar diferentes usos e se transformar transitoriamente em um palco no qual se encenam os dramas e as expressões de emoções inerentes ao ser humano”*.

Como vimos, o modo de vida urbano das cidades contemporâneas, na sua expressão pública, ainda inclui os espaços livres como meio de convivência e gera ambientes propícios ao exercício da cidadania, os quais guardam potencial para consolidar as relações entre homem e seu meio ambiente. É nessa qualidade de espaço, construído e culturalmente modificado, que tornam-se mais evidentes os efeitos da ação e expressão dos homens.

Fazendo uma analogia a JACOBS [2000], a presente pesquisa pretende discutir que a rua é sim um meio para nosso fim. Pois, entendemos que para aproximar do sentimento comum da experiência de cidade, é preciso partir do espaço livre público, e a rua é suporte físico para esse acontecimento. Para tanto, usaremos o caso da Av. Afonso Pena [AP], na cidade de Campo Grande|MS e da busca de seus valores e significados coletivos, para buscarmos a compreensão da dinâmica espacial que faz dela 'a grande avenida', capaz de refletir a cultura, como modo de vida campo-grandense.

II.1. A RUA EM SEU LUGAR

A rua, pela qual cada um de nós transita a cada dia, é a prerrogativa para a função da circulação urbana e a estrutura onde as edificações se guiam. Mas a rua, como uma escala na experiência do espaço urbano e público, é mais do que uma simples via ou caminho que se percorre rumo a um destino. De acordo com SANTOS, VOGEL & MELLO [1985], a origem da palavra rua é latina, no vocábulo *ruga*. A princípio, referia-se ao sulco existente entre dois renques de casas ou muros numa povoação qualquer. Os romanos, segundo os autores, quase sempre fundavam suas cidades a partir do traçado de suas ruas, a partir de um encontro em cruz originário. Segundo os autores,

Para nossa cultura é impossível imaginar o urbano sem o recurso à noção e à imagem de ruas. A importância de que desfrutam pode ser percebida pela constatação da quantidade de atividades e significados para os quais servem de apoio ou de locus. [SANTOS; VOGEL; MELLO, 1985: 24]

Para FISCHER [1994: 185], a rua cumpre duas funções distintas, porém, complementares, que qualificam dois tipos de ruas, respectivamente: “[...] circular para ir para qualquer lado, parar para estar, existir num lugar. Haverá portanto [...] as ruas onde se circula, onde se passa, as ruas onde se vai para ficar [espetáculos, atividades, prazer]”. Mas essas ‘ruas’ não existem isoladamente; se sobrepõem e propiciam “micro-acontecimentos”, como o autor entende: “[...] é um lugar de passagem, mas também é lugar de encontros e de descobertas: descoberta de coisas através das vitrinas, descoberta recíproca das pessoas através do choque ou evitamento [...]” [FISCHER, 1994: 185].

A importância da rua, sob a perspectiva de ser um dos principais palcos da vida cotidiana, envolve a função, primordialmente, de sociabilização – “A rua arranca a gente do isolamento e da insociabilidade, teatro espontâneo, terreno de jogo sem regras sociais precisas e por isso mesmo interessante, lugar de encontros e solicitude múltiplas – materiais, culturais, espirituais – a rua resulta indispensável”. [LEFÈBVRE, 1978 apud OLIVEIRA NETO, 1999: 34]. Ao acompanhar o desenvolvimento *in loco* dos espaços do bairro carioca de Vila Pinheiros, DUARTE & SILVA [1998] puderam verificar essa qualidade - estrutura de ligação entre espaços, a rua é também capaz de ligar pessoas.

[...] Verifica-se que as ruas não são mais um simples local de passagem e tornam-se cenários de encontros e trocas sociais. Cada canto, cada travessa do bairro passa a ter um valor atribuído pelo uso e o estudo do conjunto nos ensina a conhecer melhor o rico universo cultural de seus moradores. [DUARTE & SILVA, 1988]

Para compreender o caráter social do espaço público, enquanto um contexto espacial, DAMATTA [1998] apresenta a relação dialética que a rua estabelece com a casa. Para o autor, essas categorias sociais não existem somente isoladas, mas também em processo contínuo de apreensão; podem se opor ao mesmo tempo em que transitam de uma à outra em forma de graduações. A casa e a rua são mais que simples espaços geográficos, “são modos de ler, explicar e falar do mundo” [DAMATTA, 1998: 29]. A casa nos remete ao conhecido e familiar; a rua, ao inexplorado e aventureiro. São, segundo o autor, associações primeiras que se faz com que esses espaços, como um caráter próprio ou um espírito que rege sua interpretação, mas que podem inverte-se ou complementar-se mutuamente, conferindo novas significações para o indivíduo, transformando, por exemplo, à rua em casa [SANTOS; VOGEL; MELLO, 1985].

RIBEIRO [2003] concorda que todo lugar aporta em si significados, valores e sentimentos que configuram-se como potencialidades positivas ou negativas na interpretação dos espaços urbanos. Entretanto, a autora crê que tais qualitativos não são intrínsecos a esse dado lugar, divergindo que esse espírito guardião seja, a priori, nato:

Determinado lugar possui certo valor ou significado porque alguém a ele outorgou esse valor ou significado. Não existe um ‘espírito do lugar’ enquanto identidade ou essência; o modo pelo qual determinadas pessoas se relacionam com seu entorno é que lhe confere ou não determinado ‘espírito’. [RIBEIRO, 2003: 80, grifo do autor]

Aproximando-se dessa posição interpretativa, GEDDES [1994: 172, grifo nosso] propõe que “a partir do nosso levantamento dos fatos, devemos preparar não um simples registro material, econômico ou estrutural, mas evocar a personalidade social, que tanto muda a cada geração, porém sempre se expressando nessas gerações e através delas”. Conhecer apropriadamente determinado contexto espacial, especialmente daqueles urbanos e com a qualidade de rua, implica em conhecer também as significações a ele associadas, de modo que “compreender a vocação de determinado lugar geográfico significa reconhecer esse espírito, que corresponde à constelação de significados vinculados à visibilidade desse lugar” [RIBEIRO, 2003: 79].

A mérito ilustrativo, podemos citar o estudo desenvolvido por PAULA & DUARTE [2007] em uma rua em localidade no sul do país. As autoras, com o auxílio da ferramenta etnográfica e aproximação com a experiência vivida pelo usuário, demonstraram que os chamarizes concretos do espaço trabalham também como pistas indicativas das possíveis redes de significados e valores a serem investigados:

Por fim, a etnografia da rua Babitonga, ainda que em seu estágio inicial, confirma que esta rua não é apenas um lugar comercial e turístico, mas sobretudo uma poderosa arena de relações sociais, de valores e de rituais, compondo um ambiente simultaneamente sócio-econômico e simbólico. [PAULA; DUARTE, 2007: 07]

Chegando neste ponto, podemos ressaltar, então, dois fatores relacionados diretamente com a apreensão do lugar, “[...] esses espaços perceptivos e vivenciais que constituem a matéria-prima da arquitetura” [OKAMOTO, 2002: 15]. Primeiro, a afetividade, manifestada positivamente ou não e que influencia na referencia espacial. É por meio desse espírito que estabelecemos laços de identificação, nos proporcionando pertencimento e orientação em um local. O outro fator diz respeito aos simbolismos que dado lugar representa ou traduz “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura” [ISNARD, 1982 apud CORRÊA, 1995: 32].

Acima daquilo que se assemelha entre as cidades – redes de transporte, sistemas econômicos, etc. – conhecê-las, de modo mais próximo ao espontâneo, prescinde penetrar em sua alma, investindo em direção à sua vocação urbana, adentro da relação mútua entre a vida da cidade e dos seus cidadãos [GEDDES, 1994]. A rua, a despeito de todas as reorganizações e expansões formais e perceptivas que a cidade tem sofrido em função das tecnologias contemporâneas, continua sendo o palco privilegiado da vida urbana [KIEFER, 2007]. Assim, a leitura do espaço formal de uma rua como a AP é mais bem compreendida em sintonia com os usuários, os quais, de fato, lhe atribuem significados, reflexos e condicionantes do espírito desse lugar, abrindo outros caminhos na sua investigação para além da linha reta da avenida.

Neste trabalho, então, tentaremos demonstrar que não é possível ficarmos preso apenas aos valores físicos do espaço, pois “é certo que o espaço existe em sua materialidade física, mas o que interessa às ciências humanas é a transformação destes espaços físicos em espaços sociais e a relação que o homem estabelece com estes” [KUHNEN, 1997]. Nossa rua, a Avenida Afonso Pena, não abarca somente fenômenos de trânsito e

comerciais. Tentaremos demonstrar, mais adiante que a AP pode se transformar na expressão da cidade, à medida que nela misturam-se os indivíduos e compartilham-se experiências, e assim, se torna propensa a representar valores e significados tanto coletivos quanto individuais, enfim, compartilhando *“a alma do lugar, que conta acerca das nossas raízes, aquelas que fortalecem vínculos com o espaço”* [COSTI, 2002: 02].

II.2. PEDRAS DO CAMINHO

"Para ver a cidade, é preciso entendê-la. Para entendê-la, é preciso aprender uma forma, um roteiro seletivo. Aprendido o roteiro, se descobre que é só um entre vários. Se são possíveis tantos, é também viável, saltando de um para o outro, transformá-los".

[VOGEL et alli, 1995. In: Como as crianças vêm a cidade. p. 137]

Para aventurar-se em uma cidade, entre suas ruas e dentre seus lugares, podemos percorrer diversos caminhos. Esboçar uma rota que nos guie por um determinado percurso analítico poderia ser tomada como indutora de uma [pré]determinada leitura, anulando a espontaneidade inerente de quem olha para esses espaços despretensiosamente. No entanto, em nosso trabalho, 'rotas' foram traçadas com o intuito de conciliar a naturalidade da vivência urbana cotidiana com a sistematização focada de uma pesquisa que visa apontar elementos subjetivos que estruturam essa qualidade de espaço. Não basta somente olhar para a cidade e para a rua; é preciso saber sob qual perspectiva cada um deles se fazem vistos, sobretudo, percebidos e [re]conhecidos como um Lugar.

Para revisar conceitos vinculados à leitura do espaço urbano, era preciso estabelecer antes quais seriam as categorias a serem analisadas para compreender os significados do Lugar. Essas categorias seriam as pedras que sedimentariam nosso caminho pela AP, não no sentido de obstáculos, mas sob o entendimento de formarem a base teórica para a proposta de nosso estudo. A resposta pudemos encontrar ao abordar seus usuários, que através de discurso aberto, expuseram opiniões e impressões indicadoras de qual rota seguir com destino aos valores e significados da AP. Tais indicações, fruto das Entrevistas Preliminares de nossa pesquisa, destacadas por meio da recorrência de temas no discurso dos usuários, fizeram aflorar categorias de análise pertinentes ao trabalho em questão [ver Cap. III]. As categorias foram emergindo a partir das características pelas quais a AP se faz ler. Dentre estas, se fizeram mais presentes: **Memória, Identidade, Fluxo e Limite**.

Tendo reconhecido essas pedras, nossas categorias, só, então, é que foi possível **buscá-las enquanto conceitos teóricos, e compreender que articuladamente assentam-se sobre o leito de valores e significados que percorrem nossa avenida**. SANTOS [1998: 102] cita que *"Victor Hugo considerava que a cidade, pela sua arquitetura, é um livro onde cada pedra é uma letra, cada hieróglifo um grupo de idéias"*. A seguir, abordamos cada um desses elementos que constroem e roteirizaram nossa leitura pela avenida de estudo e que, ao contrário de pedras no caminho, foram com coerência, pedras do caminho.

II.2.1. Memória

"O presente do passado é a memória; o presente do presente, a visão; o presente do futuro, a espera."

[Santo Agostinho]

Para iniciar a investigação sobre valores e significados da Avenida Afonso Pena, apresentaremos a seguir a dinâmica da memória, verificando como o indivíduo é capaz de apreender o tempo - ao lembrar o que é passado, o presente fica situado e permite-se projetar o futuro. Essa construção do tempo pela memória não é linear; é estabelecida a partir de impressões particulares que humanizam o tempo. O indivíduo pode lembrar, esquecer, e ao mesmo confundir, mas necessariamente o fará relacionando a sentimentos [UGLIONE, 2007] e a espaços [JODELET, 2002 in DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002], que em conjunto denotam a construção do Lugar e desse modo suprem o anseio pela formação da identidade, seja individual, bem como coletiva.

Muito além dos fatores neurofisiológicos do processo de memorização, e muito além dos artefatos computadorizados do mundo contemporâneo, a memória é um fenômeno multifacetado, um modo de conhecimento e de afeição de nossas vidas, onde tanto elementos objetivos quanto subjetivos a compõem. Nas palavras de CHAUI [2000: 162], *"mesmo que nosso cérebro grave e registre tudo, não é isso a memória e sim o que foi gravado com um sentido ou com um significado para nós e para os outros"*.

Reter idéias, impressões e conhecimentos é muito pouco para definir memória. Se *"lembranças se referem a experiências vividas"* [YONAMINE, 1995 in ARCA, nº 05, 1995: 10], à memória, então, reserva-se aquilo que é breve, singular e|ou intenso, que nos impressiona pelo bom ou mau momento e que se carrega ao longo de uma vida como uma base referencial, onde *"sempre subsistem resíduos de nossa percepção passada, e esta experiência marca a percepção futura. A memória, ao reagrupar as sensações e reduzir os elementos em forma de esquemas, cria símbolos que influem no comportamento"*²⁸ [BAILLY, 1979: 92].

De acordo com CHAUI [2000: 158], a memória é a nossa primária aproximação com a experiência do tempo, através da retomada do passado, a fim de se *"reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total"*, o que faz denotar a brevidade dos momentos acontecidos. A esfera da relação temporal é fundamental para a existência humana, pois nos situa logicamente e reflexivamente diante das ações e suas

²⁸ Tradução livre da autora.

conseqüências – “a memória é o que confere sentido ao passado como diferente do presente [mas fazendo ou podendo fazer parte dele] e do futuro [mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo]” [CHAUÍ, 2000: 164].

A temporalidade da memória está inscrita, como JODELET [2002 in DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002: 31] propõe, na idéia de desenvolvimento, da ruptura não brutal e da continuidade dos fatos e modos de vida, “respeitando um presente que encontra fundamentação no passado”.

YONAMINE [1995 in ARCA, n° 05, 1995: 10] diz que não é só o tempo mensurável, cósmico, que temporaliza a memória, o desenvolvimento e a experiência²⁹; há ainda “o tempo humano, baseado justamente em nossas vivências [...] fundamentalmente cultural que dá valores, escalas e significados aos atos e fatos e dá a eles seqüência e até uma lógica argumentada”. BOSI [2003] também se aproxima dessa humanização do tempo quando diz que:

A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferenciadamente, assim como cada pessoa. Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido. [BOSI, 2003: 53]

De acordo com DAMATTA [1998], o processo de passagem do que é ordinário ao que é simbólico fortalece-se com os subsídios da memória, já que vincula-se a uma determinada temporalidade e carga cultural apreendida:

A viagem da rotina para o extraordinário, porém, depende de uma série de fatores. Ela pode variar de sociedade para sociedade e pode ser realizada tanto coletiva quando individualmente. [...] a alternância de situações que foram esquecidas com situações que ‘guardamos’ como tesouros ou cicatrizes em nossa cabeça e que formam o que denominamos ‘memória’. [DAMATTA, 1998: 67-68]

²⁹ Segundo Aristóteles, “É da memória que os homens derivam a experiência, pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito de uma única experiência”. [JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006: 183 | CHAUÍ, 2000: 164]

Aqui se insere outro fato relevante sobre a memória; o seu mecanismo não de apenas poder resguardar fatos marcantes positivamente, mas também sombrear e mascarar aqueles outros marcados como negativos – *“essa verdadeira dialética entre o que é lembrado como saudade [...] ao lado de tudo que foi vivido como doloroso”* [DAMATTA, 1998: 68]. Situado nesse contexto do que é cotidiano e do que é simbólico, há, segundo o autor, aquele tempo lembrado, carregado de afeto; o tempo esquecido, carregado de dor, e também aquele tempo ordinariamente vivido, que sem maior relevância, se escoa e morre no tempo passado. Ao desenvolver estudo sobre a interação entre o elemento natural do rio e o espaço urbano da cidade, especificamente Ribeirão Preto, cidade paulistana que leva o nome do rio ao longo do qual foi fundada, GHILARDI [2004] pode perceber que o significado histórico do *ribeirão preto* muitas vezes ficava diluído na memória da população, tanto pela sua falta de valorização quanto pela sua pequena escala em relação ao corpo da cidade. Vários habitantes não tinham ciência que um ribeirão passava aos fundos de suas casas. Por outro lado, a presença do ribeirão também emergia individualmente nos ribeirinhos ao contarem suas lembranças recentes ou longínquas. De qualquer modo, o lembrar ou não lembrar possibilitou à autora verificar que *“a memória ressalta os significados identitários e os valores de uso depositados nestas paisagens”* [GHILARDI, 2004: 248]. No caso da AP, veremos que todos são cientes e reconhecem a presença da avenida principalmente por estarem dentro da abrangência de seu espaço; entretanto, certos pontos dela são capazes de evocar memórias de forma mais ativa do que outros, demonstrando que memórias presentes e memórias ausentes dão caráter também à sua interpretação.

Esses *“jogos de memória”* são importantes não só para um indivíduo, bem como para a cidade. Na visão de ECKERT [2002], esse mecanismo, aliado ao tempo humanizado e não linear, é que é capaz de *“dar conta da cidade construída incessantemente nos jogos de lembrança e esquecimento daqueles que a habitam a partir de referenciais de identificação e estranhamento”*. [ECKERT, 2002: 81]

Para Proust, segundo CHAUÍ [2000: 158], a memória está necessariamente ligada ao fator da identidade, da propriedade de se *“dizer ‘eu’ reunindo tudo o que fomos e fizemos a tudo que somos e fazemos”*. Esse fator atinge tanto um indivíduo [pessoal e introspectiva] quanto um grupo [coletiva e social], porém, a faceta coletiva da memória tende a permear a consciência individual na esfera da identidade e da cultura.

Já no início do século passado, HALBWACHS foi precursor na compreensão das questões que relacionam cidade, memória e identidade. Para o autor, a memória de uma cidade *“é construída na força dos sentidos produzidos nas lembranças do viver social comum”*, ou seja, da sua memória coletiva [HALBWACHS, 1968 *apud* ECKERT, 2002: 81]. Segundo ECKERT [2002], a memória coletiva é, para HALBWACHS, simultaneamente interpretativa e

adaptativa, estabelecida por meio de diferentes trajetórias [pessoal, familiar, do grupo, etc.] mas integradas pelo cotidiano vivido dos habitantes de dado local, que identificam-se através do pertencimento espacial coletivo. Esse mecanismo se demonstrará bastante relevante na leitura da AP, pois verificamos que grande parte das lembranças dos usuários que envolvem-se com a avenida advém das atividades cotidianas que desempenham em seu espaço.

Apesar de coletiva, a memória que permeia os espaços da cidade é formada por memórias individuais, o que lhe confere um caráter naturalmente conflituoso e contraditório, pois “[...] *todos os indivíduos não têm necessariamente a mesma memória dos acontecimentos. Entretanto ela é viva, emotiva [...] Estas são memórias afetivas, que mesmo correndo o risco de serem falhas algumas vezes, dão o sentido de vida, de mundo vivido [...]*” [COSTA, 2002: 146-147].

A memória está presente dentro de nós, bem como fora, em objetos, pessoas, fatos e lugares. Ambas, estão fundadas na relação temporal [passado, presente, futuro] e entrelaçam-se no momento em que as histórias de vida de cada um acompanham as modificações do espaço em que vivem.

Mas os espaços evocam recordações não apenas e necessariamente pelas associações provocadas pelo aspecto físico intrínseco à forma. Determinado espaço, também e simultaneamente, pode ser associado à lembrança de alguns acontecimentos que ocorreram na vida de determinado habitante, em certo tempo e lugar. [RIBEIRO, 2003: 68]

BOSI [2003] vincula a necessidade dos homens de se enraizarem a um espaço com um anseio por uma identidade. Para HALBWACKS, o aspecto material da cidade é capaz de testemunhar os eventos que forjaram sua sociedade e seu próprio espaço, refletindo e tornando perene uma identidade que se transforma, entretanto, sem ser perdida. [HALBWACKS, 1997 *apud* UGLIONE, 2007]

Não é certo então, que para lembrar-se seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas assim é que podemos definir memória; [...]. [HALBWACHS, 1990: 160 *apud* DELVIZIO, 2004: 31]

Essa observação demonstra que, apesar da sua natureza abstrata, *“a memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto”* [BOSI, 2003: 16]. JODELET [2002 in DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002] reforça essa propensão à aderência da memória a algo concreto, seja fotografias, documentos, objetos, mas principalmente quando aponta que a memória requer um espaço para se ancorar. Esses *“lugares de memória”*, para NORA [1997], *“não são aquilo que nos lembramos, mas lá onde a memória trabalha: não propriamente a tradição, mas seu laboratório”* [NORA, 1997: 35, grifo do autor apud DE BIASE, 2001: 179].

O fato de a memória estar ancorada em espaços torna-se extremamente importante para a aproximação deste conceito com o campo da arquitetura e do urbanismo, e conseqüentemente, do espaço construído que a cidade constitui. ECKERT [2002: 82] acredita que a cidade é *“guardiã das passagens do tempo mapeando os lugares que guardam os vestígios da memória coletiva vivida”*. Mas, se fizermos o caminho contrário, partindo de uma rua como a Avenida Afonso Pena e verificar que ali há tais vestígios de memória coletiva, ou que ela mesma é o fio condutor de diversas memórias, estaremos defronte a um lugar, capaz de fazer parte da identidade campo-grandense e, assim, simbolizar a cidade.

Os lugares, espaços carregados de significados, nascem das representações sociais aplicadas ao substrato físico, invocando, portanto, a memória dos grupos e indivíduos que aí se estabelecem e organizam. A relação entre a memória e o espaço confere a esse local uma identidade referenciada na satisfação ou desconforto do usuário. Para cada espaço, há diferentes memórias, impressões, idéias ou sentimentos experimentados ao longo da vida e que promovem o lugar como ambiente carregado de afeto.

[...] a relação do sujeito individual ou coletivo com seu espaço de vida passa por construção de sentido e de significado que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional [...] mas também no valor simbólico conferido ao ambiente construído pela cultura, pelas relações sociais [...]. [JODELET, 2002 in DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002: 34]

Isso é fácil de ser entendido quando DUARTE [et alli, 2006: 03] afirma que *“todo espaço conta sua história e, de uma certa forma, as pessoas encontram nos Lugares os fragmentos de que necessitam para construir as suas próprias histórias individuais e coletivas”*. A memória, dessa forma, aliada à materialização da arquitetura, é capaz de servir de sustentáculo para a construção da identidade dos grupos socioculturais e vice-versa. O meio urbano, coletivo por princípio, é extremamente importante ao propiciar o

suporte da memória, já que as lembranças, literalmente *“se apóiam nas pedras da cidade”* [BOSI, 2003: 71].

Para JODELET [2002 *in* DEL RIO; DUARTE; RHEINGANTZ, 2002: 34], a cidade e todo o seu tecido, constituído de espaços livres e também construídos, é vista como uma contínua sobreposição de camadas distintas, como *“em uma massa folhada”*. Cada uma dessas camadas representa a diversidade de contextos históricos e condutas sociais, refletidas nas diferentes formas de experimentação e apropriação dos grupos de cidadãos com o espaço urbano em que se insere.

Ao afirmar que *“a cultura é um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores”*, LARAIA [2006: 49] nos remete diretamente ao conceito de memória e sua construção progressiva e temporal. Tratando da cidade como um meio culturalmente modificável, COLIN [2000: 120] afirma que é nela que os efeitos evidenciam-se mais fortemente, onde esta torna-se *“um repositório da cultura, onde se sobrepõem, em camadas, os produtos das diversas estruturas e conjunturas sociais que adotaram o seu espaço como palco de atuação”*.

Da mesma forma, TÂNGARI [2005] entende essa estratégia de análise de camadas como uma *“leitura museográfica”*³⁰, aplicável ao meio urbano e à sua arquitetura, não no sentido de se congelar e resguardar o passado, mas sim no sentido de se ter ao alcance concreto nas ruas e edifícios a trajetória de tal processo evolutivo perene ao tempo - *“Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos”* [SANTOS, 1994: 66].

Essa idéia de camadas sobrepostas é pertinente aos mecanismos que engendam a formação da cidade, não só em seu aspecto concreto, mas também abstrato. SANTOS & SILVEIRA [2001: 250] ainda acrescentam que os lugares dispõem desse tecido em camadas ora mais carregadas, ora mais tênues, mas, *“em todos os casos, as rugosidades, isto é, as heranças, têm um papel importante, porque constituem condições para a implantação das novas variáveis”*, de novas possibilidades de interpretação desse contexto.

Semelhantemente, DUARTE [*et alli*, 2006: 03] apresenta a *“leitura do espaço evolutivo”*, onde a memória *“reflete a relação entre passado, presente e futuro de cada usuário dos lugares e delimita um princípio importante no reconhecimento do potencial simbólico e apropriativo dos espaços construídos”*.

³⁰ *“[...] realizada de forma dinâmica e permanente, constituindo-se em registros vivos das transformações culturais, onde a concepção de cidade e a forma arquitetônica atuam permanentemente.”* [TÂNGARI, 2005: 70]

Esse modo de apreensão da cidade como um símbolo concreto e subjetivo, memorável em si, é descrita por YONAMINE [1995 *in* ARCA, n° 05, 1995]:

*Olhamos em volta. Tudo tem significado, para alguém, ou para todos. As casas são resultados de longo processo de seleção, de adaptação, de uso, de apropriação, assim como os carros, os postes, o meio-fio. Tudo tem seu valor como documento de um tempo histórico. Tudo que existe já é ruína histórica desse passado imutável. E além disso tudo a nossa volta se relaciona, com inúmeros momentos da história de alguém: naquela esquina Fulano conheceu Fulana, nesse ponto de ônibus houve um acidente, naquela rua aconteceu aquela festa, etc. Sendo assim, tudo tem valor, porque tudo documenta algo ou algum tempo atrás. Tudo o que existe em nossa volta justifica o próprio presente. [YONAMINE, 1995 *in* ARCA, n° 05, 1995: 10]*

Se, assim como COLIN [2000], partimos de que a arquitetura é um meio de transformação social, instrumento capaz de modificar hábitos e ideologias, concordaremos, então, que os aspectos simbólicos dos espaços devem ser considerados e incluídos nas preocupações dos profissionais dessa disciplina, principalmente devido aos aspectos da cultura e memória coletiva locais. Nesse sentido, assim como DUARTE [2006], assumimos que “é preciso buscar no exercício do lembrar a emergência dos espaços como marcos para ancoragem identitária dos grupos.” [DUARTE, 2006: 04]

A manifestação dos lugares como lembranças vivas, passadas e presentes, através de seu espaço, sentidos e pessoas, propicia a habilidade de formar um repertório mnemônico. A memória, enfim, provém de uma contínua reflexão, disponibilizada e talhada através das atribuições de valores e significados aos espaços que vivemos.

A apreensão do espaço urbano se dá como um reflexo da sociedade, porém, não como um reflexo direto e claro, mas sim, complexo e contraditório. Composto por inúmeras ações, tanto as realizadas no presente como também as ocorridas no passado, esse reflexo é capaz de deixar marcas impressas nas formas espaciais da cidade, seja hoje ou amanhã. Por isso, o conceito de Memória se torna indispensável à compreensão de como esses mecanismos de impressão atrelam-se à dimensão física de nossos espaços urbanos. Dessa forma, pudemos compreender com propriedade que a relação entre este conceito e a arquitetura reside na qualidade do espaço construído incitar o exercício do lembrar, aproximando-o do lugar, onde vestígios da memória coletiva repousam, condição sob a qual nos propomos investigar a Av. Afonso Pena.

II.2.2. Identidade

"A identidade humana pressupõe a identidade do lugar."

[NORBERG-SCHULZ. O fenômeno do lugar. In: NESBITT, 2006. p. 457]

Uma vez que o ambiente é um produto da vida humana, construído e modificado segundo as necessidades coletivas e pessoais, ele também pode servir de suporte para a expressão da identidade, tanto à sua busca, como ao seu referencial. DE BIASE [2001: 178-179] afirma que *"toda a construção da identidade [...] necessita reencontrar pontos de referência espaciais"* e assim como a autora, partimos desse fato para compreender como a identidade nos afirma tanto como seres sociais bem como espaciais.

COELHO [2004] desenvolveu uma pesquisa na qual demonstra que a identidade dos moradores da Rocinha, no Rio de Janeiro foi construída em função da localização da favela ser próxima de uma praia, na zona sul da cidade. A autora comenta que a representação do mar, da praia e da zona sul é citada pelos moradores como grande diferencial identitário em relação às demais favelas da cidade e que a "vista para o mar" toma um significado de superioridade em relação aos demais frequentadores da praia de São Conrado. Em nosso estudo na AP, esse fenômeno também será verificado, como mostraremos mais adiante, por meio de seis valores e significados adjetivados pelo 'mais' e 'maior': maior avenida, mais movimento, vista ampla, grande extensão.

A palavra identidade tem sua raiz no grego *idios* - que quer dizer o mesmo, ele mesmo - e no latim *idem* - de onde extrai-se a significação de idêntico [COSTA, 2002]. Entretanto, não há apenas uma relação de igualdade, mas também de diferenciação na construção dialética da identidade - *"identidade é um conceito que traz consigo a idéia de reconhecimento e pertinência, estando sempre rebatida numa relação de igualdade e diferença, pois há sempre um contraponto de comparação no qual o indivíduo se situa para construir o seu EU"* [DUARTE et al, 2006: 04, grifo do autor].

A identidade se consolida como um espelho, no qual o indivíduo é capaz de reconhecer no espaço características que também definem sua personalidade; acontece como, *"[...] por meio não de uma relação de igualdade, mas de semelhança, estabelecendo assim uma mão dupla, pois a partir dessa identificação com o lugar, o homem também reconhece a si mesmo"* [RIBEIRO, 2003: 83]. Nesse sentido, DUARTE [et alii 2006: 04] também verifica que é *"a partir desta dualidade o equilíbrio necessário à construção de sua nova identidade"*. Por isso, a identidade não é formada a partir de um único

elemento, mas de *“um conjunto de qualidades de um elemento, capaz de definir a sua existência única entre diversos outros”*. [MANCEIRA, 2003: 17]

Segundo FRÓIS [2002: 44], baseada na obra de NORBERG-SCHULZ, o processo de identificação em um espaço *“significa aquilo que permite ao homem experimentar o ambiente em sua totalidade, o que implica a experiência do sentido [...] corresponde ao que é veiculado pelo caráter do lugar, seu *genius loci* [...]”*. A autora explica que esse *“sentido nasce dessa relação do homem com sua cultura, dele com seu ambiente e com sua criação”* [FRÓIS, 2002: 45]. É a partir dessa relação que opera-se a identidade pessoal e a identificação espacial. *“A identidade pessoal e a identificação espacial estão intimamente relacionadas, uma vez que o indivíduo se utiliza de suportes espaciais para estabelecer seu ‘lugar no mundo’”* [DUARTE; COHEN, 2007]. Há uma diferença sutil e importante entre identidade, que é construída a partir de um suporte espacial, e identificação com o lugar, que é estabelecida em função do caráter que ali se deposita, embora ambas se conjuguem mutuamente.

Esse fato se reflete na propriedade de reconhecermos algo ou alguém como próprios, ou seja, há uma noção de pertencimento. Para FISCHER [1994: 75], tal expressão da identidade se manifesta com o mecanismo de apropriação, *“[...] uma linguagem simbólica para dizer o espaço social em que se vive, revelando, no fim das contas, uma parte do mundo interior a transbordar para o espaço no qual se vive”*, onde os símbolos³¹ se tornam o melhor exemplo desse fenômeno como uma maneira de personalizar determinado ambiente. Por meio dessa ação, *“[...] os indivíduos são capazes de criar ou captar significados, simbolizando e interagindo com os mesmos, levando-os a incorporá-los à sua própria identidade”* [KUHNNEN, 2001].

Em estudo sobre os projetos de conjuntos habitacionais na cidade do Rio de Janeiro, DUARTE & SILVA [1988] tiveram oportunidade de comparar a maneira que os espaços foram ‘entregues’ aos novos moradores e o modo como foram ‘recebidos’ por eles. Após um tempo, aquelas casas e ruas passaram a expressar valores de uso atribuídos pelas pessoas que ali viviam e não por aqueles que tinham idealizado tais espaços. Essa verificação demonstrou que *“a moldagem da identidade dos grupos culturais se fazem com base em suportes espaciais definidos”*. Para os autores, *“sem o processo de apropriação e atuação sobre lugares, seria muito difícil a construção das novas identidades destes grupos”*. [DUARTE & SILVA, 1988]

Esse exemplo demonstra que se o homem não fosse capaz de referenciar, de sobrepor ou até impor ao espaço aquelas qualidades inerentes ao seu próprio modo de ser, da

³¹ *“Durkheim fala do símbolo como verdadeiro mediador de consciências individuais. [...] Os símbolos, para Durkheim, têm a função de ligar indivíduos separados, e como tal, devem estar acima de todos.”* [DURKHEIN, 1961 *apud* DAMATTA, 1994: 105, grifo do autor]

sua identidade como indivíduo ou como grupo, as relações de afeto não poderiam ser estabelecidas e se inibiriam as transformações de espaços em lugares. Essa interdependência entre indivíduo e espaço resulta da “[...] maneira pela qual o homem modifica o ambiente e se deixa modificar por ele [...] pois os espaços são expressões culturais do homem ao mesmo tempo em que são suportes espaciais para a construção de sua identidade.” [DUARTE; BRASILEIRO; *et alli*, 2006: 08]

Os símbolos, para RAPOPORT [1972 *apud* MANCEIRA, 2003: 09], são originados a partir das forças culturais como meio de expressão e concretização de idéias e sentimentos, mas acabam por tornarem-se referências e ao mesmo tempo estímulos na relação do homem com seu espaço e ambiente. MANCEIRA [2003: 19] acrescenta que “o fato de um lugar ser percebido como um símbolo está diretamente ligado à expressão de sua identidade”. Em nosso estudo, por exemplo, a denominação que foi dada a um setor da avenida como ‘Altos’ refletia tanto sua posição topográfica elevada quanto o status econômico e social que se dá a quem frequenta a área. Por outro lado, a omissão de nomenclatura para um outro ponto da avenida, que por nós foi chamada de Jardim dos Estados, refletiu a carência de estímulos que o seu espaço oferece como meio de identificação aos que a frequentam. Essas são pistas, que serão mais aprofundadas adiante, de que os valores e significados da AP subsidiam a construção identitária dos seus usuários e do seu espaço.

Para DAMATTA [1998: 89], o homem busca sentido em tudo – “sentido que assegura, de certo modo a vida coletiva [...]”. A base do processo de simbolização, segundo o autor, é a passagem, ou seja, o modo e a justificativa para elevar determinado fato ou coisa ordinária à categoria de expressão maior, algo validado a partir de um significado. Dessa forma, pessoas, objetos, acontecimento e espaços podem se tornar relevantes para a vivência humana, exercendo um papel ativo no repertório referencial coletivo.

Digo que é a parte fundamental desse processo de simbolização a transmutação ou passagem de um elemento de um domínio para outro. Pois se a sociedade classifica, ela também opera e manipula suas classificações. Além disso, as sociedades não classificam o nada, mas coisas, pessoas, relações, objetos, idéias. [DAMATTA, 1994: 98]

Uma expressão dessa simbolização, no caso da AP, foi a articulação da avenida em ‘setores’, cada qual recebendo uma característica que permitia à pessoa se situar no contexto geral a partir deste significado. Ao atribuir classificações e/ou limitações ao espaço da avenida, os informantes tornaram-se capazes de inserir-se num grupo de

frequêntadores a partir dessas classificações, passando a considerar-se um usuário integrante do sistema espacial que geram esses mesmo significados – a elite, os trabalhadores, os marginalizados, etc.

O significado, atribuído aos espaços das cidades por seus usuários, de forma a torná-los apreensíveis na interpretação e experiência dos que por ela circulam, segundo DUARTE [2006: 07], *“age como uma matriz decodificadora dos diversos símbolos oferecidos pela cidade, sendo então o conteúdo que interpreta e explica uma relação causal com o espaço e tornando-se, assim, o veículo para delimitação dos valores e atributos sensíveis”*.

À medida que a apropriação estabelece manifestações de pertencimento e territorialidade, *“os lugares são vistos como coisas”* [SANTOS; SILVEIRA, 2001: 217]. Ela incorpora adjetivações que refletem o modo que é apropriado, *“[...] pois temos a ‘minha [ou nossa] rua’ em oposição à rua em geral”*, o que confere um gradiente de apropriação ao domínio da rua. [DAMATTA, 1994: 93]

A apropriação, os valores e o significado dos Lugares, como resultado expressivo do contexto cultural em que se encontra, pode persistir no tempo, servindo de influências a outras gerações. *“Tais ambientes induzem a um tipo de comportamento específico, além de serem capazes de transmitir valores culturais durante as atividades cotidianas”* [MANCEIRA, 2003: 09]. FISCHER [1994] alerta que isso pode ocorrer tanto positiva quanto negativamente. A afeição negativa por certo lugar *“provoca a sua desvalorização, que pode ser percebida pela presença de marcas depreciativas ou pela sua destruição”* [MANCEIRA, 2003: 10].

Por isso que, segundo o mesmo autor, o sentimento de pertencimento e seu rebatimento experiencial - a apropriação - são fundamentais para a construção de uma identidade coletiva, pois, *“a criação dos ambientes sociais pode, nesse sentido, ser compreendida como um prolongamento e um reflexo da imagem que uma sociedade tem de si mesma”* [FISCHER, 1994: 09]. A identidade coletiva pode ser construída por meio de diversas ações de uso e apropriação, de forma que *“o processo de apropriação espacial, conseqüente das intensas relações da população com o espaço, torna o ambiente rico em significados, conferindo à paisagem construída a capacidade de expressar a identidade do local”* [MANCEIRA, 2003: 20].

A construção da identidade coletiva e social provém, de acordo com GEERTZ [1989], da cultura, que exprime um modo de vida, de se fazer e de se encarar situações ordinárias do cotidiano. Não se trata do comer, do trabalhar, do divertir, mas sim como cada uma dessas coisas, feitas de um modo singular, são capazes de distinguir e atribuir uma identidade a quem as encena. Tanto fatores quantitativos [faixa etária, sexo, grau de escolaridade, poder econômico, etc.], como qualitativos [herança biológica, valores

morais, etc.] compõem esse quadro complexo, onde “a identidade se constrói duplamente” [DAMATTA, 1998: 19].

De fato, quando vemos que um grupo de jovens elege um determinado lugar de uma praça para se reunirem [e não um outro], notamos que o lugar pode ser impregnado de signos identitários [grafitis, marcações, etc.] assim como o comportamento daquele grupo vai se moldando ao local [uso de determinados bancos, alterações de comportamentos, dentre outras manifestações]. Não é raro, nesses casos, que outros fatores passem a se juntar ao local: instalação de uma barraquinha de cachorro-quente [aproveitando a presença constante dos jovens] ou até o aparecimento de lojas especializadas em produtos para essa faixa etária nas redondezas do local. Vemos, assim, que tanto os jovens moldaram o lugar à sua imagem quanto o lugar os moldou, numa mútua construção identitária.

Esse meio ambiente humano continua em mutação, e é, nesse contexto, que se pode falar de cultura, esse movimento de criação simbólica que dá significado aos objetos, aos espaços e aos pensamentos, fazendo ao mesmo tempo a transmissão e a reformulação dos signos. Nesse sentido, podemos dizer que a identidade tem um caráter de permanência, de resistência e de continuidade e que ela utiliza a memória como base de seus registros e de sua transmissão. [COSTA, 2002: 146]

Assim como NOBERG-SCHULZ [*in* NESBITT, 2006: 457], acreditamos “que a identidade das pessoas é, em boa medida, uma função dos lugares e das coisas”. Podemos dizer, então, que nossa identidade e o conhecimento da existência de nós mesmos, nessa surpresa diária que é a cidade contemporânea, é um processo de construção análogo e, ao mesmo tempo, entrelaçado à construção da cidade, da arquitetura, espaços e lugares que a edificam. Por isso é relevante aproximar-se da idéia do que é a identidade para então se compreender a percepção, como numa figura que se completa por cheios e vazios, que leva certos lugares a serem elevados a símbolos de uma determinada cultura, como será investigado em nosso caso na Av. Afonso Pena. COSTA [2002: 151] afirma que “Assim sendo, as cidades contemporâneas com suas múltiplas identidades possuem uma cultura diversificada que, no entanto, é capaz de dar alma ao tecido urbano se tratada com carinho e respeito”. Tal consideração, aliada às demais expostas anteriormente nos leva questionar qual e | ou quais são as identidades existentes e rebatidas no conjunto urbano da AP, de acordo com aqueles que a utilizam e freqüentam; se são positivas ou negativas e se existe uma relação entre a definição dessa[s] identidade[s] em função de definição[ões] de trechos específicos da avenida, são pontos a serem abordados no desenvolvimento das análises desta dissertação.

II.2.3. Fluxo

"A par de caminhos, [as ruas] são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo."

[SANTOS; VOGEL; MELLO, 1985. In: Quando a rua vira casa. p. 24]

Desde meados do século XIX, o logradouro compõe parte do sistema principal de espaços livres das cidades ocidentais, contribuindo para a ampliação das funções básicas de circulação, comunicação e sociabilização [TÂNGARI, 2005]. Durante essa trajetória histórica até os dias de hoje, tal elemento morfológico urbano, segundo LAMAS [1998], ainda se constitui como *"o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio [...]"* [LAMAS, 1998: 102].

A rua, nosso campo de estudo, predomina na imagem que os cidadãos arranjam de sua cidade, caracterizada como uma via de circulação e mobilidade, onde *"as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e outros elementos organizam-se ao longo destas vias"* [LYNCH, 2005: 58], unindo atores e cenário em ritmos peculiares. Na rua, se vai, se fica, e o que acontece nesse intervalo de ações, do ponto de vista do movimento sobre o espaço, diz respeito ao fluxo. Assim como veremos, investigar as variáveis que compõem essa[s] dinâmica[s] do fluxo contribuirá para o entendimento resultante da fusão espaço | tempo, capaz de conferir atmosferas sensíveis apreendidas de significados.

De início, ao se inserir na questão do fluxo, é necessário dizer que um elemento urbano, como a rua, torna-se mais fácil de ser entendido quando atrelado à sua localização, ou seja, através das *"[...] relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais"* [VILLAÇA, 2001: 24]. A localização é de fundamental importância uma vez que a relação entre conjuntos de pontos é materializada através do que VILLAÇA [2001] denomina *"deslocamento"*.

No campo da física, o deslocamento *"[...] nada mais é do que a variação de posição de um corpo relativamente a um ponto chamado 'referencial'"* [JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006: 195, grifo dos autores]. Mas, para VILLAÇA [2001], esse intercâmbio e | ou transação, que envolve movimento, seja da matéria, da mercadoria ou do ser humano entre pontos da cidade, tem um poder muito forte, conferindo mutações mais notáveis e contínuas na paisagem urbana, principalmente na escala do usuário.

Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes, graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. [...] se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo correspondendo a uma aparência, uma forma de parecer. [SANTOS, 1994: 69]

Isso acontece porque cada ponto da malha urbana [tal qual rua, praça, edifício, etc.], as chamadas localizações, são “definidas em termos de possibilidades de deslocamentos espaciais do ser humano – representam possibilidades de acesso e fruição” [VILLAÇA, 2001: 354]. Quando mais intensas e em maior número, são as possibilidades de deslocamento, do transeunte entre pontos da cidade que indicam as localizações predominantes e, assim, pode se mensurar a acessibilidade que se tem aos espaços urbanos. “Aplicada ao espaço, o critério de acessibilidade repousa sobre a idéia implícita que o único meio de aceder a um lugar é de aí estar fisicamente presente, é a livre circulação do corpo no espaço que dá a este o seu caráter público” [CHELKOFF; THIBAUD, 1993: 02]. Isso significa dizer, então, que a intensidade que uma rua, por exemplo, é ocupada, pode estar relacionado à sua acessibilidade em relação ao corpo da cidade.

A definição de acessibilidade não expressa somente a distância física entre localizações nem simplesmente o tempo utilizado nessa movimentação; expressa, fundamentalmente, a relação entre esses dois fatores em conjunto, espaço e tempo, porém atrelado às necessidades diárias, ou seja, aos usos a que esses pontos da cidade se destinam a desempenhar. O elo que envolve os fenômenos da localização, do deslocamento e da acessibilidade é estabelecido com o fator da superação do tempo, isto é, do menor tempo despendido nos deslocamentos em contrapartida da maior acessibilidade às diversas localizações urbanas:

Enfim, para produzir a própria vida material, os homens precisam trabalhar. Fazem-no, entretanto, procurando gastar o mínimo possível de suas energias e de seu tempo. Deve-se destacar, porém, uma diferença vital entre o dispêndio de tempo e o de energia. A energia é recuperável e até mesmo armazenável. O tempo não. Daí a influência predominante do controle do dispêndio de tempo de deslocamento. [VILLAÇA, 2001: 333]

Assim, é mais lógico compreender por que certas ruas acabam por se tornar caminhos cativos de grandes parcelas da população. O fluxo que ali se apresenta converge tanto a ligação física mais direta entre duas ou mais localizações e dessa forma o tempo gasto nesse deslocamento é menor, como também congrega a acessibilidade mais direta. O fluxo vai surgindo a propósito de uma funcionalidade real e disponível a todos.

Até aqui, então, conhecemos o fluxo sob sua relação espaço|tempo, onde sua manifestação em um espaço urbano como a rua, depende da localização, do deslocamento percorrido e da agilidade de acesso que se tem a esse espaço urbano e os usos [comercial, turístico, recreativo, residencial, etc] aos quais se dispõem.

Sob outra perspectiva, CASTELLS [2001] precursoramente abordou a questão relativa entre espaço e tempo inaugurando os conceitos de fixos e fluxos, fazendo uma oposição dialética entre o espaço de lugares e o espaço de fluxos, respectivamente.

Por fluxos, o citado autor aponta " *as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade*" [CASTELLS, 2001], a partir das quais o espaço de fluxos é definido como " *a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos*" [CASTELLS, 2001]. Complementarmente, o espaço dos lugares é definido como " *um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contigüidade física*" [CASTELLS, 2001: 436]. O autor exemplifica esses conceitos com uma história da sua vida. O bairro de Belleville em Paris; diz ele:

[...] é um lugar como tantos outros. O ponto de entrada a Paris no ano 1962. Exilado político com 20 anos de idade e sem muito a perder exceto meus ideais revolucionários, recebi abrigo de um trabalhador espanhol do setor da construção, líder sindicalista anarquista, que apresentou a tradição do lugar. Nove anos mais tarde, dessa vez como sociólogo, eu ainda andava por Belleville, atuando em comitês de trabalhadores imigrantes e estudando os movimentos sociais contra a renovação urbana [...] Trinta anos após desse primeiro encontro, Belleville e eu mudamos. Mas Belleville continua sendo um lugar, enquanto receio que eu mais pareço um fluxo. [...] Em Belleville, os moradores, sem se amarem e certamente sem serem amados pela polícia, construíram em toda a história um espaço interativo significativo, com uma diversidade de usos e ampla gama de funções e expressões. Eles mantêm uma interação ativa com seu ambiente físico diário. Entre a casa e o mundo, há um lugar chamado Belleville. [CASTELLS, 2001: 449]

Dessa forma, o autor, em tom de brincadeira, dizendo ser ele um fluxo, tenta demonstrar que esse fenômeno, enquanto movimento, é manifestado sob uma base espacial, porém, desprendido de uma materialidade estática, já que se infiltra e interliga variações, sejam de espaços ou de redes sociais, conferindo gradações perceptivas entre os mesmos. Podemos acrescentar, todavia, que o fixo, também chamado espaço de lugares, mesmo não sendo algo necessariamente materializável, está sempre atrelado a espaço fixo, está diretamente ligado ao que há de permanente no espaço, não só pela sua materialidade, mas também pelo valor simbólico ou seus valores intangíveis.

A partir dos estudos originários de CASTELLS [2001], SANTOS [1994] apurou o par dialético e conceitual proposto, avançando mais o estudo acerca das interações espaciais entre *“os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel”* [SANTOS; SILVEIRA, 2001: 247]. Para SANTOS [1994], a vivacidade de uma cidade estabelece-se a partir dessa dinâmica espacial, onde *“a urbanização é o ‘fluxo’, a cidade é o ‘fixo’, o lugar”*. [SOUZA: 1996: 59, grifo do autor]. Portanto, ainda segundo o autor, é o conjunto entre fluxos e fixos que configura o espaço em que vivemos - *“o espaço é, também e sempre, formado de fixos e de fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço”* [SANTOS, 1994: 77].

O suporte físico para os fixos são, segundo FERRARA [2005], as ruas, avenidas, bulevares, galerias, passagens, praças, dentre outras manifestações do espaço público, que construídos à ferro, fogo e suor, dão suporte à cidade e são capazes de assinalar seus significados.

SANTOS [1994] aponta que a ocorrência dos fluxos que no fundo, como vimos anteriormente, são gerados pela acessibilidade e acabam por reger a direção e intensidade da circulação, nos fornece pistas sobre a explicação dos fenômenos de distribuição e uso das localizações, elementos urbanos da cidade.

Sobre a questão específica do fluxo, em se tratando de circularidade, SANTOS & SILVEIRA [2001] verificam que há aqueles espaços onde esse fenômeno é mais ou menos representativo. **Sob o aspecto da utilização**, apresentam os *“espaços da fluidez e espaços viscosos”*, respectivamente, onde não é a velocidade nem a densidade da circulação de pessoas ou objetos que se deslocam ou são deslocadas, mas a **freqüência em que se manifesta esse fluxo** em um espaço designado para o mesmo, pois, segundo os autores *“um espaço pode ser denso quanto às vias, mas não fluido”* [SANTOS & SILVEIRA, 2001: 262]. Assim, espaço fluido é aquele onde o fluxo é estabelecido de forma regrada a partir de um uso freqüente, em oposição ao espaço viscoso. Já **sob o aspecto da hierarquia**, os autores apresentam *“espaços da rapidez e da lentidão”*. Em oposição ao espaço lento, os espaços rápidos são, na ótica material, *“dotados de maior número de vias [...], de mais veículos privados [...], de mais transporte público [...]”* [SANTOS &

SILVEIRA, 2001: 263]; e na ótica social, *“aqueles onde é maior a vida de relações, fruto da sua atividade econômica ou sociocultural, ou então, zonas de passagem, respondendo a necessidades de uma circulação mais longinqua”* [SANTOS & SILVEIRA, 2001: 263]. Assim, **a intensidade em que se manifesta esse fluxo**, a partir da convergência de infraestrutura e usuários [diga-se, da sua acessibilidade], determina, seja sob o pretexto político, econômico ou cultural, um papel mais destacado de um espaço urbano na hierarquia da cidade.

FERRARA [2005: 02] descreve que para Santos *“a dinâmica dos fluxos impregna os fixos, redefinindo-os, modificando-os, renovando-os até criar os lugares da cidade”*, num contexto de estreita convivência e reciprocidade. Essa interdependência entre fluxos e fixos é o que SANTOS designava *“lugaridade”*, que *“emerge entre interesses e trocas ou entre crenças e sentidos e [...] permite distinguir o local e o lugar”* [FERRARA, 2005: 03], identificáveis da seguinte maneira:

[...] o primeiro [local] atua como referência da paisagem, o segundo [lugar] é o pólo cognitivo onde se pode apreender usos e sentidos e através dos quais é possível construir uma arqueologia da cidade e migrar da constatação sociológica para a dimensão comunicativa que assinala sua história. [FERRARA, 2005: 03, grifo nosso]

Essa confrontação entre o processo de localização e lugarização - a lugaridade - é de suma importância, uma vez que relaciona e acrescenta o fenômeno do fluxo urbano na dimensão pública dos espaços, de seus fixos, quando são apreendidos como Lugar. Ou seja, a montagem da imagem que temos de um determinado espaço urbano leva em conta também a dimensão do fluxo, o qual faz emergir peculiaridades e diferenças em função de um tempo mais longo e moroso ou curto e veloz dependendo da movimentação que se dá nesse local.

A autora acrescenta que *“o trânsito entre fixos e fluxos percorre a história da cidade com diferentes densidades”* [FERRARA, 2005: 03] e, por esse motivo, pondera que *“se a relação entre fixos e fluxos nos permite flagrar localizações referenciais e, sobretudo, os sentidos dos lugares da cidade, a lugaridade [...] nos permitirá chegar àquele caráter interativo e encontrar a dimensão pragmática de distintos imaginários da cidade”* [FERRARA, 2005: 03].

Essa é, na verdade é uma das grandes considerações que se aplicam ao nosso estudo. Se, como FERRARA [2005] propõe, os fluxos integram o sistema de relações capaz de destacar uma localidade urbana e a referenciar como um fixo [como um lugar], também o será observável em nosso estudo da Afonso Pena. Isso significa dizer que os fluxos

visíveis, expressões da rotina cotidiana, e os fluxos sensíveis, expressões da percepção cognitiva, indicam que *“esse movimento vital continua em ritmo variável iniciado pelo gênio do lugar, continuado pelo espírito dos tempos, e acompanhado por suas influências boas e más”* [GEDDES, 1994: 172]. Dessa forma, a investigação do[s] fluxo[s], como materialização de velocidade e de tempo, ou seja, ritmos distintos, pode ajudar a esclarecer que o significado relativo a um espaço pode ser estabelecido em função de um significado de tempo.

O destaque do fluxo é relevante à medida que *“as ruas adquirem identidade e movimento, não só pela sua própria forma ou pelas junções nodais [...]”* [LYNCH, 2005: 96], mas também pelo ritmo em que se vivencia sua experiência. O fluxo está ligado à apreensão do tempo e do espaço, porém, *“as relações espaço|tempo não podem ser vistas como justaposição mas como uma apreensão simultânea, não sucessiva”* [SOUZA, 1996: 58]. As ações coexistentes, como o andar, o correr ou o parar, quando praticadas por um indivíduo ou quando observados em outrem, conferem a apreensão do tempo de maneiras também distintas, mas quando essas ações distinguem-se mais ou menos homogêneas, são capazes de participar da dimensão e apreensão do lugar. Assim, as diferentes temporalidades e podem convergir e coexistir de acordo com as possibilidades de uso do espaço e do tempo.

O fluxo, na abordagem sociológica de DAMATTA [1998] sobre a rua, resulta da aglomeração de pessoas desconhecidas em sentidos diversos, em um ritmo ditado pela memória e experiência: *“O fluxo da vida, com suas contradições, durezas e surpresas, está certamente na rua, onde o tempo é medido pelo relógio e a história se faz acrescentando evento a evento numa cadeia complexa e infinita”* [DAMATTA, 1998: 29]. Para DAMATTA [1994], a rua, em oposição à casa, é “movimento”, um desfile constante de coisas, pessoas, paisagens e sensações, e que num ritmo próprio estabelecem um fluxo contínuo:

Observe uma cidade brasileira. Nela, há um nítido movimento rotineiro. Do trabalho para casa, de casa para o trabalho. A casa e a rua interagem e complementam num ciclo que é cumprido diariamente por homens e mulheres, velhos e crianças. Pelos que ganham razoavelmente e até mesmo pelos que ganham muito bem. Uns fazem o percurso casa-rua-casa a pé; outros seguem de bicicleta. Muitos andam de trens, ônibus e automóveis, mas todos fazem e refazem essa viagem que constitui, de certo modo, o esqueleto da rotina diária. [DAMATTA, 1998: 23]

Segundo o autor, um fator determinante nesse ritmo e movimento do mundo diário é o exercício do andar.

Realmente, o caminhar cotidiano é funcional, racional e operacional, pois tem um alvo específico: o trabalho, a compra, o negócio, o estudo. Mas no caminho ritual [...] o deslocamento normal e diário fica invertido, pois já não se concentra mais no ponto de chegada – no alvo – mas também no próprio caminhar. [DAMATTA, 1994: 103]

Segundo FISCHER [1994], a rua idealizada em função do deslocamento à pé, tem sofrido um desequilíbrio à medida que tem se privilegiado o uso automóvel, resultando em dois tipos de circulação conflitantes: “[...] a dos homens [esfera veicular pessoal onde cada homem se passeia numa concha imaginária], e a dos automóveis [verdadeiros domínios privados que materializam concretamente os limites individuais].” [FISCHER, 1994: 185]. Esse é um fato importante na dinâmica do fluxo, pois o espaço da rua, composto pelo leito carroçável dos carros e das calçadas dos pedestres ditam ritmos diferentes, muitas vezes conflitantes e os usuários em cada uma dessas zonas incorpora o tempo de maneiras distintas, uma menos humana e atenta que a outra.

Vimos que a relação funcional intrínseca ao fluxo não é a única regente dos acontecimentos observados num espaço livre como uma rua ou avenida. Ir às compras, passar na ida ao trabalho, ou passear nas horas de lazer não são simplesmente ações de direcionamento. Cada um desses trajetos, aplicáveis ao espaço da AP, é em grande parte a própria vivência do espaço, na qual a imediação espacial pode ser situada e organizada segundo um tempo vivido. Assim, para a análise global de um local tão especial quanto a Avenida Afonso Pena, é preciso identificar as informações contidas não somente na sua espacialidade, traduzida pelos fluxos, mas também no envolvimento da situação que o qualifica, das variantes ambientais e sociais, pois “os fluxos consolidam ou desestabilizam os fixos, dando-lhes visibilidade semiótica e deixando explícitos seus interpretantes” [FERRARA, 2005: 02]. Para nosso estudo, essas considerações se tornam relevantes, pois ao longo da trajetória histórica tanto de Campo Grande quanto da Avenida Afonso Pena, fluxos foram alterados em função de necessidades pragmáticas, mas que, conseqüentemente, influenciaram a consolidação simbólica de seu espaço. A própria avenida hoje poderá estar arraigada a essas antigas relações, ou ainda, estar ligada como lugar na cidade aos novos e diferentes fluxos que dela fazem parte. A sensação transmitida pelos fluxos, de adensamento, rarefação, movimento ou estagnação, são questões que se apóiam no conceito ora apresentado e que, como

esperamos, podem agregar fatores explicativos para nossa compreensão dos valores e significados da AP.

II.2.4. Limite

"O homem não termina com os limites de seu corpo ou área que compreende sua atividade imediata. O âmbito da pessoa é antes constituído pela soma de efeitos que emana dela temporal e espacialmente. Da mesma maneira, uma cidade consiste em seus efeitos totais, que se estendem para além de seus limites imediatos. Apenas esse âmbito é a verdadeira extensão da cidade, em que sua existência se expressa".

[George Simmel, 1902. A metrópole e a vida mental. In VELHO, 1979. p. 21.]

O riginária do latim *limes* e *limitis*, remetendo à qualidade de fronteira, a designação limite pode ser entendida como *"aquilo que separa uma coisa da outra que lhe é contigua"* [JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006: 169]. Partimos dessa referência para compreendermos os mecanismos que envolvem a definição do limite, não só como um conceito espacial, mas também como um fenômeno subjetivo e simbólico. Veremos que, ao mesmo tempo em que o limite marca espacialmente certo local, ele pode estar fragmentado, invisível, ou ainda, variar segundo as percepções particulares de cada indivíduo.

Por meio de relações topológicas [do grego *topos* = lugar], todo indivíduo é capaz de tornar objetos que o cercam em referências para sua localização no espaço, situando a posição desses objetos em relação ao seu próprio corpo [ao lado, à frente, atrás, entre, acima, abaixo, etc.] [TUAN, 1983]. *"As fronteiras de um espaço construído são o chão, a parede e o teto. As fronteiras de uma paisagem são estruturalmente semelhantes e consistem no solo, no horizonte e no céu"* [NORBERG-SCHULTZ, grifo do autor in NESBITT, 2006: 450]. Assim, cada objeto possui uma posição no espaço, onde limite e fronteira são mecanismos de distinção de cada unidade espacial interpretada.

Dentre as disciplinas que manipulam a produção da forma, a Arquitetura reconhece que em cada objeto há um *"limite espacial"* [CHING, 2000: 169], onde sua extremidade, superfície ou volume define-se por um intervalo, por uma ou mais linhas que delineiam ou por contrastes em termos gradativos de textura e intensidade.

O curioso em se estudar um espaço como a rua é verificar que ela pode tanto definir-se enquanto espaço, como uma via, bem como um limite [LYNCH, 2005], ou seja, **uma tênue diferenciação entre a rua ter limite ou ser limite**. *"Uma rua comprida com a sua*

ambigüidade de caráter, tanto de limite como de via, pode penetrar numa região e, assim, trazê-la aos nossos olhos, mas pode também, ao mesmo tempo, desmembrá-la [LYNCH, 2005: 95]. Dessa forma, quando a rua tem limite ela é o objeto sendo definido, mas quando ela é limite, passa a ser definidora de outro objeto, a cidade.

LYNCH [2005], em seu estudo seminal acerca da imagem da cidade, considerou que limites *“são os elementos lineares não considerados como ruas: são normalmente, mas não sempre, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes”* [LYNCH, 2005: 73]. Por isso, nessa situação, **quando a rua é limite**, acaba sendo interpretada como elemento definidor da cidade. O urbanista reconheceu que, em sua grande maioria, os limites físicos resultam numa força dominante em se tratando do espaço urbano, principalmente pela pregnância de sua forma e de sua visibilidade. Pareceu-lhe que era necessário às pessoas que a continuidade de uma rua estivesse ligada ao fato de ela ser um limite satisfatoriamente identificável, bem como a presença de espécies arbóreas reforçando sua conformação e estrutura também facilitassem significativamente seu reconhecimento como tal, por exemplo. [LYNCH, 2005]

Porém, o autor também constatou que quando o limite *“em sentido abstrato é contínuo mas apenas visível em alguns pontos”* [LYNCH, 2005: 74], sua força pregnante vai sendo desmembrada e assim contribuindo para a leitura de um *“limite fragmentário”* [LYNCH, 2005: 74], que ora se evidencia ou ora se mimetiza na paisagem urbana, segundo quem a percebe. De maneira alguma isso significa dizer que um limite que se faça claro seja necessariamente um elemento estanque. Ao contrário, os limites *“não devem ser necessariamente impenetráveis [...] são mais uma costura de união do que propriamente uma barreira isoladora”* [LYNCH, 2005: 75].

A mérito ilustrativo, TOZETTO [2006] estudou um grupo de habitantes numa favela do Rio de Janeiro, onde foi necessário desenvolver estratégias metodológicas para descobrir os *“limites invisíveis”* do que era considerado habitação [espaços dentro dos limites privados] e do que era considerado rua [espaços vistos como públicos]. Em seu caso, era pedido aos moradores que mostrassem a fatia de rua que era varrida por eles ou então, que apontassem os locais onde eles se sentiam incomodados se um vizinho jogasse lixo. Assim, aos poucos, as demarcações simbólicas apareceram e tornaram os limites e fronteiras conhecidas do pesquisador, demonstrando que nem sempre os limites de um espaço são tão rígidos assim, tanto fisicamente quanto simbolicamente.

Assim, a tênue separação entre o que é e o que tem limite começa a aparecer, e as ruas também podem assumir esse papel. LYNCH [2005] observou que quando isso acontece os pedestres não são impedidos, em sua escala, de circular na rua, ao contrário do que aconteceria em uma *highway*. Esse espaço, então, *“funciona de um modo ambíguo, tanto como um ponto de encontro linear, um limite, ou uma rua para gente diversa a*

diversas horas" [LYCNH, 2005: 76] de modo que passava a prevalecer "[...] a imagem da rua, como sendo uma via de circulação". [LYCNH, 2005: 76]

Nessa outra situação, **quando a rua tem limite**, é válido dizer que a configuração de uma via de circulação, seja ela de pessoas, mercadorias, automóveis, etc., tende a ser de natureza linear. As formas podem adquirir o caráter de retilíneo, curvilíneo, segmentado ou interseccionado, mas a natureza linear predomina, uma vez que *"todas as vias têm um ponto de partida, a partir do qual somos conduzidos através de uma seqüência de espaços até nossa destinação"* [CHING, 1998: 252]. Esse tipo de organização espacial apresenta um comprimento característico, associado à expressão de direção, de movimento, de extensão e de crescimento, e possível de ser limitado fisicamente quando arrematado *"por uma forma ou espaço dominante, por uma entrada elaborada ou articulada, ou pela fusão com outra forma arquitetônica ou com a topografia de seu terreno."* [CHING, 1998: 198]

Notamos que enquanto via linear, a rua possui necessariamente um ponto de partida e de chegada, o que leva a crer que elementos definidores caracterizam-na como um objeto limitado fisicamente. Tanto é assim que LYNCH [2005] constatou a tendência por parte dos pedestres de *"pensar em termos do fim de uma rua e da sua origem; gostavam de saber onde a rua começa e onde acaba"* [LYNCH, 2005: 65], mesmo que nem sempre fosse assim. Naturalmente que reconhecer os limites de uma rua oferece maior consciência do sistema de referências, já que *"ruas com origens e fins claros e bem conhecidos tinham identidades mais fortes, ajudavam a manter a cidade como um todo e davam aos observadores a sensação da sua orientação, quando estes por elas passavam"* [LYNCH, 2005: 65]. Em nossa análise da avenida AP, procuraremos detectar a existência ou não de limites lineares e, também, o possível reconhecimento de um "início" ou de um "fim" para os trechos que eventualmente sejam apontados pelos usuários da cidade.

Por mais que essa definição dos limites de uma rua seja sim uma manifestação de marcação física, é também sempre relativa - *"Esta espécie de diferenciação fim-forma-fim, que é conseguida pelos extremos de uma rua, pode também ser criada por outros elementos, que podem ser vistos juntos ao fim ou ao fim aparente de uma rua"* [LYNCH, 2005: 66, grifo nosso].

Entretanto, **em ambas as situações** - tanto quando um objeto é limite ou quando um objeto tem limite - podemos reparar que há uma característica concomitante, onde o reconhecimento desse fato, como um elemento definidor, depende da atividade perceptiva à quem se submete.

A distância psicológica entre duas localidades pode ser muito maior, ou muito mais difícil de ultrapassar, do que a mera separação física [como o limite] parece garantir. [...] Até o reconhecimento de um objeto está tão dependente do contexto como da forma do próprio objeto. [LYNCH, 2005: 97, grifo nosso]

LYNCH [2005] notou que quando uma rua se bifurca, as limitações começam a ficar não tão consensuais dentre seus observadores. Ou seja, dizer que uma rua, começa ou termina aqui ou ali depende do referencial, tanto físico como perceptivo. Nesse sentido, com o estudo de Vila Pinheiros, DUARTE [1993] observou que nem sempre uma demarcação física, como um desnível, uma barreira ou um marco visual, são capazes de impor limites a um espaço. *“Se o espaço se define a partir dos usos e se molda por meio da percepção que dele têm seus usuários, pode-se dizer que a ‘praça’ de Vila Pinheiros ocupa uma área muito maior do que aquela que circunscreve seus limites físicos”* [DUARTE, 1993: 247]. Assim como a autora, entendemos que as diferentes formas de marcação e limitação de um Lugar podem ser deduzidas das sensações e percepções que os usuários apreendem dele – *“que dele se desprendem e que a ele dão caráter”*. [DUARTE, 1993: 247]

Englobando a investigação dos ambientes de escritório, BRASILEIRO [2007a] mostrou que a noção de limite se expressa por meio de fronteiras psicológicas que demarcam um espaço pessoal invisível mas respeitado e legitimado pela população que conhece as lógicas culturais do lugar. Isso demonstra inclusive que *“o espaço vivido [Lugar] é fragmentado em função do pertencimento ao mesmo povoado [...] ou área cultural, que fornecem referenciais básicos para o cotidiano em sua dimensão espacial.”* [GALLAIS, 1977 *apud* CORRÊA, 1995: 32, grifo nosso]

Tendo exposto essas colocações acerca do conceito de limite, podemos compreender que a alternância entre a rua ter limite ou ser limite, depende tanto da sua pregnância enquanto forma urbana bem como do apuro perceptivo individual de quem por ela transita. Indica-se, então, que os limites, esses elementos definidores, *“têm significados distintos para cada grupo de usuário, sendo percebidos de modo diferenciado, como se não houvesse, de todo, um ambiente melhor do que outro”*. [CORRÊA, 1993: 30]

Para nosso estudo da AP, é válido utilizar essa dualidade a fim de investigar em que ponto nossa avenida tende a se enquadrar, sendo ou tendo limite. Se, por um lado, ela for um limite para Campo Grande, é importante entender de que maneira essa qualidade se manifesta. Por outro lado, se a AP tiver limite[s], seu começo e seu fim poderão ser claros, consensualmente reconhecidos em elementos que definem suas extremidades, ou, ao contrário, serão divergentes, pois não necessariamente a reta da

avenida será tomada como um fato preeminente, podendo ter ainda os limites dispersos ao longo da sua extensão, definindo fragmentos no conjunto da avenida. Como já dito, o conceito de limite e seus nuances podem nos ajudar a reconhecer os valores e significados que se aliam a essas questões.

"Chegamos ao ponto em que não podemos descrever as nossas impressões de um objeto, sem tratá-lo como uma coisa viva., dotada de sua própria fisionomia. Nem mesmo a descrição mais precisa, enumerando todas as características visíveis, chegará a dar uma vaga idéia do que sentimos ser a essência da própria coisa. Assim como não notamos as letras individuais de uma palavra, mas recebemos uma impressão total da idéia que a palavra comunica, tampouco temos consciência, de um modo geral, do que é que percebemos, mas apenas da concepção criada em nossa mente quando a percebemos."

[Steen Eiler Rasmussen, 1998. In: Arquitetura vivenciada. p. 30]

CAPÍTULO III | ESTABELECENDO UM PERCURSO

III.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo da cidade e a aproximação com o seu espaço urbano suscitam formas de abordagens e reconhecimento segundo diferentes ângulos. Assim, neste capítulo, dedicamo-nos em demarcar a perspectiva pela qual investigamos nosso objeto de estudo. Um espaço como a rua, em nosso caso a Av. Afonso Pena, além de ser descrito por diferentes qualitativos, pode ser aferido de um valor subjetivo particular de quem se dispõe a observá-la:

O mesmo objeto pode ter conotações muito diferentes para diferentes pessoas - um martelo é um brinquedo para uma criança e uma ferramenta para seu pai; uma favela pode significar segurança e afetividade para uma criança que aí cresça, mas significar um problema social para um planejador urbano. [SOMMER, 1973: 202]

As “teias de significado” de GEERTZ [1989: 15], “onde se misturam pontos abertos e fechados, novos e antigos, e linhas de todas as cores, são a cultura” [LEITÃO, 2000: 01], é que nos permitem [re]conhecer, designar e arranjar os objetos com os quais convivemos em uma rede compactuada de valores afetivos, sendo “a partir desse véu da cultura, dessas lentes, que vemos então as coisas, os outros, e a nós mesmos” [LEITÃO, 2000: 01].

RAPOPORT [1972: 12, grifo do autor] já afirmava que “o meio ambiente não é uma coisa ‘lá fora’. Ele não é como uma imagem ou fotografia admirada por lazer. O homem é no e do meio ambiente”³². Por isso mesmo é que a figura do homem se torna indissociável do espaço que habita e transita, fazendo com que a paisagem construída não seja alheia à cultura que a circunscreve. Incluir a leitura daqueles que realmente vivenciam determinado espaço [seus usuários] é, senão interessante, como fundamentalmente indispensável à compreensão de um dado contexto urbano.

É nesse sentido que, no âmbito das pesquisas desenvolvidas no ASC - Grupo de Pesquisa “Arquitetura Subjetividade e Cultura”, do Proarq|FAU|UFRJ, vem se construindo a “análise etnotopográfica” [DUARTE *et alli*, 2006] do Lugar. Aliando-se a disciplinas advindas das ciências sociais [como antropologia, sociologia, psicologia, dentre outras], importam-se para o âmbito da Arquitetura contribuições à compreensão do espaço construído arraigado à uma cultura ou sistema de significações que lhe conferem um sentido.

³² Tradução livre da autora.

Proveniente do idioma grego, o termo '*ethos*' remete ao estudo do comportamento humano em seu meio ambiente, em seu lugar de origem mesmo. A análise etnotopográfica "[...] *estaria relacionada, assim, a uma aplicação de estudos de um grupo sócio-cultural em um determinado lugar, com base e suporte no espaço em si*" [DUARTE *et alli*, 2006: 01]. No campo da arquitetura, esse conceito poderia ser interpretado como uma "*etnografia espacial*" [BRASILEIRO, 2007b], o que nos permite traduzir a materialidade do espaço em função do que não é, de fato palpável, ou melhor ainda, "*ler o ambiente usando as 'pistas' culturais que os usuários inscrevem nele.*" [BRASILEIRO, 2007b: 01]

O estudo do espaço urbano através de uma abordagem orientada pela cultura, pela percepção e pela opinião dos usuários submete-se ao conhecimento prévio de determinada realidade incluindo as relações homem-ambiente derivadas de valores históricos, culturais, comportamentais, funcionais, construtivos e ambientais, dentre outros tantos.

Optamos, portanto, para embasamento dessa metodologia, pelas teorias que se aproximem e|ou relacionem total ou parcialmente a análise do ambiente construído com o pensamento antropológico e etnográfico, o qual tem por fim estudar sob o aspecto cultural os povos e as sociedades. A "*etnografia de um espaço não pode ser senão o que ocorre nele*" [MAGNANI, 2004: 01]. Assim, o ambiente construído, seja ele arquitetônico ou urbano, pode ser interpretado como uma manifestação material concreta da cultura e da sociedade que o edifica, sendo passível de ser observado, descrito e relacionado às transformações que o atingem. Essa descrição do espaço, sob a ótica etnográfica, se fortalece não somente com observações realizadas pelo observador, mas também com a ação espontânea e contato direto com o indivíduo que vivencia aquele lugar – uma "*observação participante*" simultânea aos fatos e acontecimentos ocorridos, pois o pesquisador não se isola no gabinete, mas vai à campo, compondo a realidade vivida pelo seu interlocutor.

Assim, uma grande contribuição da etnografia aos estudos em arquitetura é "[...] *o mérito de proporcionar essa postura reflexiva por ser, antes de tudo, uma disciplina que propõe que se pense a realidade [muitas vezes cotidiana e próxima de nós] de forma a fugir do senso comum*" [LEITÃO, 2000: 03]. É possível, dessa maneira, elevar aquilo que é ordinário à esfera de elemento representativo, simbólico, ou seja, "[...] *tornar o estranho familiar e enxergar o mais familiar com espanto e estranhamento. Assim, passamos a observar mais atentamente tudo o que encontramos. Passamos, principalmente, a reparar*" [LEITÃO, 2000: 03]. Mais que isso, por meio das técnicas de pesquisa etnográfica aplicada a arquitetura podemos fazer do cenário [o espaço] o personagem principal que nos conduz na leitura de uma sociedade e sua cultura.

Nessa abordagem cultural do espaço da cidade, onde *“a etnografia é fruto da observação de um sujeito por outro sujeito, e não por uma máquina, impessoal, que vai simplesmente registrando as variadas atitudes do indivíduo”* [BRASILEIRO, 2007b: 04, grifo do autor], a atenção do pesquisador não se prende somente aos fatores operacionais e instrumentais intrínsecos aos ambientes. A reflexão do pesquisador em seu ato de observar, como também a própria experiência advinda do usuário em questão, podem formar leituras cruzadas e ao mesmo tempo complementares de um mesmo lugar. Dessa maneira, *“[...] o pesquisador constrói o seu conhecimento da vida urbana ‘na’ e ‘pela’ imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados.”* [ECKERT; ROCHA, 2002: 01, grifo do autor] O ambiente não é algo pré-definido, padronizado; é algo a ser apreendido e incorporado tanto pelo usuário quanto pelo observador-pesquisador a cada experimentação, pautada nos processos de percepção e cognição. [RHEINGANTZ, 2004].

Tendo elegido, então, pensar a cidade vivida em Campo Grande através da Avenida Afonso Pena e, uma vez sendo acompanhados por seus usuários ordinários, conseguimos nos aproximar de um tempo mais real, da realidade apreendida por eles, evoluindo, assim de um microcosmo individual para alcançar um macrocosmo coletivo.

Muitas vezes o espaço sombreia a carga de significados que carrega, ou seja, nem sempre é possível saber somente através da leitura puramente visual as lógicas que regem aquele lugar - *“se os personagens [...] não oferecem uma chave para seu entendimento, é preciso abordá-los”* [MAGNANI, 2004: 01]. É por isso que se torna apropriado indagar diretamente as pessoas que usufruem dele, para que se possa garimpar no discurso livre e outras expressões do usuário os sentimentos, memória e história que aquele ambiente evoca e simboliza.

Segundo MALINOWSKI [1984 *apud* BRASILEIRO, 2007b: 02], ao etnógrafo se reserva a qualidade de elo entre determinada circunstância cultural e a compreensão interpretativa da mesma, ou seja, *“caberia ao etnógrafo a tarefa de ‘juntar as peças’, descobrir o significado de eventos que a princípio não pareciam estar relacionados, mas que na realidade, estavam”*. Assim, quando RIBEIRO [2003: 59] afirma que *“o arquiteto atua como intérprete da cultura, traduzindo a voz daqueles que o rodeiam”*, não nos furtamos do papel etnográfico que nos cabia, exercendo a função de tradutores, por meio de uma *“observação participante”*, ao investigarmos a AP com o apoio da expressão do seu usuário e tendo como vetor o conhecimento de seu cenário e representatividade simbólica.

Segundo GEERTZ [1989], o símbolo é um elemento próprio em materializar idéias abstratas, ou seja, tornar tangível e/ou visível aquilo que é uma noção abstrata por si só. A Arquitetura, portanto, é capaz de dar aspecto concreto e evocar aqueles conceitos

diluídos que a cultura valida por meio de seus indivíduos, demonstrando ser possível transcender fatores meramente pragmáticos e alcançar outros, de maior subjetividade e simbolismo. [RIBEIRO, 2003]

Essa forma de descrição do espaço construído "*faz com que o exercício etnográfico aplicado à arquitetura, em busca da compreensão possível de alguns aspectos da dimensão simbólica do espaço, seja, por natureza, impreciso e incompleto e esteja, como um iceberg, em constante movimento*" [RIBEIRO, 2003: 60], o que não é de modo algum inconseqüente, pois justamente não findam as discussões que envolvam essa temática e deixam abertas as portas para outras que sejam pertinentes em um futuro momento, indo de encontro aos nossos objetivos de trabalho.

Feitas essas considerações, apresentamos a seguir a sistematização da pesquisa, especificando todos os procedimentos necessários para a abordagem já apresentada. Dessa forma, dividimos a estrutura metodológica em três etapas distintas e articuladas entre si: [1] fundamentação teórica, [2] a pesquisa de campo e [3] análise de dados.

Na **primeira etapa**, denominada Fundamentação Teórica, operacionalizamos todos os procedimentos referentes ao reconhecimento do tema de estudo [revisão bibliográfica de conceitos ligados ao espaço urbano, em sua dimensão física e simbólica], bem como o reconhecimento prévio da área do estudo de caso [incluindo levantamentos cartográficos, fotográficos e literatura histórica acerca de seu espaço físico]. Foram os primeiros passos dados na pesquisa, nos inteirando do universo temático que a rua constitui e inventariando informações variadas, conformadoras da situação e contextualização AP.

Em continuidade, a **segunda etapa**, denominada Pesquisa de Campo, agrupa as estratégias *in loco* de investigação que possibilitaram a interação com os usuários e o recolhimento de informações práticas e cotidianas na relação entre a população campo-grandense e a avenida. Inclui-se aqui a preparação e aplicação das ferramentas utilizadas na compreensão dessa realidade estudada.

Uma delas foi a metodologia de entrevistas para obtenção de dados qualitativos, com roteiros semi-estruturados em perguntas abertas cuja abordagem se deu aos usuários presentes na AP, sem prévios critérios de escolha da amostra, buscando-se o maior grau de diversidade entre nível social, econômico ou cultural. Se os usuários ali presentes tendessem a ser em maior número homens ou mulheres, jovens ou idosos, dentre outros contrastes, isso mesmo já poderia se apresentar como uma influência no uso ou no significado atribuído à avenida, por exemplo, tornando-se interessante não estabelecer critérios prévios de qual usuário abordar.

Servindo como artifício para primeiro, garimpar dentre o discurso dos entrevistados as pedras construtoras de nosso caminho na leitura da avenida, que vieram a ser representadas pela Memória, Identidade, Fluxo e Limite, e segundo, aprofundar a investigação dos valores e significados da AP segundo essas mesmas diretrizes, as entrevistas foram divididas em duas fases, Preliminar e Focalizada, onde cada uma delas desempenhou funções bem distintas. A Preliminar teve como objetivo especular questões eminentes sobre o universo vivenciado na AP, onde, a partir de uma investigação anterior, foi possível garimpar elementos norteadores da pesquisa, que vieram a ser escolhidos como nossas categorias de análise. A focalizada, a partir dessas categorias eleitas, incidiu mais fortemente sobre os temas que indicavam a direção em que valores e significados da AP estavam seguindo.

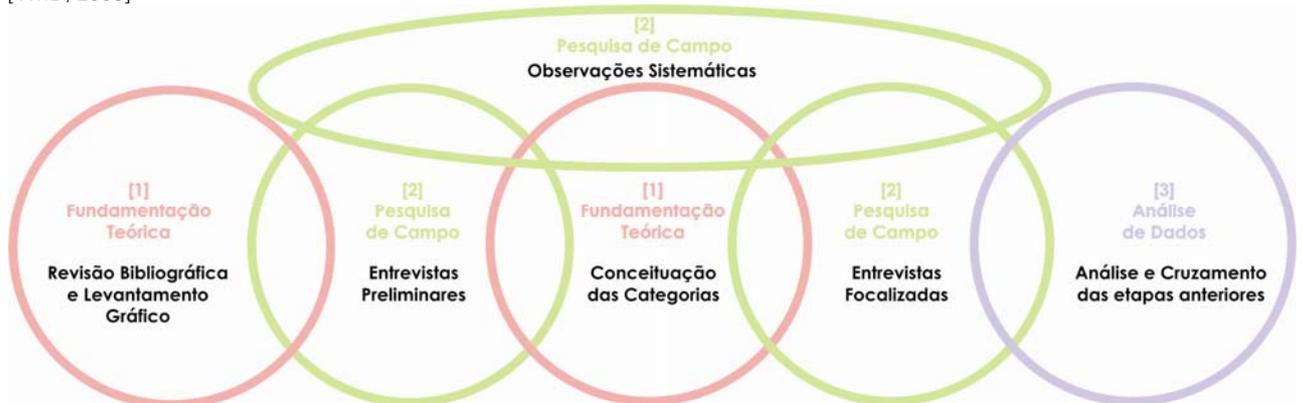
A outra ferramenta utilizada diz respeito às observações sistemáticas feitas em campo, conciliadas com registros fotográficos e anotação de Diário de Campo, servindo de confrontação entre os dados informados pelos entrevistados e as informações colhidas pela via de investigação da própria pesquisadora. Essa ferramenta tem sido aprimorada em pesquisas desenvolvidas pelo ASC, sendo recentemente aplicada por BRASILEIRO [2007a] e associada ao Croqui de Campo, o qual era o produto gráfico, por meio de desenhos e esquemas, das observações feitas em campo. Em nosso caso, porém, optamos por elaborar a observação somente enquanto registro narrativo do ambiente.

Chegando finalmente à **terceira etapa**, denominada Análise de Dados, apresentamos o cruzamento de todas as informações, conceitos e dados qualitativos colhidos ao longo da dissertação, endosso de todas as interpretações e apontamentos sobre valores e significados da AP reunidos em nossa investigação.

Entretanto, é de fundamental importância frisar que essas etapas não foram administradas de maneira estanque, alheias umas às outras. Optamos por intercalar ora a primeira etapa [teórica], ora a segunda [prática], para então concluirmos com a terceira [analítica]. Prova disso é que após a redação dos capítulos teóricos iniciais [Cap. I e II], passamos à aplicação da Entrevista Preliminar, de onde recortamos dentre os relatos colhidos, trechos que sinalizavam elementos balizadores comuns, fazendo-se emergir, assim, as já citadas categorias de análise [item III.2.]. Desse modo, retornamos então, à parte teórica [item II.2.] para incluir os textos referentes à fundamentação dos conceitos norteadores de nossas análises. Feito isso, voltamos mais uma vez às entrevistas, agora em fase Focalizada, direcionadas segundo as categorias, permitindo maior aprofundamento da pesquisa. Amparados pelas observações sistemáticas durante as entrevistas e construção das categorias, só depois, então, é que finalmente alcançamos a etapa verdadeiramente analítica, correspondente a um capítulo posterior desta dissertação.

Essas superposições temporais entre as etapas de pesquisa de campo e fundamentativa ao invés de seccionar o andamento do trabalho, muito pelo contrário, foram justamente o que possibilitou a construção aliada entre conhecimento teórico e conhecimento empírico, referenciada na perspectiva popular mas orientada segundo a visão do pesquisador. Para evitar que dúvidas permaneçam sobre nossa estruturação metodológica, elaboramos um esquema visual [Fig. 61] que demonstre objetivamente esse encadeamento alternante entre as etapas desenvolvidas.

Figura 61 |
Encadeamento etapas de pesquisa.
[VMD, 2008]



61

A partir de diversas experiências, SOMMER [1979] afirma que *“não existe um método melhor para se colher os palpites dos usuários; o método deve surgir naturalmente do problema e das circunstâncias. O ideal é usar diversas técnicas diferentes e deixar a avaliação se prolongar por um certo período de tempo.”* [SOMMER, 1979: 135, grifo do autor]. Por isso é que, dentro do tempo cabível ao desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, buscamos utilizar diferentes ferramentas metodológicas de envolvimento com o usuário a partir de nosso enfoque teórico, definindo-as em Entrevistas, Observações Sistemáticas e Diários de Campo. Adiante, apresentaremos separadamente cada uma dessas ferramentas, uma vez que julgamos relevante a compreensão minuciosa da fundamentação e aplicação das mesmas.

III.1.1. Entrevistas

De acordo com SOMMER [1979], as ferramentas utilizadas para se aproximar do usuário de um espaço que nos desperta interesse são de fundamental importância para a humanização da atividade de pesquisa e, ao mesmo tempo, da sensibilização de nosso interlocutor para o ambiente em que se encontra. Porém, ressalta alguns pontos necessários para o sucesso de artifícios de arguição, como o uso de entrevistas, por exemplo, que por sua vez orientaram o desenvolvimento de nosso trabalho. Diz o autor:

Em primeiro lugar, as perguntas devem tratar de temas que façam sentido e sejam importantes para quem as responde. [...] A segunda condição é que as perguntas sejam feitas sem segundas intenções. [...] A terceira condição é que pelo menos algumas das perguntas permitam ao pesquisado uma grande liberdade nas respostas. [SOMMER, 1979: 133]

Tais premissas nos direcionaram a três condutas diante os roteiros de entrevistas que foram utilizados em nossa pesquisa. Primeiro, concordamos que abordar pessoas presentes na AP, uma vez que é esse nosso objeto de estudo, ocasionaria maior sentido à quem era submetido à entrevista; segundo, buscamos tornar os questionamentos o mais próximo possível do linguajar coloquial e local, a fim de evitar más interpretações das perguntas; e, terceiro, incluímos perguntas que, ora ou outra, possibilitariam ao entrevistado expressar maiores argumentos ou direcionar o diálogo ao assunto que lhe fosse imprescindível.

O desenvolvimento de entrevistas pode ser de caráter formal, com roteiro estruturado, até mesmo agendável previamente, ou então, de caráter informal, com roteiro mais flexível, até mesmo improvisado [SOUZA, 2003]. Para nosso caso, optamos por desenvolver entrevistas que equilibrassem ambas qualidades, resultando, assim, em roteiros semi-estruturados, com certa ordem e encaminhamento de questões, porém, flexível para desvios oportunos de discussões que fossem pertinentes à pesquisa, através da abordagem de indivíduos aleatórios. Entretanto, LEE [1977: 67] defende que "todas as formas de questionário e entrevistas são, nesse sentido, observações controladas" por serem ações que, mesmo com a menor influência possível, não deixam ser 'encenadas' tanto por quem entrevista, quanto por quem é entrevistado. Para contrabalancear esse prejuízo à espontaneidade, as observações sistemáticas, como veremos adiante, oferecem equilíbrio e intercruzamento com as informações advindas do usuário.

Sobre o modo de como conduzir as entrevistas, SOMMER [1979] afirma que *“questões mais flexíveis são mais recomendáveis num levantamento exploratório desse tipo, e são também preferíveis quando se trata de entrevistados com diversos tipos de experiências, e que, portanto, interpretarão as perguntas de modo diferente.”* [SOMMER, 1979: 136]

Acerca dessa subjetividade interpretativa, e com base nas conclusões de Michelson [1970] a respeito da relação do homem e seu entorno urbano, BAILLY [1979: 98] pondera que *“as categorias socioeconômicas e a cultura influem também, através da educação e da experiência, sobre a memorização e os sistemas perceptivos. A utilização que se faz do espaço urbano depende destas variáveis”*³³.

Assim, em ambas as fases [Preliminar e Focalizada], nossas entrevistas foram aplicadas com o usuário em tempo real, ou seja, no momento em que se encontravam presentes na AP, para os mais distintos cidadãos, em caráter de classe social, nível de escolaridade, poder aquisitivo, etc., sendo que nos colocávamos à mercê dessas condicionantes em nosso entrevistado. Durante a fase Preliminar, uma vez que a mesma foi aplicada por um grupo de trabalho convocado, como veremos a seguir, os entrevistados foram escolhidos apenas com base na diversidade fortemente solicitada aos que abordavam diretamente os usuários da AP, não havendo uma estratégia pré-estabelecida para tal procedimento. Já na fase Focalizada, aplicada diretamente pela pesquisadora, como também será verificado adiante, a abordagem dos entrevistados teve uma estratégia mais definida, de modo que a cada vez que se alcançasse a metade de uma quadra na avenida, o primeiro transeunte deveria ser abordado, a fim de serem evitados pré-definições para a abordagem de cunho mais ou menos pessoal. Esse procedimento somente se demonstrava falho quando, dependendo da hora e setor da Afonso Pena em que se estava, o número de transeuntes era pequeno ao ponto de se ter que andar várias quadras até que se pudesse cruzar ou estar diante de um potencial entrevistado.

De qualquer maneira, mesmo com todas essas disparidades desejadas e imbuídas nos entrevistados, as entrevistas foram sendo desenvolvidas até que ficasse claro que os discursos se ligavam por meio de consensos predominantes, sem haver um número exato de entrevistas a serem feitas para uma ou outra fase estabelecida. Isso significa que a aplicação das entrevistas foi finalizada até que se constatasse certo grau de saturação das respostas, onde as pessoas acabavam por se reportar aos mesmos temas, mais ou menos como SOMMER [1979] recomenda: *“O melhor é observar um número suficiente de pessoas, durante o tempo que for necessário para obter um bom retrato do que elas fazem; devem ser entrevistadas bastante pessoas até estarmos seguros de que sabemos o que elas pensam.”* [SOMMER, 1979: 145]

³³ Tradução livre da autora.

Mesmo não utilizando exclusivamente a ferramenta da entrevistas, ECKERT & ROCHA já confirmaram que efetuar um contato próximo com o usuário de um espaço permite “[...] *retraçar os cenários onde transcorrem suas histórias de vida e, a partir deles, delinear as ambiências das inúmeras províncias de significados que abrigam os territórios de uma cidade*”. SOUZA [2003: 77] aponta que a grande vantagem do recurso das entrevistas é que, se contrastado seu conteúdo com outros dados, como a observação participante, por exemplo, é possível “[...] *fazer a triangulação dos dados como forma de checar sua veracidade e de compreender a configuração das realidades e perspectivas individuais em suas diversas facetas e múltiplas vozes*”.

O entrevistado era convidado a responder, informalmente, às questões sempre associadas aos problemas e objetivos da pesquisa, visando-se avaliar a percepção sobre Av. Afonso Pena por parte da comunidade local. Muitas vezes, mesmo sem conhecer profundamente a avenida, os usuários se sentiam capazes de responder questões sobre outros trechos dela, além do qual estavam situados, por já terem uma imagem pré-concebida acerca desse lugar. RAPOPORT [1972] atribui à mídia o papel difusor dessa imagem visual ou ideológica, que passa a ser propriedade de todos, mesmo que o espaço a que se refere não seja vivenciado por todos.

Através da televisão e rádio, filmes, revistas, guias de viagem e jornais, as pessoas conhecem lugares que elas nunca tenham visitado. Elas têm imagens de lugares e mapas mentais pelos quais se situam no mundo, em um continente, em um país, numa cidade e assim por diante. Elas também avaliam esses lugares que elas nunca viram e tem noção sobre como são bons ou ruins. [RAPOPORT, 1972: 08]³⁴

Tanto na Entrevista Preliminar quanto na Entrevista Focalizada foi utilizado o artifício de se dividir o roteiro em três momentos distintos, com intuito de se estabelecer um grau de aproximação com o entrevistado. A estratégia partia de um bloco de questões mais gerais, de ação desfocada sobre o âmago de nossa avenida [o que incluía não citar o nome da Afonso Pena], a fim de possibilitar um relaxamento do interlocutor diante a ação inusitada de ser entrevistado. Já estando mais à vontade e inteirado acerca das indagações, partia-se para o bloco seguinte de questões, de ação direta e focada sobre a AP [o que incluía citar abertamente seu nome], alcançando-se maior especificidade sobre o tema de estudo e também maior intimidade com nosso entrevistado. Tendo já adquirido certo grau de confiança, chegava-se ao bloco final de questões, de cunho pessoal sobre o informante, o que proporcionava tanto a deixa para um fechamento

³⁴ Tradução livre da autora.

delicado como também conferia agilidade à entrevista ao deixar para o fim perguntas mais maçantes que, se colocadas ao início, poderiam desestimular o andamento da investigação. Essa divisão, entretanto, foi pensada para que o entrevistado não a distinguísse e nem sentisse pausas na condução da entrevista. Ao contrário, além de roteirizar as questões, ela proporcionou um encaminhamento natural do diálogo, semelhante ao que uma conversa cotidiana seria.

A saber, todas as entrevistas foram gravadas em som digital³⁵, possibilitando a recuperação integral das falas e verbalizações, sem qualquer intervenção de filtragem ou cortes levianos e precipitados. Desse modo, foi possível transcrever as mesmas com o menor risco de má contextualização e dominar seu conteúdo sem supressões.

III.1.1.1. Entrevista Preliminar

A primeira fase de coleta de dados através de entrevistas semi-estruturadas [Anexo 2], baseou-se em um Roteiro Preliminar de perguntas abertas, elaboradas com o objetivo de se obter informações mais descritivas e, ao mesmo tempo, clarear pontos importantes relacionados ao objeto de estudo. A principal característica da Entrevista Preliminar foi ter sido ampla e superficial, mas com a meta de se obter através dela, indicações de por onde deviam ser guiadas as investigações posteriores, o que na verdade, iriam constituir nossas chamadas categorias de análise.

A estratégia elaborada para essa atividade, como forma de cumpri-la e fornecer apoio logístico à pesquisadora que se encontrava afastada do local de estudo, devido ao cumprimento de atividades discentes frente ao Programa de Pesquisa, compreendeu a formação e organização de uma equipe de campo para o trabalho das Entrevistas Preliminares. Por razões de ordem prática e operacional, optou-se pela arregimentação de pessoas residentes na própria cidade de estudo de caso, Campo Grande|MS, totalizando três [03] membros, que ficaram encarregados de aplicar as referidas entrevistas.

Antecedendo os trabalhos de campo preliminar procurou-se capacitar os membros do grupo através de orientação oral e escrita, realizado com o objetivo de levar ao conhecimento da equipe os aspectos conceituais da pesquisa, as razões, os objetivos

³⁵ As Entrevistas Preliminares totalizaram 03h50min05seg de gravação, sendo a média de tempo de cada entrevista de 08min31seg. Já as Entrevistas Focalizadas totalizaram 04h28min52seg de gravação, sendo a média de tempo de cada entrevista de 06min33seg.

gerais, específicos e de cada questão, bem como suas relações com o Roteiro de Entrevista elaborado. Foram feitas ainda recomendações gerais quanto às atitudes para com o entrevistado, o modo de abordagem do mesmo, modo de condução da entrevista e outros procedimentos tidos como necessários durante as entrevistas. Em seguida, discutindo as ações para o trabalho de campo, o grupo dividiu-se, agindo individualmente, ficando livre a escolha de hora, dia e local mais conveniente para os inícios das entrevistas no recorte de estudo já selecionado, a Avenida Afonso Pena. Foi alertado, apenas, de que sobreposições ou repetições de aplicação em mesmos pontos da avenida fossem evitados, já que ainda não havia a definição de uma setorização formal a ser seguida.

A Entrevista Preliminar consistiu na formulação de três grupos de perguntas: [1.] sobre a cidade| Campo Grande, [2.] sobre a avenida| Afonso Pena; [3.] sobre o usuário| Dados Pessoais.

O **primeiro** grupo de perguntas abrangeu questões sobre o grau de envolvimento do entrevistado com a cidade, no aspecto afetivo, histórico e de conhecimento de elementos relevantes de seu contexto urbano, verificando a inclusão da avenida dentre os marcos citados.

A primeira pergunta dizia 'Você gosta da cidade de Campo Grande? Por quê?', e buscava aproximar-se do grau de envolvimento afetivo do entrevistado com a cidade. A segunda pergunta indagava 'Se você tivesse que falar sobre Campo Grande a alguém que nunca esteve na cidade, o que você diria?', e tinha o intuito de evocar os pontos-chaves para a construção da imagem da cidade, fossem eles concretos ou abstratos. A terceira questionava 'Você saberia dizer alguma coisa sobre a história de Campo Grande? O quê?', a fim de verificar os fatos relevantes na história de formação urbana de Campo Grande, conhecidos ou confundidos em relação aos registros históricos formais. Por último, pedia-se 'Cite 05 elementos [ruas, edifícios, monumentos, paisagens, lugares e|ou acontecimentos] que são a "cara" de Campo Grande para você.', de modo a que se apontassem elementos passíveis de percepção simbólica e ao mesmo tempo verificar a repetição da AP dentre os citados.

O **segundo** abrangeu questões diretas sobre a Afonso Pena em si, buscando investigar a definição de seus limites tanto extremos quanto intermediários, caso fosse interpretada como um objeto fragmentado e não contínuo, e também averiguar o grau de reconhecimento e importância afetiva dela para o indivíduo e a comunidade local.

A primeira questão indagava 'Para você, onde começa e onde termina a Av. Afonso Pena?', tentando especular sobre a definição dos limites físicos da avenida. Já na segunda questão que dizia 'Você sabe por onde a Av. Afonso Pena passa pela cidade

de Campo Grande? Se sim, por qual[is] rua[s], bairro[s], referência[s]?', buscava-se especular a pregnância e|ou clareza de identificação desses limites, além de também identificar limites ambientais. A terceira questionava 'Você seria capaz de dividir a Av. Afonso Pena em partes? Se sim, quais seriam?', com o intuito de verificar a percepção da AP como um conjunto integrado ou fragmentado. Em seguida, na quarta questão, pedia-se 'Dessas partes que você identificou, qual delas é a que mais lhe agrada? E a que menos lhe agrada? Por quê?', confirmando as divisões anteriores em fragmentos segundo valores pessoais. A quinta pergunta dizia 'Você acha que a Av. Afonso Pena é importante para a cidade de Campo Grande? Por quê?', para investigar o gradiente de valor atribuído à relevância da AP para a cidade. A sexta questionava 'Para você, o que diferencia a Av. Afonso Pena das outras ruas|avenidas da cidade de Campo Grande?', para identificar a avenida através de elementos simbólicos e|ou físicos. Já a última questão perguntava 'Para você, em particular, ela tem alguma importância também? Se sim, qual seria?', para que em contraste ou não com a questão anterior, obtivesse-se um gradiente de valor atribuído à relevância para o entrevistado.

Por fim, o **terceiro** grupo envolveu questões relativas a dados pessoais do entrevistado, como sexo, idade, ocupação, naturalidade, dentre outros, a fim de se armazenar dados quantitativos para uma futura relação dos mesmos com as opiniões expressadas pelos *entrevistados*.

O primeiro item solicitava a Identificação pessoal, que podia ser opcional. O segundo item anotava a idade para a amostragem por faixa etária; o terceiro, o sexo, para amostragem por gênero; e o seguinte, a profissão, para amostragem por grau de instrução. O quinto item perguntava 'Em que cidade o entrevistado nasceu, a fim de verificar sua naturalidade. O sexto item indagava 'Há quanto tempo mora em Campo Grande?', e buscava o grau, em relação ao tempo, de envolvimento com a cidade. O sétimo item perguntava 'Em que cidade morava antes?', a fim de se verificar origem do entrevistado, caso não fosse natural da cidade. Por fim, o último item solicitava 'Em que rua e bairro mora em Campo Grande?', com o objetivo de Identificar grau de acessibilidade e de influência da avenida em relação à cidade.

Como não havia pré-estabelecido critério de escolha dos entrevistados, sejam eles sociais, econômicos ou culturais – pelo contrário, quanto maior a diversidade de pessoas, seja por quaisquer características, maior a espontaneidade do exercício – qualquer indivíduo era passível de ser abordado e oferecer sua contribuição relatando sua opinião.

Esta fase puramente exploratória, de natureza qualitativa, foi realizada para melhor compreender o objeto em estudo, totalizando 28 entrevistas distribuídas aleatoriamente por faixa etária, sexo, ocupação, naturalidade, dentre outras variáveis possíveis. Tais

categorias sociais foram consideradas básicas e suficientes para uma análise inicial da relação da amostra com o objeto pesquisado. A amostra, como já mencionado, compreendeu uma abordagem direta daqueles usuários esporádicos da avenida em questão, em diferentes horas e dias da semana.

A implementação de todos esses procedimentos, passo a passo, quais sejam, desde a elaboração do Roteiro de Entrevista, passando pela formação da equipe, até conclusão das Entrevistas Preliminares, foi realizada no período do mês de Junho| 2007. Apesar do período de tempo relativamente curto, verificou-se o surgimento de uma quantidade significativa de recordações e opiniões dentre os entrevistados que, como será apresentado, subsidiaram o rastreamento das categorias de análise de nosso trabalho.

Além de servirem como uma forma de teste da ferramenta entrevista³⁶, as Entrevistas Preliminares foram importantes também por dois produtos metodológicos gerados a partir delas. O primeiro diz respeito à definição das categorias de análises [memória, identidade, fluxo, limite] que guiaram nossa investigação acerca dos valores e significados de nossa avenida de estudo, e que será mais bem descrito adiante [ver item III.2. O Caminho das Pedras]. O outro produto trata da setorização da avenida em trechos delimitados, cuja análise também será apresentada adiante no corpo de análises deste trabalho [ver Capítulo IV].

III.1.1.1. Perfil Preliminar dos Entrevistados

Visto que o estudo se concentra nas situações de vivência de um espaço urbano, buscou-se, como já dito, variados tipos de usuários, tais como freqüentadores assíduos, transeuntes, ambulantes, comerciantes, ou seja, todos aqueles que animam a avenida, estivessem presentes nas observações.

Para tanto, adotou-se amostra aleatória no recorte urbano de estudo, compreendendo 28 entrevistados, distribuídos em diferentes variáveis sociais – faixa etária, sexo, profissão, naturalidade e local de residência em Campo Grande. O tamanho dessa amostra, ao mesmo tempo em que levou em conta sua prática de aplicação dentro da disponibilidade de tempo proposto para execução deste trabalho, partiu do princípio de ser uma investigação preliminar, por isso ainda, alcançando um número reduzido de entrevistas.

³⁶ SOMMER [1979: 145, grifo do autor] é incisivo quanto a essa condição: *“Faça sempre um teste prévio com o questionário ou formulário que vai usar, qualquer que seja ele. Isto é imprescindível”*.

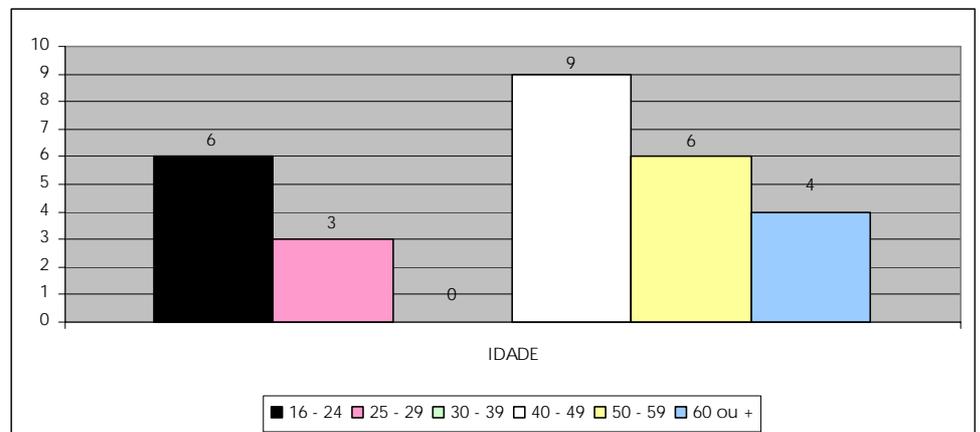
Faixa etária

Pode-se notar que há certa semelhança na distribuição dos entrevistados por idade [Graf. 01]. Com exceção de dois intervalos de faixa etária, o de 30-39 anos, que não registrou nenhuma abordagem, e o de 40-49 anos, tendo sido o de maior número de entrevistados totais.

Segundo tais dados, pode-se destacar que, grande parte da amostra tem menos de 24 anos [09 entrevistados] e, ao mesmo tempo, observa-se que coincidentemente também é relevante o total que engloba aqueles entre 50-59 anos [09 entrevistados].

Gráfico 01 |

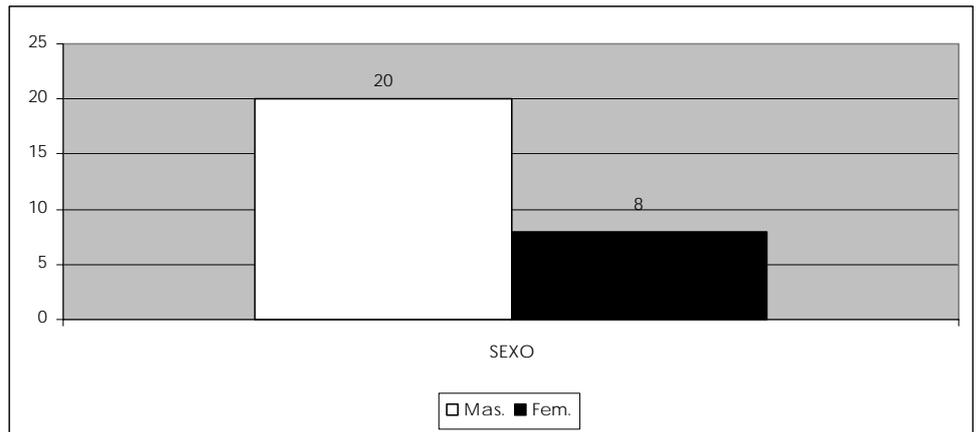
Distribuição EP por faixa etária.
[VMD, 2007]



Sexo

Quanto ao total dos entrevistados por sexo [Graf. 02], pode-se considerar certa heterogeneidade na distribuição, isto é, há diferença significativa entre a distribuição por sexo dos entrevistados no recorte urbano, de modo que prevaleceu o gênero masculino no universo entrevistado [20 entrevistados].

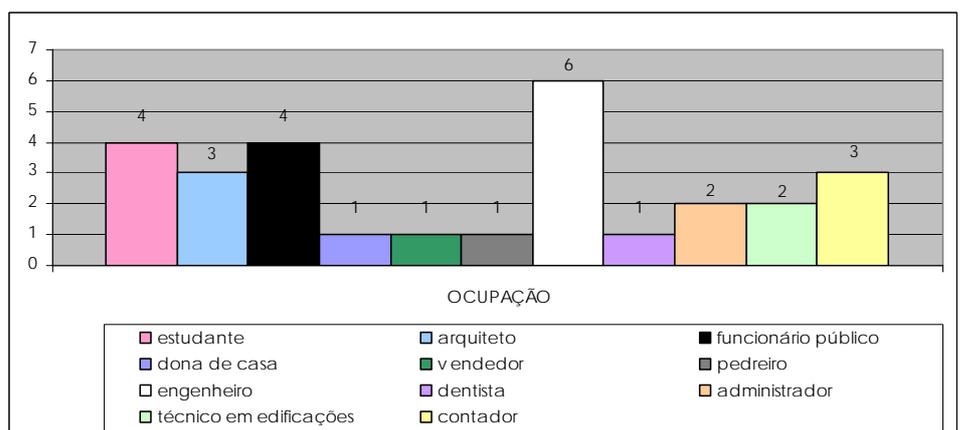
Gráfico 02 |
Distribuição EP por sexo.
[VMD, 2007]



Ocupação

Pode-se observar [Graf. 03] que grande parte da amostra pesquisada é de estudantes e de funcionários públicos, totalizando quase um terço da mesma [08 entrevistados]; que houve certa diferença na distribuição dos entrevistados por ocupação e que há na amostra um alto índice de entrevistados com ensino superior completo [15 entrevistados], se considerarmos engenheiro, arquiteto, dentista, contador e administrador, como profissionais graduados.

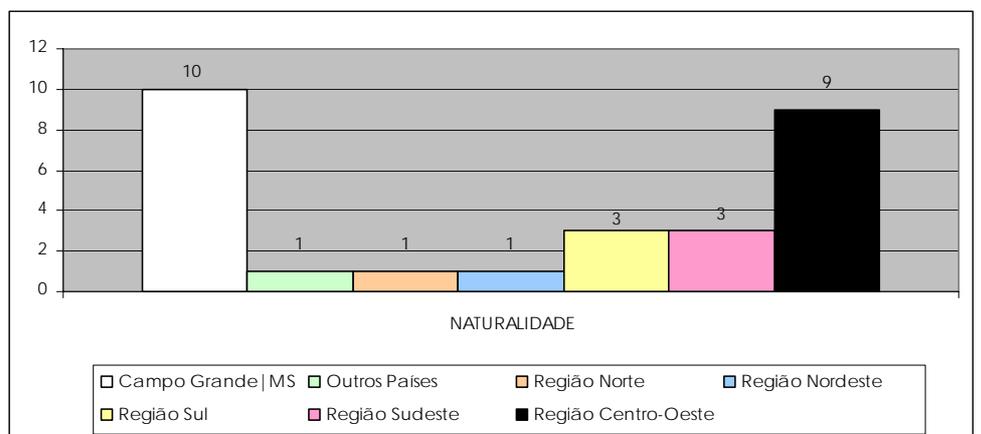
Gráfico 03 |
Distribuição EP por ocupação.
[VMD, 2007]



Naturalidade e Tempo de Vivência

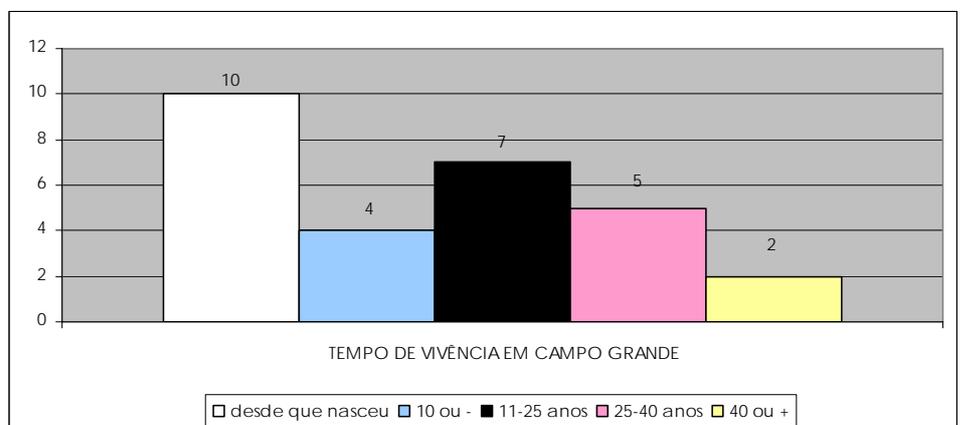
Abaixo, pode-se observar [Graf. 04] que grande parte da amostra pesquisada é natural de Campo Grande, totalizando mais de um terço da mesma [10 entrevistados]; mas que há na amostra um alto índice de entrevistados naturais da própria Região Centro-Oeste [09 entrevistados]. Observam-se também indivíduos naturais da Região Sul e Sudeste, adjacentes ao Estado de Mato Grosso do Sul. Entretanto, mesmo em menor número, há presença de indivíduos de todas as outras regiões brasileiras, inclusive de outros países.

Gráfico 04 |
Distribuição EP por naturalidade.
[VMD, 2007]



Em seguida, pode-se confirmar [Graf. 05] que todos entrevistados que são naturais de Campo Grande também vivem na cidade desde que nasceram [10 entrevistados]. Daqueles naturais de outras localidades, exatamente um quarto [07 entrevistados] vive em Campo Grande entre 11-25 anos.

Gráfico 05 |
Distribuição EP por tempo de vivência em CG | MS.
[VMD, 2007]



III.1.1.1.2. Comentários sobre Entrevistas Preliminares

Em resumo, pode-se dizer que o universo dos entrevistados foi constituído predominantemente por adultos, uma vez que 09 entrevistados têm entre 40-49 anos e 06 entrevistados têm entre 50-59 anos, apesar de possuir uma parcela considerável com 16-24 anos [06 entrevistados]; quanto ao sexo pode-se dizer que não houve equivalência entre o número de homens e de mulheres no universo pesquisado, havendo uma prevalência do gênero masculino; quanto à ocupação, metade da amostra entrevistada exerce atividades que exigem nível superior. A predominância é daqueles naturais da própria cidade de Campo Grande [10 entrevistados] e da Região Centro-Oeste [09 entrevistados], porém daqueles naturais de outras localidades, um quarto mora na cidade entre 11-25 anos já.

III.1.1.2. Entrevista Focalizada

Partindo para a segunda fase de coleta de dados, também através de entrevistas semi-estruturadas [Anexo 3], baseamo-nos em um Roteiro Focalizado de perguntas abertas, subsidiado pelas categorias de análise já definidas e pela setorização da avenida formalizada. A Entrevista Focalizada foi elaborada com objetivo de aprofundar o estudo da Avenida Afonso Pena, dando continuidade à fase anterior, porém, como o próprio nome sugere, focalizada segundo as categorias, ou seja, direcionada às questões relativas à memória que a AP evoca, a[s] identidade[s] que a conjugam, os ritmos sensitivos ditados pelas fluxos e sua percepção em limites.

A partir do desmembramento das questões entre as quatro categorias definidas foi possível ampliar a investigação sobre a AP, na relação entre seu espaço físico e seu usuário, onde o contraste entre as mesmas era ora iluminado, ora nebuloso. Em continuidade com as Entrevistas Preliminares, onde algumas de nossas primeiras impressões analíticas já foram sendo traçadas, as Entrevistas Focalizadas puderam confirmar ainda mais essas constatações.

Diferentemente da Entrevista Preliminar, a Entrevista Focalizada não contou com o auxílio de um grupo de trabalho de campo, por interferências de ordem operacional; sua aplicação foi desempenhada individualmente pela pesquisadora que já se encontrava de volta ao local de estudo.

Assim como na etapa de entrevista anterior, a Entrevista Focalizada consistiu na formulação de três grupos de perguntas: [1.] Ensaando o passeio, [2.] Passeando na avenida; [3.] Mas com quem passeio?.

O **primeiro** grupo reuniu questionamentos ligados à esfera circunstancial do Lugar onde o entrevistado estava, obrigando assim, que ele falasse sobre a AP, mas sem necessariamente fazer a ligação entre o local que se estava e a existência da avenida nesse contexto.

Começávamos fazendo a pergunta 'Onde nós estamos?' para que através do reconhecimento situacional do entrevistado, fosse possível incidir sobre a reflexão espacial presente, em relação ao limite físico ou afetivo. A próxima questão indagava 'Você conhece esse lugar por algum nome específico? Se sim, por quê você acha que recebeu esse nome?' e buscava investigar se a denominação contextualizada da Avenida podia se vincular à sua representatividade simbólica, atrelada à memória e|ou identidade. A terceira questionava 'Quais são os limites desse lugar?' e tinha o intuito de verificar se o arranjo dos limites setoriais relacionava-se com o microcosmo no instante da entrevista ou do macrocosmo conhecido da Afonso Pena como um todo, assinalando a caracterização formal percebida. A questão seguinte perguntava 'E qual seria a principal função desse lugar?' e tinha o objetivo de estabelecer um consenso de relevância funcional pautada em condicionantes subjetivas. A quinta questão dizia 'Você vem sempre aqui? E quanto tempo e por quê permanece, em geral?' e buscava inter-relacionar a questão da movimentação, espaço e tempo, remetendo ao tema do fluxo. Passando para a próxima questão, perguntávamos 'Esse lugar lhe transmite segurança?' refletindo acerca dos acontecimentos recentes ocorridos na Avenida a fim de dimensionar sua influência na significação local. A sétima questão indagava 'Quais são as coisas que você mais gosta|menos gosta nesse local?' promovendo investigação espontânea a fim de se revelar critérios e relações de afeição ou distanciamento, com base no fator da identidade. Em seguida, questionávamos 'Existe alguma coisa que você sente falta nessa área? O quê?' aproximando-se do significado local através da expressão dos elementos ausentes no contexto apreendido, exercitando a memória. Chegando à nona questão perguntávamos 'O movimento de pessoas aqui lhe causa qual impressão?' com o objetivo de verificar o grau da dinâmica urbana apreendida pelo usuário e a impressão sensível que a mesma promove, relacionando-o com o fluxo. A questão seguinte indagava 'Se você tivesse que falar sobre esse lugar a alguém que nunca esteve na cidade, o que você diria?' com o intuito de ressaltar os pontos-chaves para a construção do[s] significado[s] da Avenida, sejam eles concretos ou abstratos, vinculados às imagens de memória presente e passada. Por fim, ao término do primeiro grupo de questões, perguntávamos 'Existe uma palavra que defina esse lugar para

você?’ para investigar espontaneamente signos verbais associativos à representação simbólica da AP.

O **segundo** grupo abrangeu questões que colocavam a AP explicitamente frente ao entrevistado, incidindo sobre associações qualitativas acerca de sua pregnância formal, participação na vivência urbana e relevância afetiva, dentre outros vieses pertinentes.

A primeira questão indagava ‘Quando eu falo ‘Avenida Afonso Pena’, o que lhe vêm à cabeça?’ com o propósito de colher espontaneamente valores e atributos que subsidiam a representatividade da Avenida como Lugar. Em seguida, perguntávamos ‘Existe alguma participação especial da Avenida Afonso Pena em suas lembranças pessoais? Ou você saberia alguma história interessante que envolva a Avenida?’ para verificar se há carga afetiva e mnemônica na relação usual com a Avenida em gradiente de importância atribuído à relevância para o entrevistado. O terceiro questionamento dizia ‘Para você, o que diferencia a Av. Afonso Pena de outros lugares da cidade?’ buscando identificação da avenida através de elementos simbólicos e | ou físicos que a destacam no cenário urbano local. A próxima questão perguntava ‘Para você, quais são os limites da Avenida Afonso Pena?’ esperando reforçar vínculos físicos estruturadores da Avenida Afonso Pena, influenciados ou não pela sua apreensão fragmentada ou como um todo. A quinta pergunta era ‘Você acha que a Av. Afonso Pena é importante para a cidade de Campo Grande? Por quê?’ e buscava estabelecer o gradiente de valor atribuído à relevância da AP para a cidade, onde há possibilidade de uma característica setorial sobrepor as demais, influenciando sua identidade. Em seguida, questionávamos ‘Existe algum elemento [edifícios, monumentos, paisagens, lugares e | ou acontecimentos] que para você representa a ‘cara’ da Avenida Afonso Pena?’ a fim de reconhecer um ou mais ícones materiais e | ou imateriais que expressem e | ou codifique o significado da Avenida. A sétima questão indagava ‘Você já foi consultado ou convidado para participar de alguma discussão na cidade que envolvesse ou se relacionasse com a Avenida Afonso Pena? Se sim, em quais circunstâncias? Se não, você gostaria de participar?’ visando investigar se há envolvimento da população em questões práticas e cotidianas acerca da manutenção e desenvolvimento da Afonso Pena. Por fim, a última e oitava questão, que na verdade constituía-se na ferramenta ‘Poema dos Desejos’³⁷, pedia ‘Complete o seguinte trecho da maneira que você desejar: “Gostaria que a Avenida Afonso Pena...”’ para possibilitar

³⁷ Desenvolvida por Sanoff [2001], “é uma forma de aproximação que estimula os usuários a fantasiar sobre o ambiente do sonho deles por meio de um processo aberto de expressão” [BRASILEIRO, 2007a: 103]. Apresentando-se, assim, como uma ferramenta de caráter aberto e exploratório, aplicada por meio da indagação ‘Gostaria que [nome do ambiente analisado] ...’, onde a resposta advinda do livre pensamento “[...] permite obter valiosas informações à pesquisa, não somente sobre o ambiente em si, mas também sobre o relacionamento das pessoas, cujos reflexos certamente estarão impressos no suporte espacial em análise” [BRASILEIRO, 2007a: 107].

a livre expressão dos usuários acerca da sua compreensão e|ou expectativa quanto espaço do Lugar da Avenida.

Finalizando, o **terceiro** grupo envolveu questões relativas aos dados pessoais do entrevistado, como idade, sexo, ocupação e meio de transporte ao acesso à AP, para recolhimento de dados quantitativos para um futuro cruzamento dos mesmos com as opiniões expressadas pelos entrevistados.

O primeiro item solicitava a identificação pessoal, que podia ser opcional. O segundo item anotava a idade para a amostragem por faixa etária, bem como a relevância do repertório mnemônica acerca da relação espacial|temporal em função de experiência de vida; o terceiro, o sexo, para amostragem por gênero; o seguinte, a profissão, para amostragem por grau de instrução, bem como fator relacionado ao uso e|ou possíveis reivindicações acerca do uso|organização do espaço da Avenida. O quinto e último item perguntava 'De que maneira você chega até a Avenida Afonso Pena? [ônibus, táxi, carro próprio, carona, bicicleta, moto...]', a fim de verificar a forma de locomoção poderá relacionar-se com o tipo e grau de experiência apreendida pelo usuário ao longo de seu trajeto.

Retomando, então, a Entrevista Focalizada iniciava-se realizando breve apresentação do entrevistador e da razão da entrevista; a seguir eram feitas as questões aproximativas e dissimuladas sobre o lugar AP e, em seqüência, as realmente direcionadas à nossa avenida, para após, colher os dados pessoais do entrevistado, e finalizar com um breve agradecimento pela sua participação.

Para essa fase das entrevistas, igualmente qualitativa, alcançamos o número de 41 entrevistados, distribuídos aleatoriamente entre faixa etária, sexo, ocupação e meio de acesso à AP, dando continuidade à diretriz de não pré-estabelecer os potenciais entrevistados, buscando sempre abordar a pessoa submetida ao método sem escolher parâmetros sociais, econômicos ou étnicos, conferindo diversidade e espontaneidade ao exercício.

O desenvolvimento do Roteiro de Entrevista Focalizada e a aplicação do mesmo foram realizados no período de Outubro à Novembro|2007. O maior tempo disponibilizado e o maior número de entrevistados em comparação à etapa anterior, somado ao foco melhor direcionado segundo categorias já tomadas como norteadoras, resultou em depoimentos mais esclarecedores para a sustentação da pesquisa.

O mérito da Entrevista Focalizada, como exposto, foi proporcionar informações mais descritivas e, ao mesmo tempo, clarear pontos importantes relacionados ao objeto de estudo, nos abrindo maiores perspectivas e conferindo caráter mais profundo às análises apresentadas mais adiante.

III.1.1.2.1. Perfil Focalizado dos Entrevistados

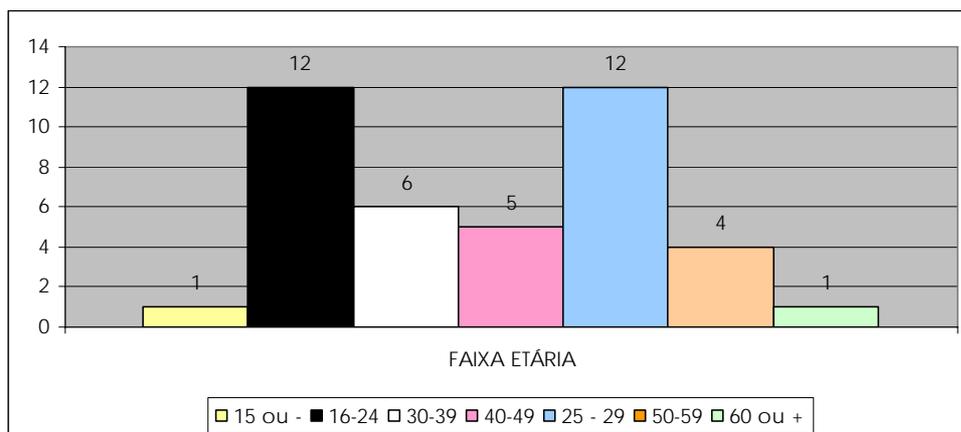
Ainda pautada na intenção de maior variabilidade e diversidade dos usuários possível, a Entrevista Focalizada buscou registrar os depoimentos dos usuários reais que usufruem do espaço urbano da AP. Por isso, é possível que tenha havido distorções quanto à amostra, apesar da mesma constituir parte do retrato de quem são as pessoas que nela transitam.

Assim, atingiu-se amostra aleatória no recorte urbano de estudo compreendendo 41 entrevistados, distribuídos em diferentes variáveis sociais – faixa etária, sexo, ocupação e meio de acesso à AP. Sendo a etapa Focalizada mais aprofundada, buscamos ampliar o número de entrevistas, porém, dentro de uma margem de aplicabilidade e logística possível dentro da disponibilidade de tempo reservada para a execução desse método.

Faixa etária

Pode-se notar no Gráfico abaixo [Graf. 06] que há presença de todas as faixas etárias na amostra, porém há certa disparidade em relação ao grande número dos intervalos de 16-24 anos e 30-39 anos [12 entrevistados cada]. Em contraste, temos que as faixas etárias de 15 ou – ou 60 ou + obtiveram a menor porção na amostra [01 entrevistado cada].

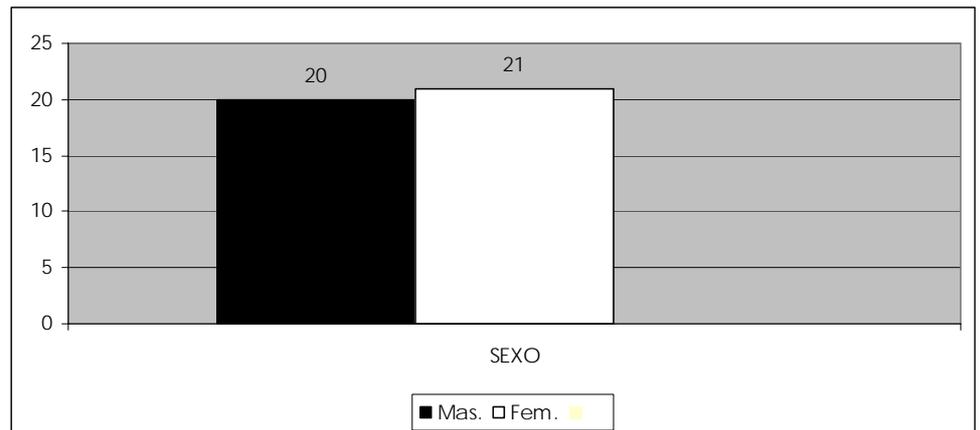
Gráfico 06 |
Distribuição EF por faixa etária.
[VMD, 2007]



Sexo

Quanto ao total dos entrevistados por sexo [Graf. 07], podemos afirmar que houve equilibrada homogeneidade entre os gêneros, onde praticamente metade dos entrevistados pertencia ao sexo masculino e a outra, ao sexo feminino.

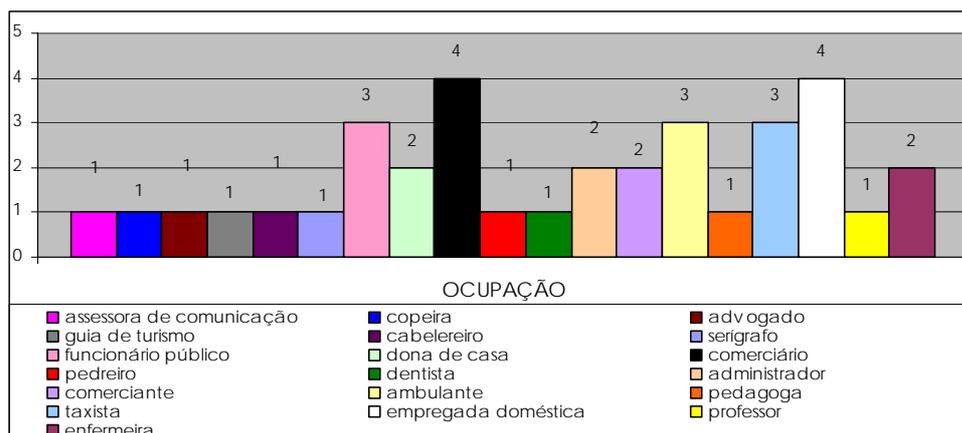
Gráfico 07 |
Distribuição EF por sexo.
[VMD, 2007]



Ocupação

Pode-se observar [Graf. 08] que houve uma gama diversa de entrevistados quanto à ocupação. Destacamos algumas delas, dentre elas comerciante e empregada doméstica [ambas com 04 entrevistados cada]; funcionário[a] público[a], ambulante e taxista [com 03 entrevistados cada]. Vemos que, dentre essas, grande parte [09 entrevistados] se liga diretamente ao uso da avenida como local ou meio de trabalho [comerciante, ambulante e taxista].

Gráfico 08 |
Distribuição EF por ocupação.
[VMD, 2007]



III.1.1.2.2. Comentários sobre as Entrevistas Focalizadas

Sucintamente, podemos dizer que o universo dos entrevistados foi constituído predominantemente por jovens e adultos, entre 16 e 39 anos, pois somados representam mais da metade da amostra, embora haja presença de diversas faixas etárias, ainda que em menor proporção. O universo geral da amostra foi distribuído igualmente entre o gênero masculino e feminino, não havendo prevalência de nenhum sexo. Quanto à ocupação, a diversidade foi grande, mas observamos que boa parte delas está ligada diretamente ao espaço da avenida para seu desempenho, como comerciário, ambulante e taxista.

Assim, os dados referentes ao perfil dos entrevistados focalizados demonstram diferentes usuários presentes nos diferentes setores da AP, confirmando a diversidade que se buscava e desejava desde o início dos procedimentos de pesquisa de campo.

III.1.2. Observações Sistemáticas

A observação de campo, advinda das propostas antropológicas de pesquisas científicas e considerada o método primordial da etnografia, tem sido uma ferramenta continuamente utilizada e aprimorada dentro do ambiente do ASC à propósito das pesquisas em Arquitetura. Capaz de proporcionar a visualização da atuação do usuário sobre o espaço, ela também

[...] é necessária para compreender o que um pesquisado nos diz; também é sempre essencial para a compreensão daquilo que os pesquisados não conseguem explicar [...] Além disso, a observação participante permite traçar a relação entre discurso [...] e as práticas do cotidiano. [SOUZA, 2003: 76]

Ao contrário do espaço fechado e|ou privado, onde poderia ser tomada como uma invasão ou inconveniência, a observação no e do espaço urbano não interfere diretamente nas práticas sociais que nele ocorrem. LEE [1977: 61] confirma que *“Se as pessoas estão num espaço ‘público’, elas aceitam geralmente o fato de serem passíveis de observação por outrem, e a distinção entre ser casual ou sistematicamente observados não é motivo de grande ofensa”*. Isso, então, se torna um ponto favorável nas investigações que envolvem esse tipo de espaço, como em nosso caso, pois a relação entre o espaço focado e seus usuários pode ser observada em um ambiente natural, com a menor intromissão possível da parte do observador.

SOMMER [1979] sugere que as observações *in loco* precedam as entrevistas com o intuito de não se arriscar a fazer questionamentos levianos antes de se ter a noção sobre o que exatamente perguntar. Porém, desde o instante primeiro em que se volta o olhar premeditado por um objetivo para o objeto de estudo, *“[...] as primeiras observações constituem já parte integrante do processo de interpretação”* [MAGNANI, 1993], tornando-se inevitável um envolvimento investigativo. Em nosso estudo já partíamos de um reconhecimento prévio da Avenida Afonso Pena, pois como já dito, a pesquisadora é natural da localidade de estudo. Assim, as observações consideradas para o estudo, de fato, foram sendo elaboradas em paralelo com o desenvolvimento das entrevistas, intensificando-se, principalmente, após a etapa Preliminar das mesmas.

Há, segundo LEE [1977], duas formas de medição por meio da observação, ou seja, dois métodos para alcançar, com representatividade, as ações relacionadas ao objeto e objetivo de estudo, o que para nós traduz-se por Avenida Afonso Pena e os valores e significados ancorados por|no seu espaço. Em ambas as abordagens, de qualquer forma, o autor alerta que *“o melhor caminho para atingi-lo é através da escolha randômica”* [LEE, 1977: 63]. A primeira, assim, diz respeito à amostragem por tempo, em que entre intervalos periódicos, a observação se dá em um ponto fixo. A segunda, trata da amostragem espacial, onde a observação se dá em vários pontos distribuídos num espaço, em uma dada hora fixa. Entretanto, como *“é impossível estar em todos os lugares ao mesmo tempo, assim como estar em qualquer lugar o tempo todo”* [LEE, 1997: 65], e evitando que a aplicação de um método exclusivo se tornasse generalizante, optamos por elaborar um cruzamento de ambas as formas de medições.

Dessa forma, assim como na aplicação das Entrevistas Focalizadas, a divisão da avenida em setores proporcionou que, em variados dias da semana e períodos do dia [matutino e vespertino], as observações fossem sendo feitas alternadamente em cada trecho da avenida, isto é, randomicamente, tanto quanto ao tempo, tanto quanto ao espaço. Assim, por exemplo, em um dia, de manhã observava-se o setor A, à tarde observava-se o setor B; no dia seguinte, de manhã observava-se o setor C, à tarde observava-se o setor D. Porém, esse rodízio ia sendo feito de modo que todos os setores fossem observados todos os dias da semana e em todos os períodos.

As observações foram amparadas pelo registro do Diário de Campo [ver item III.1.2.1. Diário de Campo] e pautadas no perambular e observar a rua, focando o modo como os transeuntes se comportavam, utilizavam o espaço e se locomoviam por ele, além das impressões sensitivas transmitidas pelas suas dimensões físicas. Em uma *“etnografia na rua”* [ECKERT; ROCHA, 2002: 01], a observação sistemática exige uma frequência equivalente, que engloba

[...] descrição etnográfica dos cenários, dos personagens que conformam a rotina da rua e do bairro, dos imprevistos, das situações de constrangimento, de tensão e conflito, de entrevistas com habitues e moradores, buscando as significações sobre o viver o dia-a-dia na cidade. [ECKERT; ROCHA, 2002: 01]

Voltados para esses focos, nossa observação ia sendo construída pelo transitar descompromissado, mas atento; perambulando pela Afonso Pena de maneira mimetizada aos acontecimentos, mas de sentidos antenados ao que fosse útil e relevante à nossa observação. Íamos, então, conciliando a caminhada, a anotação do Diário, a pausa e os registros fotográficos concomitantes, conferindo uma cadência diferenciada, mas contínua, tal qual o ritmo que MAGNANI [1994] julga ser apropriado:

a um timing que a distinguisse do andar apressado e alheio do usuário habitual, assim como do passeante descompromissado. [...] O pesquisador, ao contrário, mesmo numa caminhada de reconhecimento, tem um plano pré-estabelecido e seu caminhar deve ser mais lento que o do usuário e mais regular que o do passeante. [MAGNANI, 1991: 43 apud MAGNANI, 2004: 03]

A observação participante, sistematizada pelo artifício do Diário, foi de grande importância à conjugação do discurso obtido nas entrevistas, negando ou confirmando o que era externado, mas também ao que não era dito pelos entrevistados. Observar é um exercício silencioso, mas que pode nos dizer coisas sobre ao que nem sempre damos ouvidos. A seguir, iremos expor os procedimentos utilizados em nossos registros do Diário.

III.1.2.1. Diário de Campo

Apresentando-se de fundamental importância na compreensão do objeto de estudo, SOUZA [2003] define Diário de Campo como o *“instrumento que permite documentar o processo de produção do conhecimento, dos significados que o pesquisador constrói do pesquisado através de descrições detalhadas sobre os mundos intencionais vividos”*. [SOUZA, 2003: 76]

O Diário de Campo é confeccionado a partir dos registros narrativos relativos à observação de cunho etnográfico feita pelo pesquisador, com *“[...] anotações em um caderno de campo, tanto sobre fatos vistos quanto sobre o que o pesquisador sente e analisa [...]”* [BRASILEIRO, 2007a: 87]. Passando por um período de impregnação, na busca de um melhor entendimento sobre o ambiente, de modo que *“com o passar do tempo, os eventos que ocorrem vão se tornando mais compreensíveis, e é quando o pesquisador procura compreender a lógica cultural presente no ambiente [...]”* [BRASILEIRO, 2007a: 87].

Em nosso trabalho, preferencialmente, a cada observação de campo era produzido um Diário de Campo [Anexo 4] em simultaneidade, alternando-se assim, momentos de caminhada, observação, parada e anotação, não necessariamente nessa ordem.

O procedimento de preenchimento iniciava-se com o registro de data, mas, principalmente, do dia da semana em que a anotação do Diário de Campo ocorria, para se contribuir com esclarecimentos e análises cruzadas futuras, como por exemplo, caso a verificação de determinado acontecimento fosse restrita a um dado dia da semana ou mais, ou até, observado recorrentemente, num ciclo semanal.

Ainda antes de se iniciar as anotações, era feito o registro do local da AP em que se estava. Em auxílio ao procedimento de registro do Diário de Campo, foi incluído um mapa da avenida, proporcionando a anotação gráfica do trajeto percorrido e de outros marcos físicos complementares ou associados aos fatos descritos no discurso do Diário.

No campo verdadeiramente reservado a toda narrativa relativa à vivência e observação da Avenida Afonso Pena eram efetuadas as anotações da percepção da pesquisadora acerca de acontecimentos físicos, sociais, climáticos, dentre outros [inclusivos impressões pessoais do narrador do diário], relativos ao espaço em questão, ao longo do percurso escolhido no setor correspondente, cumprido ao longo de um tempo. É como se fosse uma narrativa mesmo; mais como uma crônica da vida encenada na avenida campo-grandense, vinculada a um tempo, a um espaço e a um narrador, semelhante ao que a passagem abaixo ilustra:

Começo a andar bem devagar por entre as árvores do canteiro. Aqui não há gramado, mas sim vagas de estacionamento ocupando a área central da AP. Mesmo confinadas, ainda estão as grandes árvores pelas quais sigo a sombra agora. Existem passagens marcadas cortando o canteiro, pelos quais as pessoas usam mais propriamente, ao contrário do setor D, onde a imensidão gramada não sugere percursos. A diferença de nível entre um leito e outro da AP ocasiona jardineiras no canteiro, onde uns e outros se acomodam sentando para conversar à sombra densa. Nas calçadas marginais há também árvores, menos densas em folhagem, mas que ora ou outra tocam as do centro e faz sentir um túnel sombreiro. A chegada logo depois do almoço emanou um clima devagar, preguiçoso, como se o comércio, as pessoas, o movimento do acontecer das coisas não quisesse voltar a acontecer. Aquele espírito cesteiro no ar até as coisas voltarem ao ritmo engrenado de antes do almoço. [DC-02, VMD, 2007]

É válido lembrar que sempre era registrado também a hora de início e de término da anotação do Diário, correspondente ao intervalo de Observação de Campo pois, bem como o registro temporal da data, o registro temporal das horas é relevante para a compreensão da frequência e intensidade que certos acontecimentos possam ser verificados ou não. Por fim, foi reservado um item para anotação de observações ou outros comentários, que não fossem necessariamente ligados à “*descrição densa*” [GEERTZ, 1989] da Avenida Afonso Pena, mas pertinente à situação presenciada.

III.2. CAMINHO DAS PEDRAS

"Não se pode procurar valores como se eles estivessem esperando lá fora para ser achados. O homem cria valores; ele pode dar qualquer valor que quiser a um vale agreste, a um miniparque ou a uma rua barulhenta".

[Robert Sommer, 1979. In: A conscientização pelo design. p. 154, grifo do autor]

Após discorrer sobre a abordagem metodológica e as ferramentas de trabalho utilizadas para o desenvolvimento dessa Dissertação, resolvemos tratar separadamente da elucidação das nossas categorias de análise, demonstrando de que maneira as vimos surgir por meio das Entrevistas Preliminares e porquê optamos pela escolha das mesmas como as linhas condutoras vigentes em nosso estudo.

Fazemos esse à parte também com a intenção de reforçar que as Entrevistas Preliminares vieram metodologicamente antes da fundamentação das categorias de análise. A partir de idéias iniciais [advindas de nosso conhecimento prévio da realidade do estudo de caso] elaboramos indagações seminais que vieram a ser negadas, confirmadas e até ampliadas ao decorrer dos elos que encadeavam o discurso dos informantes. As categorias, na verdade, traduzem e condensam em conceitos o que foi despertado com essa primeira etapa da pesquisa de campo, passando a coordenar os caminhos para onde a pesquisa foi sendo conduzida.

As categorias não estavam ali somente; elas foram emergindo, sendo iluminadas enquanto o discurso dos entrevistados as ia lapidando e conferindo um valor singular para tais. Nesse sentido, *"as categorias inconscientes são, não somente um componente dos fenômenos culturais mas seus determinantes"* [ARAGÃO: 1991 *apud* SANTOS, 1998: 104]. De certa forma, foram os próprios entrevistados que acabaram por elegê-las, cabendo a nós o mérito de peneirá-las em meio ao texto narrativo e consolidá-las como conceitos teóricos norteadores da pesquisa. Esse alinhavo demonstrado a seguir, revela ainda considerações a partir das Entrevistas Preliminares indicativas da construção presente|ausente acerca dos valores e significados da Avenida Afonso Pena. Assim, destacamos Memória, Identidade, Fluxo e Limite como filtros de análises de nosso estudo.

Obviamente que outras relações poderiam ter sido formuladas, porém a escolha dessas categorias se deu baseada na interpretação das Entrevistas Preliminares a partir daqueles aspectos que puderam ser prontamente destacados. Tanto uma categoria quanto as outras podem ser flutuantes - a predominância de uma não anula a outra, mas elementos categóricos articulados, principalmente, influenciam na alternância dessa

predominação na percepção que o entrevistado expressou. Desse modo, chegou-se a definição daqueles fatores que mais caracterizaram a articulação entre usuário e a área de estudo, mesmo que algumas ressalvas ainda pudessem ser feitas para outros fatores que mesmo não considerados característicos, podem influenciar na compreensão da avenida estudada.

Como demonstrado, os discursos obtidos nas Entrevistas Preliminares traduziram-se em subsídios para definição das categorias de análise que emergiram recorrentemente, através dos indivíduos entrevistados, indicando influências na formação do imaginário simbólico conferido à Av. Afonso Pena. A partir do momento em que se apresentaram constantes no discurso dos próprios sujeitos entrevistados, viu-se necessário resgatar a relação desses conceitos com a Arquitetura. Dessa forma, com o reconhecimento dessas categorias foi possível retornar ao capítulo de fundamentação [Capítulo II – Nas ruas da cidade], estruturar, complementar e formar um referencial teórico das mesmas atrelado ao tema do espaço urbano e da rua.

"Cada cultura, ao escolher sua verdade, escolhe sua realidade: aquilo que ela se permite reconhecer como visível e digno de representação."

[Regis Debray, 1993. In: Vida e Morte da Imagem.
p.192, grifo do autor]

CAPÍTULO IV | PASSEIO NA AVENIDA...

IV.1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS

*"O que vale na vida não é o ponto de partida
e sim a caminhada"*

[Cora Coralina]

Após ter aprofundado o conhecimento acerca das questões sócio-culturais que envolvem o estudo do espaço urbano, na expressão da rua em particular; o entendimento da dinâmica conceitual que relaciona as categorias de análises eleitas para análises qualitativa da experiência do espaço; e a apresentação das condicionantes históricas e urbanísticas de nosso estudo de caso, a Avenida Afonso Pena, chegamos de fato às análises que se empenham em extrair os valores e significados compartilhados pelos seus usuários vinculados ao espaço em questão.

Tendo em mãos tanto os discursos advindos das entrevistas aplicadas [Preliminar e Focalizada] e as anotações advindas das observações e respaldados pelo uso do Diário de Campo, passamos à etapa de compilação de todas essas informações 'brutas' por meio de uma decantação analítica ao conteúdo 'líquido', onde os depoimentos e impressões repetidas com frequência apontaram sinais do compartilhamento desses significados e valores subjetivos.

Dizer que a Afonso Pena "*é uma avenida larga... tem pista dos dois lados... no meio tem canteiros com flores, árvores antigas...*" [EP-06]³⁸ não deixa de ser um modo sucinto de descrevê-la. Porém, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, vimos que também não deixa de ser um modo superficial de compreender que "*... sem a Afonso Pena você não poderia chegar na cidade...*" [EP-06] e deleitar-se da experiência urbana e afetiva que caracteriza a rua, como apresentamos no segundo capítulo desta dissertação.

O primeiro passo foi confirmar de fato sua pregnância como um elemento genuinamente relevante no contexto da cidade, segundo as respostas obtidas nos relatos [questão 1.4, das Entrevistas Preliminares]. Dos cinco elementos mais destacados como importantes para cada entrevistado, chegou-se às 'caras' de Campo Grande, que são por ordem decrescente de votos e natural hierarquia, Parque das Nações Indígenas [16 entrevistados], Avenida Afonso Pena [15 entrevistados], Parque dos Poderes [10 entrevistados], Obelisco e Lago do Amor [ambos com 09 entrevistados cada] e Relógio [07 entrevistados]. Saber que dentre elas estava nossa avenida reiterou nossas

³⁸ Utilizaremos essa simbologia, de agora em diante, para especificar a origem do depoimento fornecido por nosso interlocutor na avenida. Assim, EP, designa Entrevista Preliminar, e EF, Entrevista Focalizada - as duas etapas da ferramenta de entrevistas utilizadas no trabalho de campo da dissertação. Os algarismos que seguem junto com essa abreviação indicam o número da entrevista, recurso utilizado para preservar o anonimato do informante.

expectativas sobre valores e significados que formam o imaginário coletivo que a cerca, principalmente porque outros elementos dentre os citados, na verdade, encontram-se em seu espaço.

*Ah, eu acho que o **Parque das Nações Indígenas**, né... que é uma coisa... um espaço extremamente grande, e que representa essa grandiosidade de Campo Grande... o **Parque dos Poderes** também é um exemplo bonito... acho lindo o marco que é da José Antônio com a Afonso Pena... acho que aquele... **Obelisco**... acho aquilo incrível... representa uma coisa muito bonita.. [...] [EP-10]*

*Primeiro lugar diria que é... o mais importante que eu conheço aqui em Campo Grande aqui é o **Parque das Nações Indígenas**... outro que marca é a... **Av. Afonso Pena**... eu acho uma das avenidas mais bonitas que tem no Brasil... a terceira coisa que me marca... muito... é, historicamente... é o Mercado Municipal... eu passei minha infância lá dentro trabalhando... outro seria a Feira... certo... que tá num local, é um lugar novo, mas uma coisa muito antiga, certo... e talvez o quinto... sei lá... que seria o **Largo do Amor** da Universidade... [EP-20]*

Mesmo nosso foco estando sobre todo o conjunto da Afonso Pena, foi possível verificar que nela variadas ambiências [AUGOYARD, 2004] configuram o que denominamos setores diferenciados. Essa informação subsidiou a estratégia de aplicação das entrevistas, de modo que se obtivesse um equilíbrio do número das mesmas em cada um desses setores. Por esse motivo é que nos é possível assumir valores subjetivos que dão caráter a cada uma dessas áreas, mas que ao mesmo tempo, formam o mosaico de significados da AP.

Como dissemos no segundo capítulo desta dissertação, é imprescindível conhecer a cultura de quem criou um símbolo para podermos compreender seu significado. Assim, foi necessário efetuar uma análise de cunho etnográfico junto aos usuários da AP para compreender os significados desse espaço para eles, entender seus símbolos, seus valores e tornar legível boa parte da leitura que eles fazem da cidade de CG, a partir de sua principal avenida.

Assim, organizamos este capítulo que se inicia em duas etapas que compõe as análises e interpretações de nosso estudo de caso. A primeira refere-se à retomada das categorias de análises [Memória, Identidade, Fluxo, Limite] de acordo com as relações estabelecidas entre os usuários e o espaço da avenida, em função das mesmas. E a

segunda, trata da relação apropriativa entre os elementos espaciais e usuários na Afonso Pena, tais como permanência nas praças, marcos representativos, diversidade social, inclusive o potencial simbólico específico de cada setor [A, Altos; B, Jardim dos Estados; C, Centro; D, Bairro Amambai], que compõem o mosaico de valores de cada ambiência da AP.

IV.1.1. Memória

Logo nos primeiros contatos com nosso entrevistados na AP, as lembranças evocadas por elementos presentes na[s] sua[s] paisagem[ns] foram os primeiros indícios de que por ali fluíam fragmentos de Memória, fixados ao longo dos anos na presença da sua forma física.

*[...] por exemplo, o **cruzamento da Afonso Pena com a 14 de Julho** é um marco... **praticamente o início**... o ponto principal de Campo Grande, né... **ou, antigamente era**... era uma referência... até sempre comícios políticos de encerramento sempre foi lá... [...]* [EP-07]

*[...] porque ali desde que quase fundou, **desde que eu moro aqui existe** aquilo ali... o **Obelisco**, aquele monumento... o **jardim ali do centrão** [Praça Ari Coelho], onde tinha o **relógio**, ali da 14... [...]* [EP-24, grifo nosso]

Porém, algumas dessas referências aos monumentos, construções ou interferências na urbanização da avenida eram, por diversas vezes, expressadas de forma equivocada, quanto à sua localização, ou menção a algo que já não mais faz parte desse contexto, mas tido como se ainda estivesse por ali.

Como mostram DUARTE *et alii* [2006b] e UGLIONE [2007], a memória é reconstruída no imaginário dos usuários que tomam os espaços como referência para ancoragem de suas histórias de vida. Assim, quando o respondente se 'engana' sobre o local onde havia um marco arquitetônico ou urbanístico, ele não está equivocado, mas sim vivenciando sua memória reconstruída por seus espaços mentais.

Eu acho que ela começa no... lá no... na praça... é Cuiabá eu acho que o nome dela... na praça... lá no sinal da Duque de Caxias, né... [EP-03]

[...] a [rua] 13 de Maio com aquele relógio, apesar até que mudaram de lugar, é ... hoje tá até mais lá no pé da Calógeras... é a cara de Campo Grande...[EP-26]

*[...] peraí, **to confundindo**... a Praça Rádio Clube não é na Afonso Pena, ou é?... [EF-06]*

Apesar desse fato, nota-se que o repertório arquitetônico, bem como o arranjo urbano do qual a AP faz parte, é solidificado através da memória viva que a cidade representa, evocada através dos “lugares de memória”, que “nos falam, não somente do passado mas, ainda mais, eles justificam e confirmam o tempo presente” [AUGÉ, 1989 apud DE BIASE, 2001: 179].

*[...] e na José Antônio tem ali **aquele relógio** ali... na José Antônio com a Afonso Pena... [EP-06]*

*[...] sei que ela cortava o trilho ali do trem... porque quando eu conheci Campo Grande **ainda tinha a linha de trem**, né... mas conheci era pequeno... [...] [EP-05]*

*[...] **hoje voltou o relógio**...o relógio, que é bem tradicional... e as **árvores centenárias** ali na própria Afonso Pena aqui... essas árvores bem frondosas...[...] [EP-04]*

Nota-se que a AP apresenta marcos importantes retomados pelos seus usuários para evocar um tempo que existe em suas memórias, mas que firmam-se como referências do presente: as árvores que são ‘centenárias’ são evocadas como testemunhas vivas de sua existência no desenvolvimento não apenas da cidade, mas dos próprios habitantes que a conheceram ‘quando ainda eram pequenos’ e cresceram com ela.

Outra idéia de memória que aflorou ao longo das Entrevistas foram as indicações de uma construção temporal que girava em seu entorno, estabelecendo-se uma ligação entre passado, presente e futuro, “[...] coisas que me **marcam**, que **marcaram** e... que me **marcarão** o tempo da cidade de Campo Grande [...]” [EP-23]. Neste sentido, a memória

aflorava da perspectiva temporal com base nas experiências pessoais construídas a partir do espaço em estudo. Dentre outros trechos de depoimentos que ilustram de forma marcante o destacamento da memória como um fenômeno indissociável da experiência espacial, destacamos um que conecta o que já aconteceu a uma ação constante do presente e que induz a uma prospecção futura, todas ancoradas sob um mesmo espaço [nossa avenida]:

*é.. a gente marcava, **quando meu filho nasceu...** a Afonso Pena era um marco que.. quando eu ia pra maternidade.... e a gente cruzava Afonso Pena, né.. e a gente **toda vez que eu cruzava...** eu falava assim... pô, é uma **belíssima avenida...** tem uma avenida... **meu filho tem uma avenida pela frente...** [EP-23]*

O fato da AP ter sido relacionada com as etapas da vida do filho do respondente é um fator de extrema importância para ilustrar o apego dos moradores da cidade com relação à Avenida. A vida do filho, em certo momento torna-se a própria avenida, uma vez que o informante não disse que seu filho tem "uma vida pela frente" [o que seria uma frase comumente aceita] e sim que ele tem "**uma avenida pela frente**" [sic]. O próprio fato de se relacionar a vida do ente mais querido de uma família - seu filho - com a avenida é um exemplo do sentimento extremo de pertencimento ao Lugar.

Tal posicionamento das pessoas em relação ao tempo nos mostra que elas encaram este elemento de forma linear, onde os diferentes *tempos* não são coexistentes, mas, sim, colocados numa seqüência, ou, de forma monocrônica, como argumenta HALL [1994]. Esta é uma relação fundamental para que a memória possa atuar plenamente como tal, ou seja, como a lembrança de algo que não está mais [no] presente.

Mesmo com toda a importância histórica que reside na AP pela sua intensa participação no desenvolvimento da cidade, a memória relativa especificamente a esses fatos pouco faz parte do conhecimento geral de seus usuários. A constatação da sua relevância histórica era feita, mas em pequeno número e de maneira fraca e displicente, ignorando-se fatos muitas vezes explicativos para sua conotação vigente, como pode ser visto no depoimento a seguir:

*[...] acredito que **o motivo histórico também, né...** o nome... pelo pouco que eu conheço da história de Campo Grande.. a Avenida é.. ela recebe o nome de algum dos fundadores da cidade, de algumas*

primeiras pessoas que vieram pra cá?...é... eu não lembro muito bem, mas parece que ela tem um... todo um cunho histórico... [...] [EF-36]

De maneira intuitiva, o seu reconhecimento como local relevante para Campo Grande não advém dessa memória histórica, estando mais ligada, assim, à sua participação enquanto cenário de vida própria história de seus usuários. De fato, como foi comentado no capítulo teórico, a cidade, na definição de BOSI [2003: 75], se confunde com nossos trajetos por dentro dela, que são, na verdade, “*nossos percursos, destino, trajetória de alma*”. A avenida, dessa forma, se apresenta ora como o catalisador para a lembrança próxima ou longínqua resgatada, ora como um personagem ativo e participativo nessas recordações, pois “[...] *cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados*” [LYNCH, 2005: 01].

Nesse sentido, duas áreas se tornam ilustrativas da aderência da memória aos espaços, tanto no sentido da lembrança presente, quanto da recordação ausente.

A primeira delas, onde pululavam evidências mnemônicas, diz respeito à área central [Setor C]. Apesar de estar ligado fortemente ao comércio e as atividades cotidianas de trabalho, estudo e transição, o centro impregna-se do ar de nostalgia, próprio daqueles momentos que já ficaram no tempo passado.

Ah, tem!... tem a Praça lá, quando eu era mocinha...[...] a Praça Ari Coelho foi muito maravilhosa quando eu era mocinha... ah, ali era o ponto final do ônibus..., a gente quando era mocinha gostava de ficar passeando... aquelas piscininhas cheia de água, cheia de tartaruga, de bichinho... a gente comendo pipoca, jogando pra ela... Ah, mas era gostoso! ... aquela fonte luminosa... jogando aquelas águas coloridas... tocando aquelas músicas... era muito lindo!... agora acabou um pouco, né... aquelas águas... [EF-06]

...só quando pequena... quando eu vinha correndo desde a Calógeras até aqui na Rui Barbosa... [EF-12]

Essa aderência da memória aos espaços se explica, segundo DAMATTA [1998: 68], porque o ser humano “*se constrói pela lembrança, pela recordação e pela ‘saúde’, e se ‘desconstrói’ pelo esquecimento e pelo modo ativo com que consegue deixar de lembrar*”. Essa alternância entre uma memória viva e uma memória adormecida

configura um ritual, que segundo ECKERT [2002: 80], “é benéfico para a construção social da memória coletiva, forma de abrir dialeticamente o presente ao fluxo do tempo”.

Em oposição, a outra área, onde se percebia a escassez de memórias evocadas, refere-se à extremidade mais a oeste da avenida [Setor D], bastante ligada à influência decadente do prédio da Rodoviária Municipal e das atividades e tipos urbanos que, por conseqüência acabavam sendo atraídos ao local. Esse fator negativo influencia menor presença dos usuários, que por evitarem a área, deixam de relacionar-se com o espaço, não oferecendo a oportunidade da formação de memórias afetivas:

Até faz, mas não nesse local aqui [Setor D]... só quando passar do Centro [Setor C]... [EF-02]

Aqui? Pra falar a verdade não acho nada aqui... nessa região aqui...só passo por aqui no caso pela necessidade... [EF-25]

No decorrer da pesquisa de campo clarificou-se a idéia de que a memória passa por diferentes nuances na dimensão espacial da AP, em intensidades e pontos diferentes, pelos quais uma ou outra memória se torna mais ou menos afluída, como “em uma massa folhada”, como JODELET [2002 in DEL RIO; DUARTE; RHENGANTZ, 2002: 34] define. Nesse contexto, nas memórias que cada usuário atribui aos espaços de vida na avenida emerge o questionamento da identidade e da trajetória histórica. BOSI [2003] explana dizendo que a memória se fortalece quando há nela uma força aglutinante dos diferentes momentos e acontecimentos:

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. [BOSI, 2003: 31]

Vimos, anteriormente, que a cidade contemporânea apresenta uma exacerbação da variedade, é palco das diferenças. São tantos os grupos que nela se inserem, de classes, etnias e culturas diferentes, que a memória da cidade pode se tornar diversificada, mais ou menos afluída. Para nosso estudo na AP, essa afirmação se demonstrou compatível com a dinâmica entre memória e espaço urbano, já que foi possível perceber no discurso construído pelos usuários, menções a diferentes qualidades de memórias, na relação entre

passado, presente e futuro, que eram conjugadas com a av. Afonso Pena, à medida que lembrar é uma experiência dualmente emocional e temporal, porém, indissociável do espaço a qual pertence.

IV.1.2. Identidade

Durante o desenrolar das entrevistas, quando os usuários descreviam a Afonso Pena, e enquanto nossa imersão no estudo da avenida ia se tornando mais intensa, a Identidade, por um lado, afirmou-se pela diversidade, seja quanto às paisagens, aos ritmos, aos usos e significados comuns, compartilhada coletivamente entre os entrevistados, indicando que é possível apontar a avenida como um retrato da sociedade local, onde seu espaço público também serve como atenuante das disparidades sociais, culturais e econômicas, como BRASILEIRO[2000] já confirmara:

*[...] você vai ver ali tanto o **mendigo** quanto uma pessoa **rica**... e até no aspecto de aparência, mesma coisa... você vai ver uma **loja pequenininha**, como uma **loja bonita e grande**... tem **prédios grandes**, como tem **prédios antigos**... [...] [EP-03]*

*[...] e... ela tem a questão de vista... volto a falar... acredito que uma avenida bonita... isso traz um **benefício pra terceiros**... pra junto à **nossa sociedade**, [...] [EP-04]*

Por outro [mas não de maneira contraditória], verificamos que os relatos individuais também eram capazes de aferir um grau de ligação e reconhecimento positivo bastante forte em relação ao espaço ofertado pela avenida, acrescentando outros fatores além do meramente funcional.

*[...] quando vem alguém de fora, eu levo ele na Afonso Pena... e na feira... então, eu acho que **representa isso mesmo pra mim**, assim... a beleza da cidade, acho que **ali é a beleza** da cidade... mesmo tendo espaços mais bonitos, até, que a gente pode levar... [...] quando eu levo alguém na Afonso Pena, **eu me sinto bem** mostrando Campo Grande... [...] [EP-10]*

[...] às vezes **quando eu preciso** descer ao centro... eu **prefiro descer pela Av. Afonso Pena**, que eu acho mais bonito... é mais movimentado, assim... tem... **parece ela tem mais vivo**... [EP-20]

As citações acima ilustram o apego do cidadão campo-grandense em relação à AP. Como em muitos casos que levantamos, o primeiro informante diz que a avenida é o local onde ele leva os estrangeiros que chegam para conhecer a cidade. Esse fato se coloca de acordo com DUARTE *et al* [2008] que, como já dissemos, alegam que os espaços podem representar a metáfora de um caráter do "si mesmo", através do qual as pessoas desejam ser reconhecidas. De fato, por considerar que a avenida é a "beleza da cidade", o morador sente orgulho de apresentá-la ao estrangeiro, pois estará, dessa forma, construindo a visão que quer que tenham de si mesmo, através da cidade onde mora.

As omissões que eram externadas pelos entrevistados, vinham, em geral, da raiz de um mesmo fator, onde "[...] a que **menos me agrada**, é **onde eu menos vou**, [...]" [EP-17], indicando que a falta de vivência é diretamente ligada à falta de uma opinião ou de uma identidade compartilhada.

Um outro ponto interessante foi o processo de nomenclatura que envolve a avenida, não só pelo nome oficial, mas também pelos nomes atribuídos focadamente a um trecho ou área. Este foi um aspecto revelador da investigação acerca da identidade em nosso estudo da AP, pois "[...] o homem seleciona um número determinado de estímulos e depois os relaciona entre si para criar uma idéia, antes de dar-lhe um nome" [BAILLY, 1979: 90]³⁹.

Super importante... primeiro porque o nome dela já é um Afonso Pena... é um historiador muito forte... e... pelo... a estética dela, né... a estrutura dela, assim... [EP-22]

Ela começa no bairro Amambaí, né... corta o centro... vem pelo Shopping e passa pelo Shopping... então ela é uma referência de Campo Grande... [...] [EP-03]

[...] ela já gerou até o nome de uma região que chama os altos da Afonso Pena... que é o começo dela, Parque do Poderes... [...] [EP-16]

³⁹ Tradução livre da autora.

A impressão geral que emana do conjunto urbano da AP é que ela assume a função de porta-voz do povo campo-grandense, comunicando mensagens que ganham voz através da sua espacialidade. Cabe a ela a atribuição de cartão-de-visita da cidade, como se os cidadãos pudessem se apresentar ao estrangeiro que ali chega, transmitindo rapidamente aquilo que ostentam como lhe sendo próprio e representativo de toda a comunidade em que se insere. “[...] O pessoal que vem de fora, que desce no aeroporto... caminha... pega a Afonso Pena... [...]” [EF-23] pode, num primeiro reconhecimento do local, captar, mesmo que superficialmente, valores que são significativos para o campo-grandense, como a organização do traçado da via; a modernidade, condicionada ao shopping; a incorporação da natureza, representada pelos parques; a cidadania, promovida pelas Praças; dentre outros.

Apesar de externar sua preferência positiva ou negativa, elegendo um setor ou equipamento da avenida como mais ou menos atrativo para si, o campo-grandense admite a relevância da AP por completo, conferida pelo seu conjunto de qualitativos e ambiências peculiares.

[...] do começo ao fim tem a sua importância... porque cada... setor dela tem sua importância, em cada região... o central [C], o shopping [B], o parque dos poderes [A]... tem esse começo aqui, que é o começo [D]... então eu acho que ela é importante toda... [EF-02]

[...] é difícil falar, né... porque cada uma [parte] tem características muito interessantes... [EP-09]

Um fato que se tornou bastante intrigante em nossa investigação foi a forma inexpressiva como os usuários utilizavam os edifícios lindeiros à avenida como marcos referenciais do seu espaço. A expressão arquitetônica dos edifícios parecia estar rarefeita ou fora do alcance visual dos transeuntes, por ser poucas vezes mencionada. As obras que eram destacadas como representativas eram em sua maioria de uso público, como veremos adiante, quando tratarmos sobre os marcos da avenida.

[...] e tem alguns prédios ali também que... é... vamos dizer assim... acabam prejudicando a visão... os prédios que começam e não terminam... isso acaba tirando um pouco dessa beleza de Campo Grande... [EP-02]

A arquitetura dela... é bem bonita... os prédios que tem em volta, as casas... [EP-12]

Ao perguntarmos sobre os elementos marcantes da avenida, as torres residenciais, as galerias de prestadoras de serviços, os edifícios institucionais e as casas comerciais, ou seja, toda a gama de edificações que acompanha e reforça o desenho da avenida, a grosso modo, desempenhou um papel secundário, de maneira generalizante, sem algum exemplar de destaque em seu conjunto. Esse fato revela, por um lado, a falta de características arquitetônicas que sejam representativas do seu conjunto edificado [período histórico, materiais construtivos, soluções formais, etc.] que pouco se sobressai à avenida. Por outro, frisa a importância da avenida a partir do seu espaço exterior e público [calçadas, canteiros centrais, leito carroçável] como plano de contato do usuário com o espaço da rua. Assim, fica marcado um contraponto entre o plano vertical de fachadas, de volumetria inexpressiva, e o plano horizontal de circulação, de visibilidade expressiva, que demonstra a prevalência da AP enquanto lócus do contato social como fator de identidade da avenida.

IV.1.3. Fluxo

Por ser uma dinâmica, a princípio, visualmente reconhecida, o fluxo e os ritmos urbanos também oferecem direções ao entendimento de que questões ligadas à vivência e experiência podem extrapolar a dimensão concreta presente no espaço urbano.

Como se comprovou nas entrevistas, a Afonso Pena é mencionada funcionalmente como 'movimento', eixo de passagem, seja por uso do pedestre, ou por uso do motorista, caracterizando-se como eixo estruturante e comunicador com as demais áreas de Campo Grande. A origem da cidade de Campo Grande, calcada na qualidade de rota de passagem, cristaliza-se na AP por meio da vocação da avenida em se estabelecer como um lugar onde todos vão e passam. A centralidade da avenida na malha urbana atual comprova que essa característica serviu como uma condicionante do crescimento campo-grandense, de modo a proporcionar um alcance mais ou menos equilibrado de seu espaço segundo vários pontos da cidade.

Com o suporte da imagem abaixo [Fig. 63], onde os pontos verdes representam o local de residência dos entrevistados e a linha vermelha representa a Av. Afonso Pena, é

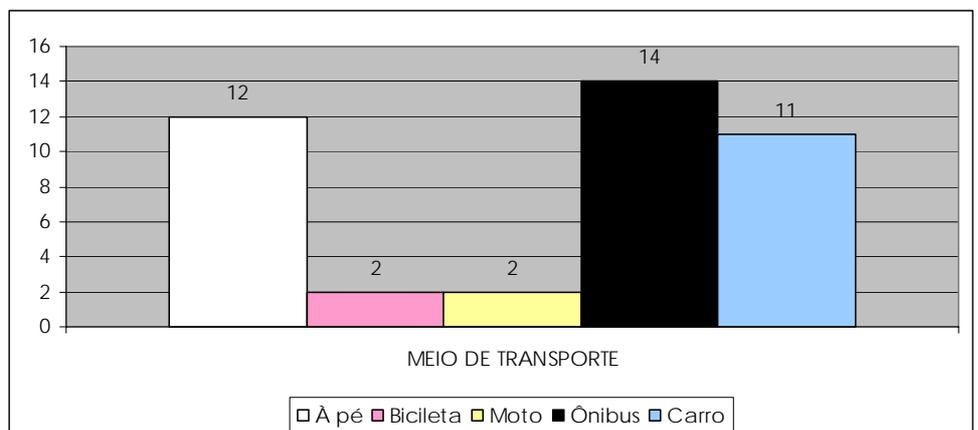
possível verificar que o estudo de caso, com posição central na área urbana de Campo Grande, está ao alcance fisicamente dos mesmos. Mas, mais que isso, é capaz de atrair indivíduos residentes não só próximos a ela, mas também aqueles inseridos em bairros mais distantes.

Figura 62 |
Distribuição EP por local de residência.
[VMD, 2007]



Com o suporte do Gráfico abaixo [Graf. 10], é possível verificar que os meios de transporte utilizados para o acesso à avenida pelo usuário estão entre as opções carro [11 entrevistados], à pé [12 entrevistados] ou ônibus [14 entrevistados].

Gráfico 09 |
Distribuição EF por meio de transporte à AP.
[VMD, 2007]



Isso explica outro fato notado, no qual muitas vezes o entrevistado, mesmo estando presente espaço da avenida, alternava a sua perspectiva como pedestre para a de motorista, ou vice-versa, tornando dúbia sua interpretatividade.

*[...] ela é uma avenida larga... ela proporciona um **fluxo de carro** muito mais veloz, muito mais constante que uma rua... [...]. e ela corta uma região da cidade, **levando uma pessoa de um lado para outro, né...** e ela com as ruas que corta ela proporciona à pessoa várias áreas de escape... **no trânsito...** to falando isso em trânsito, né... [EP-05]*

Até certo ponto, era previsível esperar que, sendo a Afonso Pena uma rua em sua essência, “[...] **ainda mais que é uma avenida, né... tem mão que **sobe**, que **desce**, né... **direita, esquerda, né.**” [EP-24,] fossem observados comentários sobre sua condição de conector estrutural entre partes da cidade, onde o Fluxo aplica-se às variantes cabíveis ao movimento de ir e vir, quanto à sua intensidade, qualidade e direção:**

*[...] uma importância que ela tem, por exemplo... se a gente vai fazer um **deslocamento** ela pode ser uma referência da **onde a gente tá saindo pra onde a gente vai...** ela pode ser **uma referência..** [...] [EP-07]*

*[...] a única coisa que ela diferencia que ela tem mais **movimento** que das outras normal... é... o **fluxo**, acho que pelas pessoas usarem o centro da cidade, a Afonso Pena é uma... [...] [EP-05]*

Peculiarmente, foi possível distinguir que o fluxo não é um fenômeno restrito ao espaço, visível e mensurável apenas pelo sentido visual. Também era relativizado ao tempo subjetivo, externando a perceptividade particular de cada indivíduo quanto à velocidade dos acontecimentos, já que “[...] **se você for ver ela como via rápida pra coisa, ela não é tão rápida... ela chega até às vezes ser lenta...** [...]” [EP-03].

Isso indica que o fluxo pode ser importante não somente pelos momentos em que é verificada sua presença, mas também quando não acontece ou é desacelerado, refletindo no grau de atenção e percepção do transeunte:

*[...] do centro ali que... não é que desagrada... é que, assim... se eu fosse **passar com alguém**, por exemplo, pra mostrar como ponto de referência,*

eu não mostraria ali no horário de pico ali... porque... até porque a movimentação ali... tem... às vezes você vai mostrar um lugar que tá muito cheio de gente... até é ruim de você se locomover... de até de veículos... não, tem muito... até dá mais estresse... do que seria um passeio... [EP-03]

[...] eu acho que a parte que mais me agrada até agora foi a parte do Shopping... porque foi o único lugar que eu parei ali na Afonso Pena... [EP-05]

[...] não sei se você lembra, tinha o trilho ali... não sei se ainda tem... faz tempo que não passo por ali.. [...]. [EP-09]

Uma observação bem interessante que estava intimamente ligada ao fluxo é a relação entre o uso da calçada e a quantidade de pessoas e intensidade com que as mesmas estavam presentes ou transitavam por esse espaço da avenida. Nos locais onde o trânsito de pedestres é menor, como no setor D, as calçadas são apropriadas como uma extensão dos estabelecimentos adjacentes, tanto pelos comerciantes quanto pelos ambulantes.

[...] vários vendedores ambulantes com seus carrinhos de pipoca, pano de prato, refrigerante..., todos parados do lado de fora. [...] Em concorrência aos vendedores ambulantes, a padaria na esquina em frente à Igreja Perpétuo Socorro coloca algumas banquinhas na calçada, ofertando o pão fresquinho e trazendo o cheiro morninho no ar. [DC-01]⁴⁰

Ao contrário, naqueles trechos onde a dinâmica da circulação é extremamente intensa, como no setor C, se torna praticamente impossível fazer da calçada mostruário de mercadorias.

[...] enquanto no setor D os comerciantes põem algumas mercadorias nas calçadas isso não acontece aqui [Setor C], porque são muitas as pessoas que passam pela calçada, é quase impossível... por isso mesmo que os

⁴⁰ Semelhantemente à simbologia empregada para a referência aos discursos citados dos entrevistados [EP-00| EF-00], utilizaremos a abreviação DC para designar as referências aos Diários de Campo elaborados no decorrer desta pesquisa, onde os algarismos indicam o respectivo número na ordem de anotação executada.

ambulantes, vejam só, matêm-se fixos em seus lugares à espera daqueles que passem por eles pra comprar um sorvete ou receber um panfleto.
[DC-02]

Esse adensamento dos passantes, sejam carros ou pessoas, interfere não somente na lógica prática das atividades desenvolvidas na zona central da avenida, mas também na sensação daqueles que por ela circulam. A intensidade do fluxo passa a fazer com que o espaço existente das calçadas, por exemplo, passe a ser percebido como menor do que verdadeiramente é, pelo volume de transeuntes que é obrigada a comportar.

aqui, aqui nem tanto, mas região ali mais pra cima, calçada é muito estreita... [EF-08]

veja bem que tem as calçadas mal arrumadas, né... o piso inadequado, né... [Setor C]... [EF-34]

A cada vez que se relacionava o fluxo com a área central da avenida [setor C], tornava-se expressiva uma sensação opressora, a qual FISCHER [1994: 98, grifo nosso] descreve como “o amontoamento [que] é o sentimento de desconforto mais ou menos pronunciado produzido por uma situação de densidade”.

[...] menos agrada onde tem muita multidão... que é do Shopping até o Hotel Vale Verde, segunda parte, vamos dizer assim... porque é aglomeração de ver trânsito, não dá pra você parar... observar a paisagem... você precisa andar... é muito difícil... só em finais de semana mesmo que você consegue parar.. [...] [EP-02]

Por fim, como um dos resultados quanto à acessibilidade, a Av. Afonso Pena, situada no núcleo urbano de Campo Grande é atrativa não somente àqueles residentes na sua proximidade como os bairros mais distantes, em geral. Tanto na questão dos fluxos, bem como dos limites, como veremos a seguir, percebemos que os qualitativos para a interpretação dessas categorias não provieram apenas dos estímulos espaciais da AP. Grande parte disso também foi alimentado pelos personagens e | ou atividades notáveis que se tornavam responsáveis pela dinâmica e singularidade das diferentes ambiências encontradas.

IV.1.4. Limite

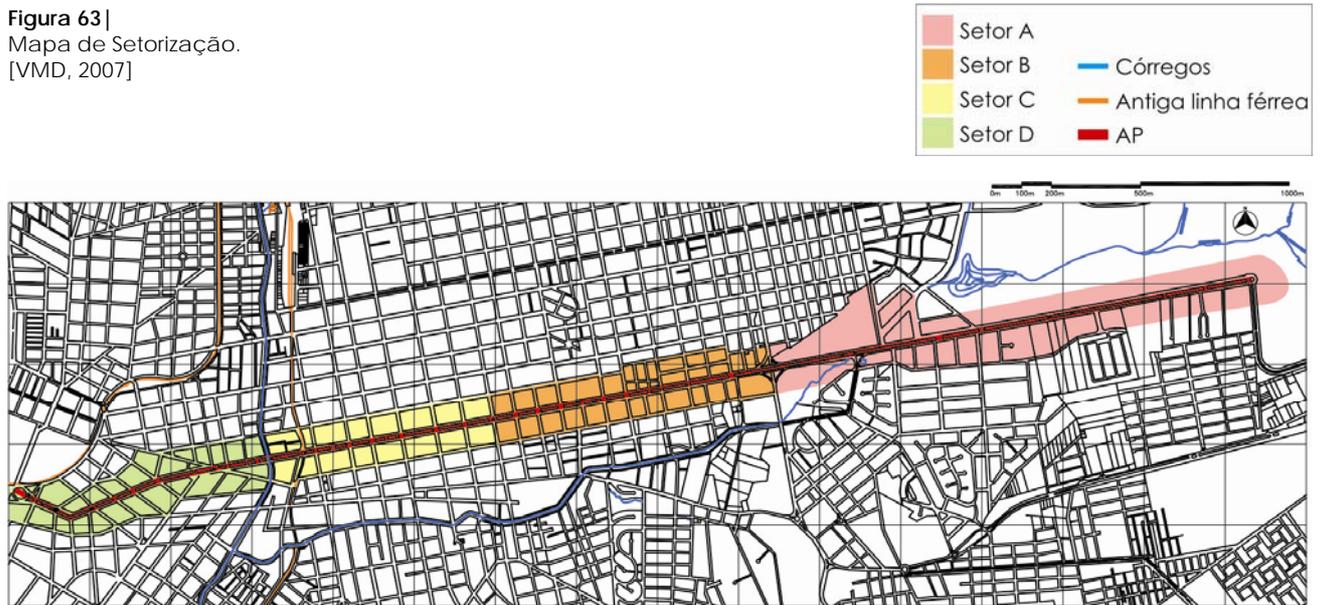
O primeiro passo na compreensão do Limite no estudo da Afonso Pena foi constatar que seu espaço, de traçado contínuo, pode ser, na verdade, interpretado como uma sucessão de diferentes setores, distintos por características que lhe fazem peculiares. *“A nossa concepção de espaço tem em conta os limites das coisas. Se não tiverem limites, estabelecemo-los, criando linhas artificiais [...]”* [HALL, 1994: 201]. Essa setorização surge a partir da tabulação das respostas recolhidas na Entrevista Preliminar, onde os entrevistados dividiam livremente a Avenida em partes, ou a mantinham em um conjunto integrado, segundo a percepção individualizada.

Cabe esclarecer que as pessoas entrevistadas ‘setorizaram’ a AP a partir de suas próprias referências subjetivas e culturais, atribuindo a cada um das ‘partes’ demarcadas um caráter, uma personalidade, que emergiram a partir de seus valores e significados concedidos à avenida em cada um de seus ‘trechos’.

A partir da contabilização das respostas fornecidas pelos entrevistados preliminares sobre o número de trechos em que eram capazes de dividir a AP, bem como seu início e seu fim, e quais eram os marcos ou elementos definidores dessa divisão, chegou-se ao número de quatro [04] trechos, definidos da seguinte maneira e apresentados pelo Mapa de Setorização da Afonso Pena [Fig. 62].

- Setor A - da rotatória do Parque dos Poderes até o viaduto da Av. Ceará;
- Setor B – do viaduto da Av. Ceará até o Obelisco;
- Setor C - do Obelisco até a Av. Ernesto Geisel [córrego Segredo];
- Setor D – da Av. Ernesto Geisel [córrego Segredo] até a Praça Newton Cavalcanti.

Figura 63 |
Mapa de Setorização.
[VMD, 2007]



63

Esses elementos definidores, construídos ou naturais, constituem aqueles “*limites fragmentários*” aos quais LYNCH [2005] se referiu, que compõem uma continuidade, no caso da avenida, mas que são percebidos relativamente. As divisões da avenida em partes propostas por OLIVEIRA NETO [1999] segundo valores econômicos e geográficos, como vimos no capítulo I, assemelham-se em muito com a setorização efetuada pelos usuários de nossa pesquisa, o que demonstra que esses marcos definidores são pregnantes mesmo através de leituras diferenciadas do espaço urbano da avenida.

Em se tratando das extremidades de começo e fim, os setores do Bairro Amambai e dos Altos simbolizam-se como tais, respectivamente.

O primeiro setor toma, na visão dos usuários, o significado de ‘início’ ou ‘princípio da avenida’, apesar de a avenida ter nascido em seu trecho central, pelo pioneirismo como bairro e pelo maior tempo de existência, que remete ao tempo passado.

O segundo foi considerado como sendo o ‘término da avenida’, pela pouca densidade e ocupação, que indefinem e deixam em aberto possibilidades que remetem mais ao tempo futuro. Esses setores tornam-se, então, não somente definições físicas do espaço da avenida, mas também metáforas que revelam valores corporificados.

A setorização está ligada, a princípio, a uma separação dos trechos através da descrição semântica dos entrevistados, sendo os próprios usuários os responsáveis por efetuar essa ‘divisão’ dos trechos. O resultado final dessa tabulação, expressada pela figura Mapa-Chave [Anexo 08], colaborou tanto na aplicabilidade das próprias Entrevistas, como na compreensão do percurso feito pela pesquisadora durante o registro do Diário de Campo, fornecendo, principalmente, subsídios para cruzamentos de

dados entre o discurso do usuário e o trecho da avenida em que se encontrava. A fim de ilustrar o processo que resultou nesse produto metodológico, separamos trechos que mais se aproximaram, em descrição pelo usuário, dessa limitação e setorização da AP por nós 'assumida' nesta dissertação.

*A Afonso Pena... é..começa, assim... **o começo** dela eu vejo ali perto dos quartéis... **lá em cima tem uma praça** [praça Newton Cavalcanti], que agora não sei o nome dela... **e termina** no Corpo de Bombeiros, nos altos da Afonso Pena no parque... tem um parque ecológico até... não é o Parque das Nações Indígenas... **é um parque ecológico, que tem uma rotatória**... termina ali... [EP-23]*

Do Parque dos Poderes até o córrego Sóter [A]... do Sóter até José Antônio [B]... da José Antônio até no... aquele rio lá embaixo... como é que é o nome?... esqueci o nome do rio lá embaixo... até na Wolkswagen, na Discautol [C]... da Discautol até o aeroporto [D]. [EP-14]

Por isso, já com o auxílio do Mapa de Setorização, foi possível, antes de se dirigir a campo, elaborar um plano de idas aos distintos setores da avenida [Graf. 06], organizando e equilibrando propositadamente as diferentes circunstâncias da hora, do dia e da semana [Fig. 64].

Gráfico 10 |
Distribuição EF por setor na AP.
[VMD, 2007]

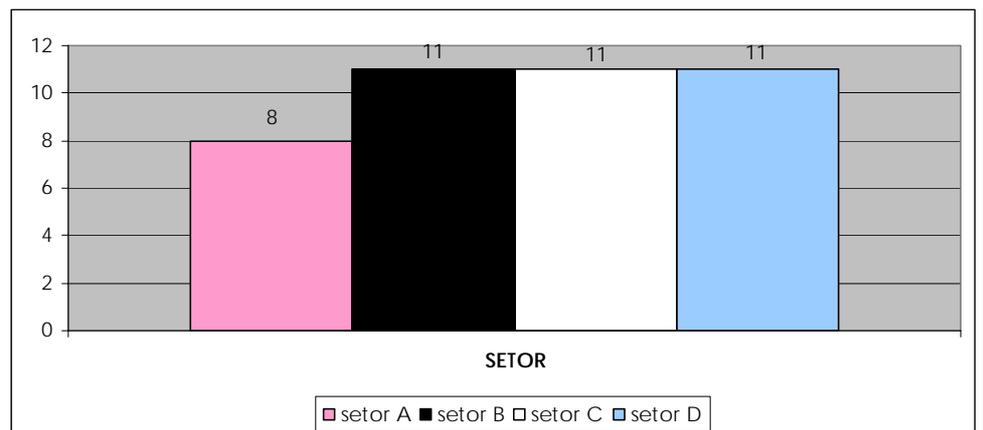


Figura 64 |
Distribuição dos entrevistados na
EF por setor na AP.
[VMD, 2007]



64

A grande extensão da avenida, para muitos, se torna um empecilho no real conhecimento do seu conjunto urbano. Pairava, em várias ocasiões, a dúvida se a reta que expressa a avenida era limitada, tendo seu começo e fim clarificados por marcos que não deixassem dúvidas quanto a essa delimitação.

*[...] eu não sei os limites, mas pelo que eu vejo, ela corta bem a cidade...
[EF-18]*

[...] mas, é essa questão do tamanho da Afonso Pena, ela entra num ponto muito importante que, por exemplo... às vezes as propagandas anunciam assim, é... 'Loja tal, Avenida Afonso Pena, número tal'... mas não fala em qual rua com qual rua... então, a Afonso Pena é muito longa... você tem que andar a Afonso Pena inteira pra saber aonde é, e... não sei aonde começa o número um, até onde vai dois mil e pouco... então... ela não tem essa referência... [EF-36]

Um fator para essa diferenciação em partes também reside na topografia variada pela qual a avenida passa, sobrepondo diferentes níveis e cruzando acidentes geográficos, como córregos e vales, que lhe conferem diferentes ambientações e perspectivas.

... bom, primeiro essa extensão toda dela, né... e depois, como ela passa por relevos diferenciados, então ela... ela possibilita paisagens diferentes, né... [EP-09]

Um dos grandes fatores que nos chamou atenção também quanto à questão do Limite foi o recorrente desconhecimento do que um limite representava, em termos de definição física, para o caso da AP. Mesmo quando era possível apontá-lo, foram fortes as confusões sobre o que era o começo ou o que era o fim da avenida.

*[...] bom, eu não sei se **isso é o começo ou o fim**... mas eu sei que é do ponto... de lá até o ... como que chama aqui?... [EP-05]*

*Bom, olha... **eu acredito que ela comece**... ali perto da Duque de Caxias e termine lá no final... lá no Parque dos Poderes... **talvez pode ser o contrário, mas eu entendo dessa forma**... [EP-26]*

Isso nos alerta que sua forma física e extensão, apesar de claros, do ponto de vista do planejamento urbano, podem ser nebulosas quanto à apreensão do usuário, pois, para uma reta, o infinito pode ser a referência.

*Eu vejo que **começa onde termina**... [...] [EP-11]*

*[...] peraí... não tem... os **limites, não importa onde começa e onde termina**? [EP-09]*

Incontestavelmente, a AP se apresentou como um elemento definidor da cidade, abstraído em função do seu volume visual reconhecido na paisagem da malha urbana.

*...pra mim ela é uma avenida que **corta a cidade, de ponta à ponta**... [EP-19]*

*em termos de avenida.. a Av. Afonso Pena, **corta a cidade, né, ao meio**.. [EP-21]*

Apesar dessa unidade formal, a grande maioria das pessoas foi capaz de dividir a avenida em ambiências ou segmentos, segundo critérios pessoais, subjetivos, rebatidos fisicamente da mesma forma, indicando sob quais maneiras a AP repercute em seu

usuário: econômica, histórica, afetiva, física, dentre outras possíveis, indicando que “[...] se visível ou invisível, esses limites têm um papel essencialmente psicológico”⁴¹ [BAILLY, 1979: 120].

[...] antes do Camelódromo ali... Ernesto Geisel pra cima ali chamaria ali meio que residencial, certo... aí até o Shopping aqui é a parte comercial dela... e aqui pra cima já seria uma parte mais que turística... [...] [EP-01]

[...] tem a parte ali onde depois do antigo trilho, que não tem mais... tem a parte mais pra frente que é ali no final dela ou no começo... não sei... [...] [EP-11]

Não... o que eu posso dizer é que a Afonso Pena pra mim começa na rua Bahia e termina na rua Calógeras... e essa parte que, pra mim seria a avenida Afonso Pena... que é o meu trajeto... sempre eu ficava lá... [...] é, mais ao passado... [EP-25]

A parte do... mais dos altos da avenida Afonso Pena... a central, onde cruza as avenidas de lojas lá do centro... e a mais antiga, que é pra cima do córrego, né... [...] [EP-12]

Uns poucos apenas não atestavam a fragmentação da avenida em si mesma, continuando a apreender seu conjunto como algo indivisível.

Não... em partes a Afonso Pena, não... o que eu... a referência que eu tenho é que a Afonso Pena é que ela divide a cidade em duas partes, né... [...] [EP-18]

[...] hoje ela se estendeu... não, em trechos não... deixa ela... [...] [EP-25]

Em breve exercício antropológico sobre a dinâmica espacial de uma notável rua na capital curitibana, MAGNANI [2004: 04] constatou que o processo de limitação do espaço urbano não se restringe “[...] a reproduzir a divisão física das ruas: cada segmento

⁴¹ Tradução livre da autora.

é marcado por tipos característicos e atividades correspondentes". Essa também é uma consideração que se aplica ao nosso estudo. Verificamos que mesmo definindo elementos físicos do espaço urbano para limitar extremidades ou trechos da avenida, os usuários sempre o faziam atrelados aos acontecimentos e usos que conferiam um respectivo caráter para tal. Assim, houve quem apreendesse a AP como um corpo único, homogêneo pela prerrogativa do trânsito que por ela toda ocorre, e quem a dividisse em partes, marcadas pelas variadas interpretações quanto aos usos, por exemplo. Mas, independente do número de segmentos visualizados, a explicação está no fato de que "[...] em todos os casos houve uma tentativa de transcender a divisão sugerida pelo recorte físico das transversais" [MAGNANI, 2004: 05] pelo fato de que a diversidade de um espaço não advém somente da sua qualidade de sobressair-se visualmente, mas principalmente daqueles indivíduos e grupos que nele existem e que dele se utilizam.

Interpretamos que a definição do limite, no caso da AP, estava muitas vezes ligada ao intervalo de espaço anteriormente conhecido pelo usuário, cabendo a indagação do que é válido, se o "... [limite] **real**, ou só o **que eu passo?**..." [EF-12, grifo nosso]. Um campo perceptivo nem sempre é o objeto inteiro, a unidade, que se tem a respeito daquela realidade. Portanto, o limite da avenida se tornava expressão do universo restrito que se conhecia dentre os limites reais da sua total extensão. Geometricamente falando, a reta da avenida é concisa, mas a vivência e a interpretação se dão em função partes, dos segmentos de reta que preenchem o cotidiano dos usuários.

*Nossa!... até onde ela vai, eu sei que ela vai... **pelo que eu já fui, ela vai até lá** perto do Parque dos Poderes... e **aqui pra baixo, eu ainda não fui...** [...] **mas eu sei que é uma rua muito longa...** [...]. ai tem uma feirinha ali [Camelódromo].. então... **eu já fui só até ali...** [EF-36]*

*[...] **não conheço ela toda...** ah, eu conheço aqui até, assim, entre a 14, a 13... [...] a Rui Barbosa ali... é isso, mais ou menos... [EF-37]*

*... **ela começa lá na perto da escola** [Guia Lopes, na Praça Newton Cavalcanti] ... **agora, terminar bem, terminar, eu não sei bem, porque só esse pedaço aqui.. que essa parte que eu falo...** [EF-01]*

A capacidade de reconhecer limites não coube somente à sua relação com o aspecto espacial da AP. Fugindo dessa interpretação, alguns usuários entenderam que o limite estava ligado ao que poderia barrar o desenvolvimento ou minimizar a qualidade de

vida proporcionada por|em seu espaço, aferindo uma relevância maior para as atividades oferecidas e os acontecimentos em si, do que propriamente ao espaço que as recebe.

*Não tem... em todo, **ela é bem completa**, então **ela não tem limite**... aonde você for, qualquer ponto que você passar e fizer a mesma pergunta, todo mundo vai responder que não tem limite... [EF-09]*

*...olha... pra mim só **sobre o trânsito** mesmo... **esse é o limite**... muito carro, muito perigoso mesmo... se você não atravessar ter muito prestando atenção... [EF-16]*

Assim, "como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações [...]" [SANTOS, 1996: 77], o ingrediente 'indivíduo' e 'sociedade' se tornam fundamentais na apreensão dos significados que nele se depositam, principalmente, porque os limites que o definem, como em nosso caso na Afonso Pena, mesmo que sejam marcados e visualizados por elementos do espaço urbano, são, em várias ocasiões, eleitos segundo parâmetros subjetivos e pessoais, frisando o caráter significativo que esses valores desempenham na setorização da avenida.

IV.2. VALORES E SIGNIFICADOS DA AVENIDA AFONSO PENA

Cada vez que firmamos contato com um ambiente construído, a partir do primeiro momento em que nele nos encontramos, somos 'bombardeados' por inúmeras informações provenientes dos estímulos captados pelo apuro de nossos sentidos e pela habilidade de nossa percepção. Segundo DUARTE; BRASILEIRO *et alli* [2006: 02], "*esse processo culmina numa organização mental onde a realidade percebida é representada por esquemas e imagens mentais*", que condensam em idéias, conceitos e valores as impressões que subsidiam o conhecimento simultâneo e a construção associativa de um sentido de lugar.

Neste momento, chegamos ao ponto de interesse desse trabalho, apresentando os valores e significados, abstratos e até mesmo voláteis, mas que estão indissociavelmente arraigados no espaço concreto da Avenida Afonso Pena. A partir deles, foi possível distinguir relações de uso e afeição que se dão em função do seu espaço e que, sensivelmente, conferem atmosferas singulares na interpretação desse espaço urbano.

Após ter desenvolvido análises mais gerais do espaço da Afonso Pena segundo as categorias vigentes neste trabalho, partimos agora para uma análise mais específica da avenida, segundo aspectos menos diretamente ligados a elas, mas que também influem na expressão do usuário relacionada à memória, à identidade, ao fluxo e ao limite. Portanto, apresentaremos fatores, tais como marcos, diversidade, pausa e setores, que complementam a compreensão dos valores e significados da AP em nosso estudo.

IV.2.1. Diversidade na Avenida

Ao longo das entrevistas a AP, como um conjunto, foi eleita como um lugar central, por onde todos passam e aonde todos vão, fato esse que representa grande parte da sua importância para Campo Grande. Sendo o lugar por onde muita gente transita, vinda de várias partes da cidade, remete à pluralidade de indivíduos e grupos que, a princípio, estabelecem um convívio democrático.

A vasta rede de transporte coletivo que se direciona a avenida ou a utiliza como ligação para outras partes de CG determina facilmente sua centralidade, confluindo e dispersando pessoas a todo momento. A sua forma física retilínea e extensa também é determinante para a interpretação da avenida como um elemento central, pois é

possível exercer e usufruir de diversas atividades, e ao mesmo tempo alcançar diversas zonas da cidade, transitando somente por uma única via.

Sempre... todos os dias eu venho... é, todo dia... isso, eu venho por causa do meu trabalho... venho de ônibus... eu desço do ônibus, vou pro trabalho, ai, a mesma rotina... todos os dias... [EF-16]

A pluralidade da avenida, tanto quanto a dos seus usuários, pode ser percebida pelo discreto contraste entre seus diversos cidadãos, advindos de diferentes classes sociais e diferentes níveis de renda e instrução [Fig. 65]. Existem trechos da avenida em que todos eles se misturam pelas exigências naturais da vida urbana, como na parte central [Setor C]; em outros, que pela preferência velada ou pelo distanciamento afetivo, a presença do usuário com maior poder aquisitivo ou o de baixa renda, torna-se mais perceptível, como no setor A e D, respectivamente.

Figura 65 |
Diversidade na Avenida.
[ARCA]



65

Um dos entrevistados, dono de um estabelecimento comercial, deu um depoimento que exemplifica essa qualificação da avenida em função dos seus usuários. Diz ele que “[...] acho toda essa parte aqui do Jardim dos Estados tem... você tem uma segurança, até pelo **alto nível das pessoas** que moram aqui e te passam segurança... [...]” [EF-33], justificando a escolha do seu ponto comercial em função da segurança que o típico usuário dali parece garantir. Por outro lado, é grande o número de pessoas que transita por toda avenida e que configuram a massa de trabalhadores ordinários, como funcionários do comércio local, empregadas domésticas, ambulantes, taxistas e profissionais liberais, dentre outros, que despendem seu cotidiano na AP.

Venho, inclusive eu trabalho aqui na frente, na Clínica aqui... diariamente... o dia inteiro... das sete e meia às cinco da tarde... de vez em quando dou umas escapadinhas pra tomar um sorvettino... [EF-07]

Todos esses personagens interagem entre si na avenida mais ou menos intensamente em função do trecho da avenida em que se encontram.

IV.2.2. Praças: Pausa na Avenida

O caráter intrínseco da Afonso Pena, em ser uma avenida, lhe confere um sentido de movimento, onde todos cruzam seu espaço como passagem a outros lugares, com diferentes objetivos. Em contraposição a essa dinâmica, as praças que relacionam-se com a avenida demonstraram ser um local de pausa para os usuários que nela transitam. A expressão, aqui em nosso trabalho, é de que a avenida é feita para circular, e as praças, para descansar, ao contrário do estudo feito por COELHO [2000] na Av. Rio Branco, na capital carioca, onde verificou-se que as praças adjacentes complementavam a função de passagem da avenida, também servindo como um ponto de transição. Em nosso caso fica mais fácil entender que as praças formam um mundo à parte na leitura da AP, pois entrevistar alguém na calçada da avenida defronte às praças, por exemplo, provocava uma distorção no depoimento do informante, que passava a interpretar o local que se situava como pertencente à praça e não à avenida. Para aqueles que estavam na calçada que margeia a avenida mas, ao mesmo tempo, é abraçada pelo conjunto da quadra à qual as praças pertencem, havia a indução a se sentir incorporado ao espaço das praças e não da avenida, negando que eles estivessem na AP, e sim na Praça Ari Coelho, por exemplo.

Assim, foram duas as praças que mais se destacaram por essa representatividade: Praça Ari Coelho, uma das mais antigas na cidade, e Praça da República, também conhecida como Praça do Rádio, pela proximidade com a sede de um tradicional clube na cidade. Por essa autonomia em relação ao corpo espacial da avenida, mas também pela dependência na relação do fluxo entre uma e outra, as praças se tornavam referências singulares incorporadas aos valores e significados da AP.

Primeira coisa? Olha... ah, eu... bom, eu penso em Shopping... eu penso na Praça... as duas, a Ari Coelho e a do Rádio... [EF-22]

As praças, originalmente sem vegetação, modernizaram-se a partir dos séculos XVI, XVII e principalmente XIX, quando incorporaram elementos dos jardins particulares: os canteiros ajardinados e a utilização intensa da arborização [TÂNGARI, 2005]. Surgem em decorrência de um grande largo, de uma área pública delimitada ou cercada por edifícios e, a princípio, exercem o papel do local de permanência e encontro nas cidades, como se fossem salas de estar na escala do urbano. Porém, dependendo do grau de urbanização do local em que se inserem ou das condicionantes culturais que vigoram, as praças podem se tornar simplesmente ponto de passagem, sem o apelo ao maior dispêndio de tempo em seu espaço.

No caso da AP, essas praças funcionam mais como um local de permanência e relaxamento em meio à intensidade de fluxo e estresse que ocorre mais propriamente nas calçadas e leito da avenida [Fig. 66 e 67]. Esse contraste é tomado, várias vezes como um marco no conjunto da Afonso Pena, que apesar de singular, expressa a 'personalidade' da avenida como um todo.

[...] a Praça Iraci [Ari] Coelho ou essa Praça [do Rádio] dá uma melhorada mais ainda, é os dois lugares bonitos de Campo Grande... as duas Praças que representa [sic] a Afonso Pena... o Centro de Campo Grande... [EF-34, grifo nosso]

Figura 66 |

Pausa na Praça Ari Coelho para assistir a performances culturais.

[VMD, 2007]



66

Figura 67 |

Pausa na Praça do Rádio para descanso e conversas.

[VMD, 2007]



67

Ambas as praças, assim como a AP, surgiram devido à implantação do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças. Inserem-se num entorno de uso misto, entre comércios e serviços majoritariamente, e semi-verticalizado, como já apresentado anteriormente no Capítulo I. De um modo geral, elas se relacionam diretamente com o entorno construído, principalmente pelas suas áreas de perímetro em contato com as ruas circundantes e edifícios fronteiriços, onde se localizam pontos de ônibus que recebem e distribuem os fluxos de pedestres advindos de várias partes da cidade em direção ao pólo comercial da Av. Afonso Pena e adjacências. A nomeação informal da Praça da República como do Rádio já demonstra bem a propósito essa interação.

Quanto à dinâmica cotidiana, a Praça Ari Coelho [Fig. 68], pela posição ainda mais central, recebe um público mais constante devido às atividades cotidianas durante o dia e a semana, principalmente em horário comercial. Porém, as manifestações sociais na Praça vêm mudando na mesma proporção em que mudou a forma como o indivíduo na sociedade contemporânea se relaciona com os outros indivíduos e com o espaço no qual está inserido:

Com as suas quatro faces transformadas em pontos de ônibus, a Praça Ari Coelho, no ponto mais central da 14 de Julho, que já foi até denominada de Passeio Público devido a sua forte função de sociabilidade, hoje restringe-se à freqüentação de usuários do transporte coletivo e de alguns aposentados que ainda insistem em usá-la para os seus jogos de dominós, sendo obrigados a dividi-la com alguns tipos de desocupados. Nela, alguns shows de pagode, nos finais de tarde das sextas feiras, assim como a concentração para algumas manifestações de protesto ou afirmação política, como as recentes paradas gay ou pela paz, acontecem simbolizando as manifestações atuais, típicas dos centros das grandes cidades. [OLIVEIRA NETO, 2003b: 04]

Figura 68 |

Praça Ari Coelho, na porção central da Avenida Afonso Pena.

[QUAPÁ, em 24 | 04 | 06]



68

Além do uso cotidiano diurno, que atrai a maior movimentação de pessoas e reafirma sua centralidade de dispersão comercial e circulatória, ela ainda possui um alto grau de utilização nos fins de semana, especialmente aos domingos, como local de recreação, sempre com a presença de ambulantes que vendem pipoca e outros alimentos, além dos tradicionais retratistas 'lambe-lambe'.

Dentre os espaços contidos em seu limite, observa-se uma maior concentração de crianças no parquinho infantil e também no entorno do chafariz central, que oferece uma extensão maior de área livre em contato com sol. Os idosos têm preferência pelas mesas de jogos, que sempre se mantêm sombreadas pela vegetação local. No horário comercial, os adultos, na maioria, concentram-se na área limítrofe da Ari Coelho, nas proximidades dos pontos de ônibus ou mantêm-se a cruzar a praça nos seus percursos diagonais de modo a cortar caminho em direção a outras áreas do centro da cidade. Mas, nas horas livres de almoço e fim de expediente, costumam apropriar-se de espaços de estar, como o pergolado e os bancos localizados nessas passagens, a fim de namorar e conversar com maior tranquilidade, mas sem distanciar-se da vista dos demais.

Entretanto, com a chegada da noite e, em consequência, do processo de esvaziamento noturno verificado não somente no Centro de Campo Grande bem como nas demais cidades contemporâneas, em geral, a Praça Ari Coelho se torna um local mais ermo.

[...] mas a que menos me agrada pelo que eu vi numa hora que eu passei assim, é a praça Ari Coelho... não pelo que ela menos me agrada... mas pela ausência de luz... em determinadas horas fica muito

escura e proporciona drogados ali... faz com que as pessoas se afastem dali... né... mas... eu acho que é o único lugar que eu vejo, assim, que é obscuro, meio sinistro... que... dependendo de certa hora do dia... [EP-05]

A proposta de algumas atividades culturais, como shows e apresentações culturais, tem se empenhado em minimizar essa apropriação negativa, estimulando que o movimento se estenda até mais tarde, especialmente nas sextas-feiras e fins de semana⁴².

Ah, aqui é... é que tem a Praça [Ari Coelho] aqui, né... tem festa ai, dá pra vir, né... direto tem festa da pra vir, né, cai dia de semana pra cá, né... fim-de-semana... [...] é, é que rola bastante festa ai, mulherada... além do trabalho também é um divertimento... [EF-35]

Também quanto ao aspecto do cotidiano, a Praça do Rádio [Fig. 69], de modo geral, é mais vazia ao longo do dia e da semana, atraindo um público menos diversificado e em menor quantidade, por não envolver-se num apelo comercial tão forte ou já estar mais distante das outras ruas principais do centro, ao contrário da Ari Coelho, caracterizando um local menos chamativo. Essa praça já teve sérios problemas em relação à presença de garotos de rua, que se apropriavam de seu espaço de tal maneira, inibindo fortemente a aproximação de outras pessoas, fato que foi solucionado por meio de medidas de projeto de reformulação arquitetônica. Mas esse uso menos intenso também tem se invertido recentemente, devido aos incentivos de novo uso do seu espaço, quando seu largo central é usado em ocasiões especiais como palco de promoções e de eventos culturais. Um deles se dá com a gravação de um quadro televisivo semanal em seu cenário, no qual se oferecem oportunidades de emprego e faz-se o intermédio para quem busca uma atividade remunerada. Outro incentivo, que tem sido bastante acolhido, é um projeto municipal que utiliza o confortável largo central da praça como palco para shows culturais, denominados 'Noite da Seresta', que acontecem a cada uma ou duas semanas alternadas.

Olha... uma das coisas que... que eu vi aqui, que mostra mais ou menos a "cara" de Campo Grande... é... a Praça do Rádio... é uma das coisas aqui que eu até frequentei uma ou duas vezes lá... o povo é... prestigia os eventos que tem ali, né... e ali é uma coisa que eu vi que identifica bem a cidade de Campo Grande, né... [EP-18]

⁴² Cf.: TADA, 2008.

[...] até que ta bem... *sexta-feira tem o negócio na festa aqui na Praça [do Rádio]... é muito bom [...]* [EF-34]

Figura 69 |

Praça da República, conhecida como Praça do Rádio, também na porção central da Avenida Afonso Pena.

[GOOGLEEARTH, em 22 | 01 | 08]



69

Mesmo com diferentes modos de uso e apropriação, atualmente ambas as praças proporcionam desde a atividade infantil e passagem de pedestres até contemplação e ponto de encontro. Seus projetos de implantação já passaram por algumas reformulações, sendo a última delas efetuada na década de 90, mas que buscou preservar tanto as funções como os elementos recorrentes na configuração dos espaços, pouco se distanciando dos traçados originais. Sendo assim, o programa atual inclui áreas de estar e contemplação sombreados ou não, espaços recreativos predominantemente passivos, áreas de circulação periféricas e área central de concentração e eventos. Em conjunto a esses elementos, de fato emoldurando o cenário, existem marcantes jardins com cobertura arbustiva e frondosos arvoredos, que foram tomando corpo ao longo do tempo, sempre com a devida manutenção e renovação. O atual desenho de pisos processados de concreto e inter-travados acompanha a formação de recantos sinuosos onde situam-se espaços de convivência envolvidos pela significativa vegetação e paisagismo.

Neste contexto, entendemos que as praças, enquanto locais de pausa na movimentação da avenida, proporcionam grande sociabilização, refletindo o anseio e a

aprovação por parte dos usuários da AP como sendo este um local onde a vida pública e coletiva pode ser encenada o mais livre e abertamente possível.

IV.2.3. Marcos na Avenida

Eleitos dentre a gama de possibilidades e estímulos que a cidade oferece, os marcos são maneiras muito simples de definir um objeto físico, de qualquer natureza, como um elemento marcante no conjunto urbano – um acidente geográfico, um edifício, uma placa, etc. Segundo LYNCH [2005: 53], os marcos *“são geralmente usados como indicadores de identidade, ou até estrutura, e parecem tornar-se mais confiáveis à medida que um trajeto vai ficando cada vez mais conhecido”*.

Para cada um desse marcos pode ser associada uma carga simbólica, que serve de referência não só ao próprio espaço, mas também à vivência do mesmo. No caso da Afonso Pena, cada um dos elementos citados como um marco ou a ‘cara’ da avenida evidenciavam tanto o peso na orientação espacial quanto o valor que o mesmo representava para a expressão da avenida.

Para os usuários da AP entrevistados, há alguns elementos mais reconhecidos e lembrados como marcos na paisagem da avenida do que outros, os quais são: Shopping Campo Grande [10 entrevistados], Obelisco [08 entrevistados], as Praças Ari Coelho e do Rádio [ambas com 04 entrevistados cada] e Relógio [03 entrevistados] [Fig. 70, 71, 72, 73 e 74]. O grau de reconhecimento ou lembrança dessas edificações, equipamentos urbanos e monumentos, em geral, não sofreu interferência com relação à proximidade física que estas tinham com o setor da avenida em que o entrevistado foi abordado, pois em todos os trechos da avenida essas associações foram feitas, demonstrando que esses marcos se sobressaem como referências no conjunto da Afonso Pena como um todo.



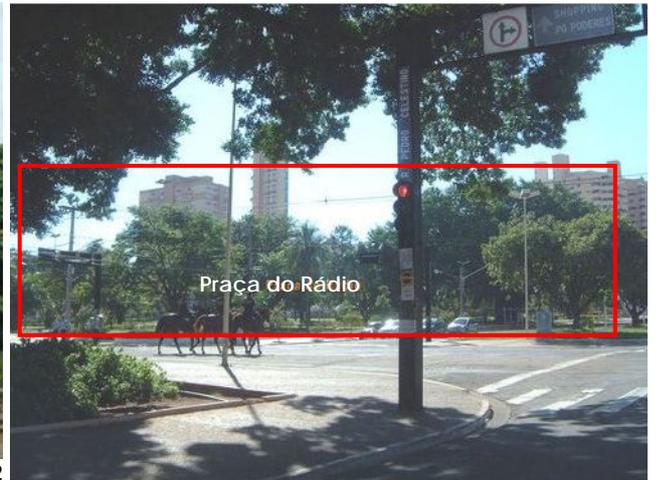
70



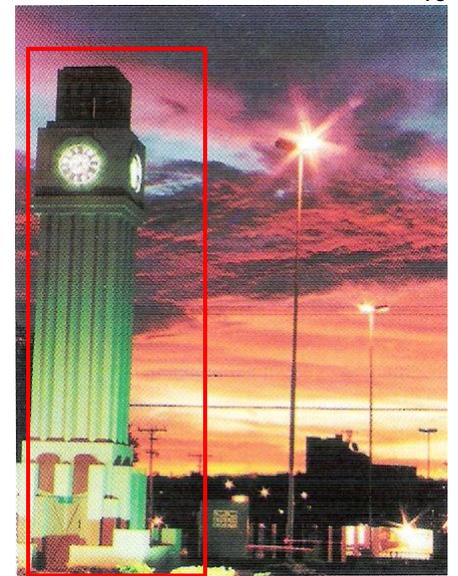
71



72



73



74

Figura 70, 71, 72, 73 e 74
Os marcos da AP: Shopping Campo Grande, Obelisco, Praça Ari Coelho, Praça do Rádio e Relógio, respectivamente.

[site SKYSCRAPER, em 14 | 06 | 08]

[GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 08]

[VMD, 2007]

[GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 08]

[ARCA 08, 2002]

Segundo os entrevistados, esses elementos são capazes de situá-los na avenida, tanto na delimitação física dos setores da AP como também na expressão de uma imagem que resume valores mais significativos na avenida para eles. Cada um dos marcos está ligado, de alguma maneira, às fases de evolução e desenvolvimento antigas ou mais recentes que marcaram a avenida.

O edifício do Shopping Campo Grande foi um pólo comercial bastante reconhecido na Avenida, tanto pela atração que exerce pelas suas dependências como também pela localização privilegiada, no setor mais nobre da Afonso Pena. Os monumentos, Obelisco e Relógio, rememoram o peso do desenvolvimento urbano que conota a AP. As praças, Ari Coelho e do Rádio, pelo espaço aberto e democrático, expressam a coletividade imbuída na relevância da Avenida.

Uma observação interessante é reparar que todos esses cinco elementos mais destacados como marcos localizam-se ou no Setor [A], nos Altos, ou no Setor [C], no Centro, da avenida. Isso revela também, dentre outras verificações já feitas nas análises apresentadas, que esses setores se apresentam como mais significativos para os campo-grandenses, por serem vivenciadas de forma mais equilibrada e democrática, ainda que haja ressalvas, e assim, estarem ligadas a estímulos mais positivos, como o contato com a natureza e a diversidade, respectivamente. Por outro lado, nota-se que todos esses marcos são, a princípio, de uso ou acesso público, indicando que essa tendência à adjetivação coletiva é interpretada como um valor importante para os usuários, refletindo também no valor coletivo de que a AP impregna-se.

É válido fazer um a parte, entretanto, quanto a grande referência ao Obelisco. No período em que as Entrevistas Focalizadas foram aplicadas, girava uma polêmica na cidade em torno da transferência do monumento do cruzamento da Av. Afonso Pena com a R. José Antônio para outro local não designado, pelos mesmos motivos que ocasionaram a demolição do antigo Relógio – a imponência com que o automóvel tem prevalecido no espaço da cidade. Por esse motivo, o Obelisco estava mais em evidência, devido ao constante noticiário sobre esse debate⁴³, que ao final, pelo menos até o momento, não se tornou realidade.

*[...] no entanto **querem tirar lá o Obelisco, lá daquele cruzamento** mais livre, né... então, passando pra cá, **não pode demolir ele**, né... pode modificar de setor, no mesmo sentido, né.... [EF-34]*

Os edifícios, monumentos e equipamentos urbanos que nessa pesquisa ficaram marcados como elementos de referência na paisagem da avenida não necessariamente são os marcos de ontem ou também serão os marcos de amanhã. Suscetíveis às transformações que engendram a espacialidade urbana, os marcos podem ser alterados, anulados ou reforçados pela intensidade e maneira com que as novas relações entre espaço e usuários são estabelecidas ao longo do tempo.

⁴³ Cf.: CONTAR, 2007.

IV.2.4. Diferentes Setores de Uma Mesma Avenida

Avenida Afonso Pena, apesar da impossibilidade de ser abarcada integralmente por um único relance do olhar, se mantém como um conjunto visual e formalmente uníssono no desenho da cidade, propiciado pelas suas grandes proporções. Entretanto, devido aos elementos urbanos e arquitetônicos e às atividades que, ao longo dos anos, foram e são desempenhadas em trechos distintos da avenida, é possível apreender que seu espaço articula-se como uma sucessão de lugares distintos, que se complementam e se opõem ao mesmo tempo em forma de setores [já apresentados anteriormente] e significados bem característicos. A própria topografia e as inserções de elementos e equipamentos urbanos no seu contexto também influenciaram a organização e definição desses trechos que compreendem a avenida.

Tais setores já foram vistos neste texto, na análise da categoria Limite [item IV.1.4]. Contudo, reveste-se de extrema relevância e pertinência em nossa análise um aprofundamento sobre o seu significado, considerando suas articulações e conexões.

A leitura e a apresentação desses setores que podem ser interpretados se fazem acompanhando a direção da avenida, do ponto mais leste ao ponto mais oeste, definindo-se em: [A] Altos, [B] Jardim dos Estados, [C] Centro e [D] Bairro Amambai. Veremos que cada um deles caracteriza-se segundo a articulação de valores e significados muitas vezes contraditórios e dicotômicos, mas que traduzem o genuíno sentido de lugar [TUAN, 1983] para seus interpretantes. Os rebatimentos, ora positivos, ora negativos, do aspecto símbolo do espaço da avenida, demonstram que a definição da identidade da avenida e a identificação dos usuários para com ela é formada em função dessas relações.

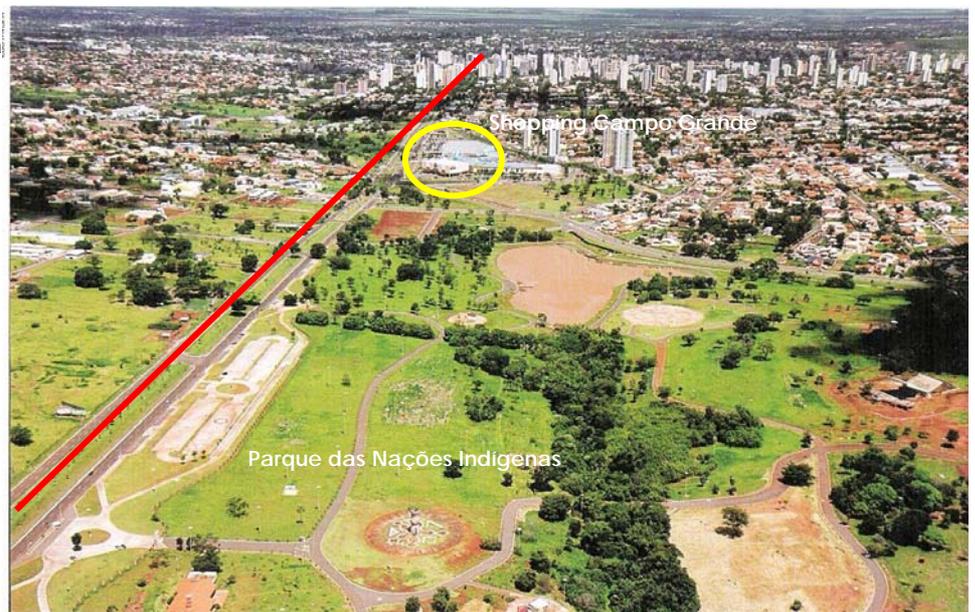
IV.2.2.1. Setor [A]

Altos: eminência, da natureza e do conflito

No intervalo da AP entre o viaduto da Avenida Ceará e a rotatória do Parque dos Poderes, encontram-se os equipamentos urbanos de maior porte, que influem e interferem no modo de vida de grande parte dos campo-grandenses e não somente dos usuários da avenida em estudo [Fig. 75].

Figura 75 |

Vista aérea no setor 'Altos' da Afonso Pena.
[ARCA nº 09, 2003: 16]



75

Entre eles, está o Shopping Campo Grande, inaugurado na década de 90 e que, desde então, ocasionou um enfraquecimento nas trocas comerciais das lojas do Centro, convergindo para si tanto essas relações comerciais, bem como relações sociais de encontro e divertimentos, que passaram a ser efetuadas em seu espaço interior - fato que pode ser observado em várias capitais brasileiras e do mundo.

*[...] o que caracteriza a Afonso Pena pra mim... eu acho que justamente essa parte que foi feita por último... aqui do Shopping pra cá... que é o chamado de prolongamento, né... pra mim caracteriza bem a Avenida...
[EF-41]*

O edifício do Shopping, devido ao grande desnível do terreno em que foi implantado, acarretou em um grande aterramento, que se reflete para a Avenida Afonso Pena como um muro de largas proporções [Fig. 76 e 77]. Assim, propriamente dito, o Shopping pouco faz parte da paisagem da avenida, mas sua pregnância como sinônimo de progresso urbano e modernidade o inclui efetivamente na importância que a AP tem para seus usuários, não somente deste trecho, mas para todos aqueles que circulam nela como um todo.

a que mais me agrada é a última [parte da AP]... é o modernismo, o desenvolvimento... é... o lazer, em função... [...] e uma opção barata que você pode usufruir é no Shopping, né, de consumo... além de você ter uma opção de lazer, tem uma opção de consumo... e... essa é que mais me agrada... [EP-23]

Figura 76 e 77 |

A implantação do Shopping na AP pouco o revela para a avenida, mas sua pregnância como símbolo torna-o referência na paisagem. [VMD, 2007]



76



77

A construção do Shopping contribuiu para a valorização imobiliária dessa área da Afonso Pena, fortalecendo a relação do poder aquisitivo com o espaço, atraindo para seu entorno outros estabelecimentos que compartilham dessa polaridade comercial. Hoje já existe uma galeria de lojas, farmácia, posto de gasolina, bares, garagens de automóveis e centrais de vendas de apartamentos, formando toda uma rede de serviços.

a cidade foi crescendo... uma segunda coisa marcante foi... a construção do Shopping, que começou a ser... até então Campo Grande não tinha um grande centro comercial... o Shopping começou a ser uma área de lazer e serviços... [EP-23]

A Avenida Afonso Pena, no trecho após o Shopping Campo Grande, que recorrentemente foi chamado por Altos, é caracterizada pela forte presença das 'áreas

verdes', marcadas pela infra-estrutura urbana do Parque das Nações Indígenas e pela mata nativa da Reserva Natural do Parque do Prosa, proveniente da preservação pioneira do Parque dos Poderes [Fig. 78]. O canteiro central, com a ciclovia contínua, também pode ser incluído nessa caracterização, principalmente pelo uso que nele se dá.

...é... primeira coisa que vem [na cabeça]... como é que eu vou te explicar?... a gente imagina Altos da Avenida Afonso Pena, que é um... por causa do Parque das Nações Indígenas... e as pessoas que vão mais fim-de-semana... que toma se tereré⁴⁴... fazem o seu lazer lá, né... entendeu... eu lembro isso... [EF-09]

Figura 78 |

A exuberância verde da natureza nos Altos.
[VMD, 2007]



78

A natureza é extremamente exacerbada nesse trecho, se tornando parte efetiva daqueles que vivenciam o setor da avenida, o que confere um caráter de tranquilidade e descanso, remetendo à qualidade de refúgio na cidade. A perspectiva visual que se tem desse ponto, propiciada pelo seu elevado nível topográfico, é um grande atributo para aqueles que ali se dirigem. LYNCH [2005: 48] confirmou que *“as vistas amplas provocavam uma reação de prazer emocional [...]”*, justificando que a amplitude da

⁴⁴ *“Tereré, que também se pronuncia tererê, é uma bebida feita com a infusão da erva-mate [...], de origem guarani. [...] No Brasil, o tereré foi trazido pelos paraguaios, que entraram pelo país através do estado do Mato Grosso do Sul e depois se espalhou para outras partes do mesmo. [...] Diferentemente do chimarrão, que é feito com água quente, o tereré é consumido com água fria, resultando em uma bebida agradável e refrescante [geralmente consumida em grupos e rodas de confraternização]. [...] No Brasil é consumido principalmente nos Estados do Paraná (maior produtor de Erva-Mate do Brasil), Mato Grosso do Sul (estado-símbolo da bebida e maior produtor de Erva-Mate da região Centro-Oeste) e Mato Grosso, principalmente por terem sido povoados pelas tribos Guaranis.”* [WIKIPÉDIA. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Terer%C3%A9>>. Capturado em 20 | 06 | 08].

visão que se tem tanto do panorama da cidade, quanto do próprio desenho da AP, torna-se um atrativo emoldurado pelo 'verde' da paisagem encontrada ali.

Não, vez em quando [venho]... é pra descontrair um pouco a cabeça, ficar olhando... apreciar... não, só pra ficar olhando mesmo... [EF-40]

Anteriormente à instalação do Parque das Nações Indígenas, na década de 90, Campo Grande era carente de espaços de grande porte direcionados a eventos para a população. Por isso, durante muitos anos, os Altos da Avenida foram utilizados como área para festas populares, como comícios e shows, mas principalmente, festas de carnaval. Ainda recente, essa lembrança está presente na memória de vários usuários, os quais remetem a isso um sentimento positivo.

...já... existe sim... uns carnaval que teve aqui... teve uma semana de carnaval aqui que foi muito bom... não teve violência... naquela época não teve nada... aqui na Avenida... essa parte aqui... é, os Altos... [EF-27]

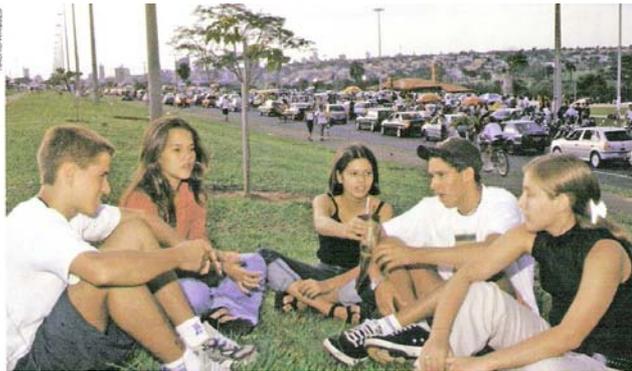
Os depoimentos dos usuários, especificamente sobre os Altos da avenida, declararam dois retratos bem específicos que envolvem o uso do seu espaço como o local de maior permanência, porém de modo programado. Fora dos horários específicos de maior uso, vale dizer que a avenida parece mais um deserto. Num primeiro momento, *“de modo geral, essas pessoas estão ligadas pela vinda ao Parque ou pela atividade física e contemplativa que aqui se pode fazer”* [DC-05]. Durante a semana, essa região recebe quase a totalidade daqueles que a freqüentam numa hora específica do dia, durante o entardecer. Nesse momento, a ciclovia que corta os canteiros torna-se intensamente utilizada, assim como a calçada frontal ao Parque das Nações Indígenas, por pessoas praticantes da caminhada, ciclismo e outras atividades desportivas e recreativas, como andar de patins e brincar com carrinhos de controle remoto [Fig. 79 e 80]. Simultaneamente a todo esse desempenho do lazer ativo, há também o atrativo pela atividade contemplativa particular que se enquadra nesse contexto. A paisagem, ainda em estado mais natural, oferta a proximidade com a natureza em menor presença em outros trechos da avenida.

Ah, uma impressão boa... o pessoal que busca saúde, que gosta do que é bonito, né... praticando exercícios... eu acho que isso aí faz bem... então... [EF-41]

Ah, falaria que é um lugar bom pra pessoa vir descontrair a cabeça... vir caminhar, fazer um exercício físico... vai conhecer muitas pessoas bacanas, pessoas civilizadas... é um lugar seguro, que você pode vir tranquilo aqui... [EF-40]

Figura 79 e 80 |

Lazer e recreação no entardecer na avenida – esporte e roda de tereré com a paisagem natural. [ARCA nº 10, 2003: 54] [VMD, 2007]



79



80

A impressão que as pessoas que freqüentam a AP transmitem também é um fator de segurança para a rede de usuários, pois expressa uma civilidade respeitosa entre todos. Nesse sentido, o apelo social também é bastante forte, pois a maioria das pessoas presentes reúne-se em grupos de tamanho variados que usufruem desse espaço. *“Algumas pessoas caminhavam pela ciclovia central, outras sentavam-se nas calçadas do Parque, [...] Vejo casais por aqui, alguns com filhos, outros sem”* [DC-05]. Famílias trazem crianças para correr livremente nos estacionamentos do Parque das Nações Indígenas, raramente utilizados; em duplas, amigas caminham na ciclovia; turmas de garotos posicionam seus carros ao longo do meio fio de poder a oferecer acomodação para a roda de tereré; outros grupos sentam-se nas cadeiras oferecidas pelos vendedores de água de coco; casais acomodam-se nos poucos bancos nas calçadas; ou ainda aqueles que pedalam suas bicicletas solitariamente, dente outras várias cenas que podem ser flagradas.

Ah, tem, tem... tem o Parque das Nações, tem o Shopping... tem questão da amizade, sabe... eu já frequentei... hoje, assim, nem tanto, mas frequentei bastante com meus amigos... [EF-22]

Porém, essa conotação de lazer é o que está impregnada de uma faceta mais depreciativa que está relacionada com outro tipo de apropriação do espaço da avenida neste ponto. Ao contrário dos fins de tarde nos dias da semana e das manhãs do fim de semana, que podem ser aproveitadas com o benefício da natureza próxima e das atividades recreativas para a descontração, nos finais de semana, na caída da noite, os Altos se transformam em local de encontro da juventude campo-grandense.

Ao entardecer, os jovens vão chegando em seus carros e numerosas motocicletas, estacionado-os de modo a aguardar o desfile de pessoas e automóveis que se instala no local. Nesse momento, a atividade esportiva quase não acontece na avenida, sendo totalmente transferida para o interior do Parque das Nações, pela impossibilidade de se empenhar exercícios em meio ao grande adensamento que se forma e que dificulta a circulação daqueles que querem usufruir da caminhada, corrida ou ciclismo. Sempre em grupos, os jovens que se instalam na avenida, ligam seus sons automotivos e organizam as rodas de tererés nas proximidades de seus automóveis ou ficam circulando numa versão mais moderna do 'footing' com fins de paquera [Fig. 81 e 82]. O ronco dos motores e as músicas disputam quem tem o volume maior, tornando a atmosfera barulhenta e destoante da calma de outros momentos na AP.

[...] antes eu vinha aqui na noite... sabe?... no final de semana, que não era tanto como agora, mas já tinha violência... então eu tenho essa lembrança que eu não gosto muito... não gosto, não gosto muito... que era só um tempo perdido... [EF-38]

Figura 81 e 82 |

Os jovens chegam à avenida nas noites de fim de semana e muitas vezes os encontros resultam em ações violentas. [VMD, 2007]



81



82

Nesse caso, a conotação do lugar é transformada – tanto os jovens apropriaram-se da avenida como expressão da sua imagem, calcada na liberdade, quanto a avenida, com seu espaço amplo e privilegiado pela natureza, propiciou que os jovens a interpretassem assim – através da mútua construção da identidade. Essa concentração de jovens, quase sempre é regada com bebidas e marcada pela exibição em alta velocidade dos automóveis, transporta o valor altruísta do local para um valor degenerativo. É nisso que se concentra a problemática dessa apropriação na avenida e que se torna responsável pelas memórias negativas relacionadas aos Altos da Afonso Pena.⁴⁵

Ah, tem lembrança no caso de coisa ruim, né... de um acidente que eu tive aqui na avenida, mas lá na frente já, lá no final lá... bati numa moto... é, não foi muito grave... mais dano na moto... [EF-13]

Existe... não, é até uma coisa bem negativa... eu perdi um primo aqui em acidente devido à alta velocidade, entendeu, né?... exatamente, nos rachas da vida... eu acho que aqui ainda, nesse aspecto, a população precisa de uma conscientização melhor... [EF-41]

⁴⁵ Cf: MIRANDA, 2007.

Essa conturbação tem sido, nos últimos anos, amenizada pelas ações do governo voltadas para uma maior presença de policiamento. A circulação da polícia montada e a própria instalação da sede da CIGCOE [Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais] no ponto da avenida na rotatória do Parque dos Poderes, oferecem a sensação de maior segurança, mas ainda não anulam as ações negativas nos períodos noturnos e do fim-de-semana.⁴⁶

Hoje, infelizmente, além da movimentação noturna dos jovens nos fins-de-semana, tem sido freqüente a ocorrência de assaltos e crimes mais graves não somente nesse período, como também a violência tem chegado a atingir a segurança daqueles que a freqüentam em momentos mais tranquilos, como no entardecer durante a semana.⁴⁷

... [segurança] de dia, pode até ser que sim, mas à noite, não... principalmente lá no Alto da Afonso Pena, né... ta tendo muito tiroteio, morte, essas coisas... [EF-18]

O nome 'Altos', a princípio, está ligado à maior altura de nível topográfico desse setor em relação aos demais. Mas, segundo pudemos verificar, essa nomeação advém também de outros fatores, pois para outros trechos da avenida que por serem também elevados caberia semelhantemente a identificação pelo qualitativo de altos, mas não o são. A explicação advém da restrição dessa área, em se tratando da especulação imobiliária, para pessoas de maior renda financeira. A sua ocupação tardia, por ter sido o último prolongamento efetuado em relação ao trecho original do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças [1909], além da presença dos grandes parques na área, faz com que tenha pouco adensamento.

⁴⁶ Cf.: PM reforça segurança nos altos da Afonso Pena. 2007.

⁴⁷ Cf.: ARRUDA, 2007.

Figura 83 |

A topografia mais elevada da avenida neste ponto é um dos fatores de sua nomeação como Altos.

[GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 08]



83

Quando esse prolongamento da avenida foi efetivado, a proximidade com os edifícios-sede do Governo Estadual e da beleza nativa e, ao mesmo tempo, a distância do Centro, foram condicionantes que incentivaram a especulação imobiliária que favorecia e dava garantias aos ricos proprietários de que a área se mantivesse restrita e estagnada por algum tempo. A partir das conclusões de Michelson [1970] a respeito da relação do homem e seu entorno urbano, BAILLY [1979: 98] afirma que *“as pessoas que não estão integradas em um grupo étnico ou que têm um estilo de vida ‘cosmopolita’ preferem estar separadas fisicamente de seus vizinhos e insistem pouco na proximidade dos serviços”*⁴⁸. O acesso da população à área nunca foi impedido, mas a ausência das edificações e dos equipamentos urbanos instalados tempos depois permitiu que os ‘Altos’ ficassem marcados como uma área nobre, o que ainda hoje é notável pelo status que se dá a quem circula nessa área, mesmo que isso não seja uma determinação oficial, porém legitimada pela população. Assim, a noção do alto também advém da sua ligação com o poderio de um grupo sobre o outro e sobre o espaço que toma como lhe sendo próprio.

daí ela [AP] chega até a parte mais nobre, vamos dizer assim, da cidade... a parte mais alta que é o Shopping aqui e acaba numa referência de parque e até de... como que fala?...porque, assim, lá no... é uma referência cultural eu acho assim... na minha opinião do Parque das Nações Indígenas, né... [EP-03]

⁴⁸ Tradução livre da autora.

Os limites bom?... não... o limite bom é do Shopping até o final do Parque Indígena... aí é o limite melhor que tem... o resto não é bom... [EF-27]

O Parque das Nações Indígenas ocasionou uma interferência nesse contexto. Desde que foi implantado, populações oriundas de bairros mais periféricos passaram a ser incentivadas a freqüentar e usufruir dos Altos, por meio de projetos do Governo relativos à promoção do convívio social e cultural [Fig.84].⁴⁹

o Parque das Nações Indígenas é um ponto muito importante pra cidade... começou a partir desse grande projeto... começou a se dar valor... é... a comunidade voltando... é... voltando opções pra comunidade usufruir disso... [EP-23]

Figura 84 |

Os encontros e feiras são formas de incentivo ao convívio de diferentes usuários no setor da AP.

[GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 07]



84

DAMATTA [1994] acredita que tomar um objeto como 'alto', além de fazer parte do processo de simbolização, da elevação de algo ordinário a algo significativo, permite que esse mesmo objeto passe a ser acessível a todos, do ponto de vista simbólico. Diz o autor que

Nossa metáfora de poder é, então, feita na ligação do alto com o baixo, como se a elevação ou o uso do objeto do alto no contexto social pudesse provocar a união de todos e, conseqüentemente, o fim das

⁴⁹ Cf.: CORTEZ, 2008.

diferenças entre os diversos domínios que compõem a nossa experiência social. [DAMATTA, 1994: 101]

Porém, esse compartilhamento aparente de um símbolo, como o espaço muitas vezes faz passar despercebidos os conflitos que existem entre os grupos que, de uma maneira ou de outra, se sentem e têm o direito de estar no mesmo. GHIRARDO [2002: 46, grifo da autora] defende que o espaço público “[...] *celebrado de maneira otimista como aberto a todos, muitas vezes mascara, na verdade, uma série de práticas exclusivistas, em geral baseadas em raça, sexo ou classe, que limitam a definição de ‘público’ de modo significativo*”. No caso da AP, os ‘Altos’ são um lugar que atrai diversos usuários interessados na prática do lazer e do contato com a natureza, mas que ainda é tido como um local direcionado a um certo tipo de elite, demonstrando que “*o status e o pertencimento a um grupo têm sua tradução espacial*”⁵⁰ [BAILLY, 1979: 116]. Na porção mais próxima ao limite leste da avenida [rotatória do Parque dos Poderes], recentemente vêm surgindo condomínios residenciais assobradados, de classe com maior poder aquisitivo, que surgem como um meio de frisar essa premissa do lugar [Fig. 85 e 86].

Figura 85 e 86 |

Os condomínios residenciais fechados, alguns deles com acessos exclusivos a partir da AP, confirmam a área como território da classe de maior renda.

[VMD, 2007]



85



86

HERTZBERGER [2006: 49] explica que “*quanto melhores as condições econômicas das pessoas, menos elas necessitam dos vizinhos, e tendem a fazer menos coisas juntos*”. Os Altos são um local fortemente utilizado pela população campo-grandense, em geral,

⁵⁰ Tradução livre da autora.

mas há imbuída uma distinção sócio-econômica entre os tipos que ali freqüentam: nos fins de tarde, durante a semana e as manhãs do fim de semana, freqüentam aqueles mais ricos, desde famílias grupos de jovens mais amenos; nas tardes e noites de fim de semana, freqüentam aqueles de origem mais pobre, principalmente jovens de condutas violentas. Apesar desse rodizio entre tipos de usuário e tipos de apropriação, BAILLY [1979: 119] reconhece que *“a sobreposição de vários grupos em um único espaço gera conflitos”*⁵¹, e no caso da AP, mesmo que em horários separados, a pouca mistura entre eles já reflete o conflito de classes em um mesmo espaço.

A ostentação do consumo, representada pelo Shopping, a exacerbação da beleza local, representada pelos Parques, e o direcionamento velado aos que tem maiores posses, representadas pelos serviços, moradias e comércios mais refinados que vêm se instalando, podem ser inconscientemente interpretados por aqueles que não se consideram inseridos nesses universos como um afronta ao seu direito de usufruto desse espaço da cidade.

CALIXTO [2004: 185] afirma que *“a construção simbólica de distinções sociais ou status desencadeia um processo de elaboração de distanciamento, [re]criando mecanismos para a [re]afirmação de diferenças e desigualdades socioespaciais”*. Desse modo, a violência que é associada a essa área da AP, reflete não só um problema vivenciado por outras cidades, mas também um mecanismo de expressão e retaliação por aqueles que não se sentem integralmente parte de um espaço e do grupo que o domina, se afirmando de maneira agressiva ou contrária às regras compartilhadas⁵². FISCHER [1994: 87] complementa explicando que se um indivíduo ou grupo *“[...] não encontra forma de expressão satisfatória, vai de qualquer modo aplicar-se num objecto que permita realizar essa investida, mas de um modo conflitual, que dará à apropriação os traços de uma provocação e de uma transgressão”*.

O conjunto urbano dos Altos da Afonso Pena, desde o viaduto da Av. Ceará, passando pelo Shopping, Parques e chegando na extremidade da rotatória do Parque dos Poderes, representa-se pelo grande espaço destinado ao divertimento, bastante valorizado como um ambiente de contato com a natureza e do fortalecimento das relações sociais. De alcance mais extenso, os usuários provêm das partes vizinhas e também mais distantes da cidade e usufruem dessas condições como determinantes na sua afetividade e identidade com o lugar, que prevalece sobre a violência urbana como uma reafirmação da área em seu sentido coletivo.

⁵¹ Tradução livre da autora.

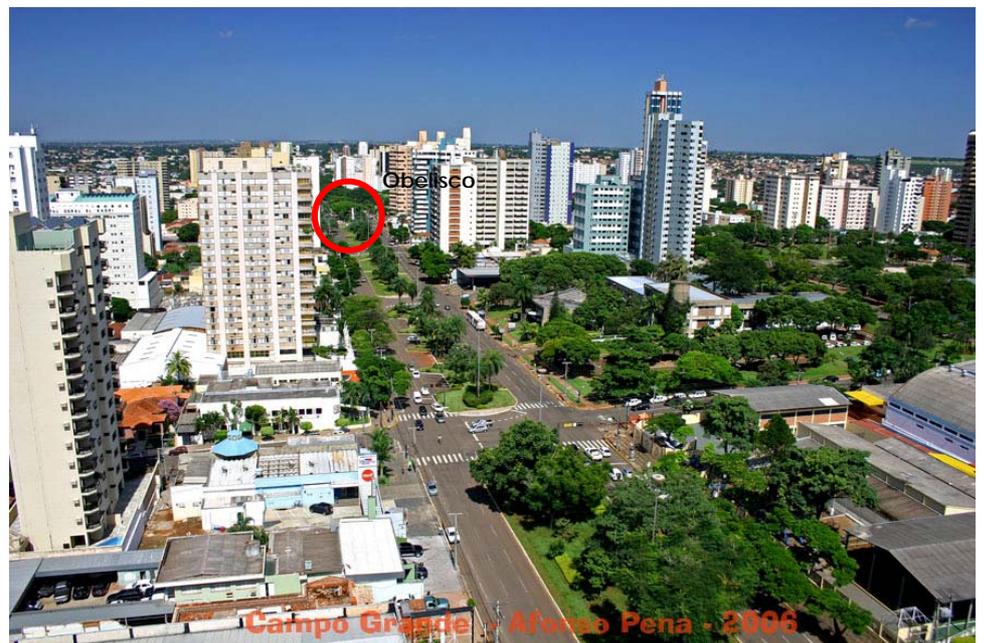
⁵² Cf.: VIEIRA, 2007.

IV.2.1.2. Setor [B]

Jardim dos Estados: dissonância, da badalação e do rarefeito

Chegando ao trecho da Afonso Pena situado entre o viaduto da Av. Ceará até o marco do Obelisco, a avenida em questão torna-se um lugar menos preeminente tanto pela falta de marcos e equipamento urbanos, quanto também pela mínima movimentação de pessoas na área [Fig. 87].

Figura 87 |
Afonso Pena na visão aérea
no setor do Jardim dos
Estados.
[GOOGLE EARTH, em
22 | 01 | 08]



87

Até a inauguração do Obelisco, que marcava o término da avenida e da cidade, essa área era ocupada por fazendas. Aos poucos, com o crescimento e expansão urbana, as mesmas foram sendo transformadas em loteamentos habitacionais que ocuparam o lugar das terras produtivas. É dessa maneira, que já na década de 70, surgem importantes bairros residenciais, como o Jardim dos Estados, caracterizado pelas ruas nomeadas pelos estados brasileiros, dentre elas, a Av. Ceará.

O bairro, antes majoritariamente ocupado por residências de média e alta renda [Fig. 88 e 89], vem se tornando uma região de comércio especializado e muitas prestadoras de serviços, como clínicas médicas e consultórios [Fig. 90 e 91]. Hoje, esta área mista, quase não apresenta fluxo de pedestres, mesmo no período comercial, o que já não se pode dizer em relação ao fluxo de automóveis, intenso durante todo esse horário.

Eu vejo pouca gente andando a pé, né... eu vejo só movimento de carro... acho que o pessoal não gosta de andar muito a pé aqui não... [EF-30]

Pra falar a verdade, o movimento de pessoas tem pouco pra cá, é mais de carro, né... o movimento de pessoas tem muito pouco... é difícil você encontrar gente andando na rua... [EF-31]

Figura 88 e 89 |

As residências na Afonso Pena que compõe o Bairro Jardim dos Estados.
[VMD, 2007]



88



89

Figura 90 e 91 |

O bairro residencial vem se transformando, aos poucos, em local de comércio e prestadoras de serviços.
[VMD, 2007]



90



91

Os usuários encontrados aqui pouco permanecem nas imediações da Afonso Pena, pois estão geralmente de passagem pelo setor, indo ou vindo do trabalho. Apesar da influência residencial do Jardim dos Estados, são poucos os moradores que transitam à pé por este local. As pessoas encontradas são aquelas que exercem algum tipo de função ou prestação de serviço na redondeza, como as empregadas domésticas.

Porém, há uma drástica mudança nesse contexto em função da alta densidade de estabelecimentos do ramo de alimentação e lazer, como restaurantes e bares. *“Em frente aos bares mais notáveis, sinais do movimento noturno da véspera: papéis ao chão, lixo deixado por ali, copos vazios caídos... [...]”* [DC-03]. Quando chega o fim do dia, especialmente, suas varandas voltadas para a avenida e, em muitas ocasiões, as calçadas fronteiriças utilizadas como tal, tornam-se um ambiente altamente apropriado por pessoas de uma faixa etária entre jovens e adultos que se deslocam a esse local

exclusivamente com o objetivo dos encontros sociais⁵³. Ao longo de poucos metros de distância, é possível encontrar toda um rede de freqüentadores, que passando de um bar para outro, seja circulando pelas calçadas, seja pela locomoção nos automóveis, tornam a avenida a passarela para a badalação⁵⁴ noturna [Fig. 92, 93 e 94]. Essa, inclusive, foi uma das únicas referências feitas com este trecho da avenida, "[...] *que aqui todo mundo comenta, né... entre aspas... o 'point' dos jovens...*" [EF-19].

Muito lentamente, no reduto dos barzinhos, as mesinhas vão sendo colocadas na beirada das calçadas, mas sem pressa de que alguém chegue por ali agora. [...] até que noto o sol ir baixando, a luminosidade diminuindo e o número de carros ir aumentando. Ai sim, uma ou outra pessoa começa a dar às caras na Avenida. [DC-06]

Figura 92, 93 e 94 |

Alguns dos vários bares que, ao cair da noite, transformam a paisagem da AP em oposição ao esvaziamento diurno. [VMD, 2007]



92



93



94

Dessa forma, há instaurada uma fragmentação no ciclo de movimentação dessa área da avenida, marcada mais pela passagem do que pela permanência. Ou se passa na avenida em trânsito à outro destino ou se circula por ela no ritmo da badalação noturna.

⁵³ Cf.: BITENCOURT, 2006.

⁵⁴ Utilizaremos o termo 'badalação' segundo a definição do verbo 'badalar' na acepção de "comparecer a reuniões sociais, a festas, etc., de maneira mais ou menos ostentatória; exibir-se; mostrar-se; badalar-se" [Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986: 217].

Assim, ou há um extremo vazio de pessoas na AP, pois elas mais passam do que ficam, ou há uma clara concentração de pessoas pela atração dos bares. Nota-se, portanto, um processo de adensamento e rarefação em relação aos usuários dessa área. Os trechos abaixo ilustram esse contraste observado.

*Passo, direto... não, não é quase todo dia, não... **mais de vez em quando...** né, a gente precisa fazer alguma coisa e tá **passando aqui... quando tem exame médico, sobre trabalho...** né, essas coisas... procurando serviço... esse tipo de coisa... [EF-17]*

*Não, não.. **não venho, é difícil...** olha, **eu passo pra ir em algum barzinho, no Shopping e só...** [EF-18]*

Visivelmente tratados paisagisticamente com espécies de apelo estético notável, “os canteiros centrais não possuem árvores de grande porte, são mais presentes as flores e arbustos de espécies atrativas [...]” [DC-03] e se tornam um reflexo dessa área que mantém na efemeridade dos eventos noturnos o grande artifício de ligação com a classe mais alta que atrai [Fig. 95 e 96].

*[...] ah, eu diria que é bonito, que é limpo... **o canteiro central é bem cuidado... tem aquelas palmeiras...** eu falo que é bonito, que eu acho uma avenida bonita... [EF-30]*

*Eu **gosto dos canteiros** que tem... eu **acho bonitinho...** [EF-31]*

Figura 95 e 96 |

Detalhes do tratamento paisagístico dos canteiros centrais mais ornamentados. [GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 08]



95



96

A questão da segurança neste ponto emerge, principalmente, pelo alto tráfego de carros na avenida [Fig. 97]. O trânsito intenso da avenida contribui para que os já poucos usuários, evitem permanecer em sua área. Nos horários de pico, como no início ou término das atividades comerciais, os automóveis passam em alta velocidade, tornando-se um grande perigo aos usuários.

[...] pra atravessar a rua é um sacrifício pra atravessar a rua... muitas vezes você ta apurado, você chega ali, você não tem condições de atravessar a rua... você tem que esperar boa vontade dos carros... então que pra mim, que eu trabalho... é difícil... [EF-16]

Figura 97 |

O alto tráfego na área é constante referência nos depoimentos dos usuários, que se sentem inseguros em relação a esse fato. Aqui vemos a AP em cruzamento com a R. 25 de Dezembro. [VMD, 2007]



97

Grande parte da falta de afeição por esse setor da AP se expressa pelo menor contato com o espaço da rua, tanto no sentido da permanência por parte daqueles usuários que somente nela transitam, como também pelo aspecto negativo da insegurança transmitida pelos automóveis, inibindo-se, assim, a criação de experiências sensoriais e sensitivas que configuram o afeto com o espaço enquanto lugar. A paisagem da avenida torna-se inóspita justamente pela falta desse vínculo; há inclusive um isolamento embutido em seu próprio espaço, que se torna, muitas vezes, desconhecido.

*... é porque tem duas avenidas, né... uma do lado de lá e outra de cá...
então vem gente de vários lugar que passa por aqui por essa rua aqui...
[EF-15]*

Quanto essa impressão que este setor transmite ao usuário, pode-se constatar que, tanto na ligação pessoal do entrevistado como para a cidade, uma quantidade expressiva não estabeleceu uma associação mais intensa com a Afonso Pena, muitas vezes sem ter respostas ao que mais gostava ou não nesta parte da avenida.

*Menos gosto é o trânsito, é muito complicado... agora o que mais gosto...
nem tem, né... na verdade... [EF-19]*

Segundo CASTELLS [1985: 266, grifo do autor], *"só existe imagem quando ligada a uma prática social. Não só porque ela é produzida socialmente, mas porque não pode existir ['tremular'...] a não ser dentro das relações sociais, da mesma forma que, definitivamente, não existe linguagem sem palavra"*. Diante dessa negativa ou ausência de depoimentos dos entrevistados, acredita-se que, se não conseguiram vincular significado algum ao espaço da avenida, é muito provável que não haja também, para a comunidade local, um vínculo simbólico relevante, tanto na dimensão pessoal [memória particular] quanto na dimensão urbana [memória coletiva].

A própria falta de um nome expressivo para esse setor da avenida é uma forma de demonstrar esse desapego com a área. Muitos foram os que não lhe atribuíram uma nomeação característica, como acontece nas outras áreas da avenida; os raríssimos usuários que o faziam, utilizavam o Bairro Jardim dos Estados, que é cortado pela AP, como referência espacial, mas sem algum valor subjetivo relevante.

Dessa forma, *"o lugar só é verdadeiramente lugar quando carregado de sentido"* [NORBERG-SCHULZ *apud* FRÓIS, 2002: 44]. Os modos de uso cotidianos, as condições

banais ou os acontecimentos inesperados, tanto enquanto constituição formal e material do espaço, como enquanto atmosfera sensível que preenche dado ambiente, só ganham significação a partir do momento que “[...] o ser humano identifica-se com o lugar vivido como materialidade impregnada de valores [...]” [LE BOURLEGAT, 2000: 18]. Para aqueles que freqüentam a avenida durante a badalação noturna, a avenida se torna um local preenchido, de movimento, de relações e afetos.

Ah, é o local que tem bastante movimento... que é um povo legal que frequenta... é... aqui você acha opções pra sair... onde você quiser sentar, vários tipos de música... assim... [EF-29]

Entretanto, para aqueles que somente deslocam-se em seu espaço pela necessidade do alcance a outras áreas e pontos da cidade, a avenida não instiga uma relação afetiva mais profunda.

Ah, eu não gosto dessa parte aqui não... gosto mais lá pra cima... é porque aqui não tem tanta coisa... não tem tanta gente interessante... perto do Shopping, tem mais conhecido... [EF-32]

Vemos, então, como é essencial a influência das relações sociais no papel que é atribuído ao espaço. No caso da Afonso Pena, em seu trecho contido no Jardim dos Estados, a falta de características físicas mais convidativas ao usuário e a escassa diversidade de atividades em seu contexto são os grandes agentes que atuam sobre as baixas expectativas e representações dos usuários. Podemos dizer que há uma ruptura simbólica neste setor da AP, conferida pela rarefação das pessoas em seu espaço e incentivada pela ameaça do trânsito de automóveis. A perda formal do seu conjunto se dá não somente no plano espacial, onde há a falta de contato até das suas duas calçadas marginais, bem como no plano afetivo, de modo que a AP perde forças como referencial de espaço significativo na cidade.

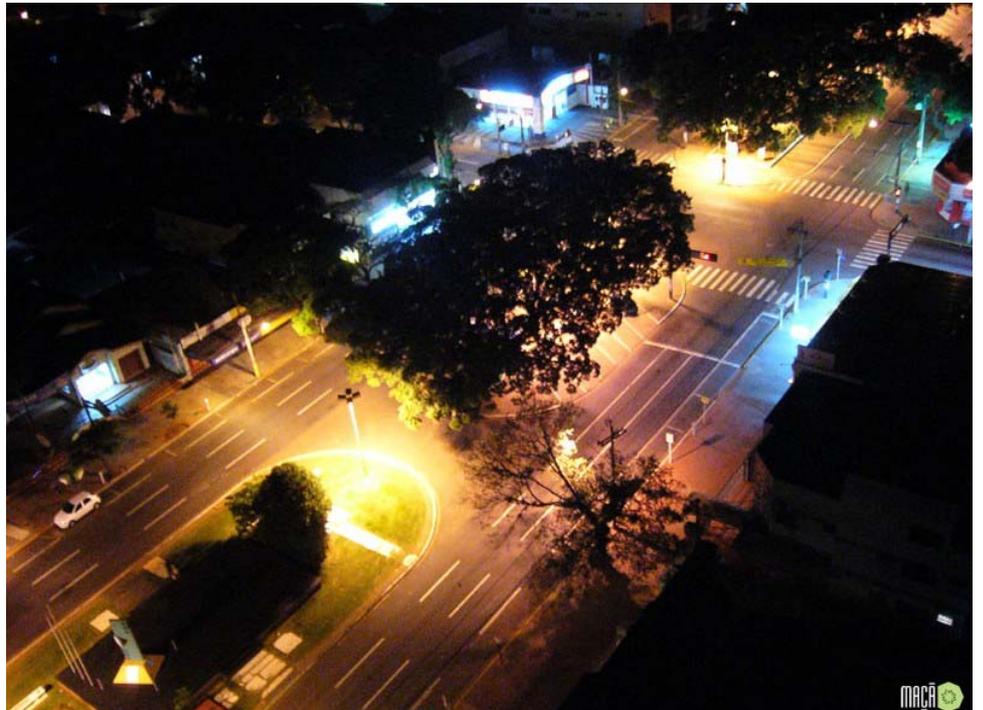
IV.2.1.3. Setor [C]

Centro: encontro, do movimento e da diversidade

A área da Avenida Afonso Pena situada entre o Obelisco e a Av. Ernesto Geisel pode ser considerada seu trecho original, nascido a partir do Plano de Alinhamento de Ruas e Praças. Também por esse motivo, já que a avenida foi crescendo e sendo prolongada a partir dele, é que a área resultou hoje na sua porção mais central, não somente em relação ao próprio espaço da avenida, mas à cidade de Campo Grande como um todo [Fig. 98]. A sua denominação enquanto Centro está ligada não somente à esse fator espacial, mas também aos atrativos que nele se instalam, como veremos a seguir.

Figura 98

Vista aérea parcial da Afonso pena no setor do Centro. [GOOGLE EARTH, em 22 | 01 | 07]



98

A inversão econômica que houve com a chegada do trem à cidade, transformando a R. 14 de Julho em pólo comercial e de ligação com a Estação Ferroviária, irradiou para suas imediações o benefício da atratividade. Estando a Afonso Pena nesse contexto, por ser a grande avenida a cruzar com a rua principal, foi natural que o comércio e serviços locais fossem também utilizando sua localização privilegiada como fator de qualidade na escolha da abertura dos estabelecimentos.

A Rua 14 de Julho, em eixo transversal à avenida, marca a etapa na história desta, que se tornou mais visada pelas alterações urbanas implicadas pelo advento do trem na cidade. A intersecção da AP com esta rua traduz grande parte das associações feitas com o trecho central – movimento de pessoas, alto trânsito de veículos, intenso comércio, pausa na Praça – um ponto nodal, “[...] o foco e a síntese de um bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são símbolo”, como explica LYNCH [2005: 53] [Fig. 99]. O relógio de outrora, já ausente, salienta esse ponto pela conotação de progresso, e transpõem essa simbolização da avenida, hoje, para sua nova localização, no cruzamento com Av. Calógeras, que também agrega essas qualidades.

[...] aquele Relógio, né.. que também tinha um Relógio no meio da 14... tiraram, né... aí colocaram mais pra cá... mas isso daí é a ‘cara’... [EF-06]

Figura 99 |

A Afonso Pena em seu cruzamento com a R. 14 de Julho. Ao fundo, Praça Ari Coelho.
[VMD, 2006]



99

Apesar da ocupação por vagas de estacionamento em formato espinha de peixe [45°], a relação de proximidade e interatividade estabelecida com os canteiros centrais, neste trecho da avenida, só é verificada também nos Altos da AP [Fig. 100 e 101]. Além do acesso visual, a proximidade física com os canteiros e a participação social que nele se dá, propicia aos usuários o reconhecimento e a valoração efetiva desse elemento como símbolo incondicional da AP. Um bom exemplo é o caso da Pedra.

Figura 100|

O canteiro central da AP, no setor central, serve também ao convívio de seus usuários. [VMD, 2007]



100

Figura 101|

O famoso canteiro central da AP, conhecido como Pedra, onde há grande interação e convívio masculino através da negociação de vendas de automóveis. [VMD, 2007]



101

Sobre a questão da mobilidade urbana, o Centro da AP é responsável por grande parte da imagem de fluxo na cidade. A alta densidade de deslocamentos que acontecem e passam em seu espaço estão intimamente ligados à associação do movimento peculiar a esse trecho. O movimento constante e intenso dos veículos concorre e disputa o espaço da avenida com as pessoas que por ali transitam [Fig. 102].

Figura 102 |
Adensamento do tráfego de
carros na porção central da
AP.
[VMD, 2007]



102

HERTZBERGER [2006: 48] afirma que *"há um sentimento crescente de que o mundo para além da nossa porta é um mundo hostil, de vandalismo e agressão, onde nos sentimos ameaçadas, nunca em casa"*. Em grande parte isso pode ser atribuído ao alto tráfego de automóveis e a prioridade que vêm recebendo, colaborando para essa impressão negativa e conseqüente desvalorização do conceito de rua como lócus do contato social. Esse sentimento de afronta provocado pelo trânsito demonstra *"[...] a negação do espaço do pedestre, instaurando-se, a partir daí, o espaço do carro [...]"* [SANTOS, 1998: 66].

IV.2.1.4. Setor [D]

Bairro Amambaí: nostalgia, do bucólico e do esquecido

O trecho da avenida situado entre o Córrego Segredo e a Praça Newton Cavalcanti está intimamente ligado com a criação do bairro que lhe dá o nome. O Amambaí, como já visto no Capítulo I, foi implantado para atender a necessidade dos militares que se instalavam numa zona afastada da cidade e tinham na Afonso Pena o único meio de ligação com o centro, constituindo o primeiro e mais antigo prolongamento da avenida efetuado. “... Bairro Amambaí... aqui foi o primeiro bairro de Campo Grande...” [EF-23], então, acabou sendo planejado e projetado na década de 20, surgindo como uma conexão entre esses dois pontos e abrigo às moradias dos oficiais e operários que trabalhavam nas obras dos quartéis.

[...] um traçado barroco, de formato sinuoso e irregular tendo como princípios reguladores a pré-existência das estradas boiadeiras [...] e a topografia da área que [...] tinha um desnível de 30,00m, contatos de sua parte mais alta [...] Além desses elementos físicos, os limites impostos pela ferrovia, pelos muros dos quartéis e pela interligação da Avenida Afonso Pena com o bairro, de certa forma, também contribuíram para o lançamento do traçado viário implantado. [ARRUDA, 2001: 19-20]

Seu traçado sinuoso em contraste à ortogonalidade da malha rígida nas outras partes da cidade teve sua inspiração no modelo urbanístico de cidade-jardim, que propunha um retorno à vida pacata e bucólica do campo através de uma conciliação mais equilibrada entre homem e natureza. Essas premissas perpetuaram-se através do desenho urbano, mesmo que hoje a natureza e a presença vegetativa sejam menos preeminentes como seriam nos verdadeiros moldes da cidade-jardim. “Bom, eu gosto, é, um bairro bem arborizado, ruas largas... é residencial...” [EF-02]. Entretanto, essa origem como um bairro residencial preserva algumas relações mais sensíveis, permitindo que os usuários dessa área estabeleçam uma atmosfera bem diferenciada de outras partes da avenida.

... aqui é sossegado [...] [EF-23]

e a outra parte que seria a parte mais... seria o bairro, assim, né... mais pacata dela né... [EP-03]

[...] mais de trinta anos que eu moro aqui... eu gosto da maioria das partes, né... que tem uns lugar que você não se sente seguro... e aqui é uma região onde eu falo que você se sente seguro também... [EF-01]

A afeição pelo lugar não é explicitamente ligada ao espaço da avenida, mas às relações sociais que se consolidaram em muito por ser esse local um trecho mais antigo da cidade, onde a origem residencial foi resguardada [Fig. 103, 104 e 105].

Figura 103 |

Exemplar das originais residências militares é raro, mas perpetua-se na paisagem do Bairro Amambai. [VMD, 2007]

Figura 104 e 105 |

O Bairro ainda é residencial, abrigando moradias de classe média e baixa. Observa-se a falta de manutenção das edificações e calçadas, que refletem o descaso pela área. [VMD, 2007]



103



104

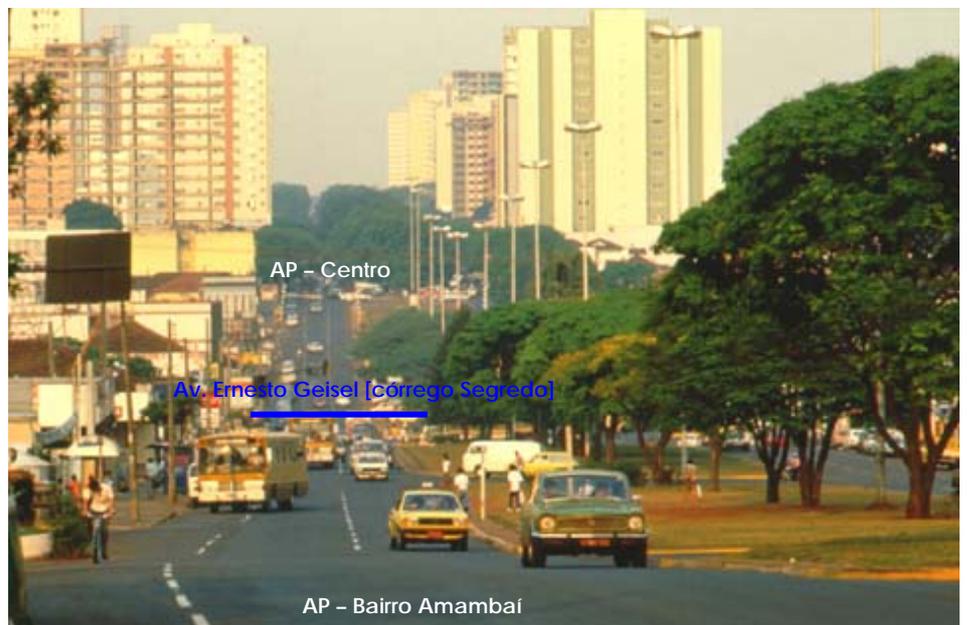


105

Pela descrição de ARRUDA [2001], citada no início deste item, é possível entender que o Bairro Amambaí também é um ponto elevado, pelo seu nível topográfico, no conjunto da avenida [Fig. 106]. Mas, ao contrário do seu extremo, os Altos, esse setor não é apreendido de qualquer valor relacionado à sua posição elevada, seja física ou social. Um fator explicativo para isso é que, pela força do traçado urbano do bairro, a Afonso Pena apresenta uma curva que, sutilmente quebra sua retidão e, por consequência, minimiza a perspectividade de sua forma e topografia sinuosa, anulando a percepção da maior altura do trecho [Fig. 107]. Por outro lado, sua origem ligada a um espaço destinado à moradia de trabalhadores e militares, prejudicado pelas más influências do entorno, como veremos, adiante, também não estabelece qualquer conexão com o poder ou status social, traduzido como 'alto', como assim é feito nos Altos da AP.

Figura 106 |

A Afonso Pena, na altura do Bairro Amambaí, também é elevada, mas não considerada 'alta' por fatores sociais negativos. [GOOGLEEARTH, em 22 | 01 | 08]



106

Figura 107 |

A curta curva da AP também contribui para a diminuição da percepção de sua perspectiva elevada. [VMD, 2007]



107

"Estamos na Afonso Pena, no bairro Amambaí, perto à Igreja Perpétuo Socorro" [EF-02]. A Igreja Perpétuo Socorro [Fig. 108], nesse sentido, sintetiza e torna-se referência da tranquilidade e das relações mais íntimas conferidas pela conotação de um bairro residencial. "[...] ah, acho que o que mais vê é a Igreja Perpétuo Socorro, né..." [EF-22]. Uma vendedora ambulante, que todo dia tem a Igreja como seu destino e campo de trabalho, relata essa construção social e afeição mais interiorana que o prédio religioso confere à avenida:

[...] porque aqui, é, aqui... a maioria da minha clientela fica pra esses lados aqui... então eu já venho aqui e ando vendendo... [...] as pessoas que passa aqui é tudo já conhecida minha, então... de passar todo dia, o pessoal já conhece... [...] a única parte que ela [AP] faz da minha vida é a Perpétuo Socorro... porque desde que nós mudou pra cá, ela foi o único lugar que a gente começou a participar, dentro da... no meio da Afonso Pena mesmo... [EF-01, grifo nosso]

Figura 108 |

Igreja Perpétuo Socorro, no Bairro Amambaí. [VMD, 2007]



108

A Igreja transforma-se num 'centro' para aqueles que vivenciam a AP na área do Bairro Amambaí, configurando-se um pólo atrativo pela sua qualidade simbólica de congregação. A presença dos poucos pedestres circulando por aqui só é quebrada por um dos únicos momentos em que a avenida se torna mais movimentada e forma-se uma

concentração de pessoas definida pelos horários das missas que são oferecidas. Fora disso, o Bairro Amambaí, no espaço da avenida Afonso Pena, é bastante vazio.

[...] me surpreendi com o grande movimento que estava perto da Igreja Perpétuo Socorro [...] Uma grande concentração de pessoas próximas ali na parte de fora da Igreja [...] Mas observo que esse adensamento se restringe à frequência das missas; quando se acabam todas, as pessoas vão indo, os vendedores dispersam e tudo fica vazio novamente. [DC-01]

A pouca movimentação de pessoas ao longo desse trecho da avenida, com exceção das proximidades com a Av. Ernesto Geisel, tem seu contraponto no forte movimento de carros que se direcionam a uma das saídas da cidade, com o encontro da AP nas imediações da Av. Duque de Caxias.

A ocupação da avenida se intensificou a partir de outros empreendimentos que foram implantados para além de sua extensão, como o Aeroporto Internacional de Campo Grande, por exemplo, em meados da década de 60. Esse fato atraiu grande parte dos hotéis da cidade, que foram se instalando nas proximidades da Praça Newton Cavalcanti, conformando uma zona hoteleira quase que exclusivamente, de modo a receber prontamente os turistas chegados à cidade. Por esse motivo, é notável também a presença de pontos de táxis, dispostos a oferecer atendimento àqueles que desconhecem a cidade e precisam se deslocar para outros pontos de Campo Grande [Fig. 109 e 110].

Figura 109 e 110|

A área hoteleira se torna um atrativo para os taxistas, inclusive no canteiro central, vistos nas imagens mais ao fundo.

[VMD, 2007]



109



110

Fazendo um rápido regresso na história do bairro, ARRUDA [2001] nos fornece um relato interessante e bastante elucidativo:

No início da década de 20, a ligação com o bairro se dava pela Rua 26 de Agosto [...] A Avenida Afonso Pena só foi implantada nos anos 60 e, antes disso, nos anos 40, foi aberta para a construção do acesso à Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro [...] Assim, podemos afirmar que o Bairro Amambai teve dois momentos de ocupação: [a] no primeiro momento, quando de sua implantação, [...] evidenciada pela tipologia e idade das construções e pela ligação entre a cidade central e o bairro

através da Rua 26 de Agosto; [b] no segundo momento, a região localizada ao norte, favorecida pela urbanização das residências militares oficiais e semi-oficiais, da Igreja e da Escola General Malan, nos anos 30 e 40, com a pavimentação [...] passou a ser o acesso mais importante, e com isso, aquela rua [AP] ganhou notoriedade no município. [ARRUDA, 2001: 20-21, grifo nosso]

Essa descrição de como o bairro foi 'desbravado' demonstra que a consolidação da AP nesse universo, cortando espacialmente o mesmo e o interligando com o restante da cidade favoreceu certa valorização positiva da área. Entretanto, hoje, verificamos que houve uma inversão nesse apreço, de modo que o bairro, antes bem tido, é hoje visto como um local de decadência por fatores que moldaram e sobrepuseram novos valores, agora negativos, ao seu espaço e da avenida que dele faz parte. O próprio fato de ser o bairro primeiro, bem como o tempo dos anos que recaem sobre ele, por si só parece desmerecer o lugar.

*a parte que eu menos gosto é justamente aquela parte do bairro... onde eu acho que **um local que ficou meio estacionado...** é, que vai lá da praça... é... daquela praça [Newton Cavalcanti] até o córrego [Segredo]... **a parte velha...** [EP-21]*

Apesar da áurea mais familiar e pacata deste trecho da avenida, tais depreciações têm provocado a fuga dessa memória, diagnosticada pelo esquecimento que passa a qualificar a área. A partir de diversas teorias pioneiras do século XX, ECKERT [2000: 83] afirma que é atrelado "[...] no ato do esquecimento, a presença mesmo da lembrança, da rememoração do que não esquecemos". Isso foi se confirmando para nosso estudo à medida que, em vista da 'falta de memória' transmitida por esse trecho da avenida, iam se desvelando fatores depreciativos que justificavam o seu suposto esquecimento.

Isso se deve, em grande parte, pela influência negativa que ocorre pela Rodoviária Municipal instalada nas proximidades desse setor da AP. Construído na década de 70, o terminal há muito tempo tem sido alvo de reclamações pela superação de sua infraestrutura oferecida e pela negligência com que a reivindicação por uma nova rodoviária tem sido acatada pelos governos municipais e estaduais.

Que menos me agrada é a parte da rodoviária ali... aquele pedaço ali que... é a rodoviária ali eu acho que ela não ficou muito bem localizada na cidade... [EP-03]

Dentro e no entorno do prédio há diversos bares decadentes, que atraem usuários desocupados também pela circulação de drogas ilícitas. O edifício rodoviário, assim, tornou-se sinal de risco e 'desembelezamento', tanto pela sua condição física, quanto pelos tipos e atividades que atrai. "Rodoviária, eu não gosto... ah porque ali só tem 'fita furada' ali..." [EF-35]. O prédio abandonado do antigo Albergue Noturno [Fig. 111], que se propunha oferecer um primeiro abrigo aos recém-chegados na cidade, como uma hospedaria pública, hoje se torna refúgio de usuários de drogas ou moradores de rua que se apropriam do prédio, contribuindo para essa afeição de abandono e marginalidade.⁵⁵

mas o que eu não gosto é os andarilhos, o tempo todo aí.. incomodando... alguns pedem... outros querem brigar... [EF-21]

e o que menos me agrada seria o final, próximo da rodoviária... aquela região que eu acho mais feia... [EP-15]

depois, eu acho assim, a Afonso Pena depois pra lá um pouco mais morta, tá... acho assim, mais sem vida... mais sem vida, na verdade... [...] que é um espaço que me deixa, assim, que não é muito legal... acho que é meio morto... representou a nossa Rodoviária ali por perto... [EP-10]

⁵⁵ Cf.: CORTEZ, 2008.

Figura 111|

O Albergue Noturno, abandonado há anos, também expressa o abandono, servindo de abrigo aos andarilhos da região. [VMD, 2007]



111

Essa atmosfera negativa infiltra-se de uma insegurança para quem circula por aqui e anula elementos que, fragilmente, se empenham em oferecer referências positivas neste setor da avenida, como as relações sociais típicas de um bairro residencial ou a pregnância simbólica da Igreja.

*Ah não... tem muito malandro, né... [...]... [me sinto] um pouco insegura... por que **você não sabe quem é, né...** [EF-06, grifo nosso]*

*[...] seria mais ou menos o que a gente tá comentando... **não tem algo que chama atenção... só a Rodoviária** mesmo... [EF-24]*

Os usuários dessa região são os que mais se preocupam com o descaso e desmerecimento dispensado com essa parte da Afonso Pena, especialmente. Foram vários os depoimentos que constataram que a área demanda por uma revitalização ou outro tipo de incentivo vinculado ao espaço urbano que ofereça condição de maior usufruto da avenida na região do Amambaí.

*Aqui?... acho que **uma revitalização**, né... **essa parte tá muito esquecida... uma parte meio que abandonada...** no meu ponto de vista, na minha opinião... [EF24]*

*eu diria que a parte depois da Ernesto Geisel seria uma parte que talvez esteja **menos cuidada**, né... [EP-09]*

No setor do Bairro Amambaí, no encontro da Av. Afonso Pena com a Av. Ernesto Geisel, é mais característico o adensamento de estabelecimentos comerciais, pela proximidade e influência da zona central. Há concessionárias de automóveis, restaurantes, lojas e instituições como a Casa da Indústria, sede da FIEMS, e também o edifício do SESI. O movimento, por conta dessas atividades mais ligadas ao comércio se restringe a esse ponto, em contraste ao esvaziamento na avenida que se dá no resto do bairro. Por isso é que esse cenário se torna mais uma transição - pouco relacionado ao setor D, já era interpretado como sendo uma extensão do centro, interrompida pelo córrego Segredo, mas propícia às más influências da Rodoviária.

O Bairro Amambaí não tem a Avenida Afonso Pena como um espaço de integração dos campo-grandenses entre si e com seu espaço urbano. A atenção nesse ponto é desviada para outros elementos, principalmente os negativos, que impelem a sua apropriação. A Rodoviária é a influência crítica fazendo os usuários se sentirem inseguros na área devido às incertezas da procedência e intenções dos desconhecidos que por ali transitam. A afeição positiva e bucólica pelo lugar, em especial dos moradores, se torna frágil e sombreada pelo sentimento de abandono e esquecimento, bem oposto aos tempos áureos da inauguração do bairro.

IV.3. COMENTÁRIOS

Ao término deste capítulo, podemos apontar algumas considerações acerca de nossas análises sobre os valores e significados da Avenida Afonso Pena.

Embora haja uma divergência dos graus de valores de memória na avenida, onde um ou outro setor se destaca mais ou menos positiva ou negativamente, essa, como campo subjetivo e psicológico que é, promove e consolida a formação da identidade, vinculada aos espaços que vivenciamos, participando da formação da imagem mental que era formada em cada ambiência da AP. O fluxo e limite, embora fatores diretamente intrínsecos à dimensão física do espaço, refletem as impressões subjetivas nos seus usuários, que interpretaram esses conceitos como parte integrante da percepção que fazem da avenida, estabelecendo divisões e percebendo movimentos como dimensões sensíveis do espaço em que se situavam.

O sentido de lugar, mesmo que representativo do *genius loci*⁵⁶, só se faz acontecer mediante aquele[s] que vivencia[m] e experincia[m] o espaço e lhe conferem uma significação, sensível e relativa, que extrapola as meras condicionantes funcionais. Destacamos a relação dos usuários com as praças como um espaço de escape e permanência no contexto da avenida. Vimos que a avenida como um lugar à disposição de todos, à princípio, sem distinções sociais, caracteriza a diversidade que lhe torna representativa na cidade. Ficaram bem marcados também, os elementos da paisagem da AP que sintetizam sua representação simbólica.

Se entendermos que “‘Lugar’ significa mais do que uma localização” [NORBERG-SCHULZ *in* NESBITT, 2006: 447, grifo do autor], a rua, então, se apresenta como um universo múltiplo de relações e acontecimentos, cada qual lhe aferindo um espírito singular. Ao reconhecer os valores e significados da Avenida Afonso Pena destacados ao longo deste capítulo, ficou explícito que muito mais do que uma simples referência espacial ou geográfica, seu espaço se apóia em qualitativos advindos dos tipos de usuários e atividades e, principalmente, da interação que se dá entre todos e que ocorre ao longo de sua extensão, para se tornar uma referência simbólica.

Tanto para um indivíduo como para uma comunidade, fatores econômicos, políticos ou culturais podem alterar a importância que é designada ao mesmo, pois “o valor atribuído

⁵⁶ Na Roma antiga, existia a crença acerca de um ‘espírito guardião’, o qual governava seres, coisas e lugares, e que acompanhava cada um desses elementos por toda a vida, conferindo-lhes caráter e essência. Apoiando-se no verbete romano *genius* que designava essa condição, NORBERG-SCHULZ [*in* NESBITT, 2006: 451], a fim de traduzir esse fenômeno no aporte espacial, desenvolveu o conceito de *genius loci*, atrelando-o ao estudo do Lugar e de nossas relações para com ele, onde “o que nos impressiona é seu caráter peculiar, que é a parte mais importante da experiência”.

a um dado lugar pode variar ao longo do tempo" [CORRÊA, 1995: 40]. Essa alteração pode ser vista no setor Bairro Amambai, que de um lugar bucólico para seus moradores, se tornou um lugar esquecido para todos que freqüentam a avenida. Ou como no caso do setor Altos, que de um local recreativo, tem passado a ser um local de violência. Apesar de ser uma qualidade perene à trajetória de vida e existência de um lugar, esse *genius loci* não é estanque; possui ainda a qualidade de se transformar à medida que a existência decorre. *"Até certo ponto, o caráter de um lugar é uma função do tempo; ela muda com as estações, com o correr do dia [...]"* [NORBERG-SCHULZ in NESBITT, 2006: 451]. É dentro dessa compreensão que SANTOS [1996: 78, grifo nosso] confirma que *"há uma alteração no valor do objeto [lugar], ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera sua metamorfose"*. Isso se relaciona com o fato do setor Jardim dos Estados, por exemplo, ser um local rarefeito e inexpressivo para os usuários em geral, somente possuindo uma qualidade significativa para os poucos que participam de sua rede de 'badalação'.

Assim, pudemos confirmar que mergulhar nessa atmosfera local espacial que constitui a Afonso Pena e absorver seu *genius loci* é possível por meio do plano do vivido. *"Pode ser o bairro, a praça, a rua, o condomínio, a pequena vila ou cidade, o lugar rural, desde que possibilitem o encontro coletivo e relações de afetividade. [...] O lugar, portanto, é onde a vida se desenvolve em todas as suas dimensões."* [LE BOURLEGAT, 2000: 17-18]. Isso significa dizer que o espaço, por exemplo, onde as pessoas costumam passar ou ficar, costumam fazer algo ou até o tipo de atividade que ali acontece com maior freqüência ou poderia vir acontecer, emana essa impressão formadora e criadora do espírito desse lugar.

"A cultura esconde muito mais do que revela e, por estranho que pareça, é aos seus próprios participantes que ela mais efectivamente oculta os seus segredos. Anos de estudo fizeram-me perceber que o que importa compreender não é a cultura estrangeira mas sim a nossa. [...] A razão fundamental para alguém se dedicar a tal estudo é aprender mais sobre a forma como o seu próprio sistema funciona. [...] sobretudo, não aquilo de que as pessoas falam, mas sobre o que fazem e as regras que as regem.

[Edward T. Hall, 1994. In: A linguagem silenciosa. p.48-51]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da perspectiva da cidade como um meio construído, modificado e evoluído a partir de um determinado contexto cultural, REIS FILHO [1993] demonstra, através da evolução histórica, a persistência de um conjunto de inter-relações entre partes arquitetônicas e urbanas que conformam a composição do todo da cidade, sujeitas à influência de fatores tecnológicos, econômicos, sociais, etc. Isso resulta numa adaptação dessas inter-relações, o que, como o autor acredita, oferece *“possibilidades explicativas relevantes, tanto para o estudo da arquitetura, quanto para o estudo dos próprios fenômenos urbanos”* [REIS FILHO, 1993: 17].

Ao perguntarmos como o fenômeno da urbanização se insere na realidade humana, vimos que se trata de um tema que gera inúmeras possibilidades e abordagem de estudos, principalmente pela variedade de agrupamentos urbanos, seja em localização, quantidade ou tipologia. As possibilidades não se encerram, pois quando se aproximam desse ponto, a própria dinâmica de transformação da cidade abre caminhos para uma nova forma de abordagem e interpretação da mesma.

Vendo dessa forma, o presente trabalho não intencionou findar sentenças sobre os mecanismos de vinculação afetiva entre cidadão e espaço urbano; muito pelo contrário, podemos incluí-lo na produção acadêmica que busca, constantemente, traçar relatos panorâmicos da realidade apreendida pelo homem urbano de seu espaço, remetendo a uma determinada cultura, em um quadro temporal presente.

Num contexto geral, não é discutir apenas quais elementos do espaço público são mais representativos para a cidade e para a comunidade que o abriga, mas também reforçar que, de alguma maneira, estes elementos, no fundo, também contribuem para a memória e identidade local. Essa tem sido, a propósito, temática constante no âmbito do Grupo de Pesquisa ‘Arquitetura, Subjetividade e Cultura’ [ASC], onde discussões e construções de metodologias de análise do Lugar têm sido desenvolvidas, com base na compreensão dos mecanismos de ‘Moldagem do Lugar’ [DUARTE, 1993].

De modo mais específico, em se tratando de nosso estudo de caso, a proposta foi entender por qual[is] motivo[s] a Av. Afonso Pena, em Campo Grande | MS, é apreendida de valores e significados pela comunidade local, no contexto contemporâneo em que se insere. Fazendo um breve paralelo a modo elucidativo, VELHO [1978] ao estudar o bairro de Copacabana, justifica seu trabalho dizendo voltar-se *“para o estudo da visão de mundo e do ethos de um grupo social particular, preocupado que estava não só em perceber uma racionalidade, mas também em captar um tom, uma maneira de ser, um estilo de vida”* [VELHO, 1978: 113, grifo do autor]. Para nós, estudar a Avenida Afonso Pena permitiu-nos ver a ‘linha reta’, sua racionalidade, mas também entrever as ‘curvas livres’, a sinuosidade imaginativa que ela desperta, e, em conjunto, ‘captar o tom’ que a reverbera, que a cromatiza, enfim, que a traduz em símbolo para quem a experiencia.

Assim, o destaque da cidade, através da interação da figura dos seus cidadãos, sob o ponto de vista de um recorte territorial [Av. Afonso Pena] e de contingente [usuários], suscitou peculiaridades simbólicas no processo de apropriação desse espaço livre público urbano, principalmente por proporcionar estímulos culturais diversos, os quais evocam e constroem o significado coletiva dessa localidade.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho pôde atender nossas demandas de pesquisa, possibilitando o alcance dos objetivos traçados, além de confirmar-nos que “o pesquisador deve se utilizar de interpretação histórica, análise das condições materiais e imateriais do lugar, sensibilizando consciências, de modo a despertar latências ainda não reveladas” [LE BOURLEGAT, 2000: 19]. O levantamento e a análise do processo de formação de Campo Grande, onde se inseriu a estruturação e configuração que resultaram na Afonso Pena de hoje, como foi visto no Capítulo I, revelou como o desenvolvimento urbano e histórico foram aliados para sua relevância no contexto local. Ao mesmo tempo, aprofundar o estudo acerca das questões sociais e culturais que transformam a rua em síntese e laboratório da experiência urbana na cidade, como apresentado no Capítulo II, contribuiu para salientar a importância dessa qualidade de espaço na formação cultural e coletiva de uma comunidade. Também neste capítulo, as categorias de análises eleitas para a roteirização de nosso estudo, apresentadas como parâmetros complementares à dimensão do espaço, ajudaram a relacionar questões que estão ligadas à apreensão da rua como Lugar. A pesquisa empírica, apoiada nas entrevistas, observações e anotações de diário, foi de fundamental importância para a análise e compreensão da AP segundo aqueles que vivenciam seu espaço e se tornam os interlocutores e detentores das chaves para a leitura dos valores e significados da avenida – seus usuários. As análises tecidas, por fim, resultantes da pesquisa teórica e de campo, evidenciaram as peculiaridades espaciais da avenida que configuram diferentes ambiências e corporificam os valores impregnados de significados para os campo-grandenses.

Campo Grande possui poucos estudos sobre sua complexidade urbana, compreensível por ser uma jovem cidade, e por isso mesmo ainda e constantemente num forte processo de formação, seja de fato espacial ou social. Algumas ruas de seu conjunto já haviam sido estudadas, principalmente as inseridas no quadrilátero histórico; em destaque a Rua 14 de Julho, tida como a principal delas, já foi e continua sendo foco de diversas discussões e publicações acadêmicas. Estudiosos locais, como MACHADO [2000] e OLIVEIRA NETO [1999], já elaboraram discussões sobre a Afonso Pena, contudo, no campo da História e da Geografia, respectivamente.

Curiosamente, a Av. Afonso Pena não havia sido anteriormente abordada sobre a ótica da Arquitetura, nem tampouco sobre a possibilidade de se aprofundar nas relações entre

espaço e homem a fim de se compreender sua relevância como um lugar pautado na memória e identidade coletiva da cidade de Campo Grande. Por esse motivo, como até o presente momento, não se verificavam estudos sobre essa temática particularmente nesta localidade e especificamente nesse recorte, visamos, a propósito, o preenchimento desta lacuna.

Recordando o patrimônio material de Belo Horizonte, FEROLA [1993 *in* CBA, 1993: 76] lamenta um fato ocorrido à avenida homônima a nossa em estudo em sua cidade, quando “[...] acordamos e haviam cortado todos os gigantescos ficus da Avenida Afonso Pena, o mais importante cartão postal da cidade [...]”. Coincidentemente, em nosso trabalho também temos uma Avenida Afonso Pena e gigantescos ficus em seu cenário. Mas, de modo preventivo, nos empenhamos em apontar significados validados pela população campo-grandense que indicam de que maneira a AP se apresenta aos olhos de quem a vivencia, evitando que esses valores se perdessem antes mesmo de serem conhecidos e que venham, de algum modo, colaborar para o resguardo de todo o conjunto desse espaço urbano. Reconhecemos que essa é uma forma de contribuir ao desenvolvimento local que “*emerge como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver, proporcionando bem estar, segundo os conteúdos de cada cultura*” [LE BOURLEGAT, 2000: 20].

Pudemos confirmar que, indissociavelmente, são as formas espaciais que abrigam os conteúdos sociais, ou contextos sociais. Isso significa que toda leitura do espaço construído e concreto implica também no conhecimento dos fenômenos culturais que o subsidiam.

Cientes de que a rede de significações de um recorte espacial extrapola seu alcance meramente visível, já que “*a dinâmica de um espaço não se esgota no seu perímetro, assim como o significado mais amplo de uma comunidade religiosa afro-brasileira vai além dos limites do terreiro*” [MAGNANI, 1993], também sabemos que os valores e significados da AP podem ser ampliados à medida que a avenida se relaciona, influencia ou torna-se influenciada por outros espaços e condicionantes da cidade. A rua, enquanto experiência, transborda sua conformação física, e põe em xeque sua rígida e tradicional função de eixo dominante e destinada à circularidade:

[...] variados pontos de vista, oferecidos pela multiplicidade de seus usuários, suas tarefas, suas referências culturais, seus horários de uso e formas de ocupação [...] às vezes se transforma e vira outras coisas [...] às vezes é vitrine, outras é palco, outras ainda lugar de trabalho ou ponto de encontro. [MAGNANI, 1993]

Assim como SOMMER [1979: 153], também acreditamos que “[...] parece ser preferível discutir valores humanos [o que o povo acha que é bom] e vontades humanas [o que o povo deseja] em vez de necessidades [...]”, já que ninguém discorda sobre o que é indispensável à sobrevivência humana, mas há divergências acerca dos sonhos e ideais que nos engajam em viver.

Ao investigar a relação social|urbana diretamente ligada ao espaço desse lugar AP, afloraram justamente as contradições que subsidiam nossos apontamentos conclusivos, porém, não finitos. Em cada setor da avenida, há pares dicotômicos, de valores positivos e negativos, que prevalecem um sobre os outros, mantendo o equilíbrio da avenida como um lugar relevante para a cidade. “Quando uma rua ou praça nos impressiona como bela, não é somente por causa das dimensões e proporções agradáveis, mas também pela maneira como ela funciona dentro da cidade como um todo” [HERTZBERGER, 2006: 64]. Assim, a AP impressiona pela naturalidade, mas também pelo embate social [Altos]; impressiona pela boemia, mas também pela displicência [Jardim dos Estados]; impressiona pela pluralidade, mas também pelo risco [Centro]; e impressiona pela introspecção, mas também pela melancolia [Bairro Amambaí].

Um fato extremamente importante na compreensão da dinâmica simbólica da avenida campo-grandense foi verificar, em boa parte, a vivência fragmentada de toda sua extensão e conjunto urbano. Segundo TUAN [1983], os “‘espaços’ transformam-se em ‘lugares’ quando permitem que a pessoa desenvolva afetividade em relação a este local e isso só é possível através da experiência do espaço”. A partir de sentimentos espaciais, um indivíduo ou um grupo pode estabelecer ligações e escalas de valores afetivos com um espaço que realmente vivencia. Os quatro trechos interpretados [Altos, Jardim dos Estados, Centro e Bairro Amambaí], definidos fisicamente, mas principalmente qualitativamente pelos acontecimentos e relações sociais desempenhadas em cada espaço, aliam-se também à vivência mais ou menos intensa de cada um dos entrevistados, rebatidas na tênue delimitação do que é o espaço da AP conhecido por cada usuário.

As informações provenientes da abordagem do usuário confirmaram a ausência da participação popular nos processos de discussão no que concerne à manutenção e destino do espaço arquitetônico e urbano da Afonso Pena. De qualquer maneira, a grande maioria demonstrou-se interessada, a princípio, em se envolver em debates e decisões que visem a melhoria e qualidade da principal avenida campo-grandense, principalmente no que concerne aos resultados em prol da própria sociedade. Foram raras as exceções que declararam desinteressadas sobre esse processo, reforçando que os usuários se sentem ligados ao espaço em questão por relações de afetos compartilhadas, pelo esforço do trabalho cotidiano, pelo desfrute do lazer, etc.

Em nossa tentativa de melhor compreender como os usuários da AP a vivenciam, a percebem e a usam como lugar público, registramos que muitos são aqueles que gostariam de usufruí-la ainda mais, fornecendo subsídios para diretrizes de projetos de intervenção urbana que privilegiem a participação do usuário tanto no processo quanto na apropriação das ambiências da avenida. Ao longo de toda avenida, os desejos externados pelos usuários demonstraram esse indício.

Tomando a Avenida Afonso Pena como o fio condutor da leitura acerca dos elementos expressivos de um cenário urbano particular, pautada na perspectiva cultural e subjetiva da vida urbana, compreendemos que a intensidade de relacionamento com a avenida e, portanto, dos valores e significados associados pelos usuários, se dá em grande medida pela vivência que se faz do seu espaço.

Os estudos aprofundados acerca das variáveis históricas, sociais, arquitetônicas e urbanísticas da AP, em cooperação com a abordagem direta daqueles que usufruem de seu espaço, tornou-se possível identificar valores e significados que lhe ratificam como uma rua de relevância simbólica para a sociedade e cidade em que se insere.

Pouco antes de finalizarmos a redação desse trabalho, nos deparamos com dois fatos que traziam, a tempo, informações valiosas para nosso fechamento de pesquisa.

Primeiramente, de maneira informal, MEDEIROS [2008] abordou colegas de trabalho, familiares e amigos indagando quais seriam as sete maravilhas de Campo Grande, remetendo à discussão instaurada no país ano passado, quando foram eleitas as obras da natureza ou do homem mais significativas da era contemporânea, destacando-se dentre elas o símbolo nacional do Cristo Redentor, na cidade do Rio de Janeiro. Não foi para nossa surpresa que dentre outras maravilhas campo-grandenses lá estava ela, nossa avenida de estudo. Mesmo sendo uma investigação pautada na curiosidade da autora supracitada, também ficou demonstrado que, estando ou não em primeiro lugar, a AP é um espaço-símbolo, entremeado de valores subjetivos para a população do contexto urbano em que se insere.

Em seguida, foi anunciada a implantação de um projeto de revitalização no qual a Avenida Afonso Pena passe a absorver ainda mais a frota de veículos em circulação atual e também dos próximos anos de desenvolvimento⁵⁷. Apesar de garantir a preservação das árvores centenárias na porção central dos canteiros, o projeto prevê a ocupação dos mesmos com mais uma pista de rolagem para o tráfego e uma pista exclusiva para transporte urbano⁵⁸. Além dessas alterações, ainda haverá remoção dos estacionamentos a 45°, uniformização das calçadas, construção de viadutos na avenida

⁵⁷ Cf.: SILVA, 2008.

⁵⁸ Cf.: BITENCOURT; CORTEZ, 2008.

em cruzamentos estratégicos, como na Av. Ernesto Geisel, e o maior aproveitamento da Praça Ari Coelho como um terminal de embarque e desembarque de ônibus.⁵⁹

Mesmo sendo qualificado como uma 'revitalização', o projeto, que tem sua linha mestra no privilégio do transporte coletivo, não incorporou medidas que proporcionem a 'vitalidade' de valores e significados, muitos dos quais vistos nessa pesquisa, que fazem parte da 'vivência' de seu espaço. Somado a isso, a população, através do noticiário local, demonstra-se sendo preterida, por não ter sido consultada em nenhum momento a respeito dessas intenções, contrariando uma vontade, que como já dito, foi externada durante este trabalho⁶⁰. Tais intervenções no espaço da AP, ainda que restritas à zona central, mas necessárias à melhor organização da cidade, revelam, sobretudo, que a população não pretende desperdiçar sua afetividade para com a avenida, nem a oportunidade de exercer seu direito civil de opinião quanto às ações sobre ela, em nome de um falso progresso estimulado pelo ordenamento do trânsito e privilégio do automóvel, como aconteceu com o Relógio ou quase voltou a acontecer com o Obelisco. Qualquer mudança direcionada ao espaço da avenida, sem o conhecimento da realidade simbólica que se atrela a esse contexto, pode acarretar em danos às relações ambientais, sociais e culturais que, mesmo tidas como invisíveis, têm grande peso em seu cenário urbano.

O que importa é que esses dois fatos incluídos aqui concorrem para nosso estudo ajudando a comprovar que, sob a mera funcionalidade da AP, conjugam-se relações afetivas que lhe moldam peculiarmente e que podem direcionar a transformação de seu espaço, a favor da própria comunidade local.

Diante do exposto nessas considerações finais, podemos assumir a confirmação da proposta trabalhada nesta pesquisa. Ao analisar que "***a importância de uma rua como a Av. Afonso Pena ultrapassa os fatores de ordem prática***", verificamos que os usuários de seu espaço utilizam-se de fatores não necessariamente ou exclusivamente relacionados à sua qualidade estrutural ou polaridade econômica. Ao verificar os valores e significados analisados durante essa pesquisa, corroboramos em "***reconhecer a Afonso Pena como tal símbolo de sua própria sociedade***", ratificando que a Grande Avenida é sim um Lugar, composto de diferentes ambiências, mas unificado pela coletividade e afetividade dispensada com e sobre seu espaço.

Nosso passeio pela Avenida Afonso Pena permitiu-nos refletir que, através da experiência cotidiana, é possível estabelecer relações sensíveis fundamentais à transformação do seu espaço urbano em um espaço mais humano, preenchido de um espírito à imagem e

⁵⁹ Cf.: SILVA, 2008.

⁶⁰ Cf.: BITENCOURT, 2008.

semelhança de seus usuários, e vice-versa, tornando também, assim, nosso desejo de que este Lugar AP “[...] *Deus abençoasse...*” [EF-09].

*As cidades são
como todo o resto:
refletem nós mesmos*

*As cidades são
dos nossos sentimentos
mais profundos*

*As cidades não são
unicamente
um aglomerado de gente.*

*Elas também servem
como um espectro
de nossos sentimentos,
desses mais profundos.*

[JBUD, 2002]

*"Assim como o mar que abriga mistérios, essa avenida tem
o Prosa, o Segredo e muitas estórias..."*

[LVM, 2007]



*"O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes."*

[Cora Coralina]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Pioneiros da Arquitetura e da Construção em Campo Grande**. Campo Grande: UNIDERP, 2002a. 448p. il.
- AUZELLE, Robert. **Chaves do Urbanismo**. Tradução: Joel Silveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 185p. il. [coleção Chaves da Cultura Atual – vol. 04]
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219p. il.
- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Produção, Apropriação e Consumo do Espaço Urbano: Uma Leitura Geográfica da Cidade de Dourados| MS**. Campo Grande: UFMS, 2004. 264p. [coleção Fontes Novas | tema Ciências Humanas]
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506p. [coleção Pensamento Crítico | vol. 48]
- _____. **A sociedade em rede**. Volume I. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2001.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CHING, Francis D. K. **Arquitetura – Forma, Espaço e Ordem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 399p. il.
- _____. **Dicionário visual de arquitetura**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 320p. il.
- CBA - CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS. **Arquitetura, Cidade e Natureza**. São Paulo: Empresa das Artes, 1993. 168p.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** 9ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 126p. il.
- DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. [orgs.]. **Projeto do Lugar: Colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria | PROARQ, 2002. 392p. il. [coleção PROARQ]
- FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente**. Tradução: Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 214p. [coleção Perspectivas Ecológicas | n° 05]
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. [Coleção Antropologia Social]
- HALL, Edward T. **A linguagem silenciosa**. Tradução: Manuela Paraíso. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994. 235p. [coleção Antropos]
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. Tradução: Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 272p. il.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510p. il. [coleção A]
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 309p.
- LAMAS, José M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1998.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 117p.
- LEE, Terence. **Psicologia e Meio Ambiente**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 159p. il.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Tradução: Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 2005. 208p. [coleção Arte & Comunicação]

MACHADO, Paulo Coelho. **A Grande Avenida**. Campo Grande: Fundação Municipal de Cultura, 2000. [coleção Pelas Ruas de Campo Grande | vol. V]

NESBITT, Kate. [org.]. **Uma Nova Agenda para a Arquitetura**: Antologia Teórica [1965-1995]. Tradução: Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 659p. il. [coleção Face Norte]

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento** – Visão Holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação. São Paulo: Mackenzie, 2002. 261p. il.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Nas Ruas da Cidade**: Um estudo Geográfico sobre as Ruas e as Calçadas de Campo Grande/MS. Campo Grande: UFMS, 1999. 148p. il. [coleção Fontes Novas | tema Campo Grande | especial 100 anos de Campo Grande]

PLANURB | INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Perfil Socioeconômico de Campo Grande**. 13ª ed. rev. Campo Grande: PLANURB, 2006. 193p. il.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1973. 211 p. il. [coleção Debates | tema Arquitetura]

RIBEIRO, Cláudia R. Vial. **A dimensão simbólica da arquitetura**: parâmetros intangíveis do espaço concreto. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/Arte, 2003. 112p. il. [Arquitetura e Urbanismo | série FACE-FUMEC]

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **A Arquitetura Bioclimática do Espaço Público**. Brasília: UNB, 2001. 226p. il. [coleção Arquitetura e Urbanismo]

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos [coord.]; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio Silva [texto]. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Projeto | IBAM | FINESP, 1985. 156p.

SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejanter da cidade** – uma investigação sobre processos inconscientes na arquitetura da cidade. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife | Secretaria de Cultura, 1998.

SOMMER, Robert. **Espaço Pessoal**: As Bases Comportamentais de Projetos e Planejamentos. São Paulo: EPU/EDUSP, 1973. 220p. [coleção Ciências do Comportamento]

_____. **A conscientização do design** – O papel do arquiteto. São Paulo: Brasiliense, 1979.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana** – Um Estudo de Antropologia Social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 114p.

VELHO, Otávio Guilherme [org.]. **O Fenômeno Urbano**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia de O.; LEITÃO, Gerônimo Emílio de A. **Como as crianças vêm a cidade**. Rio de Janeiro: Pallas: Flacso: UNICEF, 1995. 167p.

YONAMINE, Sérgio Seiko. **Cidades São Cenários de Encontros**: Gestão Urbana, Democracia e Desenvolvimento Local em Campo Grande. Campo Grande: UFMS, 2004. 170p. il. [coleção Fontes Novas | tema Ciências Sociais Aplicadas]

Partes de Livros

AUGOYARD, Jean-François. **Vers une esthétique des Ambiances**. In: AMPHOUX, Pascal; THIBAUD, Jean-Paul et CHELKOFF, Grégoire. *Ambiances en Débat*. Bernin: À La Croisée, 2004 p. 0.7-30.

BAILLY, Antoine S. **Memorizacion y percepcion. | Percepcion y comportamiento em el medio urbano | El sentido del Lugar**. In: _____. *La Percepcion del Espacio Urbano – conceptos, metodos de estudio y su utilizacion em la investigacion urbanistica*. Tradução: Jesus J. Oya. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1979. Capitulo II. p. 89-93 | p. 95-101. Capitulo III. p. 105-125. [coleccion Nuevo Urbanismo]

CARLOS, Ana Fani. **Definir o Lugar? | O Lugar na “era das redes”**. In: _____. *O Lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. Capitulo 1. p. 19-26. | Capitulo 2. p. 27-38.

COLIN, Silvio. **O Conteúdo na Arquitetura**. In: _____. *Uma Introdução à Arquitetura*. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000. Parte IV. p. 91-124.

COLQUHOUN, Alan. **Conceptos de espacio urbano em el siglo XX**. In: _____. *Modernidad y tradicion clasica*. Madrid, Jucar Universidad, 1991. p. 263-275.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. [orgs.]. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 1, p. 15-47.

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da. **Culturas Urbanas: identidades e diversidades**. In: ORTIZ, Vitor; POSSAMAI, Zita Rosane. [orgs.] *Seminário Mercocidades – Cidade e Memória na Globalização*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. p. 141-157.

DAMATTA, Roberto. **Carnaval em Múltiplos Planos**. In: _____. *Carnavais, Malandros e Heróis - para uma sociologia do dilema brasileiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Capitulo II. p. 85-151.

DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice; SANTANA, Ethel; PAULA, Katia de; VIEIRA, Mariana; UGLIONE, Paula. **O Projeto como metáfora: explorando ferramentas de análise do espaço construído**. In: DUARTE, C.R; RHEINGANTZ, P.A; AZEVEDO, G.; BRONSTEIN, L. [orgs.]. *O Lugar do Projeto no Ensino e na Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 2006b. p. 504-519.

ECKERT, Cornélia. **O que não esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomençar**. In: ORTIZ, Vitor; POSSAMAI, Zita Rosane. [orgs.] *Seminário Mercocidades – Cidade e Memória na Globalização*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002. p. 77-87.

GEDDES, Patrick. **O espírito das cidades**. In: _____. *Cidades em Evolução*. Campinas, Papirus Editora, 1994. Cap. 17. p. 169-178.

GHIRARDO, Diane. **O Espaço Público**. In: _____. *Arquitetura Contemporânea – Uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Capitulo 01.p. 45-82.

RAPOPORT, Amos. **Environment and People**. In: _____. *Australia as Human Setting*. Sidney: Angus and Robertson, 1972. Capitulo I. p. 03-21.

SANTOS, Milton. **Paisagem e Espaço. | Configuração Territorial e Espaço**. In: _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994. Cap. 05. p. 61-74. Cap. 06. p. 75-85.

SANTOS, Milton. **O espaço geográfico, um híbrido**. In: _____. *A natureza do espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 72-88. Capitulo 3.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. | As diferenciações no território.** In: _____. *O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. Capítulo X. p. 247-258. | Capítulo XII. p. 259-277.

SOUZA, Cecília de Melo e. **O conceito de cultura e a metodologia etnográfica: fundamentos para uma psicologia cultural.** In: D'AVILA, Maria Inácia; PEDRO, Rosa. [orgs.] *Tecendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Bapera | MAUAD | Unesco | UFRJ, 2003. p. 65-80. [coleção EICOS]

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano: esse desconhecido | Reflexões finais.** In: _____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel | FAPESP | Lincoln Institute, 2001. Capítulo 02. p. 17-48. | Capítulo 13. p. 327-361.

Dissertações e Teses

BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. **Espaços de Uso Comunitário em Programas Habitacionais no Rio de Janeiro: entre o Discurso e a Prática.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2000. [Dissertação de Mestrado]

_____. **Rebatimentos Espaciais de Dimensões Sócio-Culturais: Ambientes de Trabalho.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2007a. [Tese de Doutorado]

COELHO, Raquel Hemerly Tardin. **Av. Rio Branco na Cidade do Rio de Janeiro – Valores Coletivos – Forma e Uso Cotidiano.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROURB, 2000. 210p. il. [Dissertação de Mestrado]

COELHO, Glaucineide do Nascimento. **Favela e Espaços Livres de Brincadeiras: Rocinha, um Exemplo.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2004. 150p. [Dissertação de Mestrado]

DELVIZIO, João Bosco Urt. **Patrimônio Arquitetônico de Corumbá – Um Olhar sobre a Arquitetura Moderna na Perspectiva da Memória e Desenvolvimento Local.** Campo Grande: UCDB, 2004. 151p. il. [Dissertação de Mestrado]

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. **Intervention Publique et Dynamique Sociale dans la Production d'un Nouvel Espace de Pauvreté Urbaine; Vila Pinheiros, à Rio de Janeiro.** Thèse de Doctorat de l'Université de Paris | Sorbonne, 1993.

FRÓIS, Katja Plotz. **O Resgate da Dimensão Ética da Arquitetura através da Lição de sua Percepção pelo Cego.** Belo Horizonte: UFMG, 2002. 157p. [Dissertação de Mestrado]

GHILARDI, Alessandra Soares. **O Ribeirão Preto e suas Paisagens Urbanas.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2004. 283p. il. [Dissertação de Mestrado]

KUHNEN, Ariane. **A Apropriação do Espaço.** In: _____. **Psicologia Ambiental: Representações Sociais e Meio Ambiente.** São Paulo: PUC, 1997. [Tese de Doutorado]

MANEIRA, Paula de Lima. **Paisagem Construída e Identidade Local: Estudo da Arquitetura Histórica do Centro de Porto Seguro | BA.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2003. 173p. il. [Dissertação de Mestrado]

SANTANA, Ethel Pinheiro. **A Cidade no Fragmento – Lugar e Poiesis no Largo da Carioca.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ | FAU, 2004. [Dissertação de Mestrado].

TOZETTO, Eliene Jomara. **Relações de Espaço, Lugar e Cultura em comunidades de baixa renda: o caso da favela Parque da Cidade.** Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ | FAU, 2006. [Dissertação de Mestrado]

UGLIONE, Paula. **Lembranças Subterrâneas** – Ferramentas para a Leitura dos Lugares de Memória. Rio de Janeiro: UFRJ| PROARQ, 2007. [Projeto de Tese de Doutorado| Memorial de Qualificação]

Revistas Científicas

ARCA: **Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande/MS**. Campo Grande: PMCG, nº 05, out | 1995. [14 de Julho – Seus Nomes e Seus Tipos| Campo Grande – O Desenvolvimento e a História]

Artigos Científicos

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **História e Formação Urbana do Bairro Amambai**. In: *Revista Ensaio e Ciências*. V. 05. nº 06. Campo Grande: UNIDERP, dez 2001. p. 11-30.

CHELKOFF, Grégoire; THIBAUD, Jean-Paul. **Espaço Público – experiência sensível. Um olhar sobre a cidade**. In: *Annales de la Recherche Urbaine*. n 57-58, dezembro 1992-março 1993. Paris. Tradução: Ângela Maria Moreira Martins.

CORREIA, Roberto Lobato. **Meio Ambiente e a Metrópole**. In: *Geografia e Questão Ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. p. 25-30.

DE BIASE, Alessia. **Ficções arquitetônicas para a construção da identidade**. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, nº 16, p. 173-188, dezembro de 2001.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; SILVA, O. **Habitação e Espaço Público: Dinâmicas, Valores e Significados do Lugar**. Grupo Habitat. FAU|UFRJ. Registrado na UFRJ|SR2. set | 1988. [relatório de pesquisa]

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira. [coord.] **Análise Etnotopográfica do Lugar: sistematização de metodologia para análise do espaço construído**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq| Edital Universal 2006.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; PAULA, Kátia Cristina Lopes de. **Arquitetos com uma câmara na mão: discurso etnográfico sobre a identidade e a memória da rua da Babitonga**. In: *VII Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2007, Porto Alegre. Desafios Antropológicos. Porto Alegre : UFRGS, 2007. v. 1. p. s/n-s/n.

DUARTE, Cristiane Rose; COHEN, R.. **Research and Teaching of Accessibility and Universal Design on Brazil: Hindrances and Challenges in a Developing Country**. In: Nasar, J.; Evans-Cowley, J. (Org.). *Universal Design and Visitability: from Accessibility to Zoning*. 1ª ed. Columbus: National Endowment for the arts, 2007 p.115-146.

DUARTE, Cristiane Rose; *et all*. **Exploiter Les Ambiances: Dimensions Et Possibilites Methodologiques Pour La Recherche En Architecture**. In: *Actes du Colloque "Faire une Ambiance"* – Cresson | École Supérieure d'Architecture de Grenoble, 2008 - no prelo.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Cidade: Fixos e Fluxos**. In: *Simpósio Interfaces das Representações Urbanas em Tempos de Globalização*. Bauru | SP: FAAC | AGB, ago | 2005.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Ordem Local como Força Interna de Desenvolvimento**. In: *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol. 01. nº 01. Set | 2000. p. 13-20.

MACEDO, Silvio Soares. **Espaços Livres**. In: *Revista Paisagem e Ambiente*. nº 07. São Paulo: FAU | USP, jun | 1995. p. 15-56.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso. **De Corpo Presente**: sobre o papel do observador e a circularidade de suas interações com o ambiente construído. Rio de Janeiro: PROARQ, 2004.

SOUZA, Maria Adélia A. de. **Reflexiones sobre la Metrópoli Global**. In: *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*. Madrid: Servicio de Publicaciones Universidad Complutense, 1996. p. 57-64. [nº 16]

TÂNGARI, Vera Regina. **Espaços Livres Públicos como Espaços Museográficos**. In: *Seminário Internacional de Museografia e Arquitetura de Museus*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus | ProArq | FAU | UFRJ, 2005. p. 49-71.

THIBAUD, Jean-Paul. **Psicologia Ambiental e Política Ambiental**: Estratégias de Construção do Futuro. In: *Psicologia USP*. São Paulo: USP, 2005. p. 205-212. [nº 16 (1 | 2)]

Artigos On-line

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **O Centro e a Preservação da Arquitetura**: os desafios atuais. [on line]. In: *Vitruvius*. Coluna Minha Cidade. nº 056. Set | 2002b. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc056/mc056.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

BRASILEIRO, Alice. **Caminhos Etnográficos**. [on line] In: *Site oficial PRO-LUGAR*. Disciplinas. Textos Didáticos. 2007b. Disponível via WWW no URL <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/arq_pdf/textos_didaticos/etnografia1_alice2007.pdf>. Capturado em 15 | 12 | 07.

COSTI, Marilice. **Imagem Urbana**: uma parte de nós. [on line]. In: *Vitruvius*. Coluna Minha Cidade. nº 054. Set | 2002. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc054/mc054.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice Barros Horizonte; CUNHA, Viviane; SIMÕES, Ana Paula. **Sóbrio, Organizado e Conservador: o escritório é a cara do dono?** – Comentários sobre Valores, Símbolos e Significados dos Espaços. [on line]. In: *Vitruvius*. Coluna Arquitectos. nº 069. Texto Especial. nº 356. Fev | 2006. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq000/esp356.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia na Rua e Câmera na Mão**. 2002. Disponível via WWW no URL <<http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm>>. Capturado em 14 | 02 | 08.

KIEFER, Flávio. **A Cidade Prescindível**. [on line]. In: *Vitruvius*. Coluna Minha Cidade. nº 182. Abr | 2007. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc182/mc182.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

LEITÃO, Débora Krischke. **A arte de sensibilizar o olhar ou por que ensinar antropologia?**. [on line]. 2000. Disponível via WWW no URL <<http://www.geocities.com/deborakrischkeleitao/artigo.html>>. Capturado em 14 | 02 | 08.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**. São Paulo. Dez | 1993. [on line]. Disponível via WWW no URL <<http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html>>. Capturado em 08 | 08 | 07.

_____. **A Rua Quinze, de Praça a Praça: um exercício antropológico**. [on line]. In: *Por uma Cartografia Sentimental de Curitiba*. E-zine do Patrimônio Cultural. Ano 1. Edição 07. Jul 2004. Disponível via WWW no URL <<http://www.n-a-u.org/magnaniruaquinze.html>>. Capturado em 30 | 05 | 07.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **A importância da Rua 14 de Julho no Desenvolvimento de Campo Grande**. [on line]. In: *Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local – O desenvolvimento na Perspectiva do Desenvolvimento Humano*. Campo Grande: UCDB, 2003a. 11p. Disponível via WWW no URL <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivos/antoniofirmino.pdf>>. Capturado em 16 | 06 | 06.

_____. **Campo Grande e a Rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade**. 2003b. Tese [Doutorado em Geografia] – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003b. 10 p. [Artigo Resumido]. [on line] Disponível via WWW no URL <<http://www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/?did=2365>>. Capturado em 16 | 06 | 06.

Artigos de Jornais

MEDEIROS, Cristina. **As sete maravilhas de Campo Grande**. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 10 abr 2008. Caderno B, Divirta-se, Cenas de Campo Grande, p. 02b.

Outros

CAMPO GRANDE [Município]. **Decreto nº 7.360 de 13 de dezembro de 1996**. *Institui a Hierarquia do Sistema Viário da cidade de Campo Grande e dá outras providências*. Diogrande | Diário Oficial de Campo Grande.

"Uma imagem vale mais que mil palavras."

[Provérbio popular]

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

Livros

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Pioneiros da Arquitetura e da Construção em Campo Grande**. Campo Grande: UNIDERP, 2002a. 448p. il.

BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. **Campo Grande: memórias em palavras – a cidade na visão de seus prefeitos**. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano | PLANURB, 2006. 448p. il.

Revistas Científicas

ARCA: **Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande|MS**. Campo Grande: PMCG, nº 05, out | 1995. [14 de Julho – Seus Nomes e Seus Tipos | Campo Grande – O Desenvolvimento e a História]

ARCA: **Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande|MS**. Campo Grande: PMCG, nº 08, 2002. [Patrimônio – História e Turismo Fazem a Identidade de Campo Grande | Seis Roteiros Mostram Pontos do Patrimônio Histórico, Ambiental, Arquitetônico e Turístico]

_____. Campo Grande: PMCG, nº 09, 2003. [História e Planejamento Valorizam Patrimônio Ambiental e Fazem de Campo Grande a Capital de Verde]

_____. Campo Grande: PMCG, nº 10, 2004. [História Mostra Multiplicidade Étnica e Cultural que Deu Origem a Essa Gente Campo-Grandense]

_____. Campo Grande: PMCG, nº 12, 2006. [Arquitetura em Campo Grande – Cenários da História da Cidade | Teatro em Campo Grande – Cenas na História da Cidade]

Sites Visitados

GOOGLE EARTH. Software gratuito. Acesso em 22 | 01 | 08.

PMCG | PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. [on line]. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande|MS**. Disponível via WWW no URL <<http://www.pmcg.ms.gov.br/index.php>>. Acesso em 17 | 07 | 07.

QUAPÁ. **Site Oficial do Grupo de pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil – FAU|USP**. Disponível via WWW no URL <<http://winweb.redealuno.usp.br/quapa/busca.asp>>. Acesso em 24 | 04 | 06.

SKYSCRAPERCITY. Disponível via WWW no URL <<http://www.skyscrapercity.com/>>. Acesso em 14 | 06 | 08.

WIKIPÉDIA. **Campo Grande [Mato Grosso do Sul]**. [on line]. In: *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*. Artigo. Última modificação em 13 jul 2007. Disponível via WWW no URL <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_\(Mato_Grosso_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(Mato_Grosso_do_Sul))>. Acesso em 17 | 07 | 07.

"Os estudos constroem-se sobre outros estudos [...]"

[Clifford Geertz apud RIBEIRO, 2003: 103]

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Livros

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; MARAGNO, Gogliardo Vieira; COSTA, Mário Sérgio Sobral. **Arquitetura em Campo Grande**. Campo Grande: UNIDERP, 1999. 261p. il.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande: arquitetura e urbanismo na década de 30**. Campo Grande: UNIDERP, 2000. 48p. il.

_____. **Campo Grande: arquitetura, urbanismo e memória**. Campo Grande: UFMS, 2006. 172p. il.

BOCHENSKI, J. M. **Diretrizes do Pensamento Filosófico**. 2ª ed. São Paulo: Herder, 1964. 119p. [coleção Cairoscópio]

BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. **Campo Grande: memórias em palavras – a cidade na visão de seus prefeitos**. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano | PLANURB, 2006. 448p. il.

CAMPÊLO, Estevan; SAUER, Leandro. **Mapeamento dos índices de inclusão|exclusão social em Campo Grande|MS**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. 84p.

CARVALHO, Benjamin de Araújo. **A História da Arquitetura**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1964. 313p. [nº 237]

CIDADES – **A Urbanização da Humanidade**. Tradução: José Reznik. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 221p.

COELHO NETTO, J. Teixeira. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1984. 178p. il. [coleção Debates – tema Arquitetura – vol. 144]

EBNER, Íris de Almeida R. **A cidade e seus vazios - Investigação e proposta para os vazios de Campo Grande**. Campo Grande: UFMS, 1999.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 14ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996. 170 p. [coleção Estudos | tema Metodologia]

ELALI, Gleice A.; VELOSO, Maísa. **Qualidade de Vida Urbana em Natal: Mitos e Realidades**. Natal | RN: EDUFERN, 2006. 140p. il.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda; M., J. E. M. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FLEMING, John; HONOUR, Hugh; PEVSNER, Nikolaus. **Dicionário Enciclopédico de Arquitetura**. Tradução: Carlos Kronauer. Rio de Janeiro: Artenova, 1977. 271p.

GOLDEMBERG, Jacob B. **Arquitetura: espaço-vida**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

GONZAGA, Pedro. **Cidade Fechada**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. 119p.

GYMPEL, Jan. **História da Arquitetura – da antiguidade aos nossos dias**. Tradução: Virgínia Blanc de Sousa. Colônia, Alemanha: Könemann, 2000. 120p. il.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 104p.

IBAM | Centro de Pesquisas Urbanas. **O que é preciso saber sobre Sistema Viário**. Rio de Janeiro: Projeto Ed. | SAREM | SEPLAN-PR, 1982. [Coleção Alternativas Urbanísticas | vol. 03]

INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO | PLANURB. Organização: Jussara Jacques de Almeida. **Agenda 21 Campo Grande Nosso Lugar: diretrizes para um desenvolvimento sustentável**. Campo Grande: PLANURB, 2004. 126p. il.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a Microsociologia**. Tradução: Cibele Saliba Rizek. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 96p.

KIRBY, Andrew; LAMBERT, David. **The City**. England: Longman, 1985. 80p. [Space and Society | v. 04]

_____. **Land use and development**. England: Longman, 1985. 80p. [Space and Society | v. 05]

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1971. 203p. [coleção Debates | tema Urbanismo]

MACHADO, Paulo Coelho. **A Rua Principal**. Campo Grande. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul: 1990.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Ensaio Sobre A Razão Compositiva** – Uma investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica. Viçosa: UFV. Impr. Univ.; Belo Horizonte: AP Cultural, 1995. 176p. il.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. **Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense**. Campo Grande: UFMS, 2001. 397p. [Tomo II – Campo Grande, Nioaque, Miranda]

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 2006. [Coleção Primeiros Passos | nº 57]

MUNFORD, Lewis. **Arquitetura, Construção e Urbanismo**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. 201p.

PENNA, Antônio Gomes. **Percepção e Realidade** – Introdução ao Estudo da Atividade Perceptiva. 3ª ed. Rio de Janeiro: Mercúrio Star, 1982. 183p. [tema Psicologia]

RIBEIRO JR., João. **Fenomenologia**. São Paulo: Pancast, 1991. 93p.

_____. **As Perspectivas do Mito**. São Paulo: Pancast, 1992. 86p.

RUSSELL, Bertrand. **O Elogio ao Ócio**. Introdução: Howard Woodhouse. Tradução: Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Sextante, 2002. p. 47 a 56.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Tradução: Antônia Déa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. Revisão: José Fernandes Dias. Petrópolis: Vozes, 1980. 128p.

SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981. 124p. [coleção IAB – v. 01]

SILVA, Tomaz Tadeu da [org.]; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. [coleção Educação Pós-Crítica]

TAMAKI, Teru; ZAMBONI, Ernesto. **Urbanessência** – uma visão gráfico-poética do meio urbano. São Paulo: Nobel, 1982.

TEPERMAN, Sergio. **As cidades vivas, viva as cidades!** - crônicas sobre arquitetura e urbanismo. São Paulo: Senac, 2008.

TIETZ, Jürgen. **História da Arquitetura** – do século XX. Tradução: Virgínia Blanc de Sousa. Colônia, Alemanha: Könemann, 2000. 120p. il.

TORRECILHA, Maria Lúcia. **A fronteira, as cidades e a linha**. 1ª edição. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

VELHO, Gilberto [org.]. **Antropologia Urbana** – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

ZARDO, Edgard. **De Prosa e Segredo Campo Grande segue o seu curso** – tributo ao centenário. 1ª ed. Campo Grande: Fundação Lions, 1999. 192p. il.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. Tradução: Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. 2ª ed. São Paulo: Arcádia, 1977. 219p. il. [coleção Artes e Letras - nº 01]

Partes de Livros

ALMEIDA, J. Ribeiro de [coord.]; *et al.* **Cidade como resultante das forças sociais e ecológicas.** In: _____. *Planejamento Ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum – uma necessidade, um desafio.* Rio de Janeiro: Thex Ed. | Biblioteca Estácio de Sá, 1993. p. 35- 37.

BASTIDE, Roger. **Antropologia aplicada e Etnologia Aplicada.** In: _____. *Antropologia aplicada.* Tradução: Maria Lucia Pereira e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 107-114. [coleção Estudos | tema Antropologia]

CERTAU, Michel de. **Práticas de Espaço.** In: _____. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer.* Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Terceira Parte. p. 167-217.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo em questão.** In: _____. *O Urbanismo: antologias e realidades – uma antologia.* 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 01-51. [Capítulo I]

CULLEN, Gordon. **Prefácio.** In: _____. *Paisagem urbana.* São Paulo, Martins Fontes, 1983. p. 09-12.

DEBRAY, Régis. **A geografia da arte.** In: _____. *Vida e Morte da Imagem: uma história do olhar no ocidente.* Petrópolis: Vozes, 1993. p. 187-202.

GAUTARRI, Félix; ROLNIK, Suely. **Amor: o impossível... e uma nova suavidade.** In: _____. *Micropolítica – Cartografias do Desejo.* São Paulo: Vozes, 1986. p. 284-290.

GOODEY, Brian. **Olhar Múltiplo na Interpretação de Lugares.** In: MURTA, Stela Mari; ALBANO, Celina. [orgs.]. *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar.* Belo Horizonte: UFMG | Território Brasília, 2002. p. 75-94.

KEMP, Kênia. **Identidade Cultural.** In: GUERRIERO, Silas. [org.]; KEMP, Kênia; RIBAS, João Baptista Cintra; PASSADOR, Luiz Henrique; FERRARI, Marian Dias. *Antropos e Psique – o outro e sua subjetividade.* São Paulo: Ed. Olho D'água, 2000. p. 65-85. [Capítulo 4]

LEME, Maria Cristina da Silva [org.]. **A primeira geração – os pioneiros: engenheiros civis e engenheiros militares.** In: _____. *Urbanismo no Brasil: 1895-1965.* São Paulo, Studio Nobel, FUPAM, 1999. p. 453-455.

LIMA, Rogério. **Mapas textuais do imaginário fragmentado da cidade.** In: LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa. [orgs.]. *O imaginário da cidade.* Brasília | São Paulo: Unb | Imprensa Oficial, 2000. [Introdução]

MACEDO, Silvio Soares. **Tendências e Projetos.** In: _____. *Quadro do Paisagismo no Brasil.* São Paulo: FAU | USP | Quapá, 1999. p. 120-124. [coleção Quapá | v. 1.]

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Preface | Place?.** In: _____. *Genius Loci – towards a phenomenology of architecture.* London: Academy Editions, 1976. p. 05-06 | 06-23. [Chapter I]

RASMUSSEN, Steen Eiler. **Observações básicas.** In: _____. *Arquitetura vivenciada.* Tradução: Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 07-33.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **A organização espacial dos núcleos urbanos – Elementos da organização espacial - Ruas e Praças.** In: _____. *Contribuição ao estudo da Evolução Urbana do Brasil [1500 | 1720].* São Paulo: Livraria Pioneira Editora | EdUSP, 1968. p. 131-148. Capítulo II. Segunda Parte.

REZENDE, Vera. **Introdução à questão da ideologia. | O conceito de ideologia.** In: _____. *Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Parte I – Quadro Teórico. p. 19-22 | p. 25-28. [coleção Retratos do Brasil | vol. 159]

RIBAS, João Baptista Cintra. **O olhar**. In: GUERRIERO, Silas. [org.]; KEMP, Kênia; RIBAS, João Baptista Cintra; PASSADOR, Luiz Henrique; FERRARI, Marian Dias. *Antropos e Psique – o outro e sua subjetividade*. São Paulo: Ed. Olho D'água, 2000. p. 87-96. [Capítulo 5]

SANTOS, Milton. **O lugar e o cotidiano. | Ordem universal, ordem local**. In: _____. *A natureza do espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 251-265. Capítulo 14. | p. 266-273. Capítulo 15.

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura [Orgs.]. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec | Annablume, 2002. p. 15-20.

VELHO, Gilberto. **Cotidiano e Política num Prédio de Conjugados**. In: _____. *Individualismo e Cultura – notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 133-141. [Capítulo 10]

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. [orgs.]. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM | EDUSP, 1999. . p. 170-243. [Capítulo 6]

Dissertações e Teses

DELVIZIO, João Bosco Urt. **Ladeira do Porto acima...** – breve estudo da Arquitetura Moderna em Corumbá. Campo Grande: UNIDERP, 2001. 57p. il. [Monografia de Conclusão de Curso de Especialização 'Ambientes Contemporâneos: espaço, linguagem e comunicação' | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal]

DELVIZIO, Victoria Mauricio. **Sede para Instituto dos Cegos de Campo Grande | MS** – outro ponto de vista sobre a arquitetura. Campo Grande: UFMS, 2005. 91p. il. [Monografia de Conclusão de Curso de Graduação | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul]

DORNELES, Vanessa Goulart. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer**. Florianópolis: UFSC, 2006. 178p. il. [Dissertação de Mestrado | Programa de Pós-Graduação UFSC | Mestrado em Arquitetura e Urbanismo]

GHETTI, Isabella Benini Lolli. **A Questão Urbana no Universo Fronteiriço** – Sobre a Fronteira Internacional de Ponta Porã | MS. São Paulo: Mackenzie, 2007. [Projeto de Dissertação de Mestrado | Memorial de Qualificação]

PAULA, Kátia Cristina Lopes de. **Pessoas, Cidades e Espelho**: Estudos Metodológicos da Experiência Humana na Urbe através das Imagens-Movimentos Compartilhadas. Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2006. [Projeto de Tese de Doutorado | Memorial de Qualificação]

VIEIRA, Mariana Dias. **A Influência do Comércio na Configuração dos Espaços Públicos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ | PROARQ, 2007. [Projeto de Tese de Doutorado | Memorial de Qualificação]

Revistas Científicas

ARCA: **Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande/MS**. Campo Grande: PMCG, nº 04, dez | 1993. [Paraguaios – a imigração para Campo Grande | Festa e fé na visita da Virgem de Caacupê]

_____. Campo Grande: PMCG, nº 06, 1998. [Campo Grande – Uma Cidade em Busca de Sua Identidade]

_____. Campo Grande: PMCG, nº 07, 2000. [Italianos, Espanhóis e Portugueses – diferentes culturas sedimentam identidade de Campo Grande | Sítios Arqueológicos – da região revelam indícios da ocupação humana]

_____. Campo Grande: PMCG, nº 11, 2005. [Patrimônio imaterial – Mistura de ritmos, mescla de influências compõem o rico mosaico da música em Campo Grande]

PROSA: **Revista de Cultura e Arte Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal | UNIDERP**. Campo Grande: Ed. UNIDERP, nº 02, v. 02, dez | 2002.

VIVERCIDADES: **Revista da ONG ViverCidades**. Rio de Janeiro, nº 17, set | 2006.

_____. Rio de Janeiro, nº 20, jun | 2007.

Artigos Científicos

ANDRADE, Rubens de. TÂNGARI, Vera Regina. **A Praça da República e seus Aspectos Morfológicos no Desenho da Paisagem de Belém**. In: *Revista Paisagem e Ambiente*. nº 16. São Paulo: FAU | USP, 2002. p. 43-68.

CANEVACCI, Massimo. **Sincretismo Cultural das Metrôpoles**. In: *Revista Rumos*. Os caminhos do Brasil em debate. Ano 1, dez.98 | jan99. Tradução: Federico Mengozzi. p. 51-58.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; SILVA, O. **Habitat et Dynamique Sociale: Analyse d'Habitations Populaires à Rio de Janeiro, Brésil**. In: *Anais do XII Congresso da UIA*. Montreal | Canadá, 1990. p. 167-172.

DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle A. N.; BROSTEIN, Lais. [orgs.] **Cadernos de Resumos do Projetar**. In: *II Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura | PROJETAR*, Rio de Janeiro, 8 a 11 de novembro de 2005. Rio de Janeiro: FAU | UFRJ, 2005. 162p. il.

_____. **Cadernos de Conferências do Projetar**. In: *II Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura | PROJETAR*, Rio de Janeiro, 8 a 11 de novembro de 2005. Rio de Janeiro: FAU | UFRJ, 2005. 82p. il.

DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice; SANTANA, Ethel P.; PAULA, Kátia de; VIEIRA, Mariana; UGLIONE, Paula. **O projeto como metáfora: explorando ferramentas de análise das ambiências**. In: *II Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura | PROJETAR*, Rio de Janeiro, 8 a 11 de novembro de 2005. Rio de Janeiro: FAU | UFRJ, 2005.

DUARTE, Cristiane. PINHEIRO, Ethel. **Espaços da transitoriedade: derivações da experiência contemporânea.** In: *Anais do III Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura* / PROJETA. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 01-18.

FRÓIS, Katja Plotz. **Mais ética, menos estética.** In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo.* Belo Horizonte, v. 10, nº 11, dez 2003, p. 79-94.

MACEDO, Silvio Soares. **Produção da Paisagem Urbana Contemporânea Brasileira no Final do Século 20.** In: *Revista Paisagem e Ambiente.* nº 14. São Paulo: FAU | USP, dez | 2001. p. 143-170.

MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações sobre o conceito de paisagem.** In: *R. RA'E GA.* Curitiba: Ed. UFPR, nº 08, p. 83-91, 2004.

ORNSTEIN, Sheila W.; BRUNA, Gilda. ROMÉRO, Marcelo. **Relações Ambiente Comportamento: Conceitos e Evolução.** In: _____. *Ambiente Construído & Comportamento – A Avaliação Pós-Ocupação e A Qualidade Ambiental.* São Paulo: Studio Nobel, 1995. Cap. 01. p. 22-47.

SANTANA, Ethel Pinheiro. TÂNGARI, Vera Regina. **Espaço X Apropriação – Estudo de caso no centro do Rio de Janeiro – Largo da Carioca e Rua Uruguaiana.** In: *Revista Paisagem e Ambiente.* nº 17. São Paulo: FAU | USP, 2003. p. 07 a 39.

SINGER, Paul. **O uso do solo urbano na economia capitalista.** In: *Boletim Paulista de Geografia.* nº 57. São Paulo: AGB, dez | 1980. p. 77-131.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Presente y Futuros – La arquitectura em las ciudades.** In: *XIX Congresso da UIA.* Barcelona, 1996. p. 10-23. [Catálogo]

Artigos On-line

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis.** [on line]. In: *Vitruvius.* Coluna Arquitectos. nº 042. Nov | 2003. Disponível via WWW no URL <http://www.romanoguerra.com.br/arquitectos/arq042/arq042_02.asp>. Capturado em 14 | 06 | 08.

ARANA, Mariano. **Redescobrir a Cidade Esquecida.** [on line]. In: *Vitruvius.* Coluna Arquitectos. nº 014. Texto Especial. nº 087. Jul | 2001. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq000/esp087.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Nos trilhos da história.** [on line]. In: *Vitruvius.* Coluna Minha Cidade. nº 017. Abr | 2001. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc017/mc017.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

_____. **O primeiro Plano Diretor de Campo Grande e o papel do escritório Saturnino de Brito em 1939.** [on line]. In: *Vitruvius.* Coluna Minha Cidade. nº 041. Fev | 2002 Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc041/mc041.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

GARABINI, Elvio Araújo. **Cidade invisíveis sulmatogrossenses.** [on line]. In: *Vitruvius.* Coluna Minha Cidade. nº 084. Jan | 2004. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc084/mc084.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

LAW, John. **Notas sobre a teoria do ator-rede: ordenamento, estratégias, e heterogeneidade.** Tradução: Fernando Masso. [on line] Disponível via WWW no URL <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>>. Capturado em 26 | 03 | 08.

LESSA, Pedro Augusto. **Sem espaço público, não há cidadania.** [on line] Disponível via WWW no URL <http://acd.ufrj.br/~petrus/Educ_urbana.doc>. Capturado em 20 | 07 | 07.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A Antropologia Urbana e os desafios da Metrópole.** 1998. [on line]. Disponível via WWW no URL <<http://www.n-a-u.org/magnanitransformacoes-b.html>>. Capturado em 08 | 08 | 07.

_____. **Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles.** São Paulo. Ago | 2005. [on line]. Disponível via WWW no URL <<http://www.n-a-u.org/AntropologiaUrbanadesafiosmetropole.html>>. Capturado em 08 | 08 | 07.

PONCE, Alfonso Ramirez. **Pensar e Habitar.** [on line]. In: *Vitruvius*. Coluna Arquitextos. nº 024. Mai | 2002. Disponível via WWW no URL <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq024/arq024_02.asp>. Capturado em 02 | 04 | 03.

SANOFF, Henry. **School Building Assessment Methods.** [on line]. [2001]. Disponível via WWW no URL <<http://www.edfacilities.org/pubs/sanoffassess.pdf>>. Capturado em 27 | 09 | 08.

SANSOT, Pierre. **Bom uso do tempo.** [on line]. In: *Label Frande*. Janeiro, 2008. nº 38. Disponível via WWW no URL <<http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label38/dernier/08temps.html>>. Capturado em 20 | 05 | 08.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C.; CHAVES, Carolina; LINS, Juliane. **Percepção e Memória da Cidade: o Ponto de Cem Réis.** [on line]. In: *Vitruvius*. Coluna Arquitextos. nº 068. Texto Especial. nº 349. Jan | 2006. Disponível via WWW no URL <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp349.asp>>. Capturado em 29 | 05 | 07.

Artigos de Jornais

Agressão Visual. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 19 jan 2007. Editorial, p. 02a.

Além dos outdoors, poluição visual pode aumentar na Capital. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 19 jan 2007. Geral, p. 12a.

ALMEIDA, Luiz Fernando de. **O futuro é a paisagem.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 jun 2007. Coluna Opinião, Caderno A, p. 07.

ARANHA JÚNIOR, Plínio Antônio. **Até quando?** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 04 jun 2008. Artigos, p. 02a.

Área nobre vira lago toda vez que chove. In: *Jornal de Domingo*, Campo Grande, 30 mar 2008, p. 12.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Violência e urbanismo: o que há em comum?** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 03 abr 2007. Artigos, p. 02a.

_____. **A cidade de Campo Grande e suas águas.** In: *Jornal de Domingo*, Campo Grande, 30 mar 2008, p. 12.

AVANCINI, Aline. **Companhia de Trânsito reforça policiamento e interdita a Afonso Pena.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 01 jul 2006. Copa 2006, p. 13a.

AVANCINI, Aline. **Casas e ruas fazem parte da história de famílias.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 jan 2007. Geral, p. 07a.

_____. **Decoração natalina terá 140 mil lâmpadas.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 10 nov 2007. Geral, p. 06a.

AVANCINI, Aline; BITENCOURT, Edivaldo; CORTEZ, Karine. **Chuva de uma hora provoca caos na Capital.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 23 out 2007. Geral, p. 10a.

BITENCOURT, Edivaldo. **Bares preparados para o jogo deste sábado.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 01 jul 2006. Copa 2006, p. 13a.

_____. **Justiça Federal desiste de obra inacabada.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 15 out 2007. Geral, p. 06a.

_____. **Viaduto pode ser a solução para desafogar o trânsito na Afonso Pena.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 24 mai 2008. Cidades, p. 06a.

BITENCOURT, Edivaldo. **Projeto de avenida causa polêmica.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 17 jun 2008. Cidades, p. 11a.

BITENCOURT, Edivaldo; FERREIRA, Lívia. **Obra anticheia vai fechar Afonso Pena.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 30 abr 2008. Política, p. 05a.

BITENCOURT, Edivaldo; CORTEZ, Karine. **Prefeito promete manter árvores.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 17 jun 2008. Cidades, p. 11a.

BRASIL, Ubiratan. **A verdade mais próxima de Jung.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 02 jul 2006. Caderno B. Livros, p. 08b.

CALHEIROS, Américo. **Patrimônio histórico: questão de consciência.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 06 jan 2007. Caderno B, Suplemento Cultural, p. 07b.

CARVALHO, José Murilo de. **Como escrever a tese certa e vencer.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 dez 1999. Coluna Opinião, Caderno A, p. 07.

CASTRO, Arassuay Gomes de. **Fronteiras e Limites.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 jun 2008. Caderno B, Suplemento Cultural, p. 04b.

Cidades devem usar mais recursos próprios para desenvolvimento. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 16 fev 2008. Brasil, p. 20a.

CONTAR, Edson C. **O Obelisco não é mais aquele...** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 07 nov 2007. Artigos, p. 02a.

CORTEZ, Karine. **Albergue desativado vira pesadelo para vizinhos.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 19 fev 2008. Cidades, p. 15a.

_____. **Câmara pede retomada de prédio.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 23 fev 2008. Cidades, p. 11a.

_____. **Afonso Pena vira área de lazer em junho.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 abr 2008. Cidades, p. 05a.

_____. **Obras terão recursos de R\$10,3 milhões.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 22 mai 2008. Cidades, p. 09a.

_____. **Domingo na Avenida - Afonso Pena ficará interditada das 7h às 12h.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 06 jun 2008. Cidades, p. 10a.

_____. **Avenida Afonso Pena fica fechada para lazer.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 jun 2008. Cidades, p. 05a.

CORTEZ, Karine; TADA, Silvia. **Enxurrada provoca morte de ciclista idoso.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 02 abr 2008. Cidades, p. 09a.

CUENCA, João Paulo. **Primeiro encontro.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 mar 2007. Coluna Sobretudo, Revista Megazine, p. 07.

_____. **A Transformação da Sociedade.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jul 2007. Coluna Sobretudo, Revista Megazine, p. 05.

DAL MORO, Nataniél. **Por respeito ao passado.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 22 out 2007. Artigos, p. 02a.

DALPIAZ, Altemir Luiz. **Globalização.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 06 fev 2008. Artigos, p. 02a.

DAMATTA, Roberto. **Manifestações Coletivas.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 set 2007. Coluna Opinião, Caderno A, p. 07.

DEUS, Gabriel Pinheiro de. **Campo Grande.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 jan 2008. Artigos, p. 02a.

_____. **Relação do Homem com a Natureza.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 11 mar 2008. Artigos, p. 02a.

Em debate, a importância da arquitetura. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 mar 2007. Coluna Novos Olhares, Caderno A, p. 30.

Estudante assaltada em semáforo da Afonso Pena. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 15 jan 2008. Ronda no Estado – Campo Grande, p. 10a.

FERREIRA, Mário César. **Pensar diferente para fazer diferente.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 18 jan 2007. Artigos, p. 02a.

Fluxo. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 30 mai 2008. Cidades, p. 10a.

FORTUNA, Maria. **Quando a praça vira casa.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 jun 2007. Revista Zona Sul, p. 08.

GARABINI, Elvio. **Onde nem tudo é passageiro.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 15 nov 2007. Artigos, p. 02a.

_____. **O glamour efêmero.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 22 fev 2008. Artigos, p. 02a.

_____. **Mutação Urbana.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 07 abr 2008. Artigos, p. 02a.

_____. **Hotel de um milhão de reais II.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 23 abr 2008. Artigos, p. 02a.

_____. **Terrenos baldios.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 13 mai 2008. Artigos, p. 02a.

_____. **O boneco e o ventríloquo.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 04 jun 2008. Artigos, p. 02a.

_____. **Domingo no parque.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 24 jun 2008. Artigos, p. 02a.

GONZALEZ, Amélia. **A qualidade das cidades.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 jun 2007. Revista Razão Social, p. 14-15.

HILCAR, Theresa. **Mudanças de rumo.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 jan 2008. Caderno B, Suplemento Cultural, p. 07b.

HUGO, Maurício. **Choro e indignação entre torcedores.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 02 jul 2006. Geral, p. 16a.

Ladrão armado e drogado rouba posto de combustível. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 04 nov 2007. Ronda no Estado – Criminalidade, p. 13a.

Lei é ignorada e outdoors poluem a cidade. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 17 jan 2007. Geral, p. 06a.

MAGALHÃES, Sérgio. **A cidade na incerteza.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jul 2007. Coluna Opinião, Caderno A, p. 07.

Mau tempo adia obra na Afonso Pena. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 01 mai 2008. Cidades, p. 05a.

MEROLA, Ediane. **Um Rio desconhecido.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jul 2007. Coluna Capa, Revista Megazine, p. 10-13.

MIRANDA, Eduardo. **Jovens executados nos altos da Afonso Pena.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 out 2007. Geral, p. 01a.

MIRAUL, Maria Ângela Coelho. **Spam Urbano.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 19 mai 2008. Artigos, p. 02a.

MORAES, Marco Antônio de. **Estacionamento privativo.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 15 fev 2007. Artigos, p. 02a.

Obras próximo ao Shopping começam dia 17. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 02 mai 2008. Cidades, p. 05a.

OTA, Neiba. **Obras da região do Shopping estarão prontas em 15 dias.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 20 mai 2008. Cidades, p. 10a.

PALHANO, Chiquinho. **Cultura.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 24 jun 2008. Caderno B, Divirta-se, Crônica, p. 2b.

PENTEADO, Fausto. **Reflexão sobre cidades contemporâneas.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jul 2007. Caderno Prosa e Verso, p. 03.

PIMENTEL, Fernando. **A cidade como sala de aula.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jul 2007. Coluna Opinião, Caderno A, p. 07.

PM reforça segurança nos altos da Afonso Pena. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 04 nov 2007. Ronda no Estado – Campo Grande, p. 13a.

Polícia vai investigar morte de guardador de carros. In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 04 nov 2007. Ronda no Estado – Queda de viaduto, p. 13a.

Prefeitura garante fim das enchentes na Afonso Pena. In: *Jornal de Domingo*, Campo Grande, 30 mar 2008, p. 01.

RESENDE, Beatriz. **Os Conceitos de Cultura.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jul 2007. Coluna Sociedade, Caderno Prosa & Verso, p. 05.

ROCHA, Oscar. **Revista Arca lança 3 olhares sobre Campo Grande.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 16 out 2007. Caderno B, p. 01b.

_____. **Enquanto o ônibus não vem...** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 03 abr 2008. Caderno B, Divirta-se, Cenas de Campo Grande. p. 02b.

_____. **Nos passos da música.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 jun 2008. Caderno B, Divirta-se, Cenas de Campo Grande, p. 02b.

ROSA, Ana Paula Stockler Bojikian Hernandez da. **Por respeito ao passado, presente e futuro.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 24 nov 2007. Artigos, p. 02a.

ROSA, Maria da Glória Sá. **As diversas faces de uma cidade.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 01 set 2007. Suplemento Cultural. Caderno B, p. 07b.

ROSSI, Michele. **MS tem história para contar e preservar.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 25 fev 2008. Caderno B, p. 01b.

SILVA, Clodoaldo. **Nova Afonso Pena está orçada em R\$130 mi.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 16 jun 2008. Cidades, p. 16^a.

TADA, Silvia. **Pantanal sai da imaginação e ganha as ruas.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 01 set 2007. Geral, p. 06a.

_____. **Saúde promove exercícios físicos nas praças.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 07 abr 2008. *Cidades, Qualidade de Vida*, p. 16a.

VALENTE, Frederico. **A cultura sul-mato-grossense em alta.** In: *Correio do Estado*, Campo Grande, 04 jun 2008. Caderno B, Artigo, p. 04b.

VIEIRA, Andréa Gouveia. **Identidade e Violência.** In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 jul 2007. Coluna Opinião, Caderno A, p. 07.

Sites Visitados

ASC. [on line]. **Site oficial do Grupo de Pesquisa Arquitetura, Subjetividade e Cultura – FAU|UFRJ.** Disponível via WWW no URL <<http://www.asc.fau.ufrj.br/>>. Acesso em 18|01|08.

CMCG|CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. [on line]. **Site oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Grande|MS.** Disponível via WWW no URL <<http://www.camaraonline.ms.gov.br/principal.php>>. Acesso em 17|07|07.

PMCG|PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. [on line]. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Campo Grande|MS.** Disponível via WWW no URL <<http://www.pmcg.ms.gov.br/index.php>>. Acesso em 17|07|07.

PROCESSO. [on line]. **Site oficial do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Projeto sobre Acessibilidade e Desenho Universal – FAU|UFRJ.** Disponível via WWW no URL <<http://www.processo.fau.ufrj.br/index.html>>. Acesso em 17|07|07.

PROLUGAR. [on line]. **Site oficial do Grupo de Pesquisa Qualidade do Lugar e Paisagem - FAU|UFRJ.** Disponível via WWW no URL <<http://www.fau.ufrj.br/prolugar/>>. Acesso em 09|08|07.

QUAPÁ. [on line] **Site Oficial do Grupo de pesquisa Quadro do Paisagismo no Brasil – FAU|USP.** Disponível via WWW no URL <<http://winweb.redealuno.usp.br/quapa/busca.asp>> Acesso em 24|04|06.

WIKIPÉDIA. **Campo Grande [Mato Grosso do Sul].** [on line]. In: *Wikipédia – A Enciclopédia Livre*. Artigo. Última modificação em 13 jul 2007. Disponível via WWW no URL <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_\(Mato_Grosso_do_Sul\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campo_Grande_(Mato_Grosso_do_Sul))>. Capturado em 17|07|07.

Outros

ENCONTRO com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Produção: Ana Rosa Tendler. Rio de Janeiro: Caliban Produções, 2006. Filme. [documentário | cor | 35mm | 90 min.]

FAIXA de areia. Direção: Daniela Kallmann e Flavia Lins e Silva. Produção: Daniela Kallmann e Hilton Kauffmann. Rio de Janeiro: Film Connection, 2006. Filme. [documentário | cor | 35mm | 94min.]

GUIA prático para elaboração de calçadas. Elaboração: Vanda Alice Garcia Zanoni. Campo Grande: SINDUSCOM/MS | CONFEA-CREA/MS | IE/MS | ABCD, 2008. [cartilha]

PMCG | SEMCE. Prefeitura Municipal de Campo Grande | Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte. **2º Concurso Campo-Grandense de Crônica e Poesia**. Campo Grande: PMCG | SEMCE, 1985. 37p. il. [catálogo]

PMCG | FUNCESP. Prefeitura Municipal de Campo Grande | Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. **Marcos e Monumentos Históricos de Campo Grande**. Campo Grande: PMCG | FUNCESP, 2003. 31p. il. [catálogo]

PMCG. Prefeitura Municipal de Campo Grande. Opus Engenharia. **GeoMorena** – Sistema de Informações Geográficas | SIG. Ortofoto Digital. CD único. 2004. [CD Rom]

PRESERVAÇÃO do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro! Coordenação: Altamiro Sérgio Mol Bessa. Belo Horizonte: CREA | MG, 2004. 26p. [cartilha]

SALVADOR, Gilberto. **Memórias Visuais**. São Paulo: Fundação Cultural e Artística Gilberto Salvador, 2001. [catálogo]

SCHMIDT, Carlos Von. **Projeto Itinerante – Intercidades [1999 | 2000]**. Coordenação: Mara Dolzan. Campo Grande: Telems Brasil Telecom | Editora Artes, 2000. [cartilha]

ANEXOS

SER FELIZ NA AVENIDA*

Thereza Hilcar

“O contraste colore logo cedo a Avenida Afonso Pena, numa manhã fria de maio. Cedo para alguns, tarde para outros, onde trabalhadores instrumentados misturam-se ao culto ao corpo dos mais afortunados – ou aficionados. As barracas de coco animam o ambiente e tornam-se parada obrigatória dos adeptos do “cooper”. A concorrência aumenta à medida em que aumentam os fregueses.

Há algum tempo só havia uma, meio tímida até, e que só funcionava nos finais de semana. Hoje a pleno vapor e “full-time”. Nem sei ao certo se tenho parte nessa mudança, mas lembro-me de ter sugerido ao dono da barraca – que na verdade é uma velha kombi – que saciasse nossa sede também nos dias de semana.

- Dia de semana não dá movimento não, dona – me respondeu.

Pouco tempo depois lá estava ele, de segunda a segunda. Por conta disso me tornei cliente fixa com direito a crédito e tudo. Dias desses, no entanto, diante da minha insistente preferência pelo dito, um amigo me desarma com um fato insólito. Diz que viu o barraqueiro fazer pipi em plena avenida e, logo em seguida, vender um coco.

E – nem sequer lavou as mãos – disse categórico.

Mas eu preferi ignorar a história. Higiene nunca foi o forte em lugar nenhum deste país. Às vezes, confesso, sinto uma ponta de desconfiança. Em seguida acabo esquecendo o fato.

Mas nem só de água de coco vive a avenida. As indumentárias, por exemplo, são um capítulo, à parte. Misturam-se moletons folgados, lycras sedutoras, camisetas de propaganda, shorts provocantes – muitos, nem tanto – e sofisticadas produções com direito à maquiagem e perfume francês que exala avenida a fora contrariando a natureza do cenário.

Observo que de vez em quando a sofisticação passa bem a tiracolo. Por um instante os cheiros se cruzam e quase se confundem tamanho o odor. Um cheira a essências importadas, o outro exala um suor indolente como se faltasse tempo – e recursos – para limpeza.

- Será que alguém pode ser feliz sem sabão? – elocubro.

* Retirado de: MACHADO, 2000: 376-378.

Alheios aos odores, os carros passam velozes deixando no ar puro o monóxido de carbono e a urgência de chegar a lugar nenhum. Em seu interior, executivos engravatados, secretárias reluzentes, assessores empertigados e caminhoneiros destemidos. No asfalto vão deixando as marcas da indiferença enquanto na grama ficam os sinais de quem busca a paz interior. A natureza treme a cada troca de marcha e assusta até os passarinhos.

- Deve ser pura inveja. Só pode!

- Inveja de quem não quer deixar o corpo aparecer?

- Não, do tempo.

- É uma questão de preferência.

- Por isso mesmo...

Tempo, porém, é o que não falta ao moço da obra, que há meses parece estar levantando a mesma parede. Canta em dueto com seu radinho de pilha, espanta o cachorro com cara de fome e afeto, tira um dedo de prosa com o amigo e ainda tem tempo de assobiar para a moça bonita de blusa azul.

Descendo a avenida começa o round. E as diferenças. Pessoas apressadas descem de ônibus, mais apressados ainda; mocinhas espertas, na última moda da "Marisa", pululam pelos canteiros fugindo do rush. Carros importados – a cidade está cheia deles – invadem as pistas competindo com o fusca presidencial. Crianças tingem a cena de azul e branco em busca do saber. Madames saídas da "Vogue" dirigem seus pimpolhos ao colégio na falta de um Liceu. Camelôs instalam-se folgadoamente nas calçadas e o comércio abre suas portas sonolentas.

É a vida que começa novamente na avenida cheia de prédios novos, antigos e elevadores que não funcionam apesar da imponência do edifício. O incômodo obriga a todos, de gravatas e saltos, a subir 19 andares sem demonstrar cansaço. Começa o exercício do bom humor com duração de 24 horas.

Mas afinal estamos na avenida. Nela tudo é permitido. Inclusive ser muito feliz!"

ROTEIRO PRELIMINAR PARA ENTREVISTA*		
<i>Sou da Universidade Federal do Rio de Janeiro e estou fazendo uma pesquisa sobre a cidade de Campo Grande. Você teria alguns minutos para responder esta entrevista?</i>		
1. SOBRE A CIDADE CAMPO GRANDE		
	Questão	Objetivo
1.1.	Você gosta da cidade de Campo Grande? Por quê?	<i>Grau de envolvimento afetivo do entrevistado com a cidade</i>
1.2.	Se você tivesse que falar sobre Campo Grande a alguém que nunca esteve na cidade, o que você diria?	<i>Ressaltar os pontos chaves para a construção da imagem da cidade, sejam eles concretos ou abstratos</i>
1.3.	Você saberia dizer alguma coisa sobre a história de Campo Grande? O quê?	<i>Verificar o grau conhecimento ou confusão dos fatos relevantes na história de formação urbana em relação aos registros históricos formais</i>
1.4.	Cite 05 elementos [ruas, edifícios, monumentos, paisagens, lugares e ou acontecimentos] que são a "cara" de Campo Grande para você.	<i>Apontar elementos passíveis de percepção simbólica e ao mesmo tempo verificar a repetição da avenida dentre eles</i>
2. SOBRE A AVENIDA AFONSO PENA		
	Questão	Objetivo
2.1.	Para você, onde começa e onde termina a Av. Afonso Pena?	<i>Definição de limites físicos</i>
2.2.	Você sabe por onde a Av. Afonso Pena passa pela cidade de Campo Grande? Se sim, por qual[is] rua[s], bairro[s], referência[s]?	<i>Definição de limites ambientais</i>
2.3.	Você seria capaz de dividir a Av. Afonso Pena em partes? Se sim, quais seriam?	<i>Verificar a percepção como um conjunto integrado ou fragmentado</i>
2.4.	Dessas partes que você identificou, qual delas é a que mais lhe agrada? E a que menos lhe agrada? Por quê?	<i>Verificar a percepção como um conjunto integrado ou fragmentado</i>
2.5.	Você acha que a Av. Afonso Pena é importante para a cidade de Campo Grande? Por quê?	<i>Gradiente de valor atribuído à relevância para a cidade</i>
2.6.	Para você, o que diferencia a Av. Afonso Pena das outras ruas avenidas da cidade de Campo Grande?	<i>Identificação da avenida através de elementos simbólicos e ou físicos</i>

* Instrumento produzido com base em referências de pesquisa desenvolvidas no ASC | FAU | UFRJ.

2.7.	E para você, em particular, ela tem alguma importância também? Se sim, qual seria?	<i>Gradiente de valor atribuído à relevância para o entrevistado</i>
<i>Antes de finalizarmos, você poderia fornecer alguns dados pessoais?</i>		
3. SOBRE O USUÁRIO DADOS PESSOAIS		
	Item	Objetivo
3.1.	Nome	<i>Identificação pessoal [opcional]</i>
3.2.	Idade	<i>Amostragem por faixa etária</i>
3.3.	Sexo	<i>Amostragem por gênero</i>
3.4.	Profissão	<i>Amostragem por grau de instrução</i>
3.5.	Em que cidade nasceu?	<i>Verificar naturalidade</i>
3.6.	Há quanto tempo mora em Campo Grande?	<i>Grau, em relação ao tempo, de envolvimento com a cidade</i>
3.7.	Em que cidade morava antes?	<i>Verificar origem do entrevistado, caso não seja natural da cidade</i>
3.8.	Em que rua e bairro mora em Campo Grande?	<i>Identificar grau de acessibilidade e de influência da avenida em relação à cidade</i>
<i>Agradeço sua participação! Obrigado[a]!</i>		

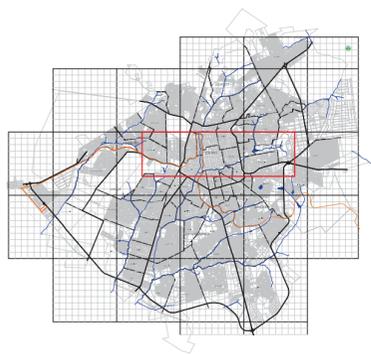
ROTEIRO FOCALIZADO PARA ENTREVISTA*			
<i>Sou da Universidade Federal do Rio de Janeiro e estou fazendo uma pesquisa. Você teria alguns minutos para responder esta entrevista?</i>			
1. ENSAINDO O PASSEIO...			
nº	Categoria	Questão	Objetivo
1.1.	LIMITE	Onde nós estamos?	<i>Através do reconhecimento situacional do entrevistado, incidir sobre a reflexão espacial presente.</i>
1.2.	IDENTIDADE MEMÓRIA	Você conhece esse lugar por algum nome específico? Se sim, por quê você acha que recebeu esse nome?	<i>Investigar se a denominação contextualizada da Avenida pode se vincular à sua representatividade simbólica.</i>
1.3.	LIMITE	Quais são os limites desse lugar?	<i>Verificar de que maneira se arranjam e/ou se sobrepõem os limites setoriais e da Afonso Pena como um todo, assinalando a caracterização formal percebida.</i>
1.4.	LUGAR	E qual seria a principal função desse lugar?	<i>Estabelecer um consenso de relevância funcional pautada em condicionantes subjetivas.</i>
1.5.	FLUXO	Você vem sempre aqui? E quanto tempo e por quê permanece, em geral?	<i>Inter-relacionar a questão da movimentação, espaço e tempo.</i>
1.6.	LUGAR	Esse lugar lhe transmite segurança?	<i>Levantar reflexão acerca dos acontecimentos recentes ocorridos na Avenida a fim de dimensionar a influência na significação local.</i>
1.7.	IDENTIDADE	Quais são as coisas que você mais gosta menos gosta nesse local?	<i>Investigação espontânea a fim de se revelar critérios e relações de afeição ou distanciamento.</i>
1.8.	MEMÓRIA	Existe alguma coisa que você sente falta nessa área? O quê?	<i>Aproximar do significado local através da expressão dos elementos ausentes no contexto apreendido.</i>
1.9.	FLUXO	O movimento de pessoas aqui lhe causa qual impressão?	<i>Verificar o grau da dinâmica urbana apreendida pelo usuário e a impressão sensível que a mesma promove.</i>
1.10.	MEMÓRIA	Se você tivesse que falar sobre esse lugar a alguém que nunca	<i>Ressaltar os pontos chaves para a construção do[s] significado[s] da</i>

* Instrumento produzido com base em referências de pesquisa desenvolvidas no ASC | FAU | UFRJ.

		esteve na cidade, o que você diria?	<i>Avenida, sejam eles concretos ou abstratos, vinculados à imagens de memória presente e passada.</i>
1.11.	IDENTIDADE	Existe uma palavra que defina esse lugar para você?	<i>Investigar espontaneamente signos verbais associativos à sua representação simbólica.</i>
2. PASSEANDO NA AVENIDA...			
nº	Categoria	Questão	Objetivo
2.1.	SIGNIFICADO	Quando eu falo 'Avenida Afonso Pena', o que lhe vêm à cabeça?	<i>Investigar espontaneamente valores e atributos que subsidiam a representatividade da Avenida como Lugar.</i>
2.2.	MEMÓRIA	Existe alguma participação especial da Avenida Afonso Pena em suas lembranças pessoais? Ou você saberia alguma história interessante que envolva a Avenida?	<i>Verificar se há carga afetiva na relação usual com a Avenida em gradiente de importância atribuído à relevância para o entrevistado</i>
2.3.	IDENTIDADE	Para você, o que diferencia a Av. Afonso Pena de outros lugares da cidade?	<i>Identificação da avenida através de elementos simbólicos e/ou físicos que a destacam no cenário urbano local</i>
2.4.	LIMITE	Para você, quais são os limites da Avenida Afonso Pena?	<i>Reforçar vínculos físicos estruturadores da Avenida Afonso Pena, influenciados ou não pela sua apreensão fragmentada ou como um todo.</i>
2.5.	IDENTIDADE	Você acha que a Av. Afonso Pena é importante para a cidade de Campo Grande? Por quê?	<i>Gradiente de valor atribuído à relevância para a cidade, onde há possibilidade de uma característica setorial sobrepor as demais.</i>
2.6.	IDENTIDADE	Existe algum elemento [edifícios, monumentos, paisagens, lugares e/ou acontecimentos] que para você representa a 'cara' da Avenida Afonso Pena?	<i>Reconhecer um ou mais ícones materiais e/ou imateriais que expressem e/ou codifique o significado da Avenida.</i>
2.7.	SIGNIFICADO	Você já foi consultado ou convidado para participar de alguma discussão na cidade que envolvesse ou se relacionasse com a Avenida Afonso Pena? Se sim, em quais circunstâncias? Se não, você gostaria de participar?	<i>Investigar se há envolvimento da população em questões práticas e cotidianas acerca da manutenção e desenvolvimento da Afonso Pena.</i>
2.8.	SIGNIFICADO	[Poema dos Desejos]	<i>Possibilitar a livre expressão dos</i>

		Complete o seguinte trecho da maneira que você desejar: "Gostaria que a Avenida Afonso Pena..."	<i>usuários acerca da sua compreensão e/ou expectativa quanto espaço do Lugar da Avenida.</i>
<i>Antes de finalizarmos, você poderia fornecer alguns dados pessoais?</i>			
3. MAS COM QUEM PASSEIO?			
<i>nº</i>		<i>Item</i>	<i>Objetivo</i>
3.1.		Nome	<i>Identificação pessoal [opcional].</i>
3.2.		Idade	<i>Amostragem por faixa etária, bem como a relevância do repertório mnemônica acerca da relação espacial temporal em função de experiência de vida.</i>
3.3.		Sexo	<i>Amostragem por gênero.</i>
3.4.		Profissão Ocupação	<i>Amostragem por grau de instrução, bem como fator relacionado ao uso e ou possíveis reivindicações acerca do uso organização do espaço da Avenida.</i>
3.5.		De que maneira você chega até a Avenida Afonso Pena? [ônibus, táxi, carro próprio, carona, bicicleta, moto...]	<i>Verificar a forma de locomoção poderá relacionar-se com o tipo e grau de experiência apreendida pelo usuário ao longo de seu trajeto.</i>
<i>Agradeço sua participação! Obrigada!</i>			

	ITEM	DESCRIÇÃO
1.	Data: ___ ___ ___	<i>O registro de data, mas principalmente do dia da semana em que a anotação do Diário ocorre, contribui para esclarecimentos e análises cruzadas futuras. A verificação de determinado acontecimento pode ser restrita a um dado dia da semana ou mais, e até, observado recorrentemente, num ciclo semanal.</i>
2.	STQQSSD	
3.	Setor:	<i>A setorização está ligada, a princípio, a uma questão operacional da pesquisa. Como seria inviável percorrer toda a extensão da Avenida Afonso Pena de uma única vez [caminhando], optamos por dividi-la em setores favoráveis à sua apreensão in loco. Essa setorização surge a partir da tabulação das respostas recolhidas na Entrevista Preliminar [especificamente item 2.3.], onde os entrevistados dividiam livremente a Avenida em partes, ou a mantinham em um conjunto integrado, segundo a percepção individualizada.</i>
4.	Hora início: ___:___h	<i>Os itens reservados ao registro temporal das horas dispensadas no percurso observado para o Diário de Campo é, assim como o registro temporal da data, relevante para a compreensão da frequência e intensidade que certos acontecimentos podem ser verificados ou não.</i>
5.	Hora término: ___:___h	
6.	Obs.:	<i>Espaço reservados à comentários pertinentes, mas que não sejam diretamente ligados à “descrição densa” [GEERTZ, 1989] da Avenida Afonso Pena.</i>
7.		<i>Este campo verdadeiramente reservado à toda narrativa relativa à vivência e observação da Avenida Afonso Pena. A percepção de acontecimentos físicos, sociais, climáticos, dentre outros, [inclusivos sentimentos pessoais do narrador do diário] relativos ao em espaço em questão, ao longo de um percurso escolhido, cumprido ao longo de um tempo. É como se fosse uma narrativa mesma; mais como uma crônica da vida encenada na avenida campo-grandense, vinculada a um tempo, a um espaço e a um narrador.</i>
8.	Figura Mapa-Chave de Setorização.[VMD, 2007]	<i>A figura do Mapa-Chave de Setorização da Avenida Afonso Pena irá colaborar para a compreensão do percurso feito pela pesquisadora durante o registro do Diário de Campo. A anotação gráfica do trajeto percorrido e de outros marcos físicos complementa e associa-se aos fatos descritos no discurso do Diário.</i>



- | | | | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------|-------------------------------------|--|
| 01 Parque dos Poderes | 15 Praça Ari Coelho | 29 Antigo Albergue Municipal | — Córregos | — Plano de Alinhamento de Ruas e Praças [1910] |
| 02 Parque Estadual do Prosa | 16 Edifício Dona Neta | 30 Igreja Perpétuo Socorro | — Antiga linha férrea | — Bairro Amambai |
| 03 Parque das Nações Indígenas | 17 Antigo Cine Alhambra | 31 Praça das Araras | — AP | — Bairro Jardim dos Estados |
| 04 Shopping Campo Grande | 18 Casa da Artesão | 32 Praça Cuiabá | — AP [trecho c/ ciclovia] | — Setor [A] Altos |
| 05 SESC | 19 Relógio | 33 Clube Círculo Militar | — R. 26 de Agosto [antiga R. Velha] | — Setor [B] Jardim dos Estados |
| 06 Fórum Municipal | 20 Igreja Santo Antônio | 34 Praça Newton Cavalcanti | — R. 14 de Julho | — Setor [C] Centro |
| 07 Praça Municipal | 21 Mercado Municipal | 35 Edifícios Militares | — Av. Mato Grosso | — Setor [D] Bairro Amambai |
| 08 Praça Belmar Fidalgo | 22 Camelódromo | 36 Aeroporto Internacional | — Av. Calógeras | |
| 09 Obelisco | 23 Morada dos Baís [Pensão Pimentel] | 37 Base Aérea | — Av. Ernesto Geisel | |
| 10 Rádio Clube | 24 Pombal [condomínio residencial] | 38 Estação Ferroviária | — Av. Fernando Corrêa da Costa | |
| 11 Praça da República [do Rádio] | 25 Pedra [canteiro central] | 39 Feira Central | — Av. Via Park | |
| 12 Colégio Joaquim Murinho | 26 Parque Horto Florestal | | — Av. Duque de Caxias | |
| 13 Quartel General | 27 Casa da Indústria [sede FIEMS] | | — Av. Ceará | |
| 14 Agência Central Banco do Brasil | 28 Rodoviária | | | |

0m 100m 200m 500m 1000m

